

Relatório de Gestão Anual



iphan 2023



IPHAN 87 ANOS

1937 - 2024

Relatório de Gestão Anual



iphan 2023



IPHAN 87 ANOS

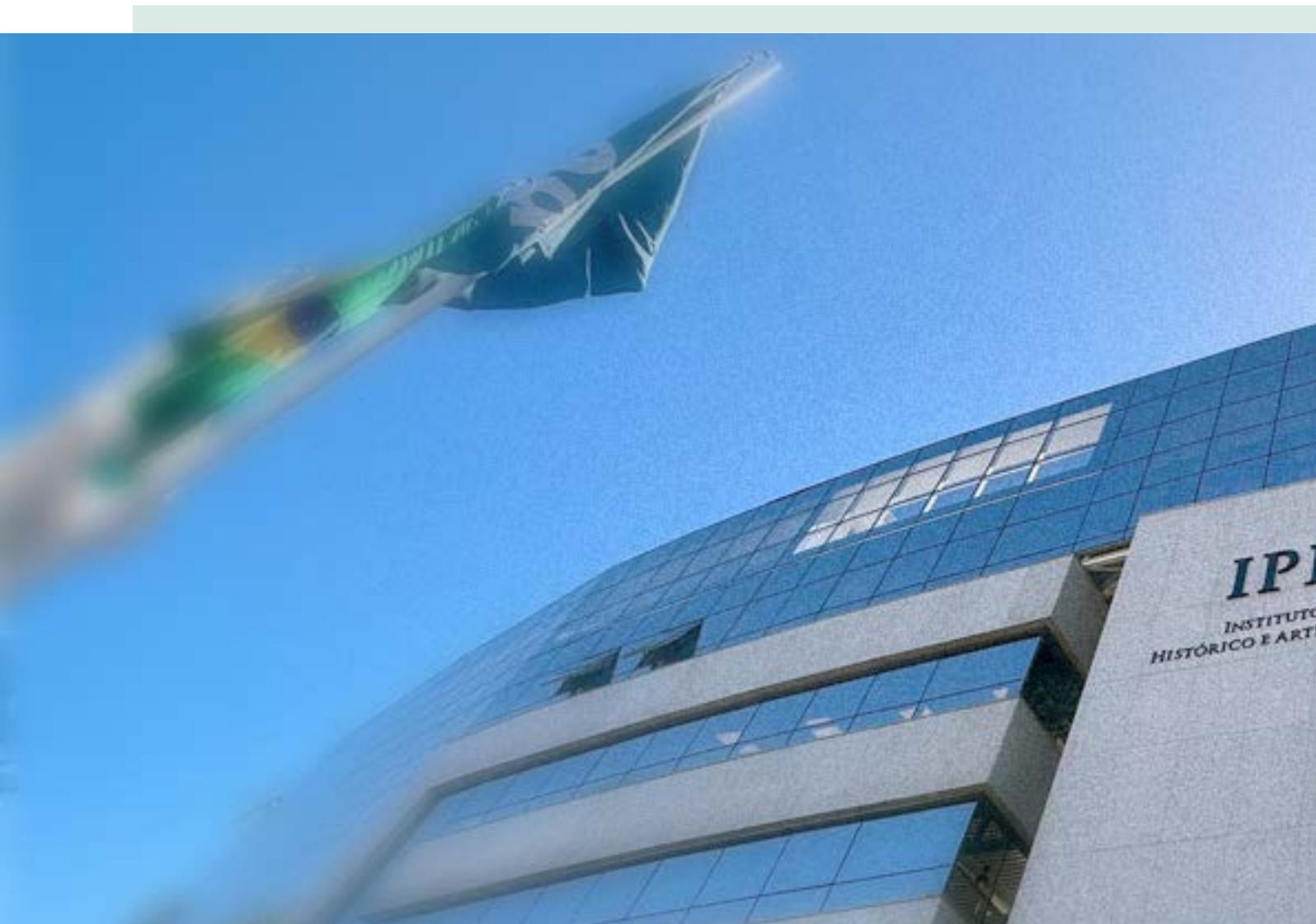
1937 - 2024

Iphan

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2023

Apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas (UPC) está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70º da Constituição Federal. Este Relatório é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (TCU) nº 84, de 22 de abril de 2020, Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022 e Portaria TCU nº 75, de 29 de março de 2023, de acordo com o Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado elaborado pelo TCU – 3ª Edição 2022.



2023

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANUAL



Créditos

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2023

Presidente da República do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Leandro Antonio Grass

Diretores do Iphan

Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais (DAEI)

Daniel Borges Sombra

Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE)

Desirée Ramos Tozi

Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM)

Andrey Rosenthal Schlee

Departamento de Planejamento e Administração (DPA)

Maria Silvia Rossi

Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

Deyvesson Israel Alves Gusmão

Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPLAN)

Marcelo Douglas de Figueiredo Torres

Coordenador de Planejamento e Projetos (CPLAN)

Flávio Eduardo de Queiroz Fundão

Coordenadora-Geral de Cooperação Nacional (CGCN)

Maíra Torres Corrêa

Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio (DIVEP)

Bruna da Silva Ferreira



Ficha Técnica

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Grupo de Trabalho

Marcelo Douglas de Figueiredo Torres

Flávio Eduardo de Queiroz Fundão

Sérgio Carreira dos Santos

Dyogo Tavares de Freitas

Colaboração

Dyogo Tavares de Freitas

Projeto Gráfico e Diagramação

David Arantes

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

www.gov.br/iphan

publicações@iphan.gov.br



Lista de siglas e abreviações

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

ABEA - Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACPP - Acordo de Conduta Pessoal e Profissional

ACTs - Acordo de Cooperação Técnica

AGIEL - Autarquia Federal é a Agência de Estágios

AMIQUEIJO - Associação Mineira do Queijo Artesanal

ASIMPA - Assessoria de Internacional do Patrimônio Material

ASINCA - Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação

ASINPI - Assessoria Internacional do Patrimônio Imaterial

AUDIN - Auditoria Interna

BAA - Biblioteca Amadeu Amaral

BAE - Boletim Administrativo Eletrônico

BCP - Bens Culturais Procurados

CAD - Comitê de Administração

CAR - Câmara de Análise de Recursos

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CCE - Cargo Comissionado Executivo

CCONT - Coordenação de Contabilidade

CCPPI - Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial

CCSRBM - Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx

CDP - Centro de Documentação do Patrimônio

CEP - Comissão de Ética Pública

CGAF - Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização

CGCI - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional

CGCN - Coordenação-Geral de Cooperação Nacional

CGCO - Coordenação-Geral de Conservação

CGESP - Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

CGFE - Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio

CGGI - Coordenação de Gestão e Governança Institucional

CGID - Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento

CGINT - Coordenação de Gestão da Integridade

CGNT - Coordenação-Geral de Normatização e Gestão do Território

CGPLAN - Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento

CGPS - Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade

CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

CGU - Controladoria-Geral da União

CIP - Catalogação na Publicação

CLC - Centro Lúcio Costa

CNA - Centro Nacional de Arqueologia

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

CNIC - Comissão Nacional de Incentivo à Cultura

CNIGP - Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos

CNL - Coordenação Nacional de Licenciamento

COABRE - Coordenação de Apoio aos Bens Registrados

COE - Comitê e Executivo

COGED - Coordenação de Articulação e Gerenciamento de Dados

COGEDU - Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social

COGEP - Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas

COGESTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação



COIR - Coordenação de Identificação e Reconhecimento	E-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
COPMAF - Comitê Permanente para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana	EUA - Estados Unidos da América
COPRO - Coordenação de Projetos e Obras	FCA - Ficha de Caracterização de Atividades
COSEG - Comitê de Segurança da Informação	FCE - Função Comissionada Executiva
COSOC - Coordenação de Socialização e Conservação	FCI - Faculdade de Ciências da Informação
CPAD - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos	FDD - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
CPC - Comissão de Patrimônio Cultural	FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
CPLAC - Coordenação de Planejamento e Controle	FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
CPLAN - Coordenação de Planejamento e Projetos	FIPA - Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico
CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa	FISCALIS - Sistema de Fiscalização e Autorização
CPRON - Coordenação de Proteção e Normatização	FNRB - Fundo Nacional de Repartição de Benefícios
CRAB - Centro de Referência do Artesanato Brasileiro	FUMPH - Fundação Municipal de Patrimônio Histórico
CRESPIAL - Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural na América Latina e Caribe	GAB-PRES - Gabinete da Presidência
CSC - Carta de Serviço ao Cidadão	GAFILAT - Grupo de Ação Financeira da América Latina
DAEI - Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais	GDAC - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural
DAFE - Departamento de Articulação, Fomento e Educação	GDACE - Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos
DCPP - Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais	GDAIE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura
DECOF - Departamento de Cooperação e Fomento	GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização	GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
DIVEP - Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio	GMV - Galeria Mestre Vitalino
DN - Decisão Normativa	GSI - Gabinete de Segurança Institucional
DOU - Diário Oficial da União	GTA - Guia de Transparência Ativa
DPA - Departamento de Planejamento e Administração	IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial	IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
DPO - Departamento de Projetos e Obras	IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	ICOM - Conselho Internacional de Museus
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	
ENAR - Encontro Nacional de Acervo Raro	



ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios	PD TIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
IFAM - Instituto Federal do Amazonas	PEI - Planejamento Estratégico do Iphan
IFB - Instituto Federal de Brasília	PGC - Palácio Gustavo Capanema
IGPs - Instituições de Guarda e Pesquisa	PGRC - Programa de Gestão e Responsabilidades Compartilhadas
IIRC - International Integrated Reporting Council	PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
ILA - Instituto Luiz de Albuquerque	PO - Plano Orçamentário
IMS - Instituto Moreira Salles	PPSI - Plano de Privacidade e Segurança da Informação
IN - Instrução Normativa	PRMFA - Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade
INCR - Inventário Nacional de Referências Culturais	PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura
INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais	PTD - Planos de Transformação Digital
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	QVT - Qualidade de Vida no Trabalho
ISBN - International Standard Book Number	RAINT - Relatórios Anuais de Auditoria Interna
LAI - Lei de Acesso à Informação	RENOUV - Rede Nacional de Ouvidorias
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira
LOA - Lei Orçamentária Anual	SAIP - Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural
MEC - Ministério da Educação	SAP - Sala do Artista Popular
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
MICBR - Mercado das Indústrias Criativas do Brasil	SEGES - Secretaria de Gestão
MinC - Ministério da Cultura	SEI - Sistema Eletrônico de Informações
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	SEPP - Serviço de Escritório de Projetos e Processos
MRE - Ministério das Relações Exteriores	SGD - Secretaria de Governo Digital
OBEC - Observatório da Economia Criativa	SGMA - Serviço de Gestão, Monitoramento e Acompanhamento
OBHA - Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares	SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
OGU - Orçamento Geral da União	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
OSC - Organizações da Sociedade Civil	SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
PA - Planos de Ação	SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento	SIG - Iphan - Sistema Integrado de Gestão do Iphan
PAINT - Planos Anuais de Auditoria Interna	
PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas	



SisOUV - Sistema de Ouvidorias

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial

SREC - Serviço de Registro e Cadastro de Dados

STA - Sistema de Transparência Ativa

TACs - Termos de Ajustamento de Conduta

TC - Termo de Compromisso

TCU - Tribunal de Contas da União

TED - Termo de Execução Descentralizada

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UOs - Unidades Orçamentárias

UPC - Unidade Prestadora de Contas

WHCBS - World Heritage Capacity Building Strategies



Lista de tabelas

Tabela 4.2.1.1 Comparativo de atendimentos realizados pela Ouvidoria-Geral do Iphan entre os anos 2023 e 2022 _____	36
Tabela 4.2.1.2 Total de manifestações de ouvidoria por tipo nos anos 2023 e 2022 _____	37
Tabela 4.2.1.3 Total de manifestações tramitadas no Fala.BR, por Unidade, em 2023, em termos quantitativos _____	39
Tabela 4.2.1.4 Ranking dos assuntos por tipos de manifestações, em 2023, direcionados ao Iphan, em termos quantitativos _____	45
Tabela 4.2.8.1.1 Procedimentos Disciplinares por Tipo em 2023, em termos quantitativos _____	51
Tabela 4.2.8.1.2 Procedimentos Disciplinares Concluídos em 2023, em termos quantitativos _____	51
Tabela 4.2.8.1.3 Procedimentos Disciplinares por Assunto em 2023, em termos quantitativos _____	51
Tabela 4.3.4.1 Quantidade de Serviços relacionados ao SEI e de atividades do Arquivo Central-Seção Brasília em 2023 _____	60
Tabela 4.3.4.2 Quantidade de atendimentos e registros relacionados à Biblioteca Aloísio Magalhães do DF em 2023 _____	61
Tabela 4.3.4.3 Quantidade de atendimentos e registros relacionados à Arquivo Central do Iphan do Rio de Janeiro (ACI-RJ), em 2023 _____	61
Tabela 4.3.5.1.1 Novos processos de tombamento abertos em 2023 _____	63
Tabela 4.3.5.1.2 Relação de Processos de tombamento concluídos, em 2023 _____	64
Tabela 4.3.5.1.3 Relação dos Novos processos de valoração abertos do Patrimônio Ferroviário, em 2023 _____	65
Tabela 4.3.5.1.4 Relação de Processos de valoração concluídos, em 2023 _____	65
Tabela 4.3.5.2.1 Listagem de Portarias de preservação publicadas no DOU em 2023 _____	66
Tabela 4.3.5.2.2 Listagem de acompanhamento técnico das ações de normatização em andamento nas superintendências do Iphan, em 2023 _____	67
Tabela 4.3.5.3 Lista de Ações de Fiscalização por Superintendências do Iphan, em 2023 _____	70
Tabela 4.3.8.4 Trabalhos técnicos realizados na BAA, em 2023 _____	92
Tabela 4.3.9.3.1 Detalhamento dos valores dos Termos de Compromisso celebrados em 2023 (em R\$) _____	99
Tabela 4.3.9.3.2 Detalhamento das ações com Termos aditivos de prazo em 2023 (em R\$) _____	99
Tabela 4.3.9.3.3 Detalhamento das ações que tiveram Prestação de Contas em 2023 _____	101
Tabela 4.3.9.4 Situação Atual das obras do Iphan, em janeiro de 2024, em termos quantitativos _____	102
Tabela 4.3.9.5.1 Relação de Entregas em 2023, referentes ao - PAC-CH Ação Orçamentária 5538 (em R\$) _____	105
Tabela 4.3.9.5.2 Relação de obras em execução, de 2023, referentes ao - PAC-CH - Ação Orçamentária 5538 (em R\$) _____	105
Tabela 4.3.9.5.3 Relação de projetos em execução de 2023, referentes ao - PAC-CH - Ação Orçamentária 5538 (em R\$) _____	106
Tabela 4.3.10 Demais ações realizadas pela Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CNL), em 2023 _____	107



Tabela 4.3.11 Quantidade de sítios arqueológicos cadastrados no SICG em 2023, por UF _____	110
Tabela 4.4.1.1 Avaliação de Servidores do Quadro do Iphan - Ativo Permanente, em 2023 _____	122
Tabela 4.4.1.2 Situação Funcional do Iphan – em 2023, em termos quantitativos e percentuais _____	123
Tabelas 4.4.1.3 Força de Trabalho do Iphan, em 2023, por gênero, em termos quantitativos e percentuais _____	123
Tabelas 4.4.1.4 Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2023, por gênero, em termos quantitativos e percentuais _____	124
Tabelas 4.4.1.5 Demonstrativo de Ocupação de Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2023, em termos quantitativos e percentuais _____	124
Tabela 4.4.1.6 Aposentadorias, pensões e abono de permanência no Iphan em 2023 _____	125
Tabela 4.4.2 Ações de Capacitação/Desenvolvimento – Exercício 2023 _____	126
Tabela 4.4.4 Detalhamento de Licença Capacitação concedida pelo Iphan, durante o exercício de 2023 _____	127
Tabela 4.5.6.1 Despesa com Pessoal e Encargos Sociais – Iphan 2023, em R\$ _____	127
Tabela 4.5.6.2 Histórico da Evolução dos Gastos com Pessoal, pelo Iphan (2018-2023), em R\$ _____	128
Tabela 4.5.1 Contratações por modalidade do Iphan no ano de 2023, em termos quantitativos e percentuais _____	129
Tabela 4.5.2 Contratações por modalidade do Iphan-Sede no ano de 2023, em termos quantitativos e percentuais _____	129
Tabela 4.5.3 Contratações por modalidade das Superintendências do Iphan no ano de 2023, em termos quantitativos e percentuais _____	129
Tabela 4.5.4 Principais contratações que tem objetivo de apoiar o funcionamento administrativo do Iphan no ano de 2023, em termos quantitativos e percentuais _____	130
Tabela 4.5.5 Principais contratações diretas acima de quinhentos mil, durante do ano de 2023, em R\$ _____	130
Tabela 4.5.6.1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos no exercício de 2023, pelo Iphan _____	133
Tabela 4.5.6.2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pelo Iphan na modalidade de convênio, e termo de cooperação, em 2023 _____	133
Tabela 4.6 Dados dos imóveis locados sob responsabilidade do Iphan, em 2023 _____	134
Tabela 4.7.2 Contratos firmados em 2023, pelo Iphan, na área de TIC _____	135
Tabela 4.7.3.1 Contratos mais relevantes de serviços, na área de TIC, firmados pelo Iphan _____	136
Tabela 4.7.3.2 Contratos mais relevantes de aquisição de bens, na área de TIC, firmado pelo Iphan _____	136
Tabela 4.7.4.1 Macroprocessos Gerenciais: Planos e Programas anuais e Plurianuais do Iphan (iniciativa) _____	137
Tabela 4.7.4.2 Macroprocessos Gerenciais: Planos e Programas Anuais e Plurianuais do Iphan (iniciativas de governança) _____	137
Tabela 4.7.5.1 Macroprocessos Gerenciais: Planos e Programas Anuais e Plurianuais do Iphan (sistemas prioritizados no ano de 2023) _____	138
Tabela 4.7.5.2 Principais Iniciativas de Internalização de Sistemas _____	138
Tabela 4.7.6.1 Eixo 1 Transformação Digital, em termos quantitativos _____	139



Tabela 4.7.6.2 Eixo 2 Unificação de Canais Digitais, em termos quantitativos _____	139
Tabela 4.7.6.3 Eixo 3 Interoperabilidade de Sistemas, em termos quantitativos _____	139
Tabela 4.7.6.4 Eixo 4 Segurança da Informação, em termos quantitativos _____	139
Tabela 4.8.1 Avaliação de aspectos concernentes à gestão ambiental e sustentabilidade do Iphan, em 2023 _____	140
Tabela 5.1.1 Dotação Inicial x Atual do Iphan, referente ao exercício de 2023, em R\$ _____	142
Tabela 5.1.2 Destaques efetuados ao Iphan, em 2023 (em R\$) _____	145
Tabela 5.1.3 Despesa empenhada, liquidada e paga, em 2023, pelo Iphan (em R\$) _____	145
Tabela 5.1.1.1 Despesas do Iphan, por grupo e elemento de despesas, em 2023 (em R\$) _____	146
Tabela 5.1.1.2 Valores e Porcentagem de despesas empenhadas relacionadas às Ações Discricionárias, em 2023, pelo Iphan (em R\$) _____	148
Tabela 5.1.1.3 Valores relacionados a Emendas Parlamentares destinadas ao Iphan, em 2023 (em R\$) _____	150
Tabela 5.1.1.4 Detalhamento de Gastos com Pessoal, pelo Iphan em 2023 (em R\$ e em %) _____	150
Tabela 5.1.1.5 Detalhamento de Investimentos pelo Iphan, em 2023 (em R\$ e em %) _____	151
Tabela 5.1.1.6 Detalhamento dos Atendimentos Finalísticos pelo Iphan, em 2023 (em R\$) _____	152
Tabela 5.1.1.7 Detalhamento do Funcionamento das Unidades do Iphan, em 2023 (em R\$) _____	154



Lista de gráficos

Gráfico A – 2.1.1 Informações sobre a execução das Despesas, pelo Iphan, no exercício de 2023 _____	24
Gráfico B – 4.2.1.1 Porcentagem e Quantitativo de Atendimentos da Ouvidoria-Geral do Iphan por tipo de atendimento, em 2023 _____	36
Gráfico C – 4.2.1.2 Comparativo de manifestações atendidas pela Ouvidoria-Geral do Iphan entre os anos 2023 e 2022, em termos quantitativos e percentuais _____	38
Gráfico D – 4.2.1.3 Apresentação das manifestações de ouvidoria, por área de atendimento em 2023, em termos quantitativos ____	38
Gráfico E – 4.2.1.4 Percepção de resolutividade por parte dos respondentes da pesquisa da CGU – Iphan, em 2023, em termos percentuais _____	40
Gráfico F – 4.2.1.5 Tempo médio de respostas às manifestações de ouvidoria, em dias, comparando-se 2023 a 2022 _____	41
Gráfico G – 4.2.1.6 Ranking dos assuntos mais registrados pelos usuários do Fala.BR, direcionados ao Iphan, em 2023, em termos quantitativos _____	41
Gráfico H – 4.2.2.2.1 Evolução da Transparência Ativa no Iphan, por ano (2021 a 2023), em termos de quantidade de itens analisados pela CGU _____	45
Gráfico I – 4.2.2.2.2 Transparência Ativa no Iphan, por assunto, em termos de cumprimento, segundo a CGU _____	45
Gráfico J – 4.2.5.1 Quantidade de Atividades da Comissão de Ética, em 2023 _____	48
Gráfico K – 4.2.5.2 Quantidade de Entrega de Resultados, em 2023, pela Comissão de Ética do Iphan _____	48
Gráfico L – 4.2.5.3 Quantidade de acolhimento e de tratamento de demandas da Comissão de Ética do Iphan – Panorama Geral – 2015 a 2023 _____	49
Gráfico M – 4.2.5.4 Quantidade dos Resultados das Apurações, pela Comissão de Ética do Iphan – Período 2015 a 2023 ____	49
Gráfico N – 4.3.5.1 Relação de número de processos abertos por região do país _____	64
Gráfico O – 4.3.5.3 Fiscalizações por Unidade em 2023 _____	70
Gráfico P – 4.3.7.2.1 Quantidade de propostas aprovadas, por unidade da federação, em 2023 _____	79
Gráfico Q – 4.3.7.2.2 Quantidade de propostas aprovadas, por região de execução, em 2023 _____	80
Gráfico R – 4.3.7.2.3 Quantitativo de propostas aprovadas que possuem adesão às diretrizes institucionais de priorização de ações para 2023 _____	80
Gráfico S – 4.3.7.2.4 Quantidade e valores de propostas aprovadas, por instrumentos de celebração, em 2023 (em R\$) ____	80
Gráfico T – 4.3.7.2.5 Quantidade e valores de propostas, aprovadas por linha temática, em 2023 (em R\$) _____	80
Gráfico U – 4.3.7.3 Recursos empenhados, por unidade, durante o ano de 2023 (em R\$) _____	81
Gráfico V – 4.3.7.4.1 Frequência das tipologias de ação de salvaguarda com bens registrados, em 2023, em termos percentuais ____	82
Gráfico W – 4.3.7.4.2 Distribuição entre ações orçamentária e não orçamentárias, monitoradas em 2023, para bens registrados, em termos percentuais _____	83



Gráfico X – 4.3.7.4.3 Percentual de macro objetivos das ações de salvaguarda realizadas, durante o ano de 2023, por tipo de recurso _____	81
Gráfico Y – 4.3.7.5.1 Recursos destinados a bens registrados, empenhados em 2023, por unidade proponente (em R\$) _____	83
Gráfico Z – 4.3.7.5.2 Recursos destinados a bens registrados, empenhados em 2023, por Plano Orçamentário (em R\$) _____	84
Gráfico AA – 4.3.8.5.1 Ações educativas e de formação de público, em 2023 _____	92
Gráfico BB – 4.3.8.5.2 Público virtual, em 2023 _____	93
Gráfico CC – 4.3.8.5.3 Público presencial das exposições, em 2023 _____	93
Gráfico DD – 4.3.9.3.1 Principais ações, por categoria, em 2023, em termos quantitativos _____	97
Gráfico EE – 4.3.9.3.2 Detalhamento de ações pactuadas por categorias, em 2023, em termos quantitativos _____	98
Gráfico FF – 4.3.9.4 Situação atual dos empreendimentos relacionados à Ação Orçamentária 5538, em termos quantitativos _____	102
Gráfico GG – 4.3.11.1 Quantidade de processos tramitados na CPRON, por matéria, em 2023 _____	108
Gráfico HH – 4.3.11.2 Quantidade de Portarias de Pesquisas Arqueológicas Autorizadas pelo Iphan entre 2022 e 2023 _____	109
Gráfico II – 4.3.11.3 Quantidades de Portarias de Pesquisas Arqueológicas emitidas pelo Iphan - 2023 (Nacionais x Estaduais) _____	109
Gráfico JJ – 4.3.11.4 Quantidade de processos analisados na COSOC, por tipologias de assunto, em 2023 _____	110
Gráfico KK – 4.3.11.5 Situação das Instituições de Guarda e Pesquisa cadastradas no CNIGP, em termos percentuais _____	111
Gráfico LL – 4.4.1.1 Ocupação de Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2023 _____	125
Gráfico MM – 4.5.6.1 Histórico da Evolução dos Gastos com pessoal, pelo Iphan – Valores empenhados, em R\$ _____	128
Gráfico NN – 5.1.1.1 Execução de Custeio do Iphan, em 2023 – Dotação Atualizada versus Despesas Empenhadas, pelo Iphan (em R\$), por Ação Orçamentária _____	149
Gráfico OO – 5.1.1.2 Execução de Custeio do Iphan, em 2023 (em %) _____	150
Gráfico PP – 5.1.1.3 Detalhamento de Gastos com Pessoal, pelo Iphan, em 2023 (em %) _____	151
Gráfico QQ – 5.1.1.4 Detalhamento de Investimentos, em 2023 (em %) _____	151



Sumário

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan)	22
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	23
2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas	23
2.1.1 - Metodologia de elaboração do Relatório de Gestão	26
2.2 - Estrutura Organizacional	27
2.3 - Estrutura de Governança	28
2.4 - Modelo de Negócios	29
2.5 - Cadeia de Valor	29
2.5.1 - Macroprocessos Finalísticos	30
2.6 - Políticas e Programas de Governo	30
2.7 - Ambiente Externo	31
2.8 - Determinação da Materialidade das Informações	32
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	32
3.1 - Gestão de Riscos	32
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	32
4.1 - Estratégia	32
4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do Iphan de Gerar Valor	34
4.2.1 - Ouvidoria	34
4.2.2 - Formas de acesso ao serviço de informação ao cidadão do Iphan	42
4.2.2.1.1 - Eletrônica	42
4.2.2.1.2 - Via Correios	43
4.2.2.1.3 - Atendimento presencial	43
4.2.3 - Carta de Serviços ao Cidadão	46
4.2.4 - Auditoria Interna	46
4.2.5 - Comissão de Ética	47
4.2.6 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação	49
4.2.7 - Política de Integridade	50



4.2.8 - Corregedoria do Iphan	50
4.2.8.1 - Procedimentos Disciplinares por Tipo, Concluídos e Assunto	51
4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão	52
4.3.1 - Ações de cooperação e fomento no nível nacional e internacional	52
4.3.1.1 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito nacional	54
4.3.1.2 - Reconhecimento, gestão e monitoramento dos bens culturais em âmbito internacional	54
4.3.1.3 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito internacional	55
4.3.1.4 - Publicações Editadas	56
4.3.2 - Ações do Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial	57
4.3.3 - Ações do Centro Lúcio Costa	57
4.3.4 - Ações do Centro de Documentação do Patrimônio	60
4.3.5 - Ações de proteção ao patrimônio material	62
4.3.5.1 - Ações de Identificação e Reconhecimento	62
4.3.5.2 - Ações de Normatização	66
4.3.5.3 - Ações de Fiscalização	69
4.3.5.4 - Ações de Conservação	73
4.3.6 - Ações do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx	76
4.3.7 - Ações de promoção e sustentabilidade ao patrimônio imaterial reconhecido	77
4.3.7.1 - Planos de Salvaguarda	77
4.3.7.2 - Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial	78
4.3.7.3 - Planos de Ação Aprovados	81
4.3.7.4 - Monitoramento de Ações de Salvaguarda Desenvolvidas pelas Superintendências para Bens Registrados	81
4.3.7.5 - Planos de Ação Aprovados para a Promoção e Sustentabilidade de Bens Registrados	84
4.3.7.6 - Ações de Identificação e Reconhecimento de Bens Imateriais	85
4.3.7.7 - Demais ações consideradas relevantes no âmbito do Patrimônio Imaterial	86
4.3.8 - Ações do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular	89
4.3.8.1 - Sala do Artista Popular (SAP)	90
4.3.8.2 - Divisão de Pesquisa	90
4.3.8.3 - Museu do Folclore Edison Carneiro	91
4.3.8.4 - Biblioteca Amadeu Amaral (BAA)	91



4.3.8.5 - Difusão	92
4.3.8.6 - Docência, Participação em Bancas e Núcleos de Pesquisa	93
4.3.8.7 - Parcerias	94
4.3.9 - Ações de preservação do patrimônio das cidades históricas	95
4.3.9.1 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas	96
4.3.9.2 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	96
4.3.9.3 - As principais categorias das ações no exercício de 2023	97
4.3.9.4 - Situação Atual	102
4.3.9.5 - Instrumentos	104
4.3.10 - Ações relativas ao Licenciamento Ambiental	107
4.3.11 - Ações na área de Arqueologia	108
4.3.12 - Demais ações consideradas relevantes pelo Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais	117
4.3.13 - Programa de Gestão e Responsabilidades Compartilhadas	118
4.4 - Gestão de Pessoas	120
4.4.1 - Aspectos importantes relacionados ao quadro de servidores	120
4.4.2 - Ações de Capacitação/Desenvolvimento	125
4.4.3 - Afastamentos para cursar Pós-Graduação Stricto Sensu	126
4.4.4 - Licença para Capacitação	127
4.4.5 - Gratificação por encargo de Curso ou Concurso	127
4.5.6 - Gastos com pessoal	127
4.5 - Gestão de Licitações e Contratos	128
4.5.1 - Contratações 2023 Iphan	129
4.5.2 - Contratações 2023 Iphan-Sede	129
4.5.3 - Contratações 2023 Iphan Superintendências	129
4.5.4 - Funcionamento administrativo - Detalhamento	130
4.5.5 - Principais contratações diretas Iphan-Sede e Superintendências	130
4.5.6 - Informações relativas às transferências voluntárias de recursos	133
4.6 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura	134
4.7 - Gestão da Tecnologia da Informação	135
4.7.1 - Modelo de governança de TIC e conformidade legal	135



4.7.2 - Montante de Recursos aplicados em TIC _____	135
4.7.3 - Contratações mais relevantes de recursos de TIC _____	136
4.7.4 - Principais iniciativas (projetos) e resultados na área de TIC por cadeia de valor _____	136
4.7.5 - Principais iniciativas (sistemas) e resultados na área de TIC por cadeia de valor _____	137
4.7.6 - Transformação Digital de Serviços Públicos/Novos sistemas previstos no Plano de Transformação Digital _____	137
4.7.7 - Segurança da Informação _____	139
4.8 - Sustentabilidade Ambiental _____	139
4.8.1 - Aspectos sobre a gestão ambiental _____	140
4.8.2 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras _____	140
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS _____	141
5.1 - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis _____	141
5.1.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesas _____	145
5.1.2 - Informações Contábeis _____	155



1. Mensagem do presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Após o primeiro ano de gestão à frente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apresentamos o Relatório de Gestão de 2023. O documento, construído de forma integrada pelos Departamentos, Superintendências e Unidades Especiais, é uma ferramenta de transparência e prestação de contas das ações realizadas no exercício de 2023.

A retomada de projetos e a expansão das atividades já desempenhadas pelo IPHAN marcaram o primeiro ano de gestão, em que reorganizamos e reestabelecemos nossa estrutura e nosso regimento, e definimos as nossas diretrizes, graças a um processo de escuta com os servidores e com a sociedade. Um trabalho conjunto que já mostra resultados.

É fundamental destacar a dedicação e competência do corpo técnico do Instituto que, nas suas diversas áreas de atuação, conduziu com excelência suas atividades, desenvolvidas em todas as unidades federativas do País. Somos 27 Superintendências, 37 Escritórios Técnicos e seis Unidades Especiais.

Com 87 anos de existência, o IPHAN responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, que abrange bens culturais materiais, imateriais e arqueológicos. O IPHAN também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Os números nos ajudam a compreender a grandiosidade e a complexidade do trabalho desenvolvido por este Instituto. São 1.196 bens tombados; 602 bens ferroviários valorados; 36,9 mil sítios arqueológicos cadastrados; 53 bens culturais imateriais registrados; e 7 línguas inscritas no Inventário Nacional de Diversidade Linguística.

Com obras entregues por todo País, importantes bens culturais foram recuperados e devolvidos à sociedade. No ano de 2023, o Governo Federal anunciou a destinação de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) para 138 empreendimentos do Novo PAC Patrimônio Cultural e outros R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a contratação de projetos de restauro no escopo do PAC Seleções.

Muitos foram os avanços que podemos citar, que ilustram a valorização dos povos e comunidades tradicionais, da cultura de matriz africana e indígena e dos grupos e territórios historicamente excluídos. A publicação da Portaria IPHAN nº 135, de 20 de novembro de 2023, que tornou mais célere o tombamento de quilombos, com seus territórios, elementos naturais e arquitetônicos, como patrimônio cultural do País é um exemplo de construção coletiva do IPHAN, tanto interna quanto com a sociedade civil, e que envolveu uma parceria com outras instituições do Governo Federal.

O ano de 2023 também marcou a nacionalização e estruturação do projeto dos Canteiros-Modelo de Conservação. A iniciativa que o IPHAN vem implementando em cidades históricas consiste na oferta de assistência técnica pública e gratuita para o desenvolvimento e a qualificação de intervenções de conservação de bens tombados que sejam de proprietários hipossuficientes e famílias de baixa renda. Com um investimento de mais de R\$ 13,5 (treze milhões e quinhentos mil), apenas em 2023, oito cidades brasileiras receberam o projeto.

Também reforçamos nossa atuação no campo da Arqueologia, com a execução de R\$ 13 (treze milhões) em planos de ação voltados para cadastramento, identificação, conservação e socialização de bens e sítios arqueológicos. Foi o maior investimento já feito pelo Instituto no campo da Arqueologia, cujas ações possuem acompanhamento tanto pelas Superintendências estaduais, quanto pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA), unidade especial competente para elaborar políticas e estratégias para a preservação do patrimônio arqueológico nacional.

A destinação recorde de recursos para o patrimônio imaterial foi outra conquista de 2023, em que consolidamos o reestabelecimento da Política de Salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Retomamos o Edital do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e atuamos de uma forma mais próxima à sociedade civil. O Instituto também recriou uma área específica para processos de identificação e reconhecimento da diversidade linguística do País e lançou repositórios digitais para o patrimônio imaterial.

Seguindo o conceito de aproximar cada vez mais o IPHAN da sociedade, a educação patrimonial também foi uma prioridade de 2023. O agora Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE) alcançou a marca de R\$ 9,9 (nove milhões e novecentos mil) de investimentos.

Foi um ano de muito diálogo – com a população e com as mais diversas instituições públicas e privadas – e de muitas entregas. Em que diversificamos os investimentos para territórios e segmentos historicamente excluídos. E, sem dúvida, nos aproximamos mais da sociedade.

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Leandro Antonio Grass



2. Capítulo 1 - visão geral organizacional e ambiente externo

2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é a designação atual da instituição brasileira de preservação do patrimônio cultural criada em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa denominação foi utilizada pela instituição em dois momentos: de 1970 a 1979; e a partir de 1994.

As atribuições do Estado em relação à preservação do patrimônio cultural brasileiro estão previstas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. De forma contundente, o preceito constitucional, por si só, já demonstra as enormes responsabilidades que recaem sobre a instituição, expressando a relevância da preservação cultural para o conjunto da sociedade.

O Iphan é uma autarquia federal, vinculado ao Ministério da Cultura, nos termos do artigo 2º, inciso V, alínea “a”, item 2, do Anexo I do Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, e tem atuação administrativa em todo o território nacional.

Institucionalmente, por meio da Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023, a Autarquia definiu detalhadamente sua estrutura regimental, a organização das competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes. A estrutura organizacional básica e o quadro demonstrativo de cargos em comissão e funções gratificadas constam do Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023.

A Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, instituiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Originalmente o órgão foi denominado de Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em função de diversas manifestações contrárias à adoção do nome IBPC, em 1994, por meio da Medida Provisória nº. 610, de 08 de setembro de 1994, a Instituição voltou a ter a denominação Iphan que mantém até hoje).

O Iphan em números

De forma concisa, em grandes números, apresenta-se a seguir o vasto patrimônio cultural atualmente acautelado pelo Iphan:

O Patrimônio Cultural acautelado pelo Iphan

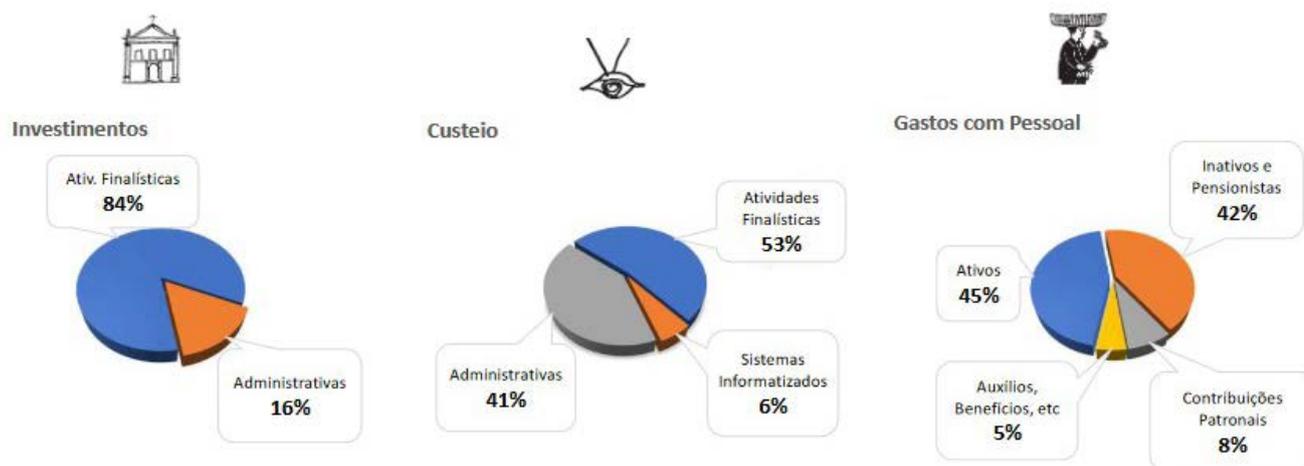


DEPAM, DPI e CNA/Iphan. Balanço 2023, extraído do gov.br/Iphan em 14/02/2023.



Para a consecução de sua missão institucional o Iphan articula seus gastos em três grandes frentes que amparam toda a atuação do órgão, quais sejam: Gastos com Pessoal (Ações 20TP – Ativos Civis da União, 0181 – Aposentadorias e Pensões Civis da União, 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, 212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, 216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos e 0005), Custeio (211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais, 2000 – Administração da Unidade e 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação) e Investimento (Ações 20ZH – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro e 5538 – Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados). A proporção desses gastos pode ser visualizada no esquema abaixo:

Gráfico A – 2.1.1 Informações sobre a execução das Despesas, pelo Iphan, no exercício de 2023



Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

O valor público gerado pelo Iphan em termos de produtos, resultados e impactos pode ser observado através dos Planos de Ação (PA) executados ao longo do exercício de 2023. Os PAs são os instrumentos utilizados para concretizar a atuação do órgão. É por meio desses PAs que os destinatários desses produtos, resultados e impactos são alcançados. Desse modo, em 2023, o Iphan executou 414 Planos de Ação decorrentes de recursos destinados a suas ações finalísticas. Além disso, 18 PAs foram subsidiados com recursos externos, através de Destaques Recebidos e Emendas Parlamentares. Os produtos e resultados gerados pela Autarquia em 2023, podem ser conferidos acessando o link a seguir: [Produtos e Resultados Gerados 2023](#).

Assim, em decorrência das previsões legais contidas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, são competências do Instituto, entre outras, preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro. Estas competências se desdobram em inúmeras ações que podem ser elencadas:

- Identificação e documentação;
- Reconhecimento do patrimônio por meio dos respectivos instrumentos legais, quais sejam: o Tombamento dos bens materiais [Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937](#), o Registro dos bens imateriais [Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000](#) e a valoração do patrimônio ferroviário [Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007](#);
- Cadastramento de sítios arqueológicos [Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961](#);
- Conservação, restauração e revitalização do patrimônio cultural protegido pela União;
- Salvaguarda de bens imateriais registrados;
- Elaboração de normas e procedimentos para as ações de preservação e promoção da difusão do patrimônio cultural brasileiro;
- Autorização de intervenções, de pesquisas arqueológicas e de saída de obras de arte do país [Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965](#);
- Fiscalização dos bens protegidos e respectivo exercício do poder de polícia administrativa;

- Aprimoramento de modelos e instrumentos de gestão da política de preservação de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos internacionais;
- Promoção e apoio à formação técnica especializada em preservação do patrimônio cultural; e
- Licenciamento ambiental, nos casos que requerem a intervenção do Iphan, de acordo com a [Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015](#).

Abaixo da Constituição Federal de 1988 (inciso LXXIII do art. 5º, incisos III e IV do art. 23, incisos VII e VIII do art. 24, inciso IX do art. 30 e artigos. 215, 216 e 216-A), um complexo conjunto de leis, decretos, portarias e resoluções organizam a atuação do Iphan em todo território nacional, quais sejam:

- [Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937](#) – Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública e cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), art. 46º e art. 130º;
- [Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937](#) – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- [Decreto-Lei nº 2.809, de 23 de novembro de 1940](#) – Dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo SPHAN;
- [Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941](#) – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública (letras “k” e “l” do art. 5º);
- [Decreto-Lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946](#) – Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei nº 378/1937, e dá outras providências;
- [Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961](#) – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- [Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965](#) – Regula a ação popular (§ 1º do art. 1º);
- [Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965](#) – Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico;
- [Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975](#) – Dispõe sobre o tombamento de bens no Iphan;
- [Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979](#) – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências;
- [Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#) – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências (inciso III do art. 1º e art. 4º);
- [Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990](#) – Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências (inciso II e § 1º do art. 2º);
- [Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990](#) – Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e da Biblioteca Nacional;
- [Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#) – Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (art. 62º ao 65º);
- [Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998](#) – Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, a preservação da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na citada lei (art. 10, 11 e 12);
- [Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000](#) – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências;
- [Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007](#) – Regulamenta a Medida Provisória n.º 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S. A., altera dispositivos da [Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001](#), e dá outras providências (inciso IV do art. 5º e art. 7º);



- [Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007](#) – Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei n.º 10.233/2001, e dá outras providências (art. 9º);
- [Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010](#) – Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências;
- [Portaria Iphan nº 200, de 18 de maio de 2016](#) – Regulamenta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI);
- [Portaria Iphan n.º 375, de 19 de setembro de 2018](#) – Institui a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM);
- [Decreto nº 9.889, de 27 de junho de 2019](#) – Dispõe sobre o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;
- [Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022](#) – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Iphan e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;
- [Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023](#) – Altera o Decreto nº 11.178/2022 e aprova a atual estrutura regimental da Autarquia;
- [Portaria Iphan nº 135, de 20 de novembro de 2023](#) – Dispõe sobre a regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos;
- [Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023](#) – Aprova o Regimento interno do Iphan e dá outras providências;
- [Decreto nº 11.670, de 30 de agosto de 2023](#) – Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

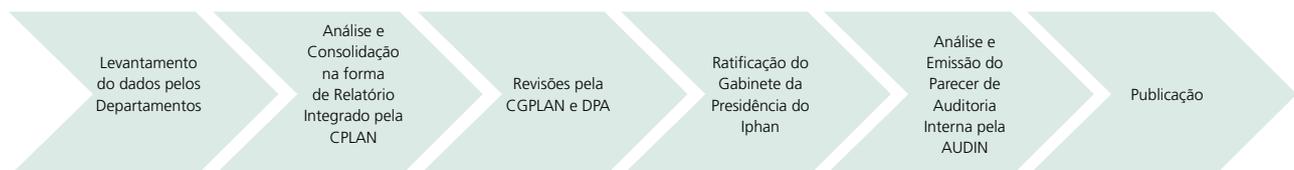
De modo organizado e de fácil consulta, o vasto conjunto de legislação que pauta a atuação do órgão, juntamente com acervos e publicações relacionadas às atividades finalísticas desenvolvidas pelo Iphan, estão disponíveis no endereço eletrônico da Autarquia: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos>.

2.1.1 - Metodologia de elaboração do Relatório de Gestão

A elaboração do Relatório de Gestão do Iphan é atribuição da Coordenação de Planejamento e Projetos (CPLAN/CGPLAN), de acordo com o Regimento Interno do órgão. Tendo em vista a metodologia já definida, os dados são fornecidos pelos Departamentos do Instituto, que apontam os principais produtos e entregas para a sociedade e realizam um balanço de suas atividades, identificando, inclusive, as oportunidades de melhorias encontradas na realização destas.

Os dados recebidos são analisados e consolidados pela CPLAN, que realiza o esforço de adequá-los ao modelo de Relato Integrado. Para que esse processo seja construído de modo colaborativo entre os departamentos do órgão, a CPLAN, em conjunto com a Auditoria Interna (AUDIN) do Iphan, elaborou um guia com orientações facilitadoras que, em consonância com o Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado do TCU, traz à tona a visão de que o relatório integrado deve ser um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazos (Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado do TCU, p. 13).

Na sequência, o Relatório de Gestão é revisado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPLAN/DPA) e encaminhado ao Departamento de Planejamento e Administração (DPA), para ratificação e encaminhamento ao Gabinete da Presidência (GAB-PRES) para leitura, análise ratificação final. Esse Gabinete envia, em seguida, o Relatório de Gestão em tela à AUDIN para análise desse documento e apresentação de Parecer da Auditoria Interna sobre prestação de contas do exercício de 2023, em cumprimento ao disposto no § 6º, do artigo 15, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000 e em conformidade com a Instrução Normativa (IN) SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021.



Quanto aos critérios adotados para elaborar o Relatório de Gestão, a metodologia segue basicamente 4 grandes referenciais:

- 1) O Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado do Tribunal de Contas da União (TCU), já em sua terceira edição, com as orientações da nova regulamentação geral de prestação de contas, estabelecida na Instrução Normativa (IN) TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, que manteve a adoção de estrutura de conteúdo e de diretrizes que vêm sendo implementadas desde as contas do exercício de 2018, modelo esse fortemente alinhado com o modelo de Relato Integrado (International Integrated Reporting Council – IIRC);
- 2) A Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022, que estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos da IN TCU nº 84/2020;
- 3) A Cadeia de Valor Integrada do Iphan, com os Macroprocessos identificados e mapeados;
- 4) O Planejamento Estratégico do Iphan (PEI) 2021-2024, que, quando elaborado, contou com as oficinas coordenadas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), trazendo os Objetivos, os Indicadores e as Metas voltados para os resultados e desempenho da Gestão.

Por fim, na identificação dos projetos estratégicos da Autarquia, foram considerados os seus Planos Orçamentários (PO), quais sejam:

- Ação 20ZH (PO 0001) – Identificação, Reconhecimento e Normatização do Patrimônio Cultural;
- Ação 20ZH (PO 0002) – Fiscalização e Monitoramento do Patrimônio Cultural Brasileiro;
- Ação 20ZH (PO 0003) – Conservação, Apoio e Fomento do Patrimônio Cultural;
- Ação 20ZH (PO 0004) – Promoção, Educação e Informação para o Patrimônio Cultural;
- Ação 20ZH (PO 0005) – Fortalecimento Institucional e Cooperação para a Política Nacional de Patrimônio Cultural; e
- Ação 5538 (PO 0000) – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas - Despesas Diversas.

2.2 - Estrutura Organizacional

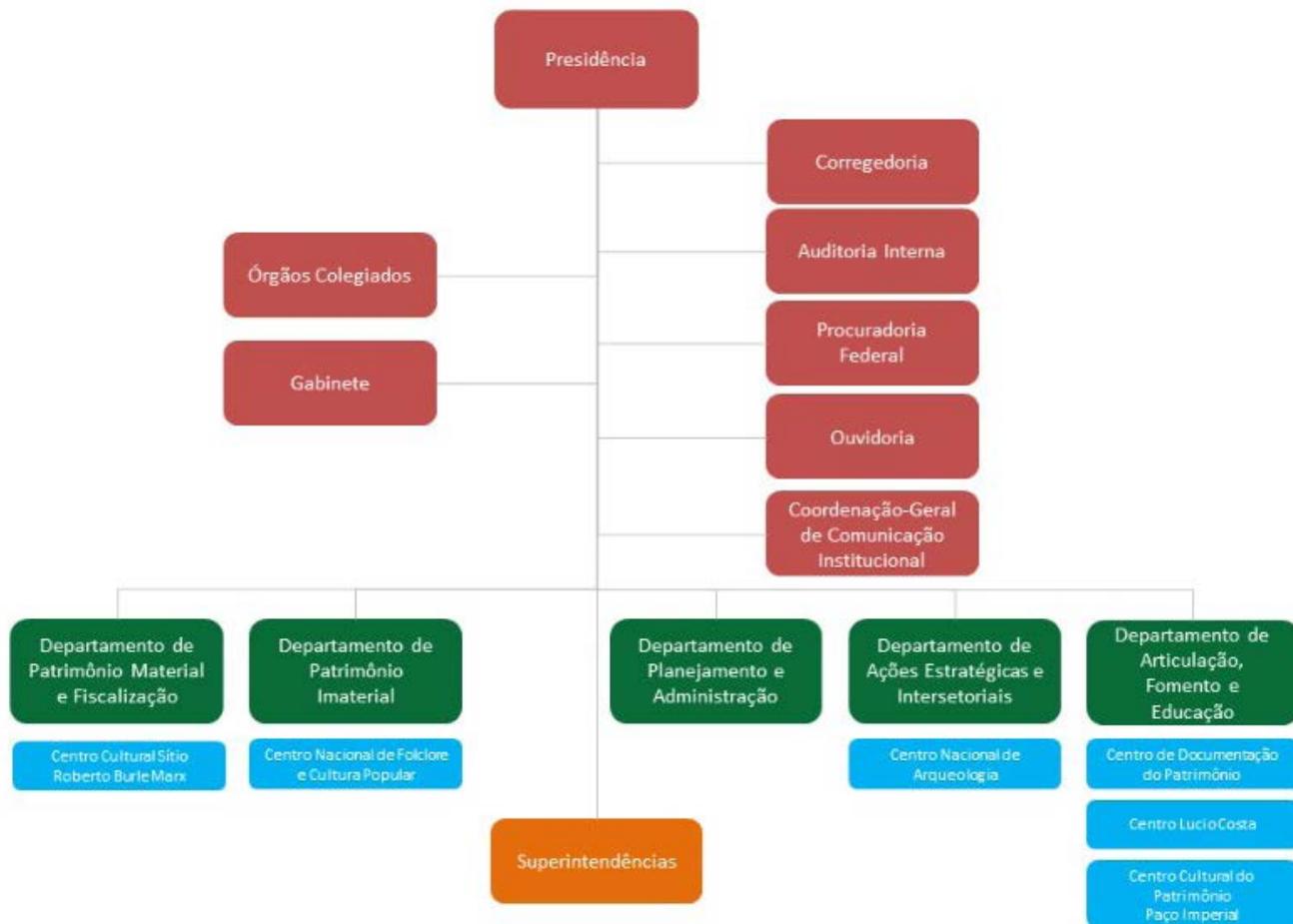
Atualmente o Iphan se estrutura por meio de 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa), 37 Escritórios Técnicos e 6 Unidades Especiais (4 localizadas no Estado do Rio de Janeiro/RJ e 2 no Iphan/Sede, em Brasília, localizado no Distrito Federal/DF).

Com a edição do Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023, alterou-se a estrutura organizacional do Instituto instituída pelo Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Iphan, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Dentre as diversas melhorias determinadas pela nova estrutura, pode-se ressaltar que as alterações apresentadas pelo Decreto nº 11.807/2023 adequaram o Iphan aos princípios da Governança Pública, permitindo uma atuação mais eficaz e eficiente. Destaca-se, ainda, que a reestruturação regimental decorrente do Decreto supracitado teve como consequência a redução de 43 Cargos Comissionados Executivos (CCE) e o aumento de 64 Funções Comissionadas Executivas (FCE) no âmbito do Iphan. Assim, esta Autarquia aumentou o seu quadro de cargos, potencializando ainda mais a ocupação destes por servidores efetivos. Com este aumento de quantitativo de cargos, a nova gestão do Iphan, além de valorizar mais os servidores efetivos, buscou ajustar o fluxo de processos e as atividades finalísticas, dando mais celeridade ao atendimento de demandas dos departamentos, e consequentemente, gerando mais entregas qualificadas à sociedade.

A administração central funciona em dois endereços: no Edifício Iphan/Sede, em Brasília/DF e no Palácio Gustavo Capanema (PGC), no Rio de Janeiro/RJ, que se encontra temporariamente em reformas. De acordo com a legislação em vigor, a atual estrutura organizacional do Instituto foi estabelecida por intermédio do Decreto nº 11.807/2023.





Visualizando o organograma acima é possível observar que atualmente, a autarquia conta com 5 departamentos: Departamento de Planejamento e Administração (DPA), Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais (DAEI) e Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE).

Além dos departamentos supramencionados, pode-se citar a existência de 6 Unidades Especiais: Centro Nacional de Arqueologia (CNA), Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (CCSRBM), Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial (CCPPI), Centro Lucio Costa (CLC) e Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), 27 Superintendências estaduais, além de 37 Escritórios Técnicos distribuídos pelos municípios mais relevantes e estratégicos para o patrimônio cultural.

Maiores informações sobre os serviços prestados para a sociedade e o horário de funcionamento da entidade recomenda-se a consulta da Carta de Serviço ao Cidadão (CSC) atualizada e correspondente ao exercício de 2022 <https://www.gov.br/iphan/pt-br/ acesso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servicos-ao-cidadao>.

2.3 - Estrutura de Governança

No desempenho de suas atribuições legais de coordenar as políticas públicas de preservação patrimonial em nível nacional, o Iphan, em sintonia com as melhores práticas de gestão, desenvolveu uma estrutura de governança pública ao mesmo tempo ágil, transparente e eficiente. Dessa forma, a Presidência conta, no processo de tomada de decisões e na definição de políticas públicas, com 4 instâncias colegiadas de assessoramento e deliberação, que se complementam e se articulam:

Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural: de acordo com a legislação vigente, ou seja [Decreto nº 11.670, de 30 de agosto de 2023](#), compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, registros de bens culturais de natureza imaterial e saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, além de se manifestar acerca de outras questões relevantes propostas pelo presidente do Iphan. Ainda, conforme a [Portaria de Pessoal MinC nº 1.201, de 21 de novembro de 2023](#), o Conselho tem o dirigente máximo do Iphan como presidente e é composto por 14 representantes de instituições públicas e privadas e seus respectivos suplentes, e 15 profissionais de notório saber e comprovada experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural. O mandato dos conselheiros é de 12 meses, contados da data da publicação do ato de designação, permitida uma recondução.

É vasto o conjunto de atribuições da Diretoria Colegiada previsto na legislação, sendo competente para: estabelecer as diretrizes e estratégias do Iphan; aprovar e coordenar as políticas institucionais; opinar sobre os planos de ação e as propostas referentes

ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas do instituto; examinar, opinar e decidir sobre as questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais; apreciar as propostas de edição de normas de âmbito nacional; aprovar o regimento interno do Iphan e zelar pelo seu cumprimento; assessorar o Presidente do Iphan; apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as unidades do Iphan no exercício de suas atribuições; analisar, discutir e decidir sobre as matérias relevantes para o órgão. É composta pelo Presidente do Iphan, que o presidirá, e pelos 5 Diretores de Departamento.

Comitê Gestor: Conforme dispõe a [Portaria Iphan nº 152, de 8 de fevereiro de 2024](#), é composto pelo Presidente do Iphan, que o presidirá, pelos Diretores de Departamentos, pela Procuradora-Chefe junto ao Iphan, pelos Superintendentes e pelos Diretores das Unidades Especiais. Cabe ao Comitê Gestor colaborar na formulação, consecução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro; propor ações de articulação com os outros órgãos, programas e ações culturais do Ministério da Cultura e com outros setores de interesse do patrimônio; colaborar na formulação do planejamento estratégico e orçamentário e do desenvolvimento institucional do Iphan; participar da elaboração de propostas e diretrizes para implementação dos Planos Anuais de Ação; propor diretrizes para a política de recursos humanos e implantação de instrumentos voltados para seu desenvolvimento; elaborar propostas para o estabelecimento de normas técnicas e administrativas de abrangência nacional; e apreciar todos os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria Colegiada.

Comissão de Ética: Ela tem como competência atuar como instância consultiva do Presidente e dos agentes públicos do Iphan; aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; representar a autarquia na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º do [Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007](#); supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República situações que possam configurar descumprimento de suas normas; analisar denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração; instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos; requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes a agentes públicos e a órgãos e autarquias de outros entes da federação ou de outros Poderes da República; planejar, orientar e supervisionar ações de cunho educativo relacionados à ética dentro da instituição; e desenvolver, apoiar e fomentar iniciativas para o fortalecimento da integridade no Instituto.

2.4 - Modelo de Negócios

Sob o escopo da missão desta Autarquia, qual seja, promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural, o Iphan atua de forma descentralizada, para garantir que as políticas públicas do patrimônio cultural possam impactar a sociedade.

Nesse contexto, o modelo de negócios do Iphan é guiado por sua alta direção, que estabelece as diretrizes e as estratégias para o alcance dos objetivos institucionais. A alta direção conta com uma vasta equipe de apoio que difunde essas estratégias e diretrizes e monitora sua execução. A última linha de atores está pulverizada em todo o território nacional executando os planos e os projetos, com base nos direcionamentos estipulados pela alta direção.

Essa engrenagem é interligada por meio dos conjuntos de macroprocessos que integram a Cadeia de Valor do órgão e possibilitam uma sincronia, contribuindo para que as políticas públicas do patrimônio cultural sejam concretizadas.

Essa arquitetura de negócios do Iphan está representada de forma sintética e esquemática no [Mapa Estratégico](#), que estabelece a Missão, a Visão de Futuro e os Valores Institucionais da Autarquia, e na [Cadeia de Valor Integrada do Iphan](#).

2.5 - Cadeia de Valor

Uma das iniciativas promovidas pelo Transforma.Gov foi o desenvolvimento da Cadeia de Valor do Iphan. Esse projeto contou com a parceria da Coordenação de Gestão e Governança Institucional (CGGI), da Secretaria de Gestão (SEGES) do antigo Ministério da Economia.

A construção da Cadeia de Valor permite coordenar processos e mapear quais as vantagens competitivas da corporação. Sua principal função é revelar todas as atividades que a instituição produz para gerar valor ao público, e estabelecer quais os elos entre o órgão e a sociedade. Ao fortalecer as ligações, é possível desenvolver vantagens competitivas para a instituição, contribuindo para a percepção dos resultados entregues.

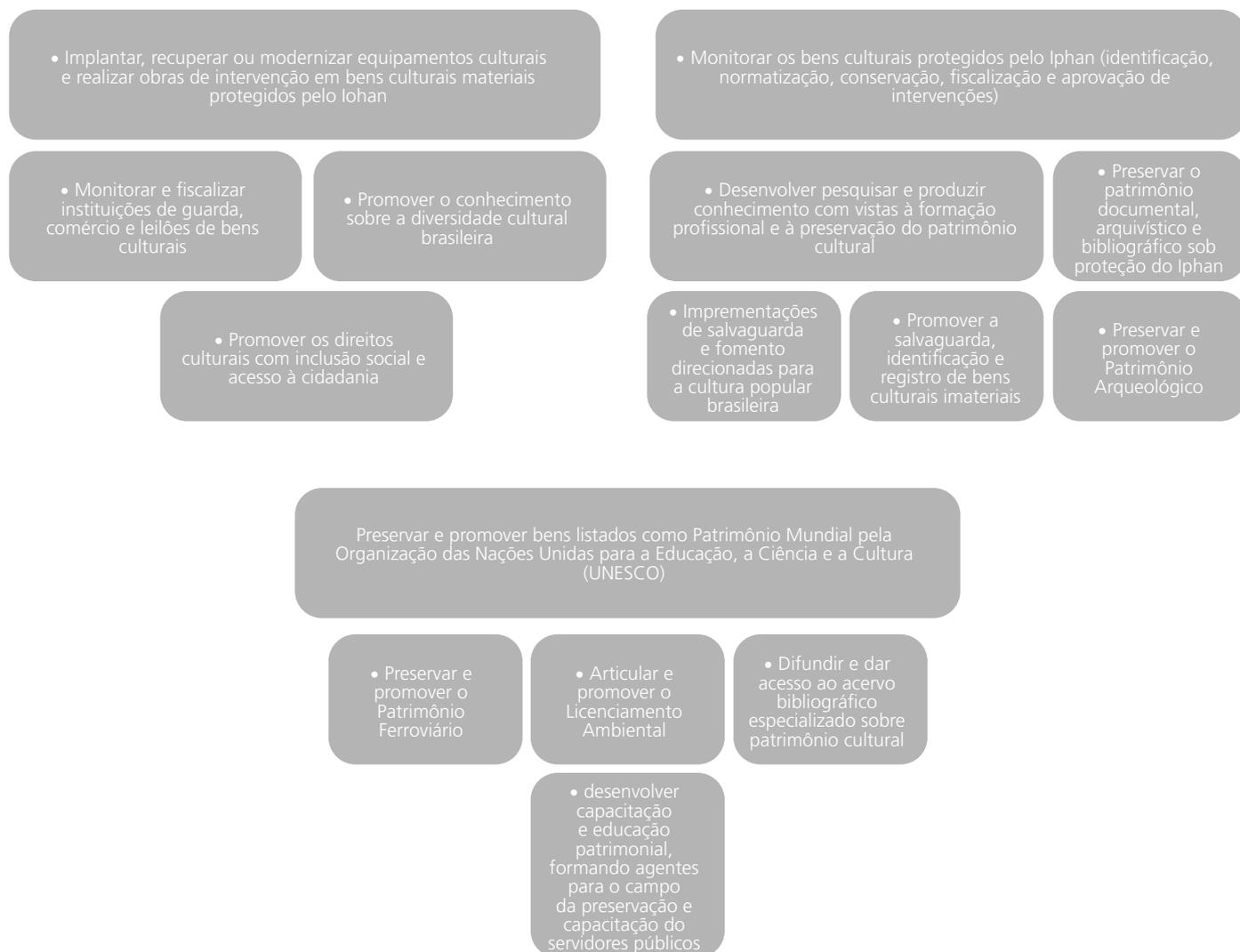
O conjunto de macroprocessos do Iphan é formado pela totalidade de suas atribuições regimentais e contribui para a consecução da missão institucional do órgão. No conjunto, envolve atividades de suporte, gerenciais e finalísticas e atribuem, em cada etapa dos processos, valores públicos às entregas do instituto. Esse conjunto de atividades pode ser encontrada na Cadeia de Valor Integrada do Iphan.

Por intermédio do link inserido na página 15 será possível ter acesso, não somente à listagem de produtos e resultados gerados, como aos gráficos mencionados.



2.5.1 - Macroprocessos Finalísticos

Na busca por entregar efetivamente valor público à sociedade e aos cidadãos que utilizam os serviços prestados pelo Iphan, os macroprocessos finalísticos estão ligados à essência do funcionamento do órgão e aos objetivos da organização. Esses macroprocessos, representados abaixo, refletem à atuação dos departamentos finalísticos da Autarquia e resultam nos produtos desejados para usufruto da sociedade.



2.6 - Políticas e Programas de Governo

O Iphan integra a estrutura regida pelo [Decreto nº 11.336/2023](#), que estabeleceu a organização básica dos órgãos do Ministério da Cultura. Entre as competências regimentais do Iphan aprovadas pela [Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023](#), estão a análise do plano anual, plano plurianual, da proposta orçamentária e do desenvolvimento institucional, de forma a estabelecer metas e indicadores de desempenho dos planos, programas, projetos e atividades.

O Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2020 a 2023 foi instituído pela [Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019](#), regulamentada pelo [Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020](#), que define princípios e procedimentos para a governança e gestão do Plano.

De acordo com a legislação vigente, no Plano Plurianual de 2020-2023, as atribuições do Iphan estavam previstas e englobadas, do ponto de vista orçamentário, no Programa 5025 – Cultura. Há, ainda, formalmente a vinculação ao Objetivo 1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural.

Do ponto de vista da Lei Orçamentária Anual, o Iphan é responsável por executar 2 Ações Orçamentárias finalísticas cruciais para a política de preservação do patrimônio cultural, todas vinculadas ao programa orçamentário mencionado, quais sejam: Ação 20ZH – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; e Ação 5538 – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas. A execução orçamentária dessas ações está retratada, mais adiante, na seção que trata da Gestão Orçamentária e Financeira.

O Iphan viabiliza a execução dessas Ações Orçamentárias por intermédio dos seus Planos de Ação (PA). De forma resumida, PA é um instrumento de gestão para um território específico e delimitado. Entre outros elementos, define diretrizes, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público em suas diversas instâncias e a articulação com ações do setor privado e de organizações da sociedade. O controle e a gestão dos PA vinculados a cada unidade administrativa integrantes da estrutura organizacional do Iphan é vinculado ao respectivo departamento gestor. A imagem a seguir demonstra, por departamento, a quantidade de PA que tiveram recursos empenhados em 2023.



A imagem reflete o valor gerado em termos de produtos, resultados e impactos gerados pela atuação do Iphan aos cidadãos. Nesse sentido, ao longo do exercício orçamentário de 2023, o Iphan desenvolveu 414 Planos de Ação finalísticos, abrangendo toda área de atuação da Autarquia, como tombamento, arqueologia, registro, fiscalização, licenciamento ambiental etc.

Vale ressaltar que o Iphan, ao desenvolver suas atividades institucionais, não celebrou qualquer contrato de gestão, motivo pelo qual, não foram mencionados neste relatório.

2.7 - Ambiente Externo

O ano de 2023 foi marcado pelo retorno do Iphan como uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, que foi refundado neste mesmo ano. Com isso, foi possível perceber um significativo aumento nos investimentos atrelados à cultura brasileira e, consequentemente, ao patrimônio cultural do Brasil.

Tendo em vista o anseio da sociedade para que uma atenção maior fosse dada aos setores culturais do país, fomentando o acesso da população as políticas públicas que contemplassem ações afirmativas nessa área, o Iphan empreendeu esforços e, em 2023, realizou um dos maiores investimentos para salvaguardar e acautelar o patrimônio cultural brasileiro. No total, o investimento para a Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro ultrapassou o montante de R\$ 88.000.000,00 (oitenta e oito milhões de reais). Já a Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas superou o valor de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais).

No processo de retomada e fortalecimento da política cultural, foram alocadas grandes quantias com a finalidade de fortalecer a política de preservação patrimonial. Em 2023, de forma inédita, o Iphan realizou o maior investimento na área de arqueologia, com a execução do montante de R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais) em planos de ação voltados para recadastramento, identificação, conservação e socialização de bens e sítios arqueológicos. A reconstrução da política de preservação de bens culturais do país ganhou força por meio da consolidação da Política de Patrimônio Cultural Material. Os R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) executados em ações do PNPI para a salvaguarda do patrimônio imaterial garantiram, entre outros avanços, o reestabelecimento da Política de Salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. A área de Educação Patrimonial também foi retomada, com investimento recorde na quantia total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), que proporcionaram a reestruturação da política de educação patrimonial.

Além disso, o Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE) iniciou a estruturação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, em 2023, e fechou parcerias com a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial, para implantação de Centros de Interpretação e Sinalização Turística, lançou a candidatura dos Modos de Fazer o Queijo Minas a Patrimônio Mundial da Humanidade e realizou encontros com representantes designados pelos ministros e autoridades da Cultura dos países que integram o Mercosul para a proteção do Patrimônio Cultural na América Latina.

Também foram concluídos pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), os conteúdos dos Planos de Salvaguarda dos Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá; do Marabaixo; do Ritual *Yaokwa* do Povo Indígena *Enawene Nawe*; da Ciranda do Nordeste; e da Tava, lugar de referência para o Povo Guarani; e do Ofício dos Mestres de Capoeira e da Roda de Capoeira nos estados de Roraima e Rio Grande do Norte.

Projetos desenvolvidos de forma articulada com a sociedade e com outros países também foram destaque no âmbito do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM). Um dos exemplos emblemáticos foi a manutenção do Termo de Cooperação Técnica entre o Iphan e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Cerca de um terço do total dos bens tombados pelo Iphan são abrangidos pelo acordo.

Já o Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (CCSRBM), no Rio de Janeiro/RJ, agora consolidado como um modelo de gestão participativa, é apontado pelo departamento como um caso de sucesso na salvaguarda de um Patrimônio Mundial. E ainda em 2023, o departamento passou a incorporar entre suas atividades ações de projeção internacional, como aquelas identificadas com a UNESCO e o MERCOSUL.

2.8 - Determinação da Materialidade das Informações

A elaboração do Relatório de Gestão Integrado do Iphan é coordenada pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento, através da Coordenação de Planejamento e Projetos.

A estrutura do documento segue as orientações do TCU para a unidade prestadora de contas e, além disso, envolveu um esforço para a produção de um conteúdo voltado para a sociedade, numa dinâmica descentralizada que considerou a participação das diversas áreas do Iphan.

Ressalte-se que o conteúdo referente aos resultados finalísticos foi organizado tendo em vista os valores gerados pelo Instituto à sociedade, levando-se em consideração os dados fornecidos pelos Departamentos do órgão. Essa estrutura de conexão entre as diversas áreas do Iphan permite que as informações sejam prestadas pelos setores mais próximos da entrega das políticas públicas (Unidades Especiais e Coordenações), sejam validados pela instância superior (Coordenações-gerais), até chegar a nível da Alta Administração (Departamento Gestores).

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1 - Gestão de Riscos

Após a publicação do [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#), Plano de Gerenciamento/Gestão de Riscos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desenvolve um projeto para implementação de uma metodologia para gestão de riscos da entidade. Esses esforços têm o objetivo de cumprir as exigências regulatórias e atos normativos que foram desenvolvidas e publicadas nos últimos anos em especial as desenvolvidas pela Controladoria-Geral de União (CGU).

Mais precisamente, o Iphan organiza e desenvolve um conjunto de ações e processos internos que impactam, de forma efetiva, na sociedade brasileira, tornando o patrimônio histórico um instrumento de desenvolvimento cultural, social e econômico. Para isso, é relevante estabelecer, para o desenvolvimento de suas atividades, uma forma de atuação pautada na integridade, seja no ambiente interno ou externo. Além disso, nos últimos anos, os processos de controle administrativo, as ferramentas de transparência pública e governança avançaram e passaram a exigir dos órgãos públicos reestruturação, a fim de prever estruturas voltadas à prevenção e ao combate a atos de corrupção e fraudes. Para tanto, o projeto de alteração regimental proposto cria a Coordenação de Gestão da Integridade (CGINT), para que, junto com as unidades de Corregedoria, Ouvidoria, Auditoria, Assessoria de Comunicação e outras unidades de integridade, possam garantir a instituição de programas de integridade na estrutura organizacional do Iphan.

Entretanto, as iniciativas de campo para a temática de gestão de riscos (mapeamento de processos, avaliação de riscos e implementação de controles internos) avançaram em um ritmo modesto no exercício 2023. O Instituto segue em busca da implementação da referida CGINT para que o tema tenha o devido andamento e fortaleça ainda mais a estrutura de integridade do Iphan.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1 - Estratégia



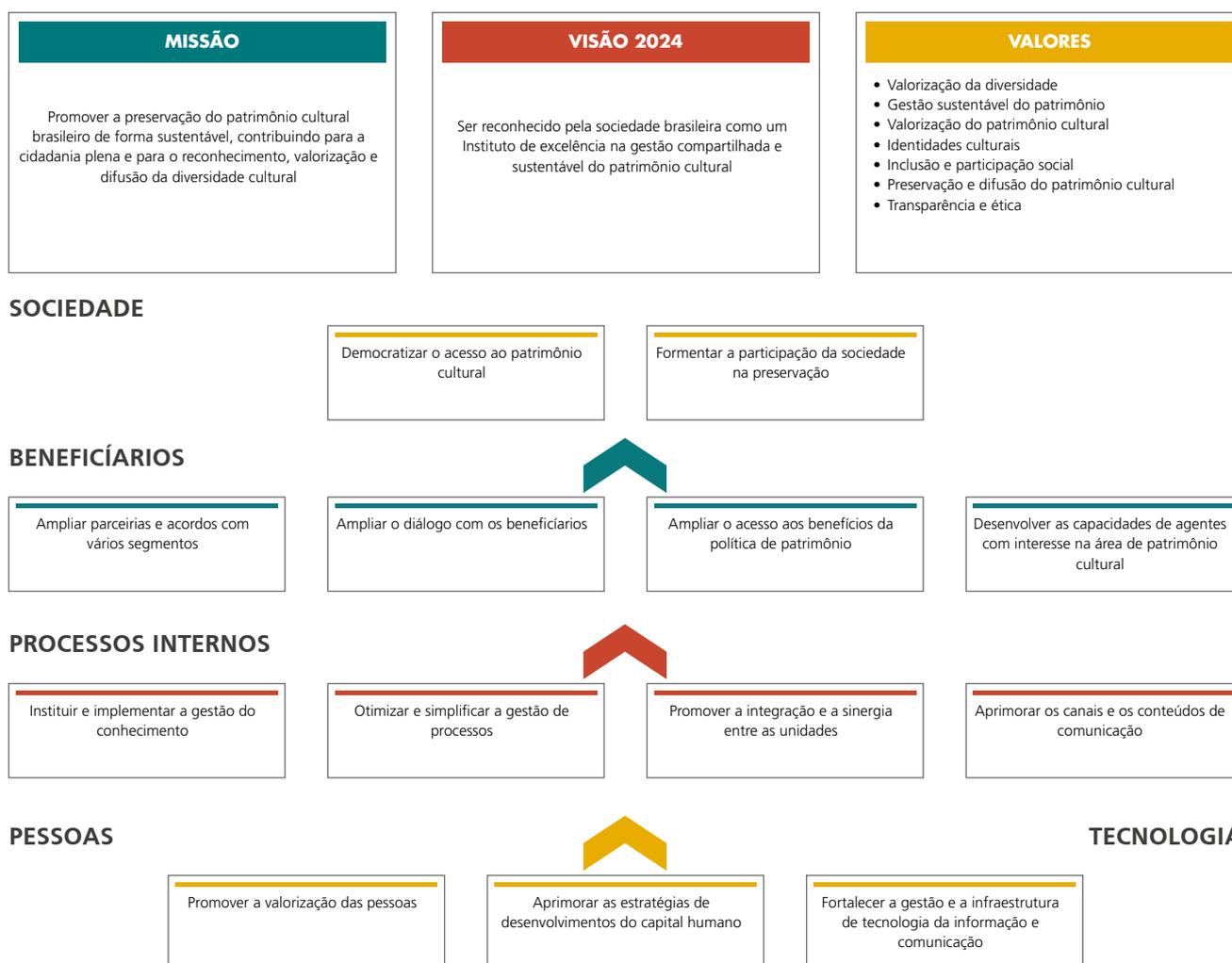
O [Planejamento Estratégico Institucional do Iphan](#) entra em seu último ano de vigência. O trabalho realizado em 2021 definiu 4 perspectivas institucionais, 13 objetivos estratégicos e 24 indicadores de desempenho pela Diretoria Colegiada do Iphan. As 4 perspectivas institucionais (Sociedade, Beneficiários, Processos Internos e Pessoas e Tecnologia), assim como os 13 objetivos estratégicos, em perspectiva com a missão, visão e valores do Iphan, podem ser visualizados na imagem abaixo.

De igual modo, para que o Planejamento Estratégico pudesse ser bem executado, foram projetadas metas para cada indicador atreladas aos Objetivos Estratégicos. Essas metas são os planos de curto prazo que possibilitarão o alcance dos objetivos de médio e longo prazos. São 24 metas, uma para cada indicador estratégico. Esse arranjo pode ser visualizado através do link a seguir: [Metas Planejamento Estratégico 2021-2024](#).

Estruturado em 4 grandes áreas que se complementam e sucedem, o Planejamento Estratégico prevê ações robustas, focadas e interligadas para o adequado gerenciamento das pessoas e da tecnologia. Definidas e implantadas ações concretas e efetivas quanto à gestão de pessoas e de Tecnologia da Informação (TI), o resultado irá impactar necessariamente sobre a estruturação dos processos internos, incrementando o desempenho institucional da Autarquia.

Ao longo do processo de execução das metas propostas ficou evidenciado um claro avanço na consecução dos objetivos do Instituto por meio dos acompanhamentos realizados. Oportunidades de melhorias também têm sido identificadas ao longo do processo. O novo Planejamento Estratégico 2025-2028 deve reforçar as boas práticas, aperfeiçoar os pontos de melhoria e fomentar o desenvolvimento das políticas do patrimônio cultural brasileiro, possibilitando ao Iphan uma visão de futuro que esteja alinhado com os Planos Plurianuais de governo.

MAPA ESTRATÉGICO DO IPHAN 2021-2024



4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do Iphan de Gerar Valor

O novo arranjo institucional do Iphan, implementado pela [Portaria Iphan nº 141, de 12 de dezembro de 2023](#), inovou ao normatizar a estrutura da Comissão de Ética do órgão. Ela atua como instância consultiva, não apenas do Presidente da Autarquia, mas também dos agentes públicos do Iphan.

Ao aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a referida comissão promove a ética no âmbito do órgão e desenvolve iniciativas para o fortalecimento da integridade no Instituto.

Além da Comissão de Ética, o Regimento Interno do Iphan traz a figura do Conselho Consultivo, instância composta por integrantes da sociedade com a competência exclusiva para se manifestar sobre todos os casos de tombamento e registro de bem imaterial. Dessa forma, de maneira absolutamente inovadora e vanguardista para os padrões da administração pública brasileira da época, foi criado um dos mais longevos e estáveis conselhos de políticas públicas do Estado brasileiro.

Assim, ao estabelecer em sua estrutura órgãos que visem a atuação ética de seus servidores e que dialoguem intensamente com a sociedade sobre a parte mais importante do ciclo da política pública de tombamento e registro por meio do Conselho Consultivo, o Iphan agrega valor público às suas entregas e fornece para os usuários finais de suas políticas públicas resultados efetivos ao exercer sua missão institucional.

Além disso, o novo Regimento Interno reinseriu na estrutura do órgão o Serviço de Escritório de Projetos e Processos (SEPP), no intuito de facilitar o planejamento, a modelagem, a análise, a implementação, a execução e a elaboração, o acompanhamento e o controle dos processos organizacionais disseminando a cultura de gerenciamento de processos no âmbito do Iphan. Ainda, acrescentou a figura do Serviço de Gestão, Monitoramento e Acompanhamento (SGMA), ao qual compete, dentre outras funções, levantar indicadores de desempenho dos processos organizacionais e prover o suporte técnico e metodológico às unidades do Iphan, buscando atingimento e cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento do órgão.

Logo, ao revitalizar sua estrutura interna, o órgão traz mais eficiência na sua atuação e potencializa a geração de valor por meio de processos orientados pelos resultados.

4.2.1 - Ouvidoria

A apresentação do Relatório Institucional, que contém informações sobre a atuação da Ouvidora-Geral do Iphan, almeja visibilizar os resultados deste ano de trabalho e garantir transparência às ações realizadas. Busca também, disseminar o campo de atuação da Ouvidoria com o objetivo de potencializar e aprimorar o atendimento do órgão por meio deste conhecimento compartilhado.

A Ouvidoria-Geral do Iphan, enquanto unidade recém-criada, enfrentou o desafio de consolidar sua atuação e propósito no seio desta Autarquia. Diante desse cenário, a equipe da Ouvidoria empreendeu esforços internos para desenvolver um planejamento estratégico robusto, delineando diretrizes claras que serviriam como guia na condução das ações, culminando na definição de eixos prioritários para sua atuação.

A primeira ação da gestão consistiu na interação direta com as funções de integridade do Iphan. Em reuniões produtivas com a equipe da Ouvidoria, foram estabelecidos os eixos iniciais de atuação, delineando as bases fundamentais para a atuação da Ouvidoria-Geral. Estes eixos compreendem o fortalecimento da equipe, o aprimoramento do recebimento e tratamento de demandas, a promoção da transparência ativa, o estímulo à ouvidoria interna, a Ouvidoria Ativa e integridade, bem como a comunicação institucional.

Propósito da Ouvidoria-Geral do Iphan

A missão da Ouvidoria-Geral do Iphan é promover o acolhimento, o atendimento e a mediação das diferentes necessidades e demandas da sociedade, atuando como um elo de confiança e colaboração entre os cidadãos (pessoas físicas e jurídicas), os trabalhadores do Iphan e a instituição como um todo.

Além disso, a Ouvidoria busca estabelecer relações transparentes e representativas, estimulando a confiança e a participação ativa do público interno e externo, promovendo o aprimoramento contínuo do patrimônio cultural e o fortalecimento das relações com a comunidade.

CRIAÇÃO DA OUVIDORIA-GERAL DO IPHAN

Anteriormente à edição do [Decreto nº 11.178, de 2022](#), que aprovou a nova estrutura do Iphan, as funções típicas de ouvidoria eram executadas pelo Departamento de Planejamento e Administração (DPA), e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e transparência ativa ficavam sob a responsabilidade da Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação do Iphan, vinculado ao Gabinete da Presidência. Apesar de serem atividades congêneres e utilizarem o mesmo sistema para tratamento das manifestações (Plataforma Fala.BR), eram administradas por áreas diferentes. Com o decreto, foi criado o órgão seccional Ouvidoria, subordinado à Presidência do Iphan.

A criação da Ouvidoria proporcionou:

- Consolidação do tratamento das manifestações e pedidos de acesso à informação;
- Equipe única de trabalho;
- Eliminação de sobreposição de finalidades entre estruturas;
- Mesma forma de comunicação com as unidades administrativas;
- Canal único para recebimento dos diferentes tipos de manifestação e pedidos de acesso à informação; e
- Estrutura hierárquica única, subordinada diretamente à Presidência da Autarquia.

Efetivamente, a Ouvidoria começou a funcionar com a designação do Ouvidor substituto, em 5 de setembro de 2022, que exerceu também as funções de:

- Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Iphan (art. 40 da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#)); e
- Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Iphan (art. 41 da [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)).

A partir da nomeação da ouvidora efetiva, em 24 de março de 2023, a ouvidoria do Iphan iniciou sua participação na Rede Nacional de Ouvidorias, prevista no [Decreto nº 9.492, de 5 de agosto de 2018](#), e passou a acompanhar as diretrizes da Ouvidoria-Geral da União (CGU), como membro do Sistema de Ouvidorias (SisOUV), do Poder Executivo Federal, e também a fazer parte da Rede Nacional de Ouvidorias (RENOUV).

Concomitantemente, iniciaram-se as discussões junto às funções de integridade do Instituto, para a revisão da minuta de Portaria de Atendimento da Ouvidoria e dos fluxos de recebimento e tratamento de manifestações de ouvidoria, especialmente de denúncias.

Integridade é o conjunto de arranjos institucionais que visam a fazer com que a Administração Pública não se desvie de seu objetivo principal: entregar os resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente – Controladoria-Geral da União (CGU).

A primeira ação em conjunto com as funções de integridade foi o compartilhamento da minuta de Portaria de Atendimento para que as unidades pudessem contribuir a respeito dessa minuta. Nesse sentido muitas sugestões foram coletadas e se iniciou a participação do Iphan no Programa Integridade em Cena do Ministério da Cultura, instituído pela [Portaria Conjunta MinC nº 1, de 6 de setembro de 2023](#), instituída por esse Ministério supervisor e suas entidades indiretas vinculadas.

O objetivo do Programa é promover uma cultura organizacional ética e saudável a todas as pessoas, incluindo o respeito à diversidade, mantendo a transparência, a confiança e a reputação institucional.

A ação implementa fóruns temáticos de colaboração entre as instâncias de integridade do Sistema MinC: auditorias internas, comissões de ética, corregedorias, ouvidorias e unidades setoriais de integridade, transparência e acesso à informação.

Com a publicação do [Decreto nº 11.807, de 2023](#) – Estrutura Regimental, e da [Portaria Iphan nº 141, de 2023](#) - Regimento Interno, a Ouvidoria do Iphan passou a ser denominada Ouvidoria-Geral (OUV), consoante a alínea “d” do inciso III do art. 6º, do Regimento.

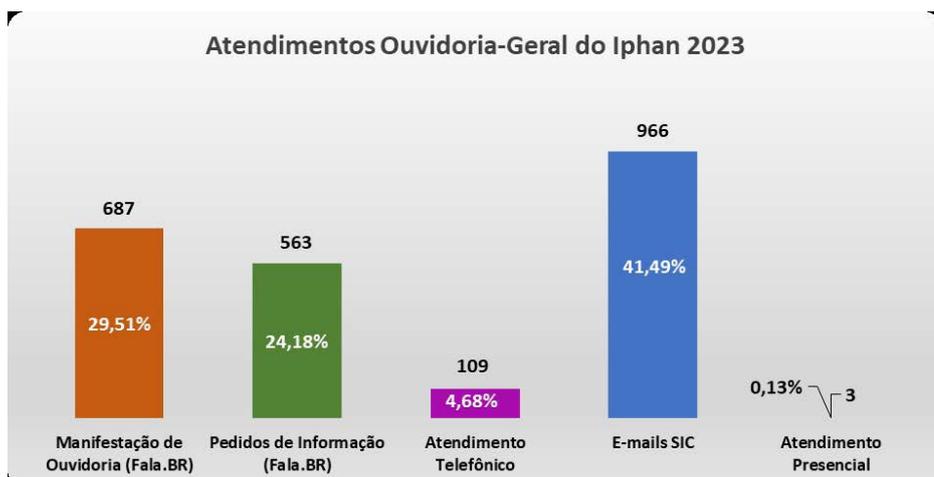
OUVIDORIA-GERAL EM NÚMEROS

Atendimentos

Em 2023, a Ouvidoria-Geral do Iphan realizou 2.328 atendimentos, conforme apresentado abaixo. Este número reflete o compromisso contínuo da Ouvidoria em oferecer suporte e canal de comunicação eficiente, fortalecendo a relação entre o Iphan e os usuários dos serviços da Autarquia.

No Gráfico 4.2.1.1 abaixo é possível verificar a quantidade de atendimentos que foram realizados pela ouvidoria do Iphan em 2023.

Gráfico B – 4.2.1.1 Porcentagem e Quantitativo de Atendimentos da Ouvidoria-Geral do Iphan por tipo de atendimento, em 2023



Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan (dados extraídos do Painel Resolveu?

<<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>>, do Painel Lei de Acesso à Informação <<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>> e controles internos da unidade em 01/02/2024)

Quando comparados os atendimentos de 2023 aos do ano de 2022, observa-se aumento de 29,62% no número total de atendimentos, com 532 atendimentos a mais. Destaca-se que esse aumento é particularmente expressivo no âmbito das manifestações de ouvidoria, as quais apresentaram crescimento de 133,67%, incidindo em 393 registros a mais em relação a 2022. Além disso, observa-se leve redução de 2,72% nos atendimentos via e-mails. Vale ressaltar que a partir de 2023 foram incorporados aos controles da unidade os atendimentos realizados por telefone e presencialmente, ampliando os canais de comunicação disponíveis. Essas mudanças refletem os esforços empenhados pela Ouvidoria-Geral do Iphan para aprimorar os meios de atendimento ao cidadão, como pode-se observar na Tabela 4.2.1.1, abaixo.

Tabela 4.2.1.1 Comparativo de atendimentos realizados pela Ouvidoria-Geral do Iphan entre os anos 2023 e 2022

Atendimentos	2023	2022	Diferenças entre períodos	
Manifestação de Ouvidoria (Fala.BR)	687	294	393	133,67%
Pedidos de Informação (Fala.BR)	563	509	54	10,61%
Atendimento Telefônico	109	0	109	0,00%
E-mails SIC	966	993	-27	-2,72%
Atendimento Presencial	3	0	3	0,00%
TOTAL	2328	1796	532	29,62%

Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan (dados extraídos do Painel Resolveu?)

<<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>>, do Painel Lei de Acesso à Informação <<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>> e controles internos da unidade em 1º/02/2024)

Cumpramos ressaltar que as demandas do Iphan são demandas singulares e divergem em conteúdo dos demais órgãos do Sistema de Ouvidorias, pois, em sua maioria, as manifestações e os pedidos de acesso à informação possuem caráter específico, e sua análise requer conhecimento técnico especializado da unidade como conhecimento em arquitetura, arqueologia ou licenciamento ambiental, por exemplo.

Manifestações de Ouvidoria

As manifestações da Ouvidoria, de acordo com a [Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#), que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração, classificam-se em cinco categorias distintas: sugestão, denúncia, elogio, reclamação e solicitação de providência. No Sistema Fala.BR, também são contemplados os tipos “Simplifique”, que consiste em uma proposta para simplificar a prestação de determinado serviço público, e “Comunicação”.

A comunicação de irregularidade, conforme disposto §2º do artigo 23, do Decreto nº 9.492/2018, refere-se a uma informação de fonte anônima que relata possíveis irregularidades com indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade. Por não se enquadrar como uma manifestação nos termos estabelecidos pela Lei nº 13.460/2017, a comunicação não permite o acompanhamento por parte do seu remetente, uma vez que optou por permanecer anônimo.

Total de manifestações registradas na Plataforma Fala.BR

Na Tabela 4.2.1.2 abaixo, é possível ver quantas vezes as pessoas se manifestaram na [Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR](#) nos anos 2023 e 2022. Ela mostra os tipos de manifestações e suas diferentes variações entre um ano e outro, destacando que houve aumento de 133,47% no total de quantitativo de manifestações, o que significa que foram registradas 393 manifestações a mais em 2023, em comparação a 2022.

Tabela 4.2.1.2 Total de manifestações de ouvidoria por tipo nos anos 2023 e 2022

Manifestações	Ano 2023	Ano 2022	Diferenças	%
Reclamação	94	36	58	161,11%
Solicitação	259	94	165	175,53%
Denúncia	111	63	48	76,19%
Sugestão	15	5	10	200,00%
Elogio	4	2	2	100,00%
Simplifique	0	0	0	0,00%
Comunicação	146	66	80	121,21%
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	629	266	363	136,47%
ARQUIVADAS	58	28	30	107,14%
TOTAL GERAL	687	294	393	133,67%

Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan (dados extraídos do Painel Resolveu?)

<<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>> e controles internos da unidade em 1º/02/2024

A análise comparativa mensal entre o total de manifestações registradas em 2023 e 2022 revela notável aumento de registros de manifestações de ouvidoria no Fala.BR, com um decréscimo de 9,4% no mês de janeiro/2023, comparado ao mesmo mês do ano anterior, conforme evidenciado no gráfico apresentado a seguir. Esse decréscimo pode ser compreendido como período de alinhamento de expectativas com a troca de gestão. Já o incremento apresentado indica uma significativa ampliação na participação e engajamento, ressaltando a importância crescente de ouvir e atender os usuários dos serviços oferecidos pelo Instituto.

Gráfico C – 4.2.1.2 Comparativo de manifestações atendidas pela Ouvidoria-Geral do Iphan entre os anos 2023 e 2022, em termos quantitativos e percentuais



Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan (dados extraídos do Painel Resolveu?)

<<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>> e controles internos da unidade em 1º/02/2024

Total de manifestações registradas na Plataforma Fala.BR, por área

Conforme dispõe o § 6º, do art. 18, do Decreto nº 9.492/2018, que regulamenta a Lei nº 13.460/2017, a Ouvidoria poderá solicitar informações às áreas do órgão. No gráfico a seguir são demonstradas as manifestações registradas na Plataforma Fala.BR que foram encaminhadas às áreas desta Entidade. Na área dos departamentos, além dos departamentos de Patrimônio Material, Imaterial, Planejamento e Administração etc. encontram-se também o Gabinete da Presidência e as unidades a ele vinculadas, como a Ouvidoria-Geral e a Corregedoria, por exemplo.

Gráfico D – 4.2.1.3 Apresentação das manifestações de ouvidoria, por área de atendimento em 2023, em termos quantitativos



Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan (dados extraídos dos controles internos da unidade em 1º/02/2024)

Das manifestações encaminhadas para as diferentes áreas, as solicitações se destacam, somando um total de 273 registros. Dessas, 14 foram arquivadas devido à falta de informações necessárias, enquanto as Comunicações (denúncias anônimas) alcançaram o quantitativo de 174, sendo que 28 foram arquivadas por falta de indícios mínimos para a investigação de responsabilidades.

A Tabela 4.2.1.3 abaixo demonstra as unidades do Iphan que receberam da Ouvidoria-Geral mais de 10 manifestações, para análise. Essas unidades forneceram informações que ajudaram na elaboração das respostas finais enviadas aos usuários e usuárias do Fala.BR.

Tabela 4.2.1.3 Total de manifestações tramitadas no Fala.BR, por Unidade, em 2023, em termos quantitativos

Ano 2023	Reclamação	Solicitação	Sugestão	Elogio	Denúncia	Comunicação	Quantidade
OUV	6	58	1	1	14	2	82
RJ	14	19	2		20	15	70
BA	7	10			9	29	55
DEPAM	1	49			2		52
DPA	13	23	1		1	6	44
MG	12	11	1	1	6	12	43
SP	17	11			5	3	36
CORREG					11	24	35
DF	1	3	5		7	6	22
PE	2	1	1		9	9	22
SC		11			6	1	18
RS	2	6			3	4	15
DPI	4	8			1		13
MT		4			2	6	12
CNA	1	3	3		3	1	11
Outros	14	42	1	2	12	28	99
Total	94	259	15	4	111	146	629
Arquivadas	7	14			9	28	58
TOTAL GERAL	101	273	15	4	120	174	687

Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan (dados extraídos dos controles internos da unidade em 1º/02/2024)

Ao se analisar os dados apresentados na tabela acima, é possível observar o seguinte:

- Das 273 Solicitações registradas, a Ouvidoria-Geral forneceu respostas diretas para 58 delas e arquivou 14. Além disso, de maneira indireta e com o apoio dos pontos focais nas unidades, o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) contribuiu com informações em 49 solicitações. Esse número representa 17,9% do total de solicitações atendidas pela Ouvidoria-Geral, enquanto as respostas diretas e os arquivamentos representam 26,4%.
- Do total de 101 reclamações, a Superintendência de São Paulo (Iphan/SP), por meio de seus pontos focais, analisou e subsidiou as respostas de 17 reclamações, representando 16,8% do total registrado na Plataforma Fala.BR. O sub assunto mais recorrente, no caso dessas solicitações, foi “atraso na análise de processos”, com 14 manifestações registradas, representando 82,3% do que foi subsidiado por essa Superintendência.
- Entre denúncias e comunicações, destaca-se a Superintendência da Bahia (Iphan/BA), que contribuiu com subsídios para respostas de 38 denúncias e comunicações, das quais 23 versavam sobre o tema “possíveis obras irregulares” em Porto Seguro/BA; e
- À Corregedoria do Iphan foram tramitadas 35 Denúncias e Comunicações sob sub o assunto “supostas irregularidades de servidores” sendo que, dessas, 10 versavam sobre assédio moral e 2 sobre assédio sexual.

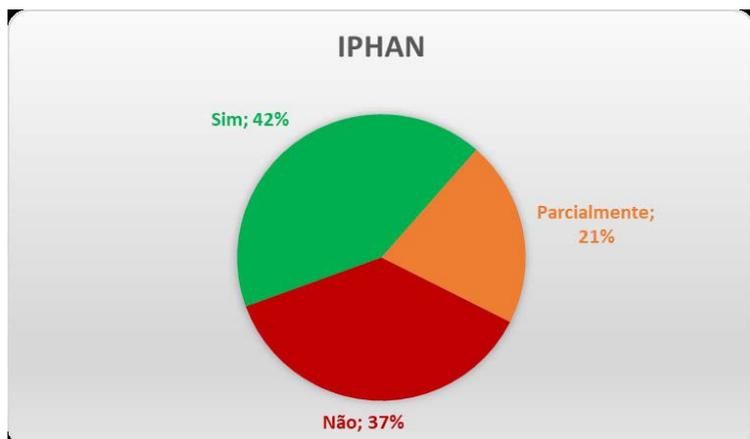
Resolutividade das demandas

Quando a resposta é encaminhada ao cidadão ou à cidadã e a demanda é concluída pela ouvidoria, a CGU sugere ao cidadão ou à cidadã que responda uma pesquisa de satisfação, onde é questionado se sua demanda foi resolvida e o cidadão ou a cidadã tem as seguintes opções de respostas: 'sim', 'parcialmente' ou 'não'.

O Iphan, em 2023, recebeu 687 manifestações de ouvidoria, e 38 usuários responderam à pesquisa de satisfação da CGU, o que corresponde a 5,53% do total de manifestações.

Quanto aos resultados, pode-se observar nos gráficos abaixo, extraídos do “Painel Resolveu?” que 42% dos usuários do Iphan consideraram suas demandas resolvidas, enquanto o resultado de todos os órgãos federais demonstra que apenas 27% dos respondentes consideraram suas demandas resolvidas.

Gráfico E – 4.2.1.4 Percepção de resolutividade por parte dos respondentes da pesquisa da CGU – Iphan, em 2023, em termos percentuais



Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan (dados extraídos do Painel Resolveu?)
<<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>> em 1º/02/2024)

Embora o percentual de respondentes da Pesquisa de Satisfação da CGU reflita uma amostragem sutil do total de manifestações de ouvidoria registradas na Plataforma Fala.BR, do ponto de vista estatístico, faz-se necessário seu acompanhamento por se tratar de avaliação continuada dos serviços públicos, dando cumprimento ao determinado no § 1ª do artigo 23, da Lei nº 13.460/2017, pois serve de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados.

Tempo médio de respostas às manifestações

Conforme estabelecido pela Lei nº 13.460/2017, a ouvidoria tem a responsabilidade de enviar a decisão final aos usuários em até 30 dias da data de seu recebimento, podendo prorrogar esse prazo por mais 30 dias, se necessário. Além disso, as consultas às áreas técnicas devem ser respondidas no prazo de 20 dias, com a possibilidade de prorrogação por mais 20 dias mediante justificativa.

No contexto da transparência e do controle social da Administração Pública, a CGU desenvolveu o “Painel Resolveu?”, uma ferramenta que fornece dados sobre manifestações de ouvidoria. Essas manifestações incluem denúncias, sugestões, solicitações, reclamações, elogios e pedidos de simplificação. O painel permite pesquisar, analisar e comparar indicadores de forma rápida, dinâmica e interativa.

Entre os dados apresentados pelo “Painel Resolveu?”, destaca-se o Tempo Médio de Resposta. No ano de 2023, os órgãos cadastrados no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal responderam às manifestações em um tempo médio de 18,07 dias. No mesmo período, o Iphan apresentou respostas conclusivas em média 24,69 dias na Plataforma Fala.BR, representando aumento de 5,48 dias, em comparação com o ano de 2022, conforme evidenciado no gráfico a seguir.

Gráfico F – 4.2.1.5 Tempo médio de respostas às manifestações de ouvidoria, em dias, comparando-se 2023 a 2022



Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan

Assuntos mais demandados na Plataforma Fala.BR

Na Plataforma Fala.BR, ao registrar uma manifestação, os usuários e usuárias são orientados a selecionar o assunto correspondente a partir de uma lista sugerida pelo sistema. No gráfico subsequente, é apresentado o *ranking* dos assuntos mais frequentemente escolhidos pelos cidadãos, direcionados ao Iphan. Vale ressaltar que foram excluídos da análise os assuntos que obtiveram menos de 10 opções.

Gráfico G – 4.2.1.6 Ranking dos assuntos mais registrados pelos usuários do Fala.BR, direcionados ao Iphan, em 2023, em termos quantitativos



Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan

Ao examinar os 3 assuntos mais demandados, nomeadamente ‘Patrimônio Cultural’, ‘Patrimônio’ e ‘Certidões e Declarações’, constatou-se que as manifestações mais frequentes registradas na Plataforma Fala.BR foram as Solicitações, Denúncias e Comunicações de Irregularidades. Essa distribuição é detalhada na tabela apresentada, a seguir.

Tabela 4.2.1.4 Ranking dos assuntos por tipos de manifestações, em 2023, direcionados ao Iphan, em termos quantitativos

Assuntos			
Tipo de Manifestações	Patrimônio Cultural	Patrimônio	Declarações e Certidões
Solicitações	56	24	55
Denúncias	36	17	0
Comunicações	36	27	0
Atendimento Presencial	3	0	3

Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan

4.2.2 - Formas de acesso ao serviço de informação ao cidadão do Iphan

Pedidos de acesso à informação

Os pedidos de informação ao cidadão são regulamentados pela Lei n.º 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), conforme previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal do Brasil, que garantem o direito fundamental do cidadão e da cidadã de terem acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado. Faz parte desse arcabouço jurídico, o [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), que regulamenta a LAI.

Nas últimas décadas, o Iphan tem buscado desenvolver, implantar e institucionalizar uma política de transparência pública, visando disponibilizar para a sociedade o vasto universo das informações produzidas, custodiadas e armazenadas pela Autarquia.

Nessa política de transparência ativa, o Iphan publica em seu sítio oficial todas as informações públicas consideradas relevantes para a sociedade, buscando disponibilizar pesquisas atualizadas, fidedignas e facilmente acessíveis. Por outro lado, sempre existem informações, processos ou procedimentos que usualmente requerem mais qualificações ou esclarecimentos. Para essas situações, sempre no esforço de ampliar e manter a transparência, o Iphan desenvolveu alguns canais de comunicação direta com o cidadão.

Em consonância com a Carta de Serviços ao Cidadão, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-Iphan) é o canal de atendimento ao cidadão e cidadã que proporciona o acesso à informação. O SIC-Iphan funciona na Ouvidoria-Geral localizada na Sede, em Brasília/DF, e em todas as unidades do Iphan por meio dos pontos focais designados para o recebimento e o acompanhamento junto às áreas técnicas responsáveis pelas respostas às manifestações registradas na Plataforma Fala.BR.

4.2.2.1

Forma de Acesso

4.2.2.1.1 - Eletrônica

E-mail do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-Iphan)

O e-mail do SIC-Iphan (sic@iphan.gov.br) é bastante utilizado e, em 2023, recebeu 966 pedidos de informações. Todos os solicitantes foram orientados a realizar o registro na Plataforma Fala.BR, que é o canal exclusivo para recebimento de pedidos de acesso à informação. Notou-se uma diminuição do quantitativo de recebimento de e-mails por meio desta fonte, na ordem de 2,72%, em comparação com o ano de 2022, quando foram recebidos 993 e-mails contendo pedidos.

Plataforma Fala.BR

Fonte: <https://falabr.cgu.gov.br/web/>

O [Fala.BR](#) nasceu como e-SIC, em 2012, como um instrumento garantidor do direito de acesso à informação, para cumprir as determinações da Lei nº 12.527/2012. Por sua vez, em 2014, foi lançado o Sistema e-Ouv que permitia às ouvidorias receberem e responderem às manifestações – Até que, em 2019, a CGU lançou o Fala.BR, uma plataforma informatizada que integrou o e-SIC e o e-Ouv, como é descrito no Manual do Fala.BR.

O Iphan, desde 2012, recebe pedidos de acesso à informação pelo Fala.BR (e-SIC até 2019) e, até o dia 31/12/2023, foram recebidos por este Instituto, 3.651 pedidos e 585 recursos, distribuídos nas 4 instâncias recursais.

4.2.2.1.2 - Via Correios

Apesar de pouco utilizado, a Ouvidoria-Geral recebeu 3 pedidos de cidadãos e cidadãs via Correios. Nesses casos, o SIC-Iphan cadastrou os pedidos dos cidadãos na Plataforma Fala.BR e encaminhou às áreas técnicas, para tratamento, por meio do Sistema de Informações Eletrônicas (SEI). Diferentemente das manifestações de ouvidoria, que atualmente são tramitadas e tratadas no próprio Fala.BR, os pedidos de acesso à informação são tratados e tramitados no SEI, pois, a Plataforma Fala.BR não possui módulo de tratamento para o SIC até o presente momento.

4.2.2.1.3 - Atendimento presencial

A Ouvidoria-Geral recebeu, em espaço reservado para atendimento, 3 cidadãos que, após serem ouvidos(as) receberam orientação para registro de sua demanda na Plataforma Fala.BR, o que foi feito posteriormente. O atendimento presencial é realizado no âmbito do SIC e das manifestações de ouvidoria, após a explicação de servidor do Iphan sobre os tipos de demandas que são de competência da Ouvidoria-Geral, o cidadão ou cidadã decide sobre seu registro e, caso necessário, é auxiliado pela equipe sobre como realizar o registro na Plataforma.

O Iphan fica localizado na SEPS 702/902, Bloco B, Centro Empresarial Brasília 50, Torre Iphan – Asa Sul, de segunda a sexta-feira das 8h00 às 18h00.

Transparência Ativa

A transparência, conforme os moldes estabelecidos pela CGU, pode ser compreendida em 2 principais aspectos: transparência ativa e transparência passiva.

A transparência ativa refere-se à iniciativa proativa por parte dos órgãos públicos em disponibilizar informações de interesse coletivo, de forma espontânea e acessível ao público. Isso inclui a divulgação de dados, documentos, relatórios e demais informações relevantes, sem que haja uma demanda específica por parte dos cidadãos. A transparência ativa busca, assim, promover a divulgação proativa de informações como um meio de fomentar a participação cidadã e fortalecer a *accountability* no âmbito público.

Já a transparência passiva refere-se à disponibilidade de informações em resposta a solicitações específicas dos cidadãos e cidadãs. Nesse caso, a administração pública atua em resposta a pedidos formais, garantindo o acesso à informação de maneira transparente e em conformidade com as normativas estabelecidas, especialmente no contexto da LAI. A transparência passiva é essencial para assegurar que os cidadãos e cidadãs possam requerer dados específicos, promovendo, assim, a garantia do direito de acesso à informação.

Os meios adotados pela Ouvidoria-Geral para realizar o acompanhamento dos pedidos de acesso à informação e da transparência ativa incluem a Plataforma Fala BR, que constitui o módulo de acesso à informação. Por meio desse sistema, os cidadãos

registram suas solicitações no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Além disso, utiliza-se o SEI, como mencionado na sessão anterior.

A LAI, estabelecida pela Lei nº 12.527/2011 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, é o instrumento legal que assegura o acesso à informação pública e promove a transparência. O SIC desempenha um papel crucial ao receber as solicitações de acesso à informação, contribuindo significativamente para a disseminação e promoção de uma cultura transparente, assim como para o fortalecimento da participação social.

Sob supervisão da CGU, foi desenvolvido o Sistema de Transparência Ativa (STA) e o Guia de Transparência Ativa (GTA). Essas ferramentas têm como objetivo orientar a Administração Pública na divulgação de 49 itens essenciais para garantir a transparência, conforme estabelecido pela LAI. Em outras palavras, o STA e o GTA foram criados para auxiliar os órgãos públicos a cumprir as exigências legais de transparência, fornecendo diretrizes e recursos para divulgar informações de forma eficiente e acessível ao público.

Dentre os itens de conteúdo mínimo verificado pela CGU, via STA, estão:

- Institucional;
- Ações e Programas;
- Participação Social;
- Auditorias;
- Convênios e Transferências;
- Receitas e Despesas;
- Licitações e Contratos;
- Servidores;
- Informações classificadas;
- Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);
- Perguntas Frequentes; e
- Dados Abertos.

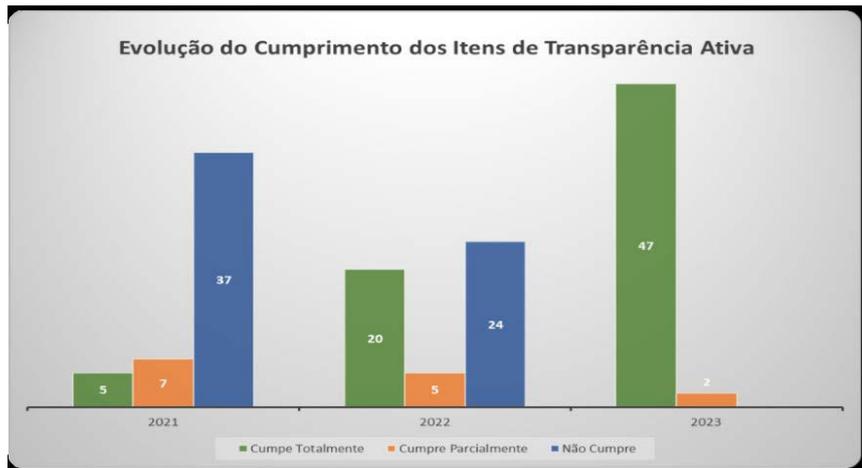
O *checklist* dos itens analisados está disponível no próprio GTA¹.

Transparência Ativa no Iphan

Desde 2021, o Iphan vem dedicando esforços significativos para atender aos requisitos do STA. No ano de 2023, foi alcançado um progresso notável, com 47 itens do STA completamente atendidos, enquanto apenas 2 itens foram cumpridos parcialmente. Esses 2 itens estão relacionados à necessidade de atualização do Plano de Dados Abertos do Iphan e do 'Quem é Quem?'. Vale destacar que, a partir de dezembro de 2023, o 'Quem é Quem?' entrou em processo de atualização, em conformidade com o Decreto nº 11.807/2023, e a Portaria Iphan nº 141/2023, que dispõem sobre a estrutura e regimento interno do órgão, respectivamente. A evolução do cumprimento dos requisitos de Transparência Ativa pelo Iphan é apresentada no gráfico 4.2.2.2.1, a seguir.

1. https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46643/1/gta_6_versao_2019.pdf

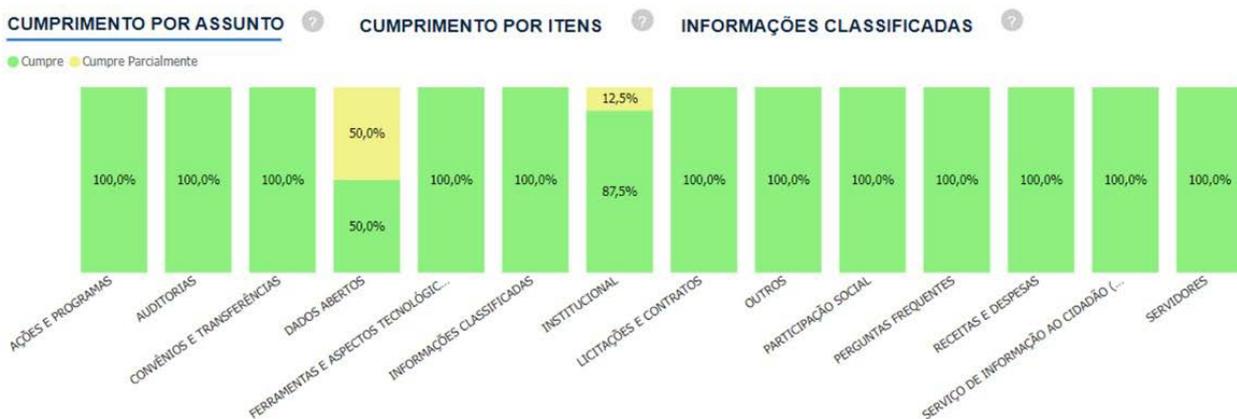
Gráfico H – 4.2.2.2.1 Evolução da Transparência Ativa no Iphan, por ano (2021 a 2023), em termos de quantidade de itens analisados pela CGU



Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan (dados extraídos dos controles internos da unidade em 1º/02/2024)

O gráfico 4.2.2.2.2 a seguir é baseado nas informações provenientes do Painel da Lei de Acesso à Informação. Ele destaca o cumprimento da Transparência Ativa pelo Iphan, apresentando dados por assunto.

Gráfico I – 4.2.2.2.2 Transparência Ativa no Iphan, por assunto, em termos de cumprimento, segundo a CGU



Fonte: Ouvidoria-Geral do Iphan (dados extraídos do Painel Lei de Acesso à Informação <<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>> e controles internos da unidade em 31/12/2023)

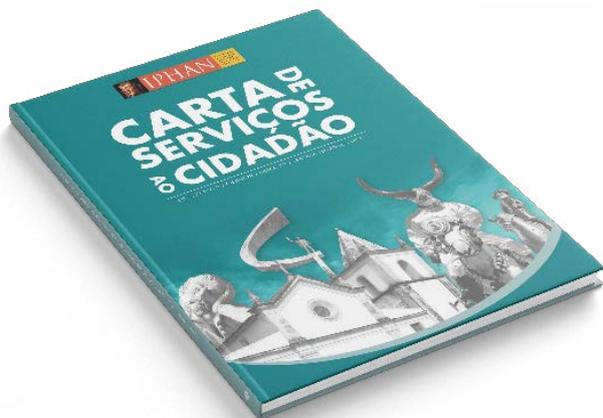
Protocolo Digital

O Protocolo Digital desde sua implantação no Iphan, em agosto de 2021 encontra-se em execução.

Por meio deste serviço *on-line* um documento pode ser protocolado no Iphan com economia de tempo e recursos financeiros tanto para a sociedade quanto para os cofres públicos, visto que a população pode protocolar um documento de qualquer lugar do país. Ao aderir este sistema, o Iphan não precisou instalar qualquer sistema ou módulo para utilizá-lo. Existe uma instalação única e centralizada no Ministério da Economia, sendo necessário apenas realizar a integração da ferramenta com o seu sistema de processo eletrônico, o que gera economia de tempo e de recursos da administração pública.

4.2.3 - Carta de Serviços ao Cidadão

Aprovada pela Portaria Iphan nº 1, de 13 de janeiro de 2022, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico (BAE) nº 1660, a [Carta de Serviços ao Cidadão](#) consiste em um instrumento de gestão pública democrática voltada para resultados e é obrigatória a todo e qualquer órgão/entidade pública que exerçam atividades de prestação de serviços públicos, direcionados à sociedade em geral ou a outro órgão e entidades públicas.



Simplificar a vida do cidadão e ampliar a capacidade de atendimento às demandas da sociedade, com qualidade e eficácia, são dois desafios centrais priorizados pela gestão do Iphan. Para superá-los, foi necessária a mobilização, orientação e adequada formação de lideranças.

A última atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do Iphan ocorreu entre novembro e dezembro de 2022, por meio da atuação conjunta entre a Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPLAN), vinculada ao Departamento e Planejamento e Administração (DPA) e a Ouvidoria, tendo sido atualizada a legislação pertinente ao funcionamento do Iphan, bem como, endereços, telefones, e horários de funcionamento de todas as Unidades e Bibliotecas desse instituto, estando a última versão disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servicos-ao-cidadao>.

Em 2023 a Ouvidoria-Geral detectou a necessidade de atualização da carta de serviços e do Portal de Serviços Gov.BR e iniciou a elaboração do Planejamento para a atualização de ambos os instrumentos concomitantemente, desenvolvendo ferramentas para o acompanhamento e o controle da atualização junto às unidades técnicas desta Entidade.

A previsão é de que o processo de atualização junto às unidades seja iniciado em julho de 2024.

4.2.4 - Auditoria Interna

Durante o exercício de 2023, a Auditoria Interna (AUDIN) do Iphan aprimorou a transparência ativa do órgão, no que concerne à disponibilização direta de informações e de documentações relacionadas ao controle interno e à auditoria.

Nesse viés, na subseção “[Relatório e Informes de órgãos de controle](#)” da seção “Controle” do Portal Institucional do Iphan, em atendimento à alínea “c” do inciso I do art. 8º e ao § 4º do art. 9º da [IN TCU nº 84, de 2020](#), são apresentados os principais relatórios, acórdãos, informes e afins relacionados ao Iphan, por meio dos quais são emanadas recomendações, determinações ou outras orientações voltadas ao Instituto nos últimos anos, bem como as providências adotadas pelos gestores, no fito de atender essas deliberações. Essa subseção se divide em ações provenientes da [CGU](#) e do [TCU](#).

Já, na subseção “[Auditoria Interna](#)” da seção “[Controle](#)”, são apresentados os documentos mais recentes relacionados à atuação da AUDIN, como: os Planos Anuais de Auditoria Interna (PAINT), os Relatórios Anuais de Auditoria Interna (RAINT), os Relatórios de Auditoria Interna, o Estatuto dessa Unidade e os Pareceres de Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas Anuais.

Adicionalmente, na subseção “[Processos de Contas Anuais](#)”, inserida na seção “[Auditorias](#)” do referido Portal, são apresentados os documentos referentes aos processos de contas anuais deste Instituto, elencando-se: primeiramente, os seus Relatórios de Gestão anuais e peças de prestação de contas anuais; e, em seguida, se for caso, os documentos (relatório, certificados e/ou pareceres de auditoria) emanados pela CGU, bem como os resultados dos julgamentos proferidos pelo TCU face aos exames realizados, todos por exercício de referência.

Ainda, foi inserido, nessa subseção do aludido Portal, compêndio, elaborado pela AUDIN, por meio do qual se registra o histórico completo atualizado de Acórdãos de Julgamento de contas anuais do Iphan, pelo TCU, também por exercício.

Ressalta-se que os principais trabalhos realizados e os resultados alcançados pela AUDIN do Iphan, durante o exercício de 2023, estão detalhados no RAINTE concernente às contas de 2023 ([RAINTE 2023](#)). Por meio desse documento, além do aprimoramento relacionado à transparência ativa de suas atividades e de outras áreas do órgão, constata-se que a AUDIN buscou o aperfeiçoamento de outras temáticas, como: controles internos, gestão de riscos, integridade (no que concerne, principalmente,

ao recebimento e ao tratamento de denúncias e comunicações de irregularidades), segurança da informação, impacto regulatório, e outros.

Considerando que a AUDIN é responsável pela supervisão e pelo monitoramento da Gestão de Riscos (GR) neste órgão, no início de 2023, foi finalizado o [Relatório de Auditoria nº 1-2023 - Gestão de Riscos](#), cuja finalidade foi verificar a implementação da GR no Iphan, observando a sua estruturação e seu funcionamento, face ao cumprimento da legislação, doutrina, jurisprudência e boas práticas vigentes.

Pontua-se que, em 2023, foi concluído o [Relatório de Auditoria nº 2-2023 - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão \(SICG\)](#), que teve como finalidade avaliar esse Sistema, do Iphan, no intuito de aprimorar as suas funcionalidades, os seus processos e as suas operações. Verificou-se que há diversas falhas atreladas à implementação, ao planejamento, à execução e ao monitoramento do SICG.

Assim, no fito de aperfeiçoar as situações apontadas, foram emanadas diversas recomendações estruturantes por parte da AUDIN, no sentido de aprimorar a governança e o funcionamento da GR e do SICG, no âmbito desta autarquia.

Ressalta-se ainda que, no segundo semestre de 2023, a AUDIN demonstrou comprometimento ao conduzir o início da auditoria compartilhada (equipe da AUDIN do Iphan e da CGU) nas Obras de Restauração, Conservação e Modernização das Instalações do Palácio Gustavo Capanema (PGC), localizado no Rio de Janeiro/RJ. Destacando-se pela meticulosidade, a equipe dedicou-se à análise documental de processos administrativos, tendo o principal processo atrelado a esse objeto, atualmente, mais de 172 volumes, desvelando uma abordagem ampla e abrangente. Além disso, a realização de reuniões estratégicas com gestores e técnicos evidencia a abordagem colaborativa adotada, consolidando um diálogo interno crucial para a compreensão dos procedimentos e desafios inerentes ao patrimônio em questão. Esse trabalho de auditoria compartilhada em relação à análise das referidas obras está previsto para ser finalizado durante o exercício de 2024.

4.2.5 - Comissão de Ética

As comissões de ética setoriais que compõem o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal foram implementadas pelo [Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994](#), e disciplinadas pelo [Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007](#). As normas de funcionamento e o rito processual estabelecidos pela Comissão de Ética Pública para atuação dessas Comissões setoriais estão registradas na [Resolução CEP nº 10, de 29 de setembro de 2008](#). As Comissões setoriais atuam como instância colegiada, com membros voluntários que não possuem dedicação exclusiva.

Neste sentido, cabe destaque para o papel a ser desempenhado pelas Comissões setoriais em seus respectivos órgãos de atuação, que é zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171/1994, e cumprir as obrigações pertinentes ao Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, dispostas no Decreto nº 6.029/2017. A principal finalidade dessas comissões é educar, orientar e aconselhar sobre o padrão de conduta ética servidores, colaboradores e autoridades do órgão. Adicionalmente as Comissões setoriais devem acolher e apurar denúncias sobre possíveis agravos cometidos no desempenho de suas funções no órgão.

Atividades executadas em 2023

Durante o exercício de 2023, foram realizadas 14 reuniões deliberativas, sendo 10 reuniões ordinárias e 4 extraordinárias.

Em cada reunião foram analisados, em média, 3 processos, resultando em 19 conclusões de análise, com seus respectivos desdobramentos (arquivamento ou sobrestamento para acompanhamento de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) e Censura Ética).

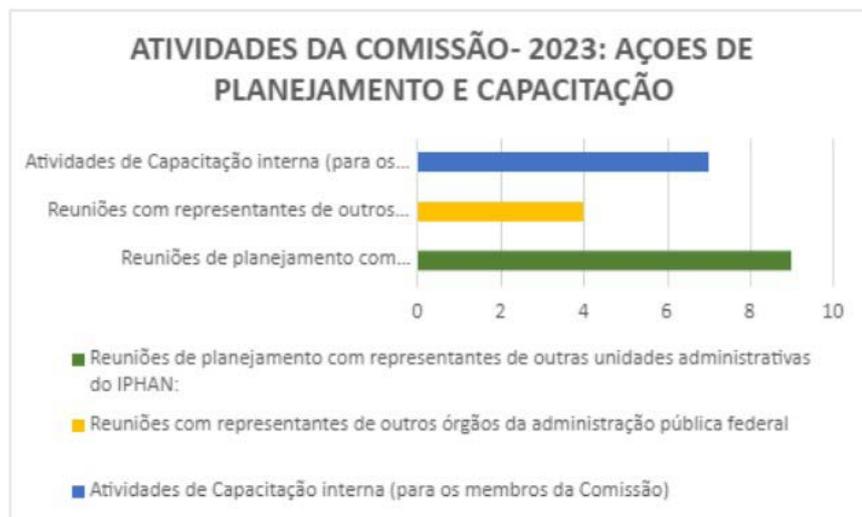
Ainda em 2023, foram acolhidas 17 novas denúncias. Foram respondidas 6 consultas relacionadas ao tema ética. Para tratar de assuntos relativos ao planejamento e ao aprimoramento de suas atividades, sobre temas como ética, gestão e integridade, a Comissão participou de 9 reuniões, com representantes de outras unidades administrativas do Iphan.

A Comissão também participou de 4 reuniões, com representantes de outros órgãos da administração pública federal, cuja pauta tratava dos mesmos temas.

Os membros da Comissão participaram de 7 atividades de Capacitação interna, sendo 1 promovida pela Ouvidoria e 2 promovidas pela Comissão de Ética Pública (CEP). Além disso, foram realizadas 3 Ações de Educação e Prevenção.

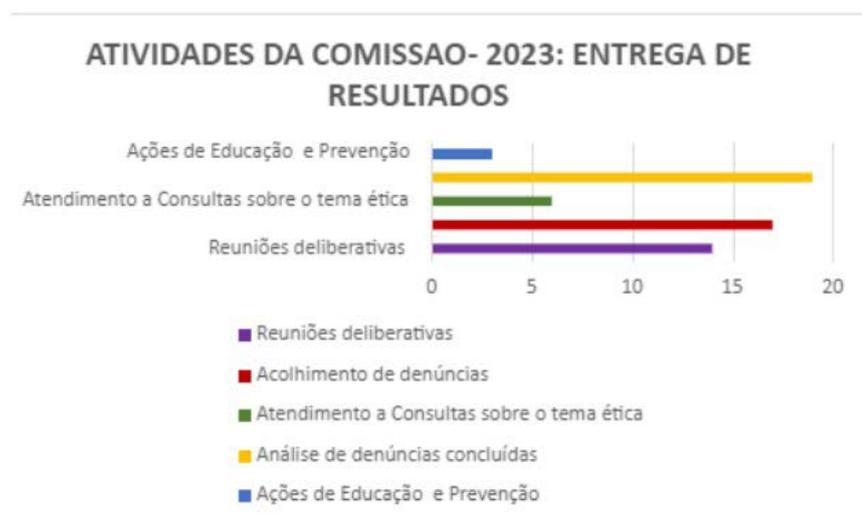
O Gráfico 4.2.5.1 abaixo apresenta o total de atividades desenvolvidas pela Comissão de Ética no exercício de 2023.

Gráfico J – 4.2.5.1 Quantidade de Atividades da Comissão de Ética, em 2023



Fonte: Comissão de Ética/GAB-PRES

Gráfico K – 4.2.5.2 Quantidade de Entrega de Resultados, em 2023, pela Comissão de Ética do Iphan



Fonte: Comissão de Ética/GAB-PRES

Acolhimento e tratamento de denúncias entre os anos de 2015 e 2023

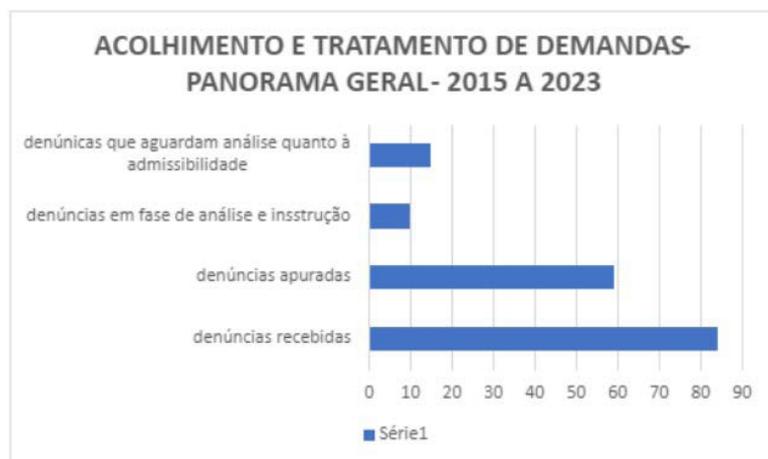
Desde sua criação, a Comissão de Ética já recebeu um total de 84 denúncias. Análise recente dos registros administrativos demonstram que 59 casos tiveram suas apurações concluídas; 10 casos encontram-se em fase de análise e instrução; e 15 aguardam análise quanto a sua admissibilidade.

Dentre os casos cujas apurações foram concluídas, identificou-se que:

- 4 Foram anexados a outros processos já existentes;
- 1 Foi arquivado por perda de motivação inicial;
- 11 Receberam manifestação pela inadmissibilidade;
- 1 Foi arquivado a pedido do denunciante;
- 10 Foram arquivados por ausência ou insuficiência de provas;

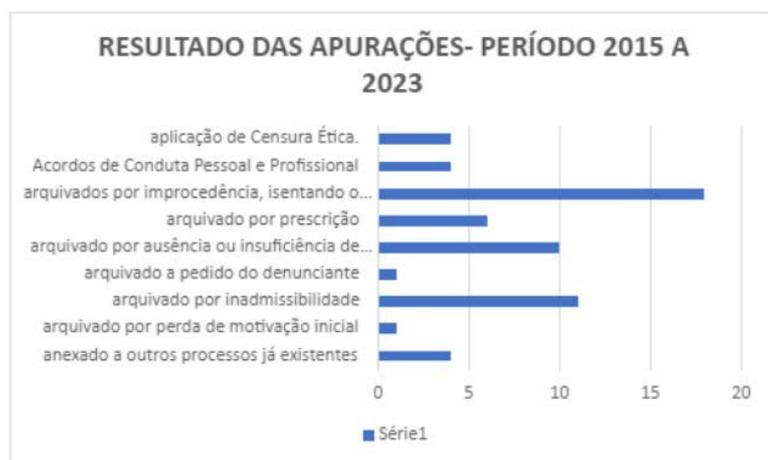
- 6 Foram arquivados por prescrição;
- 18 Foram arquivados por improcedência, isentando o denunciado das acusações;
- 4 Resultaram em Acordos de Conduta Pessoal e Profissional; e
- 4 Resultaram em aplicação de Censura Ética.

Gráfico L – 4.2.5.3 Quantidade de acolhimento e de tratamento de demandas da Comissão de Ética do Iphan – Panorama Geral – 2015 a 2023



Fonte: Comissão de Ética/GAB-PRES

Gráfico M – 4.2.5.4 Quantidade dos Resultados das Apurações, pela Comissão de Ética do Iphan – Período 2015 a 2023



Fonte: Comissão de Ética/GAB-PRES

4.2.6 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

O Comitê Gestor dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (COGESTI), instituído pela [Portaria Iphan nº 424, de 13 de novembro de 2017](#), é considerado a principal instância em situações que envolvem Tecnologia da Informação. É constituído pela autoridade máxima do Departamento de Planejamento e Administração (DPA), que o preside, pelo titular do Gabinete da Presidência (GAB-PRES), e pelos titulares das Diretorias que integram a Diretoria Colegiada do Iphan. A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) é parte integrante do Comitê, exercendo a função de Secretaria Administrativa.

Complementarmente, subsidiando o COGESTI nas decisões relativas à Segurança da Informação, tem-se o Comitê de Segurança da Informação (COSEG), sendo composto minimamente pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, como Gestor de Segurança da Informação, pelo Coordenador-Geral de Logística, Convênios e Contratos, pelo Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e pela Coordenadora-Geral de Documentação e Pesquisa.

Como principais resultados alcançados no exercício de 2023 estão a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2023-2024 e a decisão favorável acerca do quantitativo de câmeras de segurança nas novas instalações do Iphan, bem como o início das discussões para aprimoramento das políticas de segurança da informação.

4.2.7 - Política de Integridade

Recentemente o [Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023](#) alterou a estrutura organizacional do Iphan criando mais um cargo na estrutura do Gabinete da Presidência do Iphan, este cargo conforme regimento instituído pela [Portaria Iphan nº 141/2023](#) é definido como Coordenação de Gestão da Integridade (CGINT).

A criação da Coordenação de Gestão da Integridade (CGINT), Ouvidoria e Corregedoria do Iphan, objetivou a valorização de temas relacionados à integridade e gestão de riscos no âmbito do Instituto, aprimorando o atendimento ao cidadão e a orientação das demais unidades do Iphan quanto ao cumprimento das normas relativas à proteção e ao tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Tais áreas, juntamente com a Comissão de Ética do Iphan, a Procuradoria Federal junto a este Instituto e a Auditoria Interna, compõem as principais instâncias de integridade da Instituição.

Em 2016, o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Controladoria-Geral da União (CGU) publicaram a [Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016](#), a qual dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança, no âmbito do Poder Executivo Federal. Essa IN Conjunta MP/CGU nº 1/2016, orienta aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal pela instituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles, pelos seus dirigentes máximos, e estabelece que, além dos controles internos da gestão, esses órgãos e entidades devem estabelecer instâncias de segunda linha de defesa, para realizar a supervisão e o monitoramento desses controles internos. Com a publicação da [Portaria Iphan nº 141/2023](#), a Coordenação de Gestão da Integridade (CGINT) representa um exemplo de 2º linha de defesa da Instituição.

Dessa forma, o Iphan busca desenvolver o fortalecimento das suas estruturas de gestão, com vistas a proporcionar mais eficiência na atuação do Instituto, ampliando ações de integridade e trazendo mais qualidade no atendimento ao cidadão.

4.2.8 - Corregedoria do Iphan

A Corregedoria do Iphan é uma das unidades setoriais do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Este sistema compreende as atividades relacionadas aos seguintes objetivos:

- Prevenir a prática de ilícitos administrativos;
- Combater a corrupção;
- Contribuir para melhoria da gestão da administração pública;
- Atuar de forma cooperativa com os órgãos e entidades; e
- Participar ativamente do sistema de integridade pública.

Criada em agosto de 2022 a partir da aprovação da Estrutura Regimental do Iphan, por meio do [Decreto nº 11.178, de 2022](#), a Corregedoria foi investida na competência precípua de gerir as atividades de correição desse Instituto.

Após a posse do então Corregedor como titular de outra unidade correcional, foi designada nova Corregedora para conduzir as atividades disciplinares do Iphan por meio da [Portaria de Pessoal MinC nº 1.016, de 17 de agosto de 2023](#).

A fim de reforçar o desenvolvimento das atividades correcionais, foram explicitadas no Regimento Interno do Iphan, [Portaria nº Iphan nº 141, de 2023](#), as seguintes atribuições para a Corregedoria:

- a) Desenvolvimento de atividades educativas e preventivas de ilícitos disciplinares;
- b) Condução de processos de responsabilização de pessoas jurídicas, previstos na [Lei Anticorrupção nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#); e
- c) Atribuição de aplicação de penalidades vinculadas a infrações de menor potencial ofensivo (advertência e suspensão de até 30 dias), atividades não fixadas expressamente no Anexo I do Decreto nº 11.178/2022.

4.2.8.1 - Procedimentos Disciplinares por Tipo, Concluídos e Assunto

Conforme dados disponíveis no “Painel Correição em Dados”, da Controladoria-Geral da União (<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias>), foram instaurados 79 procedimentos disciplinares pela Corregedoria do Iphan em 2023, classificados da forma a seguir especificada:

Tabela 4.2.8.1.1 Procedimentos Disciplinares por Tipo em 2023, em termos quantitativos

Tipo de Procedimentos	Quantidade de Procedimentos
Investigativos	74
Acusatórios	5
Total de procedimentos	79
Fonte: Corregedoria	

No ano de 2023, foram concluídos 39 processos, consoante tabela abaixo:

Tabela 4.2.8.1.2 Procedimentos Disciplinares Concluídos em 2023, em termos quantitativos

Tipo de Procedimentos	Quantidade de Procedimentos
Investigativos	37
Acusatórios	2
Total de procedimentos	39
Fonte: Corregedoria	

Os procedimentos disciplinares instaurados em 2023 pela Corregedoria do Iphan possuem os seguintes temas (um processo pode ter mais de um tema e por isso, a soma dos temas não coincide com o total de processos instaurados):

Tabela 4.2.8.1.3 Procedimentos Disciplinares por Assunto em 2023, em termos quantitativos

Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	Quantidade de Procedimentos
Assédio moral	20
Ausência ou impontualidade ao serviço	9
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	7
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	7
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	6
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	6
Conflito de interesse entre a fundação pública e atos da vida privada, inclusive os previstos na Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013	6
Comportamento inidôneo	3
Favorecimento próprio ou de terceiros	3
Reconhecimento de dívida	3
Acumulação indevida de cargos	2
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	2
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	2
Assédio Sexual	1
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	1
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	1

Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	Quantidade de Procedimentos
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	1
Desrespeito ao sigilo de informações	1
Nepotismo	1
Total de procedimentos	86
Fonte: Corregedoria	

Além da realização das atividades inerentes à atuação repressiva de ilícitos funcionais, a Corregedoria do Iphan realizou algumas ações de caráter educativo e preventivo, como as listadas adiante:

- Realizou lives para disseminação de conteúdo afetos às atividades correcional e administrativa;
- Assédio sexual (03/10/2023), disponível por meio do link: https://www.youtube.com/watch?v=0_Qu-1rkECw;
- Assédio moral (23/10/2023), disponível por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=d4duLwjLB3Q>;
- Aspectos gerais da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o dever de sigilo atribuído ao servidor público (04/12/2023), disponível por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=jp8Dsv-CEdHo>.

4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão

Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE)

O Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE) tem caráter transversal na gestão de políticas patrimoniais, na medida que é responsável por coordenar ações de interpretação, promoção e difusão do patrimônio cultural, estruturadas nos processos de articulação, fomento, formação e gestão da informação e documentação. Assim, é o departamento que coordena, com a participação das superintendências estaduais do Iphan, o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural; o desenvolvimento de programas e projetos de Educação Patrimonial, assim como a formação e capacitação de agentes públicos internos e externos no âmbito da política de patrimônio cultural; programas e projetos relacionados à política de gestão documental do Iphan; e programas e instrumentos relacionados à Política de Fomento e Economia do Patrimônio, com destaque para o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (PRMFA).

O ano de 2023 foi, no âmbito deste Departamento, de reestruturação de processos, de reorganização da força de trabalho e recomposição das coordenações e equipes. Nesse sentido, o desafio foi repensar a estrutura departamental, considerando a transversalidade das políticas de preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural, em sintonia com as formas de organização dos departamentos do Iphan. Estabelecer um novo fluxo de gestão do departamento, com as superintendências estaduais, escritórios técnicos e unidades especiais da instituição foi também desafiante, na medida que o aporte de orçamento deveria acompanhar a distribuição de ações finalísticas entre as diversas políticas coordenadas por este órgão.

Assim, acompanhando o crescimento de ações programáticas e finalísticas, houve salto orçamentário do Iphan no ano de 2023, sendo o total de recursos geridos pelo DAFE – incluindo os valores solicitados pelas superintendências estaduais do Iphan – da ordem no montante de R\$ 9.970.408,01 (nove milhões, novecentos e setenta mil, quatrocentos e oito reais e um centavo) – fonte: Sistema SIG-Iphan, 26/12/2023, um valor recorde executado em um ano de reestruturação institucional do Ministério da Cultura (MinC) e do Iphan, retomada de parcerias federativas e retomada da participação social como instrumento e estratégia de gestão pública.

4.3.1 - Ações de cooperação e fomento no nível nacional e internacional

No âmbito das ações de cooperação nacional e internacional, a equipe técnica do DAFE realizou as seguintes ações, especificadas por unidade:

Gabinete/DAFE

- Celebração de dispensa de TED com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que formalizou parceria para realização do 6º Simpósio Científico do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), cujo tema central foi a relação entre o Patrimônio Cultural e os Direitos Humanos, com abordagem transversal, tanto no que concerne às várias

dimensões do patrimônio (natural, cultural, material e imaterial) e as suas problematizações no que diz respeito às suas expressões, manifestações e abordagens.

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (CGESP)

- TED nº 02/2023 firmado com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para o desenvolvimento do Observatório do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (plataforma digital de dados sobre a gestão do patrimônio cultural que visa favorecer a estruturação e monitoramento da articulação federativa para preservação do patrimônio cultural).

Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio (CGFE)

- 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, com o tema “20 anos da [Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003](#): Educação Democracia e Igualdade Racial”, contemplando 15 ações com premiação no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, que podem ser verificadas por meio do link: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/premios/premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade>;
- Gestão do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC/Iphan): participação enquanto membro da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC); orientação e capacitação para servidores de Superintendências, Departamentos, Unidades Especiais e proponentes; reuniões de alinhamento e revisão do normativo; força-tarefa para análise do passivo; 135 projetos analisados no total, em 2023; e
- Oficinas de elaboração de projetos para detentores e servidores (mais de 100 participantes envolvidos).

Coordenação-Geral de Educação, Formação e Participação Social (COGEDU)

- Elaboração de [Edital de Chamamento Público nº 6/2023](#), para a celebração de parcerias visando a execução de Projetos de Educação Patrimonial do Iphan com Organizações da Sociedade Civil (OSC); Órgão ou Entidade da Administração Pública direta e indireta Estadual, Municipal e Distrital e Órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União; e
- Formalização de parcerias com instituições de ensino superior (universidades e institutos federais) para realização de formação, contemplando cursos voltados aos agentes sociais para apresentação de projetos culturais e de educação patrimonial, por meio de dispensas de termos de Execução Descentralizada (D-TED).

Divisão Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA)

- Assessoramento técnico à participação brasileira na reunião de especialistas para revisão do artigo 18 – Registro de Boas Práticas – da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO);
- Assessoramento técnico, organização e coordenação da participação do Iphan em missões e eventos internacionais: G77 - Reunião de Ministros de Cultura 2023 – Havana, Cuba; Cerimônia de entrega da Inscrição da Semana Santa da Guatemala na Lista Representativa do Patrimônio Imaterial da Humanidade da UNESCO – Cidade da Guatemala, Guatemala; 7ª Assembleia dos Estados-parte e 11ª Sessão do Comitê Subsidiário da Convenção de 1970 – Paris, França; 33ª Sessão da
- Assembleia Geral do Centro Internacional de Estudos para a Preservação e a Restauração de Bens Culturais (ICCROM) - Roma, Itália; 18ª Sessão Comitê Intergovernamental Convenção 2003 – Kasane, Botswana;
- Representação do Iphan nas reuniões da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul - Presidência da Argentina – Primeiro semestre 2023 (inclui participação da delegação brasileira e discussão técnica de ações, políticas e documentos de trabalho);
- Coordenação e organização das reuniões e representação do Iphan nas reuniões da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul - Presidência do Brasil - segundo semestre 2023 (inclui participação da delegação brasileira e discussão técnica de ações, políticas e documentos de trabalho);
- Coordenação do Ciclo de Diálogos Patrimônio Cultural e Ação Climática - apoio técnico ao desenho inicial do programa; organização e divulgação das reuniões virtuais de apresentação do programa e mobilização de redes; elaboração



e instrução de plano de trabalho para Dispensa de TED com o Instituto Federal de Brasília (IFB) para a realização do primeiro evento presencial do ciclo; elaboração e instrução do processo para lançamento de Edital de seleção de membros do comitê do programa;

- Participação técnica na Comissão de Seleção do Mercado das Indústrias Culturais do Brasil - MICBR 2023;
- Apoio à divulgação e à apresentação de candidatura brasileira ao Prêmio Melina Mercouri da UNESCO de Paisagem Cultural; e
- Tradução e difusão de documentos técnicos de referência do campo internacional: Declaração Final da conferência Mundial de cultura - Mondiacult 2022; Diretrizes Operacionais da Convenção da Unesco de 1970 (Tráfico Ilícito de Bens Culturais); Política de Patrimônio Mundial e Mudança Climática; Protocolo do Comitê Intergovernamental da UNESCO (ICPRCP) de Ações em Caso de Roubo de Bens Culturais.

4.3.1.1 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito nacional

No âmbito dos acordos, seminários e cooperação a nível nacional, a equipe técnica do DAFE realizou as seguintes ações, especificadas por unidade:

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (CGESP)

- Seminário Chapada do Araripe Patrimônio da Humanidade: participação nas atividades do seminário para mobilização e elaboração de subsídios à construção da candidatura do bem cultural a patrimônio mundial; e
- Participação no Encontro Nacional de Gestores de Cultural promovido pelo Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura, em Vitória/ES.

Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio (CGFE)

- Celebração de Dispensa de TED firmada com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para os cursos de extensão universitária “Qualificação de pareceristas do Pronac/Iphan” e “Economia da Cultura e do Patrimônio Cultural”, contando no total com 122 participantes certificados, de 27 Superintendências, 6 Unidades Especiais e 3 Departamentos da Sede;
- [TED nº 22/2023](#) firmado com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para a Pesquisa “Patrimônio e Sustentabilidade: a dimensão econômica do patrimônio material e imaterial brasileiro”, a ser desenvolvida pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia; e
- Participação no Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (MICBR): Comissão de Avaliação (propostas Patrimônio e Museus), Grupo de Trabalho de Inteligência de Mercado, Comissão Especial de Curadoria de *Showcases*.

Divisão Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA)

Aporte técnico e mobilização interinstitucional para constituição do futuro Comitê Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais.

4.3.1.2 - Reconhecimento, gestão e monitoramento dos bens culturais em âmbito internacional

Com a publicação do novo Regimento Interno do Iphan, por meio do [Decreto nº 11.807, de 2023](#) e da [Portaria Iphan nº 141, de 2023](#), a antiga Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCI), vinculada ao DECOF foi reorganizada como: Assessoria de Assuntos Internacionais na Presidência (ASSIM); Assessoria de Internacional do Patrimônio Material (ASIPAM); Assessoria Internacional do Patrimônio Imaterial (ASINPI); e Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA), vinculada ao DAFE.

Assim, no âmbito internacional do Reconhecimento, Gestão e Monitoramento dos Bens Culturais, a equipe técnica do DAFE realizou as seguintes ações, especificadas por unidade:

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (CGESP)

- Acordo de Cooperação Técnica (ACP) firmado entre o Iphan e a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial, para a Implantação de Centros de Interpretação e Sinalização Turística para o patrimônio mundial, contemplando 16 bens culturais reconhecidos pela UNESCO, localizados em 9 municípios brasileiros.

Divisão Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA)

- Coordenação da preparação e apresentação de relatórios de monitoramento de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial: Brasília/DF; Rio de Janeiro/RJ – Paisagens Cariocas, Pampulha, em Belo Horizonte/MG etc.;
- Aporte à formulação e à apresentação da candidatura do Modo de Fazer Queijo Minas Artesanal a Patrimônio Imaterial da Humanidade da Unesco;
- Apoio técnico à elaboração da candidatura da Chapada do Araripe a Patrimônio Mundial/ Participação no II Seminário da Candidatura;
- Cais do Valongo, Patrimônio Mundial: Mobilização, organização e coordenação da recriação do Comitê Gestor e da sua operacionalização (regimento interno); apoio à participação do Iphan no Grupo Interministerial de gestão do bem; prestação de insumos técnicos para contratação e acompanhamento de consultorias relacionadas ao bem, pelo Ministério da Cultura;
- Ritual *Yaokwa*: apoio à elaboração e apresentação do Relatório periódico de monitoramento do bem na Lista de Salva-guarda Urgente da Convenção do Patrimônio Imaterial da UNESCO;
- Teatros da Amazônia: assessoramento, coordenação e mobilização para a elaboração da candidatura dos teatros; realização da primeira oficina com gestores locais em preparo à candidatura;
- Assessoramento e articulação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para viabilizar a candidatura dos bens do Vale do Peruaçu a Patrimônio Mundial; e
- Ponte de Barra do Quaraí: bem ferroviário binacional Brasil/Uruguai; coordenação da resposta à consulta oficial sobre intervenção no bem patrimonial.

4.3.1.3 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito internacional

No âmbito dos acordos, seminários e cooperação a nível internacional, a equipe técnica da Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA) realizou as seguintes ações:

- Organização, em cooperação com a UNESCO, da Oficina Regional de Capacitação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais e Promoção de Museus, Rio de Janeiro/RJ de 02/10 a 04/10/2023;
- Articulação interinstitucional e apoio técnico ao processo de renovação do Acordo Brasil/Unesco para operação do Centro de Categoria 2 de Formação sob os auspícios da UNESCO (CLC-CC2); acompanhamento das Reuniões de Governança do CLC-CC2 e adoção do Plano de Ação de Difusão e Promoção;
- Elaboração e assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Iphan e a organização do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil - Portugal (FIPA); participação na 9ª edição do Fórum em São Luís/MA;
- Assessoramento técnico ao Ministério das Relações Exteriores para a participação brasileira no Comitê Subsidiário da Convenção da UNESCO de 1970 (inclui análise, revisão e proposição de documentos de trabalho e da posição brasileira sobre os temas tratados pelo Comitê);
- Análise técnica, revisão e comentários sobre minutas de acordos bilaterais de cooperação cultural do Brasil: Argentina, Rússia, Croácia e Emirados Árabes Unidos;
- Assessoramento ao Centro de Documentação do Patrimônio (CDP) para a participação na reunião preparatória da Conferência Internacional de Arquivos Históricos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);

- Articulação interinstitucional e apoio técnico no âmbito do Programa JAPER - Plano de Ação Conjunta para Eliminar a Discriminação Racial e Étnica e Promover a Igualdade, cooperação bilateral Brasil e Estados Unidos da América (EUA), coordenada pelo Ministério da Igualdade Racial;
- Seminário em celebração aos 40 anos da Inscrição das Missões Jesuíticas-Guarani na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em São Miguel das Missões, 2023, com a participação de representantes do Iphan, gestores municipais e estaduais e colaboradores internacionais;
- Elaboração de Projeto de Cooperação Internacional junto à UNESCO intitulado “Desenvolvimento das capacidades nacionais para aprimoramento e inovação das políticas e práticas na gestão pública do Patrimônio Cultural”;
- Assessoramento e elaboração de Nota Técnica acerca de participação do Iphan na execução do Projeto de Cooperação Internacional “Educação e Cultura para promoção da Democracia, da Cidadania e da Diversidade” MinC UNESCO;
- Assessoramento técnico na elaboração e revisão da Nota Temática para o Grupo de Trabalho da Cultura no âmbito da presidência brasileira do G20 em 2024; e
- Missão de assessoramento técnico sobre o patrimônio imaterial; articulação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e técnicos do Paraguai para a organização de missão técnica àquele país, para fins de elaboração de cooperação na temática da salvaguarda do patrimônio imaterial.

4.3.1.4 - Publicações Editadas

A Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio (DIVEP) do DAFE tem como objetivos disponibilizar produtos de promoção e difusão do patrimônio cultural, tais como livros, manuais, dossiês, por meio impresso e digital, sob os princípios da impessoalidade, rigor técnico, qualidade, transparência e acessibilidade, com vistas à preservação, à salvaguarda e à apropriação social do patrimônio cultural brasileiro.

Em 2023, a DIVEP colaborou, em diversas instâncias (revisão de texto, criação de projeto gráfico, diagramação, acompanhamento de impressão, adequação ao padrão Edições Iphan, emissão do *International Standard Book Number* (ISBN) junto à Biblioteca Aloísio Magalhães), com a edição das seguintes publicações:

- Guia de Editoração Iphan (DAFE);
- Plano de Salvaguarda - Viola de cocho (DPI);
- Plano de Salvaguarda - Maracatu Nação (DPI);
- Plano de Salvaguarda - Renda Irlandesa (DPI);
- Manual - Planes de Salvaguarda - espanhol (DPI);
- Manual - *Safeguarding Plans* - inglês (DPI);
- Engenhos do Pará (Iphan/PA);
- Arquitetos (Iphan/PA);
- Ofício das paneleiras de Goiabeiras (Iphan/ES);
- Mulheres de ginga (Iphan/ES);
- Plano de salvaguarda da Capoeira em Goiás (Iphan/GO);
- Modo de Fazer os Carros de Bois (Iphan/GO);
- Mapeamento e Genealogia de Mestres e/ou Grupos de Capoeira em Goiânia e região do entorno (Iphan/GO);



- Plano de Salvaguarda da Capoeira em Rondônia (Iphan/RO);
- A Festa Nunca Acaba (Iphan/GO).

Mais informações e acesso aos conteúdos publicados pelo Iphan podem ser acessados por meio do acervo das [Publicações do Patrimônio](#).

4.3.2 - Ações do Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial

As principais atividades realizadas pelo Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial (CCPPI), em 2023, contemplam exposições de artes visuais, concertos, cursos, corais, seminários, mesas redondas, palestras e lançamentos de catálogos, entre outras ações distribuídas durante o ano nas galerias disponíveis, pátios e sala multiuso.

Por intermédio destas ações, o CCPPI celebra parcerias institucionais regionais, nacionais e internacionais, como com a UNESCO, o Instituto Camões (Portugal), o Instituto Moreira Salles (IMS/SP), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ), o Instituto PIPA e a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA). Essas e outras instituições tiveram exposições e eventos realizados no Paço Imperial.

Foram realizadas, em 2023, 23 exposições de arte, 17 concertos musicais, 3 cursos, 5 seminários ou colóquios e 6 leituras dramáticas.

Estima-se a presença de 115 visitantes ao longo de 2023. O público beneficiado foi de estudantes, professores, artistas, curadores e público espontâneo.

O relatório completo, contendo os detalhes das exposições, eventos e espetáculos promovidos pelo Paço Imperial, pode ser acessado por meio do link a seguir: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias-1/prestacao-de-contas-1/relatorios-de-gestao/sei_01450-000376_2024_64.pdf/view

4.3.3 - Ações do Centro Lúcio Costa

O Centro Lúcio Costa (CLC) tem a atuação voltada para a Formação, Pesquisa e Difusão, por meio de programas e ações em prol da gestão, da preservação, e da valorização do patrimônio cultural brasileiro e de outros países, por força de acordos internacionais firmados pelo Governo Brasileiro e/ou pelo Iphan.

Tem como seus principais focos de atuação o Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio Mundial - Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO, e seu Programa de Pós-Graduação em Preservação do Patrimônio Cultural, com o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC).

As principais ações realizadas pelo CLC no ano de 2023 foram:

Eventos e representações

- Representação do CLC/CC2 e abertura da Oficina Regional Final – Terceiro Ciclo dos Informes Periódicos América Latina e Caribe (fevereiro/2023);
- Representação do CLC/CC2 na Reunião de Avaliação do *World Heritage Capacity Building Strategies* (WHCBS) (março/2023);
- Representação do Centro Lucio Costa no Simpósio Internacional de Direito do Patrimônio Cultural e Natural – 50 anos da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural: os próximos 50 anos, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça (março/2023);
- Organização do Seminário Patrimônio como Direito: criar, fazer e viver, juntamente com Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciência e da Saúde (PPGPAT) da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO) (setembro/2023);
- Representação do CLC/CC2, nas reuniões técnicas sobre a candidatura do Parque do Peruaçu – Minas Gerais/MG a Lista do Patrimônio Mundial (setembro/2023);
- Representação do Centro Lucio Costa no Comitê Permanente para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana (COPMAF) (outubro/2023);



- Representação do Mestrado Profissional na 1ª Oficina de trabalho para Construção do Sistema Minc de Formação Artística Cultural (outubro/2023);
- Representação do CLC/CC2 na Oficina Regional de Capacitação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais e Promoção de Museus, realizada pela UNESCO, no Centro Cultural do Patrimônio – Paço Imperial, Rio de Janeiro/RJ (outubro/2023);
- Representação do CLC/CC2 no Curso (*online*) de Fotogrametria aplicada ao Patrimônio Cultural, organizado IRZPM (Instituto Regional do Patrimônio Mundial em Zacatecas, centro de categoria 2 sediado no México (novembro/2023);
- Representação do Centro Lucio Costa no Encontro Nacional de Educação Patrimonial (novembro/2023);
- Representação do Mestrado Profissional no Seminário de Meio Termo da Área Interdisciplinar da CAPES/MEC (novembro/2023);
- Representação do Centro Lucio Costa no Curso Economia da Cultura e do Patrimônio Cultural, ministrado por pesquisadores do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) novembro/2023;
- Representação do Mestrado Profissional no IV Seminário Internacional da Cátedra da UNESCO de Políticas Culturais e Gestão (novembro-dezembro/2023);
- Organização e realização da 2ª Jornada do Patrimônio em Prática, lançamento do volume 2 (no prelo) da série Patrimônio em Prática (dezembro/2023);
- Representação do Centro Lucio Costa no I Encontro Técnico de Bens Móveis e Elementos Integrados – CGO/DEPAM/Iphan (dezembro/2023);
- Representação do CLC/CC2 no Lançamento Plano de Ação do Centro do Patrimônio Mundial para a América Latina e Caribe (dezembro/2023);
- Organização do I Encontro do Grupo de Pesquisa “Memórias Orais dos Trabalhadores da Cultura”, no Paço Imperial e na Biblioteca Nacional (dezembro/2023);
- Representação do CLC/CC2 no II Seminário Internacional de Cultura, Arte e Patrimônio (dezembro/2023); e
- Representação do CLC/CC2 no Webinário Patrimônio na Ásia-Pacífico: Natureza, Cultura e a Convenção do Patrimônio Mundial (dezembro/2023).

Parcerias e intercâmbios

- Participação do CLC/CC2 no 8º Encontro Anual de Cooperação de Centros de Categoria 2 para o Patrimônio Mundial – *Sejong*, República da Coreia (junho/2023);
- Retomada das reuniões de Governança do Centro Regional de Formação em Gestão para o Patrimônio Mundial – Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO – CLC-CC2:
 - ▶ Organização da V Reunião do Conselho de Governança e IV Reunião do Comitê Executivo (agosto/2023) - com os 10 países membros (Argentina, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Equador, Moçambique, Paraguai, Peru, Uruguai), MinC, MRE (Ministério das Relações Exteriores), ABC (Agência Brasileira de Cooperação), UNESCO, ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais), ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) (agosto/2023);

- ▶ Definição de Plano de Trabalho do CLC/CC2 para 2023-2024: 8 ações de capacitação – cursos, oficinas, seminários, conferências; 2 ações presenciais – 1 na América do Sul (Uruguai), 1 na África (Cabo Verde); 1 ação de difusão e promoção – tradução de documentos de referência para o patrimônio mundial (português e espanhol); 2 ações de pesquisa aplicada na Região de Abrangência do CLC/CC2;
- Retomada das ações multilaterais de cooperação e adesão para o CLC-CC2:
 - ▶ Adesão do Paraguai ao CLC-CC2 (agosto/2023);
 - ▶ Organização de Reunião de Cooperação e Adesão, com os países membros, países aspirantes e outros CC2 da Região: CRESPIAL (Centro Regional para *la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial* de América Latina *bajo los auspícios de la UNESCO*), AWHF (Fundo do Patrimônio Mundial Africano) e IRPMZ (Instituto Regional *del Patrimonio Mundial en Zacatecas*) (agosto/2023).
- Participação do Mestrado Profissional na parceria Iphan/IBICT para a criação da Biblioteca Digital, viabilizando a inclusão de produções bibliográficas e técnicas de discentes na referida plataforma digital;
- Estabelecimento de parceria com a UNESP e a UFSJ para a elaboração e a propositura de projeto à Chamada CNPq/MCTI n 10/2023 (UNIVERSAL), intitulada “Paisagem como Patrimônio e como investigação: representações nos contextos da formação inicial à docência de Rio Claro/SP, Rio de Janeiro-RJ e São João Del Rei/MG”; e
- Estabelecimento de parceria com a Fundação Biblioteca Nacional, a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Sítio Burlle Marx/ Iphan para a criação do Grupo de Pesquisa no CNPQ, intitulado “Memórias Oraís dos Trabalhadores da Cultura”.

Mestrado Profissional

- Aprovação, pela Diretoria Colegiada do Iphan, dos seguintes reajustes, em março de 2023:
 - ▶ Reajuste de 40% do valor das bolsas pagas aos alunos bolsistas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, em conformidade com o reajuste dado pela CAPES;
 - ▶ Reajuste de 25% do valor das bolsas pagas às professoras bolsistas recém-doutoras do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural;
 - ▶ Reajuste de 75% nos auxílios pagos a todos os alunos e recém-doutoras do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.
- Revisão das normativas e publicação de portaria unificada sobre o funcionamento do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan e sobre os critérios para concessão de bolsas e demais auxílios providos pelo Iphan – [Portaria Iphan nº 94, de 2 de maio de 2023](#):
 - ▶ Inclusão dos alunos e dos empregados públicos do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural como beneficiários dos auxílios pagos pelo Iphan aos discentes do programa.
- Lançamento dos Editais para formação da Turma 2023 do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural:
 - ▶ Edital para discentes em Ampla Concorrência, Edital para servidores do Iphan, Edital para Servidores e Empregados Públicos Extraquadros;
 - ▶ Formação da Turma 2023, com aumento de vagas (20 para 25) e aumento de 100% das vagas para servidores e empregados públicos extraquadros: 10 alunos bolsistas (ampla concorrência), 4 alunas servidoras do Iphan, 10 alunos servidores extraquadros.

- Realização de 11 bancas de defesa de dissertação do Mestrado Profissional, de alunos bolsistas, servidores do Iphan e servidores extraquadros, com temáticas como: tombamento de quilombos, ocupação do solo de Brasília/DF, legislação do patrimônio móvel e integrado, narrativas do Patrimônio Cultural em Corumbá/MS, museologia, patrimônio e modernismo no colecionismo de Burrel Marx, medidas de prevenção e combate a incêndios de bens tombados, entre outras; e
- Realização de 3 módulos de aulas presenciais (maio e setembro/2023 – Turma 2022; novembro/2023 – Turma 2023).

4.3.4 - Ações do Centro de Documentação do Patrimônio

O Centro de Documentação do Patrimônio (CDP) é a unidade do Iphan responsável pela gestão da documentação e da informação na Autarquia, desenvolvendo ações de preservação e acesso ao patrimônio documental do Iphan. A atuação do CDP é primordial para que esse acervo possa desempenhar um papel estratégico nas políticas de promoção do patrimônio cultural.

Entre as atribuições do CDP estão a gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o sistema oficial de informações, documentos e processos eletrônicos do Iphan; e a coordenação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), instância que orienta e realiza a análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada pela Autarquia.

Para viabilizar o exercício de suas atribuições, o CDP está subdividido em quatro unidades: Arquivo Central de Brasília/DF, Arquivo Central do Rio de Janeiro/RJ, Biblioteca Aloísio Magalhães (Brasília/DF) e Biblioteca Noronha Santos (Rio de Janeiro/RJ).

Abaixo, apresentam-se as principais ações realizadas pelo CDP no ano de 2023.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Iphan

Coordenada pelo CDP e instituída pela Portaria de Pessoal GAB-Iphan/Iphan N° 190, de 16 de junho de 2021, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Iphan tem como responsabilidade orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para a guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor. Também cabe à CPAD orientar a aplicação da tabela de temporalidade dos documentos de atividade meio, designar o grupo de trabalho responsável pela elaboração do Código de Classificação de Área-Fim e respectiva tabela de temporalidade, promover treinamentos técnicos, entre outras atividades relacionadas a seus objetivos.

Gestão do SEI

O CDP é responsável pela gestão completa do SEI, sobre o qual atua desde sua customização prévia, iniciada em 2016, até hoje, realizando a capacitação de pessoal, parametrização do sistema, definição de regras, boas práticas e auxílio aos usuários.

Estão em finalização as tratativas do CDP com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, proprietário do sistema, para cessão ao Iphan de sua última versão, que deve ser implementada até o final do ano de 2024, com o apoio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).

Ainda no que diz respeito ao SEI, o CDP iniciou a operacionalização do **Barramento do Processo Eletrônico** Nacional, permitindo o envio e recebimento de processos e documentos eletrônicos de outras unidades administrativas do Governo Federal.

Entre as ações de atendimento ao usuário prestadas pelo CDP estão o cadastro de usuários, a permissão de acesso, a criação de unidades, a liberação de usuário externo, a resolução de dúvidas e a realização de capacitações.

Na Tabela 4.3.4.1 abaixo, é possível verificar o quantitativo de serviços relacionados ao SEI em 2023, assim como outras atividades do Arquivo Central-Seção Brasília/DF.

Tabela 4.3.4.1 Quantidade de Serviços relacionados ao SEI e de atividades do Arquivo Central-Seção Brasília em 2023

Arquivo Central-Seção Brasília/DF	
Curso de capacitação para o uso do SEI na Sede	40 pessoas atendidas
Atendimento ao público e-mail ou sistemas SEI	4000
Atendimento ao público e-mail Arquivo Central Brasília	60
Atendimento presencial	25
Páginas Digitalizadas - Documentos e Mapas	3824
Fonte: CDP/DAFE (dados fornecidos pelo CDP em 20/12/2023).	

Termo de Execução Descentralizada – IBICT – Biblioteca Digital

No âmbito das bibliotecas do Iphan, foi realizada a parceria entre Iphan e IBICT, mediante Termo de Execução Descentralizada (TED), visando Projeto de Pesquisa para o desenvolvimento de estudos para a implementação de Biblioteca Digital no Iphan. A Biblioteca Digital dará acesso à memória técnica do Iphan, composta por diversos documentos a serem elegidos e/ou selecionados por meio de comissão, como relatórios, estudos, dossiês, dissertações, teses, produção bibliográfica do Iphan etc. Esse projeto já está em andamento e tem previsão de conclusão em dezembro/2024.

Serviços da Rede de Bibliotecas

Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

O *Gedweb* é um Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios, desenvolvido para gerenciar grandes acervos de normas e informações técnicas, pelo qual o usuário pode consultar uma coleção de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A plataforma contratada pelo Iphan permite acesso de forma rápida, simplificada, segura e sistemática a uma coleção de normas de interesse do Iphan, que são atualizadas automaticamente quando sofrem alterações ou correções.

Catálogo de Bibliotecas Online

Pergamum é o sistema de automação e administração das bibliotecas do Iphan. Ele é um catálogo *online* que disponibiliza informações sobre os acervos disponíveis nas bibliotecas do Iphan. O objetivo da ação é prestar suporte informacional aos técnicos da instituição, para o melhor desenvolvimento de suas atividades. Atualmente a base de dados possui mais de 116.000 exemplares entre livros, folhetos, periódicos, mídias, dentre outros. O acervo em patrimônio cultural compreende as áreas de: arquitetura, história geral e do Brasil, turismo cultural, arqueologia, antropologia, cultura, aspectos conceituais de patrimônio cultural, literatura, dentre outras.

Na Tabela 4.3.4.2 abaixo, é possível verificar o quantitativo de atendimentos e registros relacionados à Biblioteca Aloísio Magalhães em 2023.

Tabela 4.3.4.2 Quantidade de atendimentos e registros relacionados à Biblioteca Aloísio Magalhães do DF em 2023

Biblioteca Aloísio Magalhães	
Frequência de usuário	2.640
Atendimento presencial	1.056
Atendimento remoto	154
Acessos a Normas ABNT	216
Visualização de Normas ABNT	449
Empréstimos no Pergamum	154
Registro de ISBN e Ficha Catalográfica	52
Distribuição de duplicatas	245

Fonte: CDP/DAFE (dados fornecidos pelo CDP em 20/12/2023).

O Arquivo Central do Iphan-Seção Rio de Janeiro/RJ é a unidade responsável pela guarda dos processos de tombamento e registro, abertura, arquivamento e disponibilização para o público interno e externo. No ano de 2023, foram realizadas diversas ações nesse sentido, assim como esquematizado na Tabela 4.3.4.3 abaixo.

Tabela 4.3.4.3 Quantidade de atendimentos e registros relacionados à Arquivo Central do Iphan do Rio de Janeiro (ACI-RJ), em 2023

Atendimento ACI-RJ	
Atendimento ao público externo (presencial e remoto)	1.600
Organização (metros lineares – textual)	15
Digitalização de acervos (Textual, Iconográfico, Cartográfico, Slides)	43.045
Conservação (higienização, acondicionamento - itens textuais, iconográfico, cartográfico)	6.789
Emissão de Certidões de Tombamento	444



Atendimento ACI-RJ	
Abertura/Reabertura de processos de tombamento	38
Inscrição de processos de tombamento	3
Arquivamento de processos de tombamento indeferidos	7
Fonte: CDP/DAFE (dados fornecidos pelo CDP em 20/12/2023).	

Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM)

4.3.5 - Ações de proteção ao patrimônio material

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os 4 Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, os sítios arqueológicos e paisagísticos e os bens individuais; ou móveis, como as coleções arqueológicas, os acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

4.3.5.1 - Ações de Identificação e Reconhecimento

As ações de identificação, reconhecimento e proteção de bens culturais de natureza material competem à Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento (CGID). Em 2023, a CGID atuou em ações estratégicas, buscando a resolução de impasses institucionais, e rotineiras, analisando e encaminhando processos de valoração do patrimônio ferroviário e tombamento de bens culturais de natureza material.

Ações Estratégicas

Publicação da Portaria Iphan nº 135, de 20 de novembro de 2023

Elaboração e Publicação da [Portaria Iphan nº 135, de 20 de novembro de 2023](#), que dispõe sobre a regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos e cria o Livro do Tombo dos documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

No processo de construção da Portaria Iphan nº 135/2023, a CGID/DEPAM realizou uma consulta pública entre os dias 5 de setembro e 20 de outubro de 2023, e visitou as seguintes comunidades quilombolas: Quilombo Armada, Canguçu/RS; Quilombo Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis/RJ; Quilombo Monte Alegre, Cachoeiro do Itapemirim/ES; Quilombo Campinho da Independência e Quilombo Cabral, encontro no Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, Paraty/RJ; Quilombo Ilha de Marambaia, Quilombo Fazenda Santa Justina e Quilombo Fazenda Santa Izabel, encontro na Fundação Mário Peixoto, Mangaratiba/RJ; Quilombo Guajará-Mirim, Acará/PA; Quilombo Abacatal, Ananindeua/PA; Quilombo Castanho, Garanhuns/PE; Quilombo Timbó, Garanhuns/PE; Quilombo Kalunga - Vão do Moleque, Cavalcante/GO; Quilombo Kalunga - Engenho II, Cavalcante/GO; Quilombo do Manzo, Belo Horizonte/MG; Quilombo Chacrinha, Belo Vale/MG; Cemitério Rio das Pedras, Teresina de Goiás/GO; Quilombo da Barra - Rio de Contas/BA; Quilombo do Bananal, Rio de Contas/BA.

A equipe participou ainda de 2 eventos com comunidades quilombolas para a divulgação da Minuta da Portaria: 3º Seminário das comunidades Quilombolas da Bacia do Rio São Francisco, em outubro de 2023, em Paulo Afonso na Bahia/BA, e a 2ª Oficina de Política Nacional de Gestão territorial e Ambiental Quilombola, em setembro de 2023, Brasília/DF.

Conclusão da elaboração técnica da nova Portaria de Tombamento

Conclusão dos estudos técnicos e elaboração do texto final da nova portaria que instituirá os procedimentos de tombamento no âmbito do Iphan em substituição à [Portaria Iphan nº 11, de 11 de setembro de 1986](#).

Assinatura do Termo de Execução Descentralizada

Assinatura do TED n° 18/2023, com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para a execução do Plano de Ação (PA) ID 8938 - etapa de instrução do processo de rratificação do “Acervo Nosso Sagrado” (Processo de Tombamento nº 0035-T-38), cujo programa denomina-se “Acervo Nosso Sagrado: pesquisa, identificação, reconhecimento e gestão participativa de acervo religioso afro-brasileiro”.

Processos de Tombamento

Processos de tombamento abertos:

No ano de 2023 foram abertos 32 novos processos de tombamento, conforme Tabela 4.3.5.1.1, disponibilizada a seguir:

Tabela 4.3.5.1.1 Novos processos de tombamento abertos em 2023

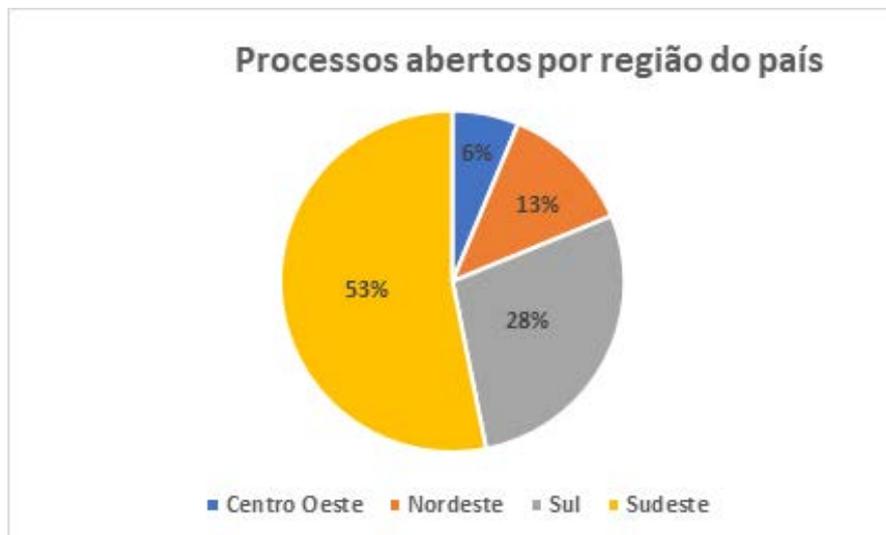
Região	UF	Município	Classificação	Nome	Nº
SE	ES	Mimoso do Sul	Infraestrutura ou equipamento urbano	Trecho da linha férrea e estações entre Mimoso do Sul e Atílio Vivácqua	2041
SE	RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Prédio que abriga a Escola de Música da UFRJ	2042
S	PR	Rolândia	Edificação	Casas na Avenida dos Expedicionários 570 e 604	2043
S	PR	Maringá	Edificação	Prédio do Hotel Bandeirantes	2044
S	PR	Curitiba	Edificação	Palacete Leão Jr	2045
SE	MG	Bambuí	Edificação	Edificação que abriga o Posto Avançado de Pesquisas Emmanuel Dias	2046
S	RS	Caxias do Sul	Edificação	Metalúrgica Abramo Eberle S.A. (MAESA)	2047
S	PR	Foz do Iguaçu	Jardim Histórico	Praça das Aroeiras	2048
S	SC	Rio Negrinho	Infraestrutura ou equipamento urbano	Estrada Imperial Dona Francisca	2049
NE	BA	Gentio do Ouro	Conjunto Arquitetônico	Imóveis na Vila de Santo Inácio	2050
SE	MG	Serra do Salitre	Quilombo	Fazenda Serrinha	2051
SE	SP	Campinas	Sítio arqueológico	Sítio Arqueológico das ruínas das fundações da antiga Igreja do Rosário e Cemitério do Rosário	2052
SE	MG	Itajubá	Edificação e Acervo	Sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal - DCE-UNIFEI	2053
SE	RJ	Rio de Janeiro	Ruína	Imóvel situado na Barra de Guaratiba: antigo entreposto de produtos e pessoas escravizadas	2054
SE	RJ	Rio de Janeiro	Bem móvel ou integrado	Chave da Cidade do Rio de Janeiro	2055
NE	BA	Cipó	Conjunto Urbano	Conjunto Urbano e Arquitetônico da Estância Hidromineral de Cipó	2056
S	RS	Três de Maio	Edificação	Vila Paula	2057
SE	RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Pavilhão de Estatística da Exposição Nacional de 1922	2058
SE	RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Pavilhão Mário de Almeida	2059
CO	GO	Alexânia	Conjunto Urbano	Praça Olhos D'água	2060
NE	PE	Recife	Edificação	Sinagoga Kahal Zur Israel	2061
SE	RJ	Duque de Caxias	Terreiro	Terreiro Àse Oloroké - llé Ògún Anaeji Ìgbele Ni Oman - Lokiti-Efon	2062
SE	SP	Itu	Conjunto Urbano	Centro Histórico de Itu	2063
SE	SP	Guaratinguetá	Infraestrutura ou equipamento urbano	Mirante da Caixa D'Água do Portal das Colinas, Bosque da CODASP, Área Verde do Portal das Colinas e Áreas de Preservação Permanente Adjacentes	2064
SE	SP	São Paulo	Edificação	Clube Paulista de Corridas de Cavalo	2065
S	RS	Porto Alegre	Jardim Histórico	Parque Farroupilha	2066
SE	SP	São Paulo	Terreiro	Comunidade Religiosa Abassá de Oxum e Oxóssi de Cangaíba	2067
SE	SP	São Paulo	Edificação	Edifício do Noviciado Nossa Senhora das Graças Irmãs Salesianas	2068
SE	SP	São Paulo	Edificação	Teatro Aliança Francesa	2069



Região	UF	Município	Classificação	Nome	Nº
CO	GO	Urutaí e Pires do Rio	Infraestrutura ou equipamento urbano	Ponte Ferroviária sobre o Rio Corumbá - Pires do Rio e Urutaí	2070
NE	CE	Fortaleza	Terreiro	Ilê Ibá Asê Possun Aziri	2071
S	SC	Cocal do Sul	Edificação	Antiga Casa Paroquial	2072

Fonte: Planilha de controle de processos de tombamento da CGID/DEPAM.

Gráfico N – 4.3.5.1 Relação de número de processos abertos por região do país



Fonte: Planilha de controle de processos de tombamento da CGID/DEPAM.

Processos de tombamento com manifestação da unidade, em 2023

Conforme relatório extraído do SEI, a CGID/DEPAM se manifestou em 164 processos de tombamento de bens culturais de natureza material no ano de 2023, englobando abertura de novos processos, realização de análises técnicas, orientações às Superintendências e respostas aos órgãos de controle.

A CGID também se manifestou em 2023, em relação a 65 processos de natureza judicial, como ações civis, inquéritos civis e ações judiciais.

Processos de tombamento concluídos na CGID/DEPAM, em 2023

Contaram com análise conclusiva 7 processos de tombamento, sendo que 2 foram encaminhados ao DEPAM com indicação de tombamento e 5 com indicação de indeferimento, conforme detalhado na Tabela 4.3.5.1.2, abaixo.

Tabela 4.3.5.1.2 Relação de Processos de tombamento concluídos, em 2023

Processos com indicação de deferimento				
Nº do processo Tombamento	Nº do processo SEI	Nome do bem	Município	Estado
1793-T-16	01502.002434/2012-06	Terreiro <i>Ilê Axé Icimimó Aganju Didé</i>	Cachoeira	BA
1511-T-03	01450.015786/2006-28	Casa de Vidro projetada por Lina Bo Bardi: casa principal, jardim e acervo	São Paulo	SP

Processos com indicação de deferimento				
Nº do processo Tombamento	Nº do processo SEI	Nome do bem	Município	Estado
2026-T-22	01502.001434/2021-71	Parque de Exposições Jorge Sales	Amargosa	BA
1555-T-08	01502.000382/2007-68	Terreiro de Candomblé do Cajá	São Félix	BA
1491-T-02	01450.001398/2019-84	Residência Cardinalícia do Campo Grande	Salvador	BA
1331-T-93	01453.001181/2012-28	Colégio N. Sra. das Dores	Nova Friburgo	RJ
1362-T-95	01458.001183/2012-17	Casa à Rua Lopes Quintas nº 497 (Chácara da Floresta)	Rio de Janeiro	RJ

Fonte: Planilha de controle de processos de tombamento da CGID/DEPAM.

Processos de valoração do Patrimônio Ferroviário - Processos de valoração abertos

No ano de 2023 foram abertos 3 novos processos de tombamento, referentes a valoração do patrimônio ferroviário, conforme a Tabela 4.3.5.1.3, a seguir:

Tabela 4.3.5.1.3 Relação dos Novos processos de valoração abertos do Patrimônio Ferroviário, em 2023

UF	Município	Processo (nº)	Quantidade de bens no Termo
MG	Bocaiúva	01514.000023/2023-91	02
PR	Curitiba	01508.000428/2023-17	01
SP	São Paulo	01506.000822/2023-67	03

Fonte: Planilha de controle de processos de valoração da CGID/DEPAM.

Processos de tombamento, com manifestação da unidade

Quanto à valoração do patrimônio ferroviário, a CGID/DEPAM se manifestou em 173 processos, também englobando os mesmos itens citados no caso dos processos de tombamento.

Processos de valoração concluídos na CGID/DEPAM

Contaram com análise conclusiva 37 processos de tombamento, sendo que 5 foram encaminhados ao DEPAM com indicação de valoração e 32 com indicação de indeferimento, conforme detalhado na Tabela 4.3.5.1.4, abaixo.

Tabela 4.3.5.1.4 Relação de Processos de valoração concluídos, em 2023

Processos com indicação de valoração			
UF	Município	Processo (nº)	Identificação do bem
RS	Erechim	01450.001987/2011-13	Estação Ferroviária de Erechim
ES	Domingos Martins	01409.000254/2010-88	Conjunto Ferroviário de Domingos Martins (Estação Ferroviária Vale da Estação, Caixa d'água, Casa de turma)
SC	Piratuba	01510.000298/2022-84	Casa de Pernoite Rio Uruguai
MG	Diamantina	01514.002295/2011-92	Antiga Estação Ferroviária de Diamantina
MG	Diamantina	1514.002295/2011-92	Pátio da Estação ferroviária de Diamantina

Processos com indicação de não valoração			
UF	Município	Nº de Processos	Nº de bens dos termos
MG	Buenópolis, Eng. Navarro, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Contagem, Diamantina, Bocaiúva	07	499
SP	Sandovalina, Sorocaba, Anhembi, Rancharia, Manduri, Olímpia, Cubatão, Cândido Mota, Elias, Fausto, Vinhedo, Itapecerica da Serra, Registro, Ibaté, Jacupiranga, Santa Lúcia, Monte Aprazível, Diadema, Conchas, Jundiá, Itirapina, Aguaí	23	83
ES	Castelo	01	01
RJ	Trajano de Moraes	01	01
	TOTAL	32	584

Fonte: Planilha de controle de processos de valoração da CGID/DEPAM.

4.3.5.2 - Ações de Normatização

À Coordenação-Geral de Normatização e Gestão do Território (CGNT) compete, de acordo com o Regimento Interno do Iphan, publicado por meio da [Portaria Iphan nº 141, de 2023](#), entre outras ações:

- I - Propor diretrizes e procedimentos metodológicos-operacionais orientados para processos institucionais de normatização e gestão dos bens culturais de natureza material no território, de acordo com a política de preservação do patrimônio cultural material;
- II - Apoiar as unidades descentralizadas na compreensão e análise dos bens culturais de natureza material em seus contextos territoriais a fim de fomentar o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados e as comunidades na gestão dos bens;
- III - Coordenar a execução, o monitoramento e a avaliação das ações e procedimentos de normatizações e gestão dos bens no território, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento;

Portarias de normas de preservação

No total, atualmente o Iphan conta com **58 portarias vigentes** de preservação, sendo 20 de conjuntos urbanos, arquitetônicos ou paisagísticos, no interior dos quais se localizam 120 bens com tombamento isolado; 26 de entorno de 70 bens, com tombamento isolado e as 12 restantes são revisões ou complementações de outras sobre o mesmo bem. Isso significa que 58 portarias estão regulando o entorno de 190 bens, na medida em que um bem isolado localizado no interior de um conjunto não demanda poligonal de entorno específica.

A publicação das portarias é antecedida pela divulgação das minutas por Consulta Pública, com a finalidade de receber contribuições para ampliar o processo de participação da sociedade na elaboração do instrumento.

No ano de 2023 foram publicadas 5 portarias acerca das normas de preservação, conforme detalhado na Tabela 4.3.5.2.1, abaixo.

Tabela 4.3.5.2.1 Listagem de Portarias de preservação publicadas no DOU em 2023

Portarias
Portaria Iphan nº 75, de 10 de fevereiro de 2023 . Dispõe sobre a delimitação da poligonal e definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para o entorno da Casa Grande e Tulha da Antiga Chácara do Paraíso em Campinas/SP;
Portaria Iphan nº 87, de 17 de março de 2023 . Dispõe sobre a delimitação da poligonal e definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para o entorno da Estação Ferroviária de Joinville/SC;
Portaria Iphan nº, 101 de 29 de maio de 2023 . Dispõe sobre a delimitação da poligonal e definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para o entorno do Conjunto Arquitetônico do Sesc Fábrica da Pompéia em São Paulo/SP;
Portaria Iphan nº 110, de 7 de julho de 2023 . Dispõe sobre a delimitação da poligonal e definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para a área tombada e de entorno do Conjunto Rural de Texto Alto, situado no Município de Pomerode/SC;
Portaria Iphan nº 127, de 13 de setembro de 2023 . Dispõe sobre a delimitação da poligonal e definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para o entorno do Palacete Argentina, situado na Av. Independência 867, Porto Alegre/RS;

Fonte: CDP/DAFE (dados fornecidos pelo CDP em 20/12/2023).

Consultas Públicas das portarias de normas de preservação publicadas no Diário Oficial da União (DOU) em 2023:

Foi divulgada, em 7 de março de 2023, a Consulta Pública para a minuta de portaria que dispõe sobre o entorno do Sesc Fábrica da Pompeia, em São Paulo/SP.

Também foi divulgada, em 16 de agosto de 2023, a Consulta Pública da minuta de portaria que dispõe sobre o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG, com uma versão ilustrada e comentada do material para facilitar a compreensão da proposta. O formulário teve 302 acessos e foram enviadas 140 contribuições.

Em situações excepcionais, as propostas de normatização podem implicar na necessidade de rerratificação dos processos de tombamento. Em 2023 destacam-se os seguintes avanços:

- Petrópolis/RJ – Apresentação da proposta de rerratificação do tombamento do Avenida Koeler: conjunto urbano-paisagístico para a equipe da CGID e posterior manifestação com a indicação de complementações e alterações na Nota Técnica que se encontra em fase final de revisão.
- Serro/ MG – Apresentação da proposta de rerratificação com a indicação da poligonal de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro/MG para a equipe da CGID. Na sequência foi realizada reunião entre as equipes do Iphan/MG, DEPAM e DPI para discussão de uma proposta de atuação integrada no território, tendo em vista as recentes transformações decorrentes da expansão da mineração na região.

Tabela 4.3.5.2.2 Listagem de acompanhamento técnico das ações de normatização em andamento nas superintendências do Iphan, em 2023

Estado	Em andamento nas Superintendências	Município	Conjuntos urbanos, arquitetônicos e paisagístico	Entorno de bens isolados
AL	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Marechal Deodoro	Marechal Deodoro	X	
AL	Serra da Barriga	União dos Palmares	X	
AP	Conjunto Urbano da Vila de Serra do Navio	Serra do Navio	X	
AM	Centro Histórico de Manaus	Manaus	X	
BA	Centro Histórico de Salvador e Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade Baixa de Salvador	Salvador	X	
BA	Conjunto Urbano do Município de Porto Seguro (inclui o Conjunto arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro)	Porto Seguro	X	
CE	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral	Sobral	X	
CE	Conjunto Paisagístico dos Serrotes e Açude do Cedro	Quixadá	X	
ES	Igreja Nossa Senhora da Assunção no Município de Anchieta	Anchieta		X
GO	Conjunto Arquitetônico Art Déco e Urbanístico de Goiânia	Goiânia	X	
MS	Complexo Ferroviário Histórico e Urbanístico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Campo Grande	X	
MS	Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá	Corumbá	X	
MG	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina	Diamantina		
MG	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro	Serro	X	
MG	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha	Belo Horizonte	X	
PA	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos bairros da Campina e Cidade Velha	Belém	X	



Estado	Em andamento nas Superintendências	Município	Conjuntos urbanos, arquitetônicos e paisagístico	Entorno de bens isolados
PB	Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia	Areia	X	
PR	Conjunto Histórico e Paisagístico de Antonina	Antonina		
PE	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo bairro do Recife e o entorno de 16 bens tombados nos bairros de Santo Antônio e São José no Recife, incluindo o Forte do Brum e o Forte das 5 Pontas.	Recife	X	
PE	Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade - Arraial Velho do Bom Jesus	Recife		X
PE	Parque Histórico Nacional de Guararapes	Jaboatão dos Guararapes		
PE	Acervo Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Olinda	Olinda	X	
PI	Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba	Parnaíba	X	
RJ	Parque Nacional da Tijuca e Florestas de Proteção acima das cotas 80 e 100m (poligonal de tombamento)	Rio de Janeiro	X	
RJ	Morros do Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca, Babilônia, Penhasco da Pedra da Gávea e Penhasco dos Dois Irmãos (poligonal de tombamento)	Rio de Janeiro	X	
RJ	Sítio Roberto Burle Marx	Rio de Janeiro		X
RJ	Avenida Koeler: conjunto urbano-paisagístico	Petrópolis	X	
RJ	Município de Paraty e Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Paraty	Paraty	X	
RN	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal	Natal	X	
RS	Núcleo Urbano de Santa Tereza	Santa Tereza	X	
SC	Antiga Alfândega, Casa Natal de Victor Meirelles, Forte Santa Bárbara, Forte Santana e Ponte Hercílio Luz	Florianópolis		X
SC	Fortaleza de São José da Ponta Grossa	Florianópolis		X
SC	Sítio arqueológico e paisagístico da Ilha do Campeche	Florianópolis	X	
SP	Conjunto do Ipiranga: Museu Paulista, Monumento à Independência, Casa do Grito e Parque da Independência	São Paulo		X
SP	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do bairro da Luz	São Paulo	X	
SP	Conjunto do Ibirapuera	São Paulo	X	

Fonte: CGNT/DEPAM

Apoio à celebração de acordos e parcerias, incluindo a execução orçamentária de 2023:

4.1 [TED nº 05/2023](#) firmado entre o **Iphan/DEPAM** e a **UNB/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**, tendo por objeto a revisão, complementação e edição do Material de Orientação para a elaboração de normas de preservação para bens tombados localizados em contextos urbanos;

4.2 [TED nº 07/2023](#) firmado entre o **Iphan/DEPAM** e a **UFBA/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**, tendo por objeto desenvolver instrumentos e estratégias para validação, divulgação e edição da normatização para **as áreas tombadas da zona central de Salvador: Centro Histórico e Cidade Baixa/BA**;

4.3 [TED nº 38/2023](#) firmado entre o **Iphan/DEPAM** e a **UNIFAP/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**, tendo por objeto as **Normas de Preservação da Vila de Serra do Navio/AP** – apoio à regularização fundiária, critérios de intervenção para as residências e educação patrimonial; e

4.4 [TED nº 12/2023](#) firmado entre o **Iphan/DEPAM** e a **UFPE/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**, tendo por objeto o desenvolvimento de estudos e subsídios para a elaboração da portaria de **normatização do Sítio Histórico de Olinda/PE**.



Acompanhamento das ações executadas pelas Superintendências:

4.5 TED firmado entre o **Iphan/AL e a UFAL/** Faculdade de Geografia, tendo por objeto o levantamento georreferenciado da **Serra da Barriga**, localizada no Município de União dos Palmares e entorno para subsidiar a elaboração das normas de preservação; e

4.6 Contratação por pregão eletrônico da empresa *Flymap* pelo **Iphan/CE**, para a realização de levantamento georreferenciado dos bens **Açude do Cedro e Conjunto Paisagístico dos Serrotes de Quixadá** a fim de subsidiar a elaboração das normas de preservação.

Participação em atividades de apoio técnico e articulação institucional no território:

5.1 Manaus/AM: Realização de reuniões técnicas com as equipes do **Iphan/AM** e da CGNT para a consolidação da proposta de portaria de preservação do Centro Histórico de Manaus, incluindo encontros com representantes de órgãos municipais de planejamento urbano e patrimônio cultural para tratar do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Iphan/AM;

5.2 Macapá/AP: Realização de reuniões técnicas com as equipes do **Iphan/AP** e da CGNT para a definição de estratégia para a retomada das atividades de articulação institucional visando dar continuidade às ações de regularização fundiária e à normatização da Vila de Serra do Navio, incluindo a celebração de novo Acordo de Cooperação Técnica. Na ocasião, foram realizadas reuniões com representantes da Prefeitura Municipal de Serra do Navio, Secretarias estaduais de Infraestrutura, Cultura, Turismo do ICMBio e ainda com a equipe da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP.

5.3 Salvador/BA: Participação de oficina de trabalho organizada pela Fundação Mário Leal Ferreira da Prefeitura Municipal de Salvador/BA sobre “Instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável do Centro Antigo de Salvador”, para debater a pactuação da etapa final da proposta das normas de preservação do Centro Histórico. Na oportunidade, ainda, foram realizados encontros técnicos entre as equipes da CGNT, do Iphan/BA e da UFBA sobre as normas de preservação e sobre os canteiros modelo, incluindo uma visita à área da Gamboa.

5.4 SRBM, Rio de Janeiro/RJ: Participação na reunião preparatória para a instalação do Comitê Gestor do Patrimônio Mundial do Sítio Roberto Burle Marx (SRBM), envolvendo representantes de diversas instituições públicas e da sociedade civil. Na oportunidade foi definida a formação de um grupo de trabalho para tratar da *Buffer Zone* que irá gerar os subsídios para a proposta de uma portaria de preservação para a área de entorno desse Sítio.

5.5 Paraty/RJ: Participação na reunião preparatória para a instalação do Comitê Gestor do Patrimônio Mundial do Sítio Misto Paraty e Ilha Grande, envolvendo representantes de diversos organismos públicos e das instituições e associações locais. Na oportunidade, foi discutida junto com a equipe do Escritório Técnico (ET) da Costa Verde a estratégia para a retomada das atividades de revisão da [Portaria nº 402, de 13 de setembro de 2012](#), que dispõe sobre os critérios de preservação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Paraty.

5.6 Natividade e Porto Nacional/TO. Participação de atividade organizada pelo **Iphan/TO** para tratar de temas relacionados à gestão da preservação dos dois conjuntos tombados, incluindo a apresentação para a comunidade local.

4.3.5.3 - Ações de Fiscalização

A Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização (CGAF) é responsável pelos processos de autorização, fiscalização e circulação de bens culturais do patrimônio cultural de natureza material, dentro da estrutura do DEPAM.

No ano de 2023, a CGAF teve por objetivo retomar os processos de capacitação de servidores, de atualização de manuais, de fortalecimentos dos sistemas institucionais informatizados e desenhar uma estratégia de ação de assistência técnica às Superintendências do Iphan, com base em diretrizes objetivas e alinhadas com a atual gestão do DEPAM.

Ações de Fiscalização

As ações de autorização e fiscalização são exercidas por meio da Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização (CGAF). Grande parte dos esforços empreendidos no âmbito desta unidade está voltada para as rotineiras atividades de autorização e fiscalização do Patrimônio Cultural de natureza material.

No tocante às atividades de planejamento e monitoramento das atividades de fiscalização, seguem as atividades desenvolvidas durante o exercício de 2023:



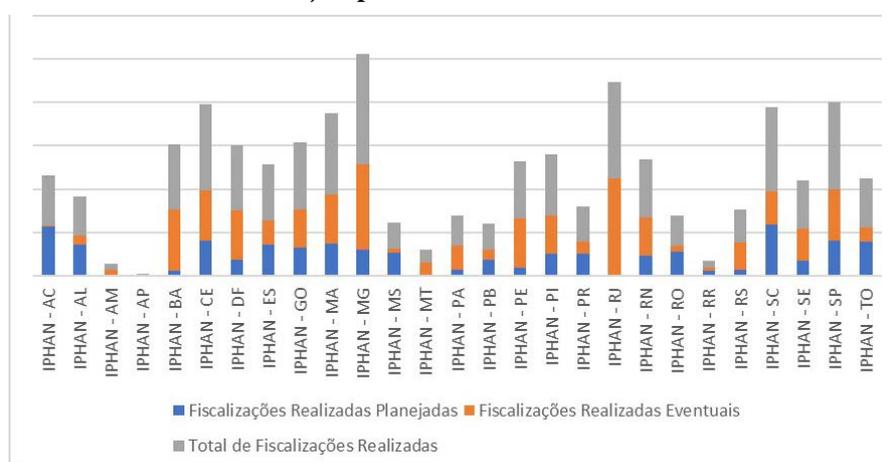
• Análise, aprovação e monitoramento da execução dos planos de fiscalização das Superintendências do Iphan nos Estados é realizado em conformidade com a [Portaria Iphan nº 49, de 3 de novembro de 2022](#). Desse modo, a Tabela 4.3.5.3, abaixo, detalha esse trabalho realizado durante o exercício de 2023.

Tabela 4.3.5.3 Lista de Ações de Fiscalização por Superintendências do Iphan, em 2023

Unidade	Fiscalizações Realizadas Planejadas	Fiscalizações Realizadas Eventuais	Total de Fiscalizações
Iphan - AC	57	1	58
Iphan - AL	36	10	46
Iphan - AM	1	6	7
Iphan - AP	1	0	1
Iphan - BA	6	70	76
Iphan - CE	41	58	99
Iphan - DF	19	56	75
Iphan - ES	36	28	64
Iphan - GO	33	44	77
Iphan - MA	37	57	94
Iphan - MG	30	98	128
Iphan - MS	27	4	31
Iphan - MT	0	15	15
Iphan - PA	7	28	35
Iphan - PB	19	11	30
Iphan - PE	9	57	66
Iphan - PI	26	44	70
Iphan - PR	25	15	40
Iphan - RJ	0	112	112
Iphan - RN	23	44	67
Iphan - RO	28	7	35
Iphan - RR	6	3	9
Iphan - RS	7	31	38
Iphan - SC	59	38	97
Iphan - SE	17	38	55
Iphan - SP	41	59	100
Iphan - TO	39	17	56
Total	630	951	1581

Fonte: CGAF/DEPAM (dados extraídos em 06/02/2023 do Fiscalis).

Gráfico O – 4.3.5.3 Fiscalizações por Unidade em 2023



Fonte: CGAF/DEPAM (dados extraídos em 06/02/2023 do Fiscalis).

- Realização de reuniões técnicas com o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e a Coordenação Nacional de Licenciamento (CNL), Auditoria Interna (AUDIN) e Superintendências, para definição de proposta de metas de fiscalização para o exercício de 2024, resultando na publicação da [Portaria Iphan nº 139, de 4 de dezembro de 2023](#).
- Instrução processual para nomeação de novos fiscais, nos termos da Portaria Iphan nº 196/2019, para exercício de Poder de Polícia Administrativa, resultando na publicação de 5 portarias, acrescentando mais 17 fiscais ao quadro técnico do Iphan.

Ações de Capacitação – Qualificação Técnica e Aperfeiçoamento Profissional

- 18ª Turma do Curso de Capacitação nos Procedimentos da [Portaria Iphan nº 187, de 11 de junho de 2010](#). Ocorrido em Brasília/DF entre os dias 7 a 11/08/2023 e na qual foram capacitados 60 servidores de 24 estados e da Sede;
- 19ª Turma do Curso de Capacitação nos Procedimentos da Portaria Iphan nº 187/2010. Ocorrido em Brasília/DF entre os dias 2 a 06/10/2023 e na qual foram capacitados 58 servidores de 23 estados;
- 3ª Turma de capacitação presencial nos procedimentos de fiscalização do comércio de obras de arte e antiguidades, [Portaria Iphan nº 80, de 7 de março de 2017](#). Ocorrido em Brasília/DF entre os dias 23 à 27/10/2023, e na qual foram capacitados 32 servidores de todos os estados;
- Manual de Procedimentos – Fiscalização e Autorização de Intervenções em Bens Imóveis Tombados e Áreas de entorno/5ª Edição – Revisada e Ampliada;
- Material distribuído nas 18ª e 19ª Turma do curso de Capacitação nos Procedimentos da Portaria Iphan nº 187/2010;
- Manual de Procedimentos - Fiscalização de Comércio e Leilões de Obras de Arte e Antiguidades/2ª Edição – Revisada e Ampliada;
- Material distribuído na 3ª Turma de capacitação presencial nos procedimentos de fiscalização do comércio de obras de arte e antiguidades, Portaria Iphan nº 80/2017; e
- Cartilha – Fiscalização e Autorização: Orientações para usuários de bens tombados e áreas de entorno atualização do material que será distribuído para todas as Superintendências e Escritórios Técnicos em 2024.

Ações de Monitoramento e Acompanhamento

- Atualização constante de dados a respeito dos perfis dos agentes envolvidos nos procedimentos de fiscalização, inclusive nos usuários do Sistema Fiscalis. Há 448 servidores com perfil ativo no sistema, sendo que destes 326 são fiscais nomeados pela Presidência do Iphan para a função (informações obtidas diretamente a partir do Fiscalis em 6 de fevereiro de 2024);
- Realização de reuniões técnicas com fiscais voltados ao monitoramento do comércio de obras de arte e antiguidades das Superintendências do Iphan, por videoconferência, sempre que solicitado, para fins de orientação quanto aos procedimentos instituídos pela Portaria Iphan nº 80/2017;
- Atualização dos materiais referentes a Fiscalização e Autorização disponibilizados aos servidores na Intranet;
- Ações de manutenção, desenvolvimento e implementação de melhorias nos sistemas informatizados, Fiscalis e Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades (CNART);
- Continuidade da reestruturação do Banco de Bens Culturais Procurados (BCP), de forma a agilizar o processo de consulta e permitir a implementação de melhorias diversas e possibilidades de interoperabilidade com outros sistemas e bases de dados;
- Acompanhamento constante do funcionamento do Serviço de Consulta Sobre a Existência de Restrição Legal para Saída de Obras de Arte do País, via atualização de perfis de usuários do sistema, da abertura de chamados para correção de erros e obtenção de informações demandadas em procedimentos judiciais junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;



- Instrução e monitoramento de processos de exportação temporária de bens acautelados, contando com a colaboração da Coordenação-Geral de Conservação (CGCO) para análise dos laudos de estado de conservação dos bens em questão;
- Apoio técnico nas articulações nacionais e internacionais às Assessoria de Assuntos Internacionais na Presidência (AS-SIM); Assessoria de Internacional do patrimônio material (ASIPAM); Assessoria Internacional do Patrimônio Imaterial (ASINPI); e Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação (ASINCA) ao Departamento de Articulação, Fomento Educação (DAFE) referentes ao combate ao tráfico ilícito de bens culturais, em atenção à Convenção da UNESCO de 1970 e outros tratados internacionais;
- Continuidade das discussões técnicas com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) para a revisão da [Portaria IBPC nº 262, de 14 de agosto de 1992](#);
- Análise de processos de licenciamento ambiental relativos a riscos de impactos em bem materiais protegidos por meio do tombamento e da valoração, para emissão de Termo de Referência, a cargo da Coordenação Nacional de Licenciamento (CNL), nos termos da [Instrução Normativa Iphan nº 1, de 25 de março 2015](#);
- Análise de processos de fiscalização e autorização com recursos interpostos em última instância junto à Câmara de Análise de Recursos (CAR);
- Atendimento de demandas externas oriundas dos diversos canais de atendimento do Iphan (Protocolo Digital, Ouvidoria, cnart@iphan.gov.br, exportacao.duvidas@iphan.gov.br e fiscalizacao@iphan.gov.br, telefone e outros), inclusive denúncias;
- Acompanhamento e esclarecimento de dúvidas provenientes das Superintendências do Iphan por e-mail (cnart@iphan.gov.br, exportacao.duvidas@iphan.gov.br e fiscalizacao@iphan.gov.br), telefone, reuniões virtuais e processos SEI, referentes aos macroprocessos de fiscalização, autorização e circulação de bens culturais; e
- Análises técnicas para subsidiar resposta de demandas judiciais.

Participação em Eventos

- Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais do Mercosul Cultural - Buenos Aires/Argentina, nas datas de 25 e 26 de abril de 2023;
- Oficina de Investigações Financeiras para o Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais, promovida pela União Europeia e Grupo de Ação Financeira da América Latina (GAFILAT) – Cidade do México/México, nas datas de 9 a 11 de maio de 2023;
- 5º Congresso do Instituto de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (IPLD) - São Paulo/SP, nas datas de 23 e 24 de maio de 2023;
- Oficina para a realização de protótipo de painel de informações para auxílio na gestão dos processos jurisdicionais relacionados ao Patrimônio Cultural nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo – Rio de Janeiro/RJ, na data de 31 de maio de 2023;
- Encontro Nacional Delegacias de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente 2023 - Polícia Federal – Brasília/DF, na data de 25 de setembro de 2023;
- Oficina Regional de Capacitação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais e Promoção de Museus da UNESCO - Rio de Janeiro/RJ, nas datas de 2, 3 e 4 de outubro;
- Oficina internacional sobre “Soluções tecnológicas no enfrentamento ao tráfico ilícito de bens culturais” - Londres/Reino Unido, nas datas de 10 a 12 de outubro de 2023;
- “Seminário Rio de Contas, Cidade-Mãe da Chapada Diamantina:300 Anos de História, Patrimônio Cultural do Brasil” - Rio de Contas/BA, nas datas de 19 e 21 de outubro de 2023;



- Jornada Técnica sobre Legislação Penal de Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais no Mercosul e Associados e Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais do Mercosul Cultural da Presidência Pro Tempore do Brasil do Mercosul (evento online), nas datas de 31 de outubro e 1 de novembro de 2023;
- XXI Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - MJ – Brasília/DF, nas datas de 20 a 23 de novembro de 2023;
- 1º Fórum de Fomento ao Turismo Ferroviário Brasileiro – Curitiba/PR, nas datas de 21 a 23 de novembro de 2023;
- Palestra “O Papel do Iphan no Controle de Circulação de Bens Culturais: Bases Legais, Procedimentos e Ferramentas” no XV Encontro Nacional de Acervo Raro (ENAR), da Biblioteca Nacional (evento *online*), na data de 30 de novembro de 2023; e
- Palestra “O Novo Banco de Bens Procurados do Iphan” no evento de lançamento do Novo CBMD do IBRAM (evento *online*), na data de 18 de dezembro.

4.3.5.4 - Ações de Conservação

Em 2023, o DEPAM priorizou o que prescreve a [Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018](#) (Política do Patrimônio Material), em sua Seção V, Art. 54: Quando da realização de ações de Conservação o Iphan deve buscar:

I - Qualificar as intervenções, considerando a necessidade de adequação do patrimônio cultural material às necessidades contemporâneas, visando garantir seu uso e sua apropriação social;

II - Valorizar os sistemas e técnicas tradicionais e os detentores dos saberes relacionados a essas práticas, fomentando o conhecimento, aperfeiçoamento tecnológico e a qualificação de profissionais;

III - Registrar e disseminar o conhecimento gerado a partir das ações de conservação; e

IV - Fomentar a atuação em rede entre instituições públicas e privadas e profissionais da área de conservação, com vistas à ampliação do campo de conhecimento e atuação e ao desenvolvimento de pesquisas de tecnologia e inovação.

Ações Estratégicas

Em 2023, além das atividades de rotina realizadas pela Coordenação-Geral de Conservação (CGCO), do DEPAM, destacam-se as atividades estratégicas que fundamentalmente caracterizam-se como os Apoios Técnicos às Superintendências do Iphan e a implantação dos Canteiros Modelo de Conservação, que se passa a detalhar:

Missão em Sergipe:

Foco em articular o início das ações do Canteiro Modelo de Laranjeiras junto à Universidade Federal de Sergipe, campus Laranjeiras, Prefeitura Municipal e Iphan local.

Na oportunidade foi realizado apoio técnico à Superintendência em relação a edificações em risco como a Igreja do Galo, o Teatro São Pedro, o Centro Comunitário, o Mercado, assim como para o desenvolvimento de um *master plan* para a cidade.

A missão também realizou vistorias técnicas em São Cristóvão, onde houve reunião com prefeito e reuniões na sede do Iphan em Aracaju, inclusive sobre as ações necessárias para a conservação da edificação histórica.

Missão em Rondônia:

Foco em articular o início das ações do Canteiro Modelo Forte Príncipe da Beira, município de Costa Marques, junto ao Instituto Federal de Rondônia, comunidade quilombola e ribeirinha local e Exército. O quilombo Santa Fé foi visitado e foram passadas informações sobre o tombamento constitucional de quilombos para as lideranças. Isso foi feito em relação à comunidade quilombola Forte Príncipe da Beira.

O estado de conservação do Real Forte Príncipe da Beira foi analisado e houve atividades educativas com jovens e crianças da comunidade.

Em Porto Velho, foi realizada vistoria pormenorizada do complexo da EFMM e reunião com a Superintendência e a Concessionária que administra o bem tombado individualmente.



Missões em Alagoas:

Técnicos da CGCO estiveram em Maceió para a análise do estado de conservação das peças integrantes da Coleção Perseverança. Em Penedo foi realizado apoio técnico “*in loco*” do pedido de demolição pelo proprietário de 3 imóveis contíguos, os quais estão inseridos na área de tombamento rigoroso do Centro Histórico de Penedo. Tais imóveis apresentam risco de desabamento, o qual foi agravado pelas recentes precipitações pluviométricas resultando em desmoronamentos de partes da estrutura.

Na oportunidade, também, foi realizada uma vistoria no bem tombado Canoa de Tolda “Luziânia”, atualmente localizado em marina na cidade de Traipú. O seu futuro reparo será o vetor do Canteiro Modelo de Conservação em Alagoas.

Missão no Espírito Santo:

Visita técnica à obra de restauro e readequação da Igreja dos Reis Magos, em Serra; vistoria ao ateliê de restauro da empresa responsável e ao Santuário de Anchieta para conhecer o projeto turístico do percurso jesuíta no Espírito Santo.

Missões no Rio de Janeiro:

Visita técnica ao Palácio Gustavo Capanema (PGC), no sentido de identificar as soluções adotadas na edificação modernista, almejando qualificar o apoio técnico às Superintendências que possuem bens imóveis modernos tombados, principalmente de autoria de Oscar Niemeyer. Vistoria às obras do Museu Nacional do RJ para verificar procedência de apoio técnico realizado pela CGCO. Participação em oficina da UNESCO para combate e prevenção ao tráfico ilícito de bens culturais.

Missões Bahia:

Viagem do Coordenador-Geral com o foco em articular o início das ações dos Canteiros Modelo de Conservação no estado.

Viagens para apoio técnico à Superintendência, com vistoria em Monte Santo, para a análise do estado de conservação dos bens móveis integrantes do bem tombado.

Também, houve viagem em função da necessidade de verificar *in loco* as condições de conservação de dois monumentos arruinados: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila e o Convento de Santo Antônio de Paraguaçu visando orientação nacional para a intervenção em ruínas (consolidação e/ou restauração) e, particularmente no caso de Paraguaçu, diretrizes para a intervenção no bem.

Missão em São Paulo:

Viagens à cidade de São Paulo para apresentar o Canteiro Modelo de Conservação em evento de *Athis* do CAU SP e articulação para implantação do programa na cidade de Santos.

Missão Tocantins:

Como objetivo principal a vistoria técnica nas ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário, situada em Chapada da Natividade/TO, visando a avaliação das patologias e indicações de soluções para estabilização das alvenarias com vistas à retomada dos serviços que hoje encontram-se paralisados. Por oportuno, foram visitadas outras obras em andamento no âmbito do projeto Canteiro Modelo de Conservação, nos municípios de Porto Nacional e Natividade. E, ainda, visita técnica nas ruínas da Igreja de N.S. do Rosário dos Pretos, também em Natividade, para conhecimento do sistema de monitoramento de deformações instalado em última intervenção.

Rede para a preservação de bens culturais móveis ou integrados à arquitetura ou ao meio urbano:

Criação e mobilização de rede nacional - a ação visa conectar os mais de 80 profissionais do Iphan que trabalham com bens móveis ou integrados. Há mapeamento de capacidades em um campo de atuação absolutamente diverso e com especialidades.

A partir da rede foi construído o 1º Encontro Técnico de Gestão da Preservação dos Bens Culturais Móveis e dos Elementos Integrados à Arquitetura e ao Urbano.

O encontro contou com diversas palestras, debates sobre temas específicos, visitas técnicas e a construção da Carta de Brasília para os Bens Culturais Móveis e Elementos Integrados. O documento, com propostas para o aprimoramento da preservação de BCMI no Iphan foi entregue ao presidente deste Instituto.

Restauração de Bens Vandalizados em 8 de janeiro de 2023 – Palácio do Planalto e Palácio da Alvorada:

A ação de conservação-restauração de obras de arte, obras do Palácio do Planalto que foram vandalizadas no dia 8 de janeiro, identificadas pela Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais (DCPP), algumas confirmadas no mesmo dia e outras posteriormente, perfazendo um total de vinte obras de arte, integrantes do acervo da Presidência da República e deverá ocorrer nas dependências do Palácio da Alvorada.

A ação contará com a instalação de um laboratório de conservação e restauro em Brasília/DF, com ações de educação patrimonial, disseminação do conhecimento produzido e dos trabalhos realizados por meio de publicações impressas, virtuais e audiovisuais.

Canteiros Modelo de Conservação:

O Canteiro Modelo de Conservação é um mecanismo de gestão que busca estruturar diversas estratégias e ações de preservação já realizadas no Brasil. Pretende-se, por meio deste mecanismo, converter a necessidade de ações de conservação e restauro dos bens tombados pelo Iphan, especialmente aquelas financiadas com verbas federais, em janelas de oportunidade para a realização e fortalecimento das ações institucionais de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, transformando os canteiros de obras e as frentes de serviços de conservação em sedes proativas enquanto organizadoras da sociedade e de parceiros interessados na preservação do patrimônio cultural, reforçando suas vocações, carências e responsabilidades.

Por intermédio da implantação de ações de caráter modelo como lógica a ser reproduzida em todo o território nacional, sua concepção busca fortalecer instituições e estruturas locais de governança a partir de suas próprias atribuições. Enquanto prioridade, o Canteiro Modelo de Conservação pretende realizar ações de Assistência Técnica Pública e Gratuita, aos moldes da [Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008](#), em áreas protegidas, com vistas ao desenvolvimento, à capacitação e à qualificação de intervenções de conservação de bens tombados pelo Iphan.

Canteiros-modelo em 2023

- Mais de R\$ 13 milhões investidos em 2023
- 8 canteiros-modelo empenhados



- Foco em moradores de baixa renda de áreas tombadas
- Parcerias com institutos e universidades federais
 - Proteção ao Patrimônio
 - Capacitação profissional
 - Fomento à cadeia produtiva
 - Promoção da cidadania

Fonte: Balanço DEPAM 2023 (https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/02_BALANCO_DEPAM.pdf)



As ações iniciais do Canteiro Modelo de Conservação são organizadas entre o Iphan e as Instituições de Ensino Técnico e Superior Federais, devendo ser, preferencialmente, apoiadas pelas Prefeituras Municipais.

Na lógica proposta, esses entes, que têm atribuições, estruturas e capacidades distintas, porém complementares no campo da preservação do patrimônio cultural, vinculam-se a partir da delimitação de objetos e objetivos comuns no que tange a preservação do patrimônio Cultural e Humano vinculados ao território à que estão dedicados. Cria-se, portanto, ambiente favorável aos debates e reflexões no campo do patrimônio cultural, contribuindo para a superação dos desafios cotidianos enfrentados pelos técnicos e gestores do Iphan e das Prefeituras Municipais.

Pretende-se estabelecer métodos de trabalho em rede, considerando os interesses, vocações, obrigações e expertises dos vários agentes públicos e privados relacionados com bens tombados pelo Iphan. As ações se desenvolvem, portanto, primordialmente, por meio da extensão universitária multidisciplinar, estágios supervisionados, residências acadêmicas, grupos de pesquisa e demais mecanismos acadêmicos capazes de garantir o fortalecimento técnico das práticas de conservação das habitações inseridas em área de tombamento e do patrimônio cultural relacionado.

Considerando o tamanho e a urgência dos desafios enfrentados e a capacidade operacional das instituições envolvidas na operação, pode-se lançar mão da contratação de apoio técnico subsidiário que amplie momentaneamente o poder de resposta dos Canteiro Modelo de Conservação até o pleno estabelecimento da estratégia no território.

O Canteiro Modelo de Conservação busca, portanto, estabelecer o ambiente estratégico para que estes entes se articulem adequadamente, potencializando um ao outro, com vistas à formação de profissionais com sensibilidade e habilidade para atuar na preservação do patrimônio cultural, oportunizando a vivência prática e direta com a sociedade por meio do desenvolvimento de Ações Estratégicas. As atividades são geridas pelo (DEPAM) deste Instituto, coordenadas pelas Instituições de Ensino Superior e Técnico Federais em articulação com as Superintendências do Iphan nos Estados e apoiadas pelas Prefeituras Municipais. A estratégia baseia-se, primordialmente, no estabelecimento de TEDs (Termo de Execução Descentralizada) e ACTs (Acordo de Cooperação Técnica) entre o Iphan e os parceiros alinhados inicialmente à Ação.

4.3.6 - Ações do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx

Antiga residência e laboratório paisagístico do artista e paisagista Roberto Burle Marx, o **Sítio Roberto Burle Marx (SRBM)** ocupa uma área de 405 mil metros quadrados, localizada no bairro de Barra de Guaratiba, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro/RJ. A propriedade, doada ao governo federal pelo paisagista ainda em vida (em 1985), integra a estrutura administrativa do Iphan na qualidade de Unidade Especial.

O SRBM pode ser equiparado a um museu a céu aberto; reúne uma coleção botânica com cerca de 3.500 espécies de plantas tropicais e subtropicais cultivada em viveiros e jardins, um acervo museológico com mais de 3.000 itens e um acervo bibliotecológico. Além de um conjunto arquitetônico com 8 edificações, entre as quais a casa de Roberto Burle Marx, o salão de festas, a Capela de Santo Antônio da Bica, do século XVIII, e o Ateliê do artista. Jardins, paisagens e lagos compõem o espaço, que guarda belíssimos exemplares de espécies coletadas por Burle Marx em suas expedições pelo Brasil e no exterior. O acervo museológico contém um expressivo repertório da produção artística de Burle Marx, e inclui também suas coleções de cristais, de conchas e de arte - moderna, cuzquenha, pré-colombiana, sacra, popular brasileira -, além do mobiliário e objetos de uso cotidiano da casa.

É aberto à visitação pública, mediante agendamento prévio, e mantém uma série de eventos e atividades culturais durante todo o ano.

Os números abaixo representados demonstram a forma de interação do Sítio com a sociedade:

Números do SRBM, em 2023

Educação patrimonial

▶ Visitações presenciais



▶ Visitações virtuais: 637.278

▶ Visitações de escolas e universidades

77 escolas
4.150
Alunos

44 universidades
1.017
Alunos

▶ 16 cursos técnicos (399 alunos)

Fonte: Balanço DEPAM 2023 (https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/02_BALANCO_DEPAM.pdf)

Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

As ações desempenhadas pelo Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) e pelas unidades do Iphan para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial se referem à identificação, ao reconhecimento e ao apoio e fomento de bens culturais imateriais.

Correspondem aos esforços institucionais que estão atrelados aos seguintes macroprocessos finalísticos do Instituto, atendendo, em particular, às ações que visam: promover o conhecimento sobre a diversidade cultural; promover direitos culturais com inclusão social e acesso à cidadania; desenvolver pesquisas e produzir conhecimentos com vistas à formação profissional e à preservação do patrimônio cultural; e promover a salvaguarda, identificação e registro de bens culturais imateriais.

As ações abaixo descritas visam atender aos indicadores apontados no Mapa Estratégico do Iphan 2021-2024, em especial: democratizar o acesso ao patrimônio cultural e fomentar a participação da sociedade na preservação; assim como, ampliar o diálogo com os beneficiários, ampliar o acesso aos benefícios da política de patrimônio e ampliar parcerias e acordos com vários segmentos.

4.3.7 - Ações de promoção e sustentabilidade ao patrimônio imaterial reconhecido

No campo das ações de 2023, uma parcela importante foi destinada à promoção e sustentabilidade dos bens culturais registrados. No DPI, essas ações ficam a cargo da Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) e estão relacionadas ao macroprocesso finalístico “Apoio e Fomento a Bens Registrados de Natureza Imaterial”, conforme instituído pela [Portaria Iphan nº 200, de 18 de maio de 2016](#).

Apresentam-se, a seguir, Planos de Salvaguarda; Manual de Elaboração de Planos de salvaguarda; Planos de Ação aprovados para Ações de Promoção e Sustentabilidade de Bens Registrados; Monitoramento de ações de salvaguarda desenvolvidas pelas superintendências para Bens Registrados; e Outras Ações de Promoção e Sustentabilidade.

4.3.7.1 - Planos de Salvaguarda

O plano de salvaguarda é um instrumento de gestão compartilhada, que consubstancia um acordo social construído de forma participativa por diferentes agentes (detentores, Iphan, parceiros governamentais e não-governamentais etc.). Ele tem como objetivo reunir propostas de ações de salvaguarda estruturadas para curto, médio e longo prazo, com vistas ao fortalecimento e à

sustentabilidade do bem cultural registrado, principal objetivo da política federal de salvaguarda. Entende-se que, uma vez registrado o bem, deve-se proceder à elaboração do seu plano, tendo como base as recomendações de ações de salvaguarda elaboradas na fase do registro.

A elaboração de planos de salvaguarda, cujo bem registrado esteja circunscrito a uma única Unidade Federativa (UF) brasileira, está sob a responsabilidade da respectiva superintendência do Iphan na UF. Já a elaboração dos planos de salvaguarda, cujo bem registrado esteja circunscrito a mais de uma UF, em regra, é coordenada pela Coordenação de Apoio aos Bens Registrados (COABRE), garantida a participação das superintendências do Iphan no processo de mobilização de detentores e parceiros locais para construção de estratégias locais de atuação.

A depender do nível de mobilização da comunidade detentora ou do formato de organização social dos detentores, alguns planos de salvaguarda, mesmo circunscritos a mais de uma UF, poderão ser elaborados diretamente pelas superintendências, de forma integrada, como no caso das Bonecas Karajá, ou de forma autônoma, como nos casos da capoeira nos estados.

No decorrer no ano, foram publicados os seguintes documentos:

1. Versão em inglês do Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda ([Manual for the elaboration of Safeguarding Plans](#));
2. [Plano de salvaguarda da Capoeira em Goiás/GO](#);
3. [Plano de salvaguarda do Maracatu Nação](#);
4. [Plano de salvaguarda do Modo de Fazer Renda Irlandesa](#);
5. [Plano de salvaguarda do Modo de Fazer Viola de Cocho do Mato Grosso/MT](#);
6. [Plano de Salvaguarda da Capoeira em Rondônia/RO](#).

Ainda em 2023, foram finalizados junto a base detentora e parceiros institucionais os seguintes documentos:

1. Plano de Salvaguarda da *Tava* – Lugar Sagrado do Povo Guarani;
2. Plano de Salvaguarda da Capoeira em Roraima/RR;
3. Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró;
4. Plano de Salvaguarda da Ciranda do Nordeste;
5. Plano de Salvaguarda do Ritual *Yaokwa*; e
6. Plano de Salvaguarda do Modo de Fazer Bonecas *Karajá* e do *Ritxoko* – cosmologia do Povo *Karajá*.

4.3.7.2 - Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial

A Política Nacional do Patrimônio Imaterial é regida pelo [Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000](#), que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). O PNPI financia, apoia e estimula, prioritariamente, projetos de pesquisa, documentação e informação; realiza pesquisas, levantamentos, mapeamentos e inventários; apoia a instrução de processos de registro; promove a sistematização de informações, constituição e implantação de bancos de dados; e apoia a produção e a conservação de acervos documentais e etnográficos, considerados fontes fundamentais de informação sobre o patrimônio cultural imaterial. Essas linhas de ação são orientadas pela busca de sustentabilidade, de organização comunitária, de promoção e de capacitação.

Nos artigos 215 e 216, da [Constituição Federal de 1988](#), reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado, em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

Conforme a [Portaria Iphan nº 200, de 18 de maio de 2016](#), a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial é o meio pelo qual se opera o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). No escopo dessa Política, a principal ação do DPI em 2023 foi a realização da 12ª edição do Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

O edital teve como objetivo o desenvolvimento de projetos para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em 3 linhas:

- 1) Projetos de pesquisa e identificação de bens culturais imateriais, utilizando o novo Inventário Nacional de Referências Culturais;
- 2) Projetos de pesquisa sociolinguística que utilizem como referência o Guia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística; e
- 3) Projetos de apoio e fomento aos bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, inscritos em um dos Livros de Registro do Iphan.

Foram submetidas um total de 149 propostas de entidades da sociedade civil, de estados ou de instituições federais. Destas, foram selecionados 58 projetos, com valores de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a serem fomentados de acordo com a disponibilidade orçamentária do Iphan.

Investimento total: valor estimado em até R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), a depender da disponibilidade orçamentária deste Instituto.

Abaixo, nos Gráficos 4.3.7.2.1, 4.3.7.2.2, 4.3.7.2.3, 4.3.7.2.4 e 4.3.7.2.5, apresenta-se um breve panorama das propostas recebidas e aprovadas durante o Edital PNPI 2023.

Gráfico P – 4.3.7.2.1 Quantidade de propostas aprovadas, por unidade da federação, em 2023



Fonte: DPI/Iphan

Gráfico Q – 4.3.7.2.2 Quantidade de propostas aprovadas, por região de execução, em 2023

Fonte: DPI/Iphan

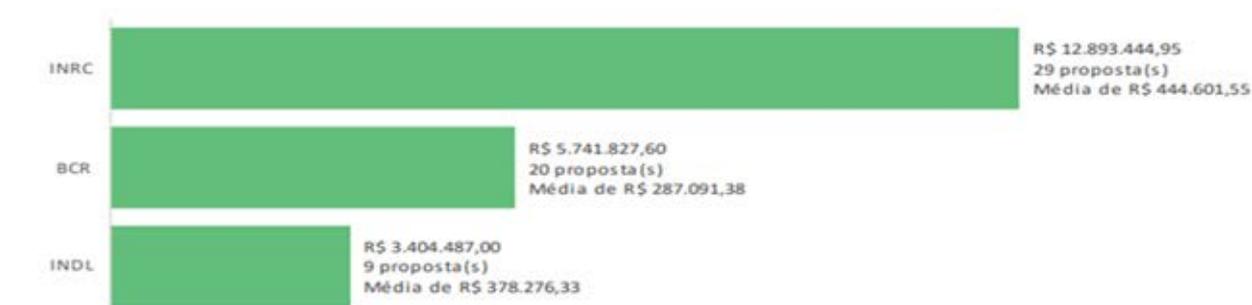
Gráfico R – 4.3.7.2.3 Quantitativo de propostas aprovadas que possuem adesão às diretrizes institucionais de priorização de ações para 2023

Fonte: DPI/Iphan

A soma das propostas do gráfico acima supera o total de 58, pois alguns projetos atendem a mais de um critério.

Gráfico S – 4.3.7.2.4 Quantidade e valores de propostas aprovadas, por instrumentos de celebração, em 2023 (em R\$)

Fonte: DPI/Iphan

Gráfico T – 4.3.7.2.5 Quantidade e valores de propostas, aprovadas por linha temática, em 2023 (em R\$)

Fonte: DPI/Iphan

4.3.7.3 - Planos de Ação Aprovados

A gestão central do orçamento destinado ao Patrimônio Cultural Imaterial compete ao DPI e às suas Coordenações-Gerais. O orçamento empenhado em ações para a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, considerando todas as unidades descentralizadas do Iphan, Sede e CNFCP foi na quantia total de R\$ 22.926.505,99 (vinte e dois milhões, novecentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinco reais e noventa e nove centavos) distribuídos em 125 planos de ação. O orçamento empenhado sob gestão direta do DPI foi no montante de R\$ 11.529.170,30 (onze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, cento e setenta reais e trinta centavos), correspondente a 14 planos de ação.

Gráfico U – 4.3.7.3 Recursos empenhados, por unidade, durante o ano de 2023 (em R\$)



Fonte: DPI/Iphan, sistema SIG-Iphan, 2023

4.3.7.4 - Monitoramento de Ações de Salvaguarda Desenvolvidas pelas Superintendências para Bens Registrados

O monitoramento das ações de salvaguarda dos bens registrados consiste no levantamento anual de informações técnicas e gerenciais sobre as ações de salvaguarda desenvolvidas pelo Iphan ou realizadas em parceria com outras instituições ou com a sociedade civil. Este levantamento de ações é realizado apenas para bens culturais titulados como Patrimônio Cultural do Brasil, conforme disposto no [Decreto nº 3.551, de 2000](#).

O objetivo do levantamento é a produção de relatórios anuais para documentação, acompanhamento, análise e avaliação das ações de salvaguarda realizadas para todos os bens registrados.

Ao longo do ano de 2023, foram produzidos os seguintes documentos relacionados a essa temática:

- [Relatório Anual de Monitoramento das Ações de Salvaguarda para Bens Culturais Registrados – Ciclo 2022](#), com o objetivo de apresentar as informações consolidadas do ciclo monitorado; sistematizar o registro documental das ações de salvaguarda desenvolvidas pelo Iphan; permitir a avaliação conjunta das ações de salvaguarda realizadas ou apoiadas pelo Iphan; subsidiar técnicos ou gestores na tomada de decisão e na produção de documentos institucionais que necessitem quantificar os resultados das ações de salvaguarda; acompanhar a evolução dos processos de salvaguarda de bens registrados nas Unidades Federativas; e contribuir a médio e longo prazo com a avaliação de políticas públicas para os bens culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil; e
- [Compêndio das Ações de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados Monitoradas em 2022](#), com o objetivo de sistematizar o registro documental descritivo das ações de salvaguarda desenvolvidas pelo Iphan, estruturadas por Bem Cultural Registrado, Unidade Federativa de execução e Eixos de atuação; e subsidiar as análises de trajetória histórica das ações de salvaguarda necessárias a produção de outros documentos e materiais relacionados aos Bens Registrados.

Considerando que a fase de coleta das informações se realizou de entre os dias 3 de novembro de 2023 e 18 de fevereiro de 2024, foram encaminhados até o momento (5 de fevereiro de 2024) 49 formulários de monitoramento de ações de salvaguarda de bens registrados por 15 unidades do Iphan. É previsto que outras 11 unidades enviem formulários de monitoramento até o término do prazo pactuado.

A partir dos dados preliminares encaminhados pelas superintendências deste órgão, é possível estimar, em números relativos, quais tipologias de ação de salvaguarda foram desenvolvidas com maior frequência, conforme apresentado no Gráfico 4.3.7.4.1, a seguir:

Gráfico V – 4.3.7.4.1 Frequência das tipologias de ação de salvaguarda com bens registrados, em 2023, em termos percentuais

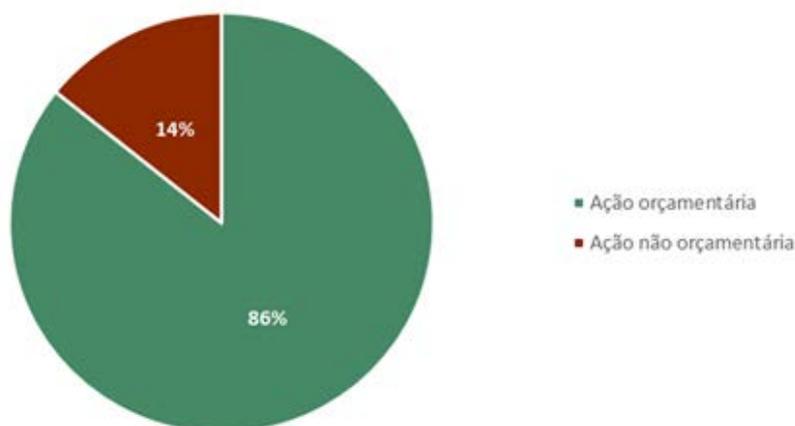


Fonte: COMAS/CGPS/DPI

Cumprido destacar que os percentuais do gráfico anterior não totalizam 100%, porque uma ação de salvaguarda pode se enquadrar em mais de uma tipologia de ação. Logo, os percentuais estão apresentados em razão do total de ações monitoradas até o momento (fevereiro de 2024).

O monitoramento das ações de salvaguarda acompanha as iniciativas de salvaguarda realizadas, apoiadas ou incentivadas pelo Iphan independentemente da aplicação de recursos orçamentários, o Gráfico 4.3.7.4.2, a seguir, apresenta, em números relativos, o percentual entre ações orçamentária e não orçamentárias realizadas até o momento.

Gráfico W – 4.3.7.4.2 Distribuição entre ações orçamentária e não orçamentárias, monitoradas em 2023, para bens registrados, em termos percentuais

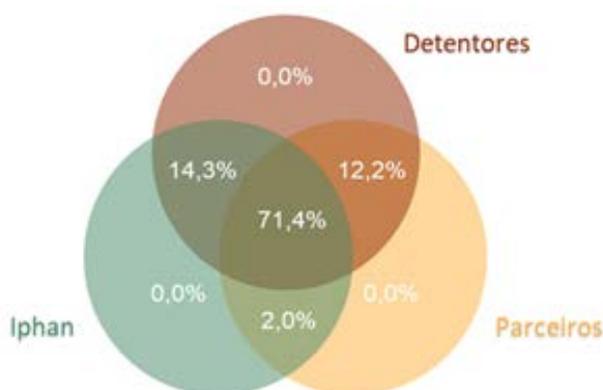


Fonte: COMAS/CGPS/DPI

O ciclo 2023 de monitoramento e avaliação dos bens registrados, abordou, por intermédio do Formulário de Monitoramento, quais foram os responsáveis por realizar a ação de salvaguarda, isto é, quem esteve envolvido ativamente no planejamento e/ou na execução da ação. Estes agentes foram organizados em 3 grupos (Iphan, detentores e parceiros), com a possibilidade de escolha cumulativa, indicando que a ação poderia ser desenvolvida em parcerias.

O diagrama, a seguir apresenta a distribuição em números relativos, dos responsáveis pelas ações de salvaguarda monitoradas até o momento. Cabe esclarecer que cada círculo representa um dos agentes (Iphan, detentores e parceiros); sendo composto por 4 números separados pela interseção dos outros 2 círculos. A soma dos 4 números no mesmo círculo representa o total de ações que o agente figurou como responsável; e os números que estão nas interseções indicam ações de salvaguarda desenvolvidas em parcerias, respeitadas cada interseção.

Gráfico X – 4.3.7.4.3 Percentual de macro objetivos das ações de salvaguarda realizadas, durante o ano de 2023, por tipo de recurso

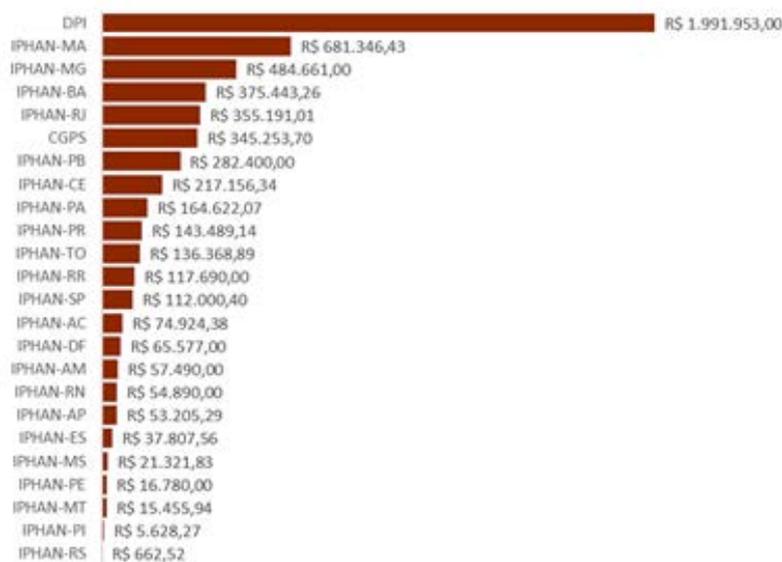


Fonte: COMAS/CGPS/DPI

4.3.7.5 - Planos de Ação Aprovados para a Promoção e Sustentabilidade de Bens Registrados

Especificamente, no que tange à aplicação de recursos financeiros aos Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, o DPI empenhou o montante de R\$ 5.811.318,03 (cinco milhões, oitocentos e onze mil, trezentos e dezoito reais e três centavos), por meio da execução orçamentária de 79 Planos de Ação sob responsabilidade de 22 superintendências e da sede desta Entidade. O Gráfico 4.3.7.5.1, a seguir, apresenta o montante orçamentário empenhado por cada uma das unidades proponentes:

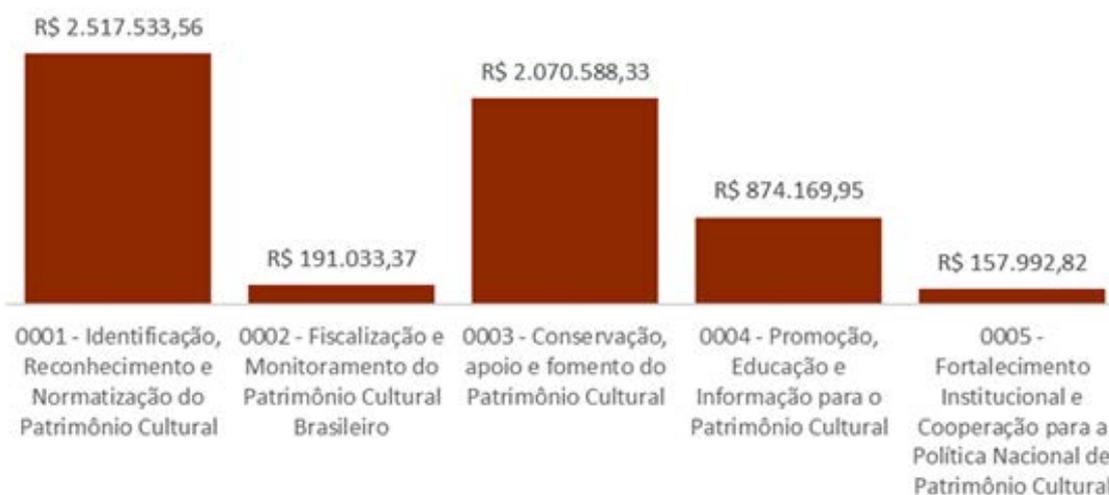
Gráfico Y – 4.3.7.5.1 Recursos destinados a bens registrados, empenhados em 2023, por unidade proponente (em R\$)



Fonte: COMAS/CGPS/DPI

No que tange à classificação orçamentária, os recursos destinados aos bens registrados estão classificados no Programa nº 5025 (Cultura) e na Ação nº 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro). A distribuição dos recursos empenhados por Plano Orçamentário (PO) está apresentada no Gráfico 4.3.7.5.2, abaixo:

Gráfico Z – 4.3.7.5.2 Recursos destinados a bens registrados, empenhados em 2023, por Plano Orçamentário (em R\$)



Entre os bens culturais beneficiados com os planos de ação empenhados durante o ano de 2023, estão: Banho de São João de Corumbá e Ladário; Caboclinho; Cavalo Marinho; Complexo Cultural do Boi-bumbá do Médio Amazonas e Parintins; Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão/MA; Fandango Caiçara; Festa do Divino Espírito Santo de Paraty; Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO; Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE; Jongo no Sudeste; Literatura do Cordel; Maracatu de Baque Solto; Maracatu Nação; Matrizes Tradicionais do Forró; Modos de Fazer Bonecas Karajá; Modos de

Fazer o Queijo Minas Artesanal; Modos de Fazer Viola de Cocho; Ofício das Baianas de Acarajé; Ofício das Panelas de Goia-beiras; Ofício de Sineiro; Ofício dos Mestres de Capoeira; Repente; Roda de Capoeira; Romaria dos Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO; Ritxoko: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá; Tava - Lugar de Referência para o Povo Guarani; Teatro de Bonecos Popular do Nordeste; e Toque dos Sinos em Minas Gerais/MG.

4.3.7.6 - Ações de Identificação e Reconhecimento de Bens Imateriais

Os patrimônios registrados são os bens culturais imateriais reconhecidos formalmente como Patrimônio Cultural do Brasil. Esses bens caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Contribuem, dessa forma, para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Atualmente o Iphan conta com 52 bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. O Indicador Estratégico 21 - “Ampliar o Registro de bens culturais de natureza imaterial”, do Objetivo Estratégico 12 - “Democratizar o acesso ao patrimônio cultural”, tem como Meta - “atingir a totalidade de 60 bens Registrados até dezembro de 2024”.

Desde a promulgação do [Lei nº 3.551, de 2000](#), uma das principais ações que atendem a esses objetivos da preservação do patrimônio são os registros de bens culturais de natureza imaterial e a consequente outorga do título de Patrimônio Cultural do Brasil. Atualmente são 52 bens culturais imateriais registrados. No ano de 2023, outros 4 processos de Registro tiveram a análise técnica finalizadas e estão aptos a serem apreciados pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para a decisão final a respeito do pleito. São eles:

- Finalização técnica do processo de Registro do Choro;
- Finalização técnica do processo de Registro do *Kene Kui*;
- Finalização técnica do processo de Registro do Samba de Bumbo Paulista; e
- Finalização técnica do processo de Registro da Marujada de São Benedito.

Além da finalização desses processos, diversas outras ações foram realizadas para dar continuidade e realizar o acompanhamento e a supervisão de processos de Registro em andamento, contemplando realização de reuniões de mobilização e esclarecimento, orientação às equipes contratadas, análise de materiais, contratação de pesquisa, entre outras. Destacam-se, principalmente, ações com os seguintes processos de Registro: Pesca Colaborativa com Botos em Laguna/SC; Engenhos de Farinha em Santa Catarina/SC; Pesca do Pirarucu com Arpão no Amapá/AP; *Tooro Nagashi* em São Paulo/SP; Nosso Senhor dos Passos de Lençóis; Ourivesaria de Natividade; Festa do Divino Espírito Santo de Marmelada/ PI; Batuques do Piauí/PI; Saberes e Práticas da Rede Fitovida; Festa de Rio das Contas; Circo de Tradições Familiares; Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado; Congados; Festa da Nossa Senhora do Rocio; entre outros.

Já para os processos de Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais imateriais registrados, foram abertos 5 processos para a revalidação do título e finalizadas 3 Notas Técnicas que orientarão a produção do parecer final. Dessa forma, aproxima-se de cumprir o Indicador Estratégico 24 - “Percentual de bens registrados revalidados” do Objetivo Estratégico 13 - “Fomentar a participação da sociedade na preservação”, que detém como Meta - “Revalidar 100% dos bens registrados há mais de 10 anos até o final de 2024”.

Além disso, destacam-se outras ações que tiveram impacto nas entregas do DPI para a sociedade durante 2023, em especial, no que se refere à publicização de informações sobre os processos de identificação e reconhecimentos. Nesse sentido, foi realizado o Lançamento do [Repositório Digital do Novo Inventário Nacional de Referências Culturais](#). O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), criado pelo Iphan como instrumento de identificação do patrimônio cultural brasileiro, acaba de ganhar uma plataforma digital. O novo espaço virtual poderá receber documentos, fotos, áudios e vídeos sobre as manifestações da cultura brasileira – inicialmente a partir de projetos-piloto, que contribuirão para o aperfeiçoamento do Inventário. Considerada uma iniciativa para inovação e governo digital, a plataforma poderá ser utilizada por prefeituras, governos estaduais, organizações não governamentais e, principalmente, pelas próprias comunidades detentoras das referências culturais nos mais diversos territórios do País. Nesse formato, o INRC facilita a identificação de universos culturais, além de se tornar um repositório de conhecimento para toda a sociedade.

A fim de possibilitar a incorporação do novo INRC nas ações de trabalho dos servidores do Iphan, iniciam-se também as capacitações de servidores na plataforma com a realização da 1ª Capacitação dos servidores do Iphan para o novo INRC, que ocorreu em Brasília/DF entre os dias 2 e 6 de outubro de 2023, nas dependências da Faculdade de Ciências da Informação (FCI/UnB), parceira do Iphan no desenvolvimento e na sustentação do novo repositório digital do INRC. Estiveram presentes 46 servidores de todo Brasil que foram apresentados ao novo sistema que dá suporte ao INRC, bem como a várias outras questões sobre os conceitos e o histórico das ações de identificação, incluindo a própria trajetória de realização do INRC no Iphan.



Lançou-se também o [Repositório Digital dos Bens Culturais Registrados \(BCR\)](#), por meio do qual está disponível para os cidadãos um novo e moderno repositório digital dos Bens Culturais Registrados (BCR). O portal *online* é fruto de parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e dá acesso à sociedade brasileira informações sobre cada um dos bens culturais imateriais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Na plataforma *online*, o usuário pode explorar os Bens pelos Livros de Registro, navegar por um mapa interativo e, se preferir, conhecer os patrimônios imateriais do Brasil por unidades federativas, separadamente. O *site* também disponibiliza mídias, descrição, abrangência do registro, instituições parceiras, pareceres técnicos e toda documentação relacionada ao bem cultural.

Foi dado início ao desenvolvimento da versão *online* do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Ação realizada no âmbito da parceria estabelecida por meio do [TED nº 02/2023](#) com o IBICT, com vistas ao desenvolvimento de plataforma online que servirá como repositório virtual dos projetos de inventários sociolinguísticos (INDL). A plataforma virtual abrigará informações e documentação em diversos formatos (áudio, audiovisual, fotos, textos, *links* etc.) sobre a diversidade linguística brasileira.

4.3.7.7 – Demais ações consideradas relevantes no âmbito do Patrimônio Imaterial

Para além do que foi mencionado nos itens anteriores, o Departamento de Patrimônio Imaterial desenvolveu outras ações em prol da salvaguarda do patrimônio imaterial em 2023. Durante todo o ano foi feito um acompanhamento contínuo dos processos de salvaguarda dos 52 bens registrados, elaborados pareceres e notas técnicas para subsidiar os processos de revalidação de registro de bens culturais, análise de processos de licenciamento ambiental, da Lei Rouanet e de temas diversos relacionados ao patrimônio imaterial. Além dessas, seguem algumas ações de destaque.

Ações e atividades no âmbito da cooperação técnica nacional

Em 2023, o Departamento de Patrimônio Imaterial atuou, tanto para a continuidade de atividades de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) já firmados em anos anteriores, assim como firmou novos e buscou articular-se a demais instituições, projetando parcerias futuras.

Foi realizada o curso de “Formação Básica em Facilitação de Processos Participativos”, entre os dias 24 e 27 de abril (etapa remota) e 15 e 18 de maio de 2023 (etapa presencial), em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para 27 servidores do Iphan que atuam com o patrimônio imaterial nas Superintendências.

Junto com a Superintendência do Iphan do Maranhão o Departamento trabalhou no Acordos de Cooperação Técnica (ACT) nº 16/2023 com a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), que visa o acompanhamento do Projeto Inventário de Referências Culturais do Quilombo Urbano Liberdade, em São Luís/MA. Como produto final do presente ACT, espera-se a publicação da documentação produzida no âmbito do Inventário de Referências Culturais do Quilombo Urbano Liberdade, na plataforma *on-line* do novo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O Acordo foi assinado em junho de 2023, com vigência de 2 anos.

Já entre aqueles ACTs firmados em anos anteriores e ainda em vigência, destaca-se o Acordo nº 26/2022 com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), para o desenvolvimento de iniciativas de divulgação e preservação de referências culturais identificadas por meio das ações resultantes da realização do INRC e que possuam interfaces com as pesquisas e as atividades desenvolvidas pela Fiocruz, sobretudo o Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA), especialmente voltado às Festas e Feiras Brasileiras como Espaços de Preservação das Memórias Relacionadas a Alimentos, Alimentação, Culinária e Comensalidade Brasileira.

Em 2023, foi dada continuidade às atividades previstas nos planos de trabalho dos ACT pactuados com o Museu da Pessoa e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Embora os ACT sejam sob a gestão desta Coordenação-Geral, eles também integram outras áreas do DPI e alcançam as superintendências do Iphan nos estados e no Distrito Federal/DF.

Dentre as ações de salvaguarda em maior destaque no âmbito dos ACT estão:

- Apoio ao projeto “Vidas Indígenas Patrimônios Imateriais Rio Negro” realizado pelo Museu da Pessoa, que busca registrar e valorizar memórias, saberes e experiências de pessoas relacionadas a grupos, povos originários, tradições pelo País. Em 2023, o projeto contemplou 2 bens registrados: Cachoeira de Iauaretê e Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. O projeto realizou a formação de jovens indígenas na Tecnologia Social da Memória, metodologia desenvolvida pelo Museu da Pessoa, no registro de histórias, a formação em audiovisual e conteúdos complementares, como curadoria, mídias sociais e engajamento, negócios sociais e gestão de projetos. O projeto também contou com um evento de lançamento do documentário e livro produzidos ao longo do projeto e com a inauguração do espaço “praça de memórias” / “floresta de histórias”.

- Realização de mostra sobre patrimônio imaterial entre os dias 19 de outubro e 18 de novembro de 2023, em parceria com o SEBRAE, no Centro de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB), no Rio de Janeiro/RJ. A mostra buscou integrar e difundir o patrimônio cultural imaterial brasileiro por meio da exposição de peças artesanais diretamente relacionadas a vivência do bem cultural nas comunidades detentoras. Dentre os bens culturais registrados beneficiados com a mostra estão: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Modo de Fazer Viola de Cocho; Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas; Modo de Fazer Renda Irlandesa; Modo de Fazer Bonecas Karajá; Ritxoko – Cosmologia do Povo Karajá; Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro; Teatro de Bonecos Popular do Nordeste: Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco; Círio de Nazaré; Literatura de Cordel; Feira de Caruaru; Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis; Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani; e Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão.
- Elaboração do “[Calendário das Celebrações registradas como Bens Culturais do Brasil](#)”. O anuário apresenta fotografias, texto explicativo e marca o período em que são realizadas as comemorações. As festividades e os rituais presentes no calendário estão registrados no Livro das Celebrações, elas marcam a vivência coletiva de um grupo social, consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade.

O DPI atuou, também, na articulação com Grupo de Trabalho da Década Internacional das Línguas Indígenas para a atuação nas atividades da Década Internacional das Línguas Indígenas (2023-2033). Esse marco foi instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o aval da Unesco e visa à valorização, revitalização e preservação do patrimônio linguístico frente a situação crítica de vulnerabilidade que enfrentam diversas línguas de povos indígenas. No Brasil, as iniciativas vinculadas a esse marco têm sido discutidas e aprimoradas pelo Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan junto aos membros e membras do Grupo de Trabalho no Brasil, da Década Internacional das Línguas Indígenas. A articulação teve como objetivo estabelecer parceria com o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) visando o apoio à realização do I Encontro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas. O evento aconteceu na cidade de Manaus/AM entre os dias 9 a 11 de agosto de 2023, e contou com a presença do Presidente do Iphan em sua abertura e com a participação de uma técnica do DPI durante todo o evento, que teve como objetivos discutir e elaborar um conjunto de diretrizes para a criação de políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil; reunir representantes indígenas e não indígenas envolvidos com o GT Nacional e interessados na temática; e mobilizar as comunidades indígenas para o engajamento na Década Internacional das Línguas Indígenas.

O Departamento colaborou, ainda, com o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, tem natureza financeira e se destina a apoiar ações e atividades que visem valorizar o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados e promover o seu uso de forma sustentável.

O FNRB foi instituído pela [Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015](#), e regulamentado pelo [Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016](#). Esta legislação regulamenta o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado à fauna e à flora brasileiras.

O Iphan tem assento no Comitê Gestor do FNRB do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O regimento interno do Comitê Gestor do FNRB foi aprovado em 22 de setembro de 2022 (ver: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/bioeconomia/patrimonio-genetico/reparticao-de-beneficios-1/fundo-nacional-para-a-reparticao-de-beneficios/atos-e-decisoes>), e desde sua formalização, a representação do Iphan neste comitê tem sido realizada por representante indicado por este DPI.

Em 2023 ocorreram 3 reuniões ordinárias e o Comitê aprovou a [Resolução CG-FNRB nº 1, de 5 de julho de 2023](#) que aprova o Manual de Operações do FNRB. No segundo semestre de 2023 as atividades do Comitê envolveram a elaboração de minuta do primeiro edital do fundo, a qual foi encaminhada para análise jurídica. A expectativa do Comitê é a de que seu lançamento ocorra ainda neste primeiro semestre de 2024.

Ações e atividades de representação e cooperação internacional

Relatório Periódico para UNESCO

Em colaboração com a Superintendência do Iphan no Mato Grosso (Iphan/MT) foi elaborado também o relatório periódico da UNESCO, sobre o “*Yaokwa*, o ritual do povo *Enawene Nawe* para a manutenção da ordem social e cósmica”, elemento inscrito na “Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de medidas urgentes de salvaguarda” da UNESCO desde 2011.

Candidaturas às Listas da Convenção 2003 da UNESCO

O DPI coordenou as ações necessárias à finalização da candidatura dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal à Lista Representativa da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO. Em parceria com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) e com a Associação Mineira do Queijo Artesanal (AMIQUEIJO) foram promovidas articulações com diversas associações de 10 regiões produtoras do Estado de Minas Gerais/MG. As atividades também contaram com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG).

A proposta de candidatura foi encaminhada em março de 2023 e, após revisões e ajustes finais, ela foi tecnicamente aprovada pelo Secretariado da Convenção em 23 de dezembro de 2023. A previsão é a de que, após análise do Órgão Avaliador, a candidatura seja analisada pelo Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no segundo semestre de 2024.



Representação do Brasil em comitês, fóruns e reuniões internacionais

Meeting of experts (category VI) in the framework of the reflection on a broader implementation of Article 18 (Encontro de Especialistas (Categoria VI) no âmbito da reflexão sobre implementação mais ampliada do Artigo 18º [da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial]):

Subsídio técnico do DPI à participação do Brasil, por meio de representante indicado pelo Iphan e Ministério das Relações Exteriores (MRE), em reunião de especialistas organizada pelo Secretariado da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) para o debate sobre a implementação de artigo que trata de práticas exemplares de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. A reunião ocorreu em Estocolmo, Suécia, de 19 a 21 de abril de 2023 e seus resultados podem ser consultados por meio do *link*: <https://ich.unesco.org/en/meeting-of-experts-category-vi-01306>.

18ª Reunião do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (<https://ich.unesco.org/en/18com>)

Ainda com relação à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), o Departamento subsidiou a participação do Brasil na 18ª Reunião do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada entre os dias 5 e 8 de dezembro de 2023, na cidade de *Kasane*, em *Botswana*. Na ocasião o Brasil participou dos debates como membro do comitê, em seu último ano de mandato (2020-2024).

Destaque para o cadastramento das seguintes Organizações Não Governamentais brasileiras como organizações de caráter consultivo junto ao Comitê Intergovernamental:

Associação Camará Capoeira	Mato Grosso do Sul
Associação Nacional das Baianas de Arará, Mingau, Receptivo e Similares - ABAM	Bahia
Clube Carnavalesco Mixto Seu Malaquias	
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena-Iepé	Pernambuco
Operação Amazônia Nativa - OPAN	São Paulo

Para maiores informações ver: <https://www.ichngoforum.org/>.

Em 2023 o Brasil, por meio do Iphan, em um esforço simultâneo com outros países da América Latina e Caribe, e com o apoio do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural na América Latina e Caribe (CRESPIAL), buscou difundir e promover a candidatura de ONGs da região junto ao Comitê Intergovernamental da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), de forma a tornar mais equilibrada a representatividade mundial nessa instância de participação e intercâmbio entre organizações de todo o mundo. O resultado acima reflete os esforços empreendidos por este DPI junto a parceiros da sociedade civil que possuem reconhecida trajetória de atuação na salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial.

Comitê de Administração (CAD) e Comitê e Executivo (COE) do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural na América Latina e Caribe (CRESPIAL)

O Brasil integra os Comitês de Administração (CAD) e Executivo (COE) do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural na América Latina e Caribe (CRESPIAL). O CAD e o COE se reúnem periodicamente para a aprovação e a supervisão dos planos de trabalho e do orçamento do centro. Ao longo do segundo semestre de 2023 foi elaborado e aprovado o plano estratégico referente ao período de 2024 a 2027.

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) do Mercosul Cultural

O Departamento, também, participou das atividades de comitês e grupos de trabalho da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) do Mercosul Cultural, a saber: Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo (COMPAT) e Grupo de Trabalho Teatros do Mercosul. As atividades da CPC no Iphan foram coordenadas pela Coordenação Geral de Cooperação Internacional (COGECINT) do Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF). Em 2023 o Brasil exerceu a presidência Pro Tempore (PPTB) da CPC e sua reunião ordinária foi realizada em formato híbrido na cidade de Belém, Estado do Pará/PA, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia.

Acordos e Projetos de Cooperação Internacional

Projeto Multinacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em situações de emergência (CRESPIAL)

Ainda no âmbito das atividades relacionadas ao CRESPIAL foram iniciadas as primeiras etapas do Projeto denominado “Articulação de Políticas Públicas e Salvaguarda dos Sistemas Agrícolas Tradicionais Brasileiros: trilhas iniciais para um Observatório Nacional”. Trata-se de projeto formulado no âmbito de proposta de atuação multinacional relativa à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em emergências. Tais articulações envolveram o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Tais articulações implicaram na participação deste DPI nos seguintes eventos:

- Seminário “Diálogos sobre Agroecologia, Territórios e Cultura Alimentar, realizado no Centro de Convenção Miguel Arcanjo de Medeiros, Piranhas/AL, entre os dias 30 e 31 de agosto de 2023. O Seminário foi promovido pela Embrapa Alimentos e Territórios, com apoio do MDA e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e teve como objetivo refletir sobre as lições aprendidas na execução das atividades de pesquisa participativa no âmbito do Projeto Segurança Alimentar e Nutricional e de Geração de Renda para Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais do Semiárido Brasileiro - Projeto Dom Helder Câmara II.
- 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ entre os dias 20 a 23 de novembro de 2023. Além de se fazer representar no congresso, o DPI realizou, em parceria com o MDA, a oficina “Diálogos para a proteção e o fortalecimento de Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil”. Essa atividade ocorreu na “Tenda do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar”, montada no Passeio Público, Rio de Janeiro/ RJ, no dia 22 de novembro.

Acordo de Cooperação Bilateral Brasil-Paraguai

Por fim, no âmbito da cooperação internacional, em articulação com a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (COGECINT) do Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF) deste Iphan, o DPI integrou a missão multidisciplinar e II Reunião de Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil - Paraguai, organizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A missão ocorreu entre os dias 24 e 28 de abril de 2023, na cidade de Assunção, no Paraguai. Especialistas brasileiros e paraguaios de diferentes áreas governamentais conformaram mesas de negociação para a identificação das demandas, definição do escopo de projetos de cooperação e desenvolvimento de acordos. Em decorrência, no campo do patrimônio cultural imaterial, foi formulado o projeto “Estruturar Instrumentos Participativos para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, que tem por objetivo o fortalecimento das políticas públicas brasileira e paraguaia por meio da produção de um guia prático para o desenvolvimento de diagnósticos participativos para a salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial. O acordo será firmado no primeiro semestre de 2024 e tem previsão de vigência de 2 anos.

4.3.8 - Ações do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a UNESCO liderou um movimento que buscou implantar mecanismos para documentar e preservar tradições que, avaliavam, estariam em vias de desaparecimento.

No Brasil, para atender essa diretriz foi criada em 1947, a Comissão Nacional de Folclore, vinculada à UNESCO. Desse processo resultou, em 1958, a instalação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, primeiro órgão permanente dedicado a esse campo, vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura. Em 1976, a Campanha foi incorporada à Funarte como Instituto Nacional do Folclore. Já com a atual denominação - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - a instituição passou a integrar como unidade especial, no final de 2003, a estrutura do Iphan.

Está localizado no conjunto arquitetônico do bairro do Catete, Rio de Janeiro/RJ, tombado pelo Iphan, e possui um acervo museológico de aproximadamente 17.000 objetos, além de 130.000 documentos bibliográficos e 70.000 documentos audiovisuais.

Abaixo seguem demonstradas as ações do CNFCP em 2023:

Principais ações do CNFCP em 2023

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)

- ▶ Reabertura da Sala do Artista Popular (SAP)
- ▶ Concurso Sílvio Romero de monografias: R\$ 45 mil
- ▶ Visitantes em 2023: 40.928 pessoas



- ▶ Execução orçamentária: R\$ 4,5 milhões

Fonte: Balanço DPI 2023 (https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/01_BALANCO_DPI.pdf)

4.3.8.1 - Sala do Artista Popular (SAP)

O Programa proporciona um espaço para a difusão da arte popular/artesanato de tradição por meio de exposições, com catálogo etnográfico e documentação audiovisual, e visa potencializar ações de promoção, valorização e divulgação, contribuindo para a formação de novos públicos. Promove um espaço de exposição e comercialização de peças artesanais, de modo que os artistas/artesãos se beneficiem da ampliação de oportunidades de fomento e comercialização de suas obras.

Realização de duas mostras temáticas:

- “Aqui tem Patrimônio”, reunindo peças de artistas e comunidades artesanais que passaram pelo Programa SAP em anos anteriores, associadas a manifestações registradas como patrimônio de natureza imaterial pelo Iphan.
- “Mundos oníricos: Família Antonio de Dedé”, revisitando a obra da família do hoje consagrado artista alagoano que havia participado da SAP em 2010, quando sua produção despontava no campo das artes populares.

Realização de duas edições e mostras inéditas da SAP:

- “Feitas de pano: entrelinhas e afetos”, com artesãs de bonecas de pano de Simão Dias, Nossa Senhora das Dores e São Cristóvão (Sergipe).
- “Saberes e fazeres quilombolas do Maciço da Pedra Branca”, com artistas dos quilombos Dona Bilina, Cafundá Astro-gilda e Camorim, na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Realização da pesquisa de campo e documentação fotográfica da SAP “Artesanato Baniwa”.

O ponto de comercialização permanente da SAP participou, ainda, da realização de sete feiras no Jardim do Museu da República, para vendas e difusão das obras dos artistas do programa.

4.3.8.2 - Divisão de Pesquisa

Realização de uma edição do Programa “Dedo de Prosa” associado à SAP “Saberes e fazeres quilombolas do Maciço da Pedra Branca”, com a promoção de debate sobre as práticas coletivas, manifestações culturais e os usos dos espaços quilombolas.

Realização do Concurso Sílvio Romero de Monografias, que tem por objetivo estimular a produção de conhecimento científico sobre os diversos temas do folclore e da cultura popular, com premiações para os 2 primeiros colocados e destaque para 3 menções honrosas.

4.3.8.3 - Museu do Folclore Edison Carneiro

Exposição de longa duração “Os objetos e suas narrativas” reaberta ao público.

Exposição temporária da Galeria Mestre Vitalino (GMV) “Xilogravura” aberta ao público.

Além da catalogação, higienização e marcação das obras que dão entrada no acervo permanente, também foram feitas fotografias para acompanhar a inserção dessas informações na base de dados do CNFCP, que disponibiliza ao público as informações sobre todas as obras que compõem o acervo museológico, por meio do site <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular>.

Abaixo segue alguns dados técnicos sobre o trabalho realizado ao longo do ano de 2023:

Incorporação de acervo

- Foram doadas 143 novas obras para o acervo permanente do MFEC, das quais se destacam as provenientes de exposições realizadas na Sala do Artista Popular.

Processamento técnico de acervo

- Registros de 17 novos objetos.
- Atualização de 155 formulários na base de dados PHL com produção e inserção de 119 imagens digitais de obras do acervo e digitalização de 17 fichas de inventário.

Preservação de acervos

- Acompanhamento e controle dos objetos e espaço da exposição de longa duração, em função da realização da reinstalação do sistema de ar-condicionado, no âmbito das obras do TAC.
- Controle e higienização periódica do acervo em exposição de longa duração e na reserva técnica, acompanhamento da obra do TAC.
- Acompanhamento periódico da limpeza do mobiliário das reservas técnicas 1 e 2.
- Higienização periódica dos objetos que compõem a mostra “Xilogravura”, em exposição na Galeria Mestre Vitalino.
- Higienização dos 300 objetos que compõem a exposição “Os objetos e suas narrativas”, visando a reabertura da exposição de longa duração, o que foi realizado em março de 2023.
- Desmontagem da exposição temporária Xilogravura com higienização, conferência e guarda dos objetos retirados da mostra, e atualização dos fichários topográficos dos mesmos.
- Realocação de acervo museológico, com instalação de antigos arquivos deslizantes em novas áreas de guarda, em caráter emergencial, com vistas à liberação de espaços da sede para novos usos.

4.3.8.4 - Biblioteca Amadeu Amaral (BAA)

Em função de obras de readequação de espaços o atendimento ao público pela BAA está temporariamente suspenso. Na tabela abaixo é possível visualizar parte do trabalho técnico realizado na BAA, durante o ano de 2023.

Tabela 4.3.8.4 Trabalhos técnicos realizados na BAA, em 2023

Conservação de acervo textual	Higienização, troca de invólucros e arrolamento da documentação constante nas caixas identificadas por "artistas populares" - acervo em papel.
Atendimento ao público	60 atendimentos por correspondência eletrônica. 9 atendimentos presenciais * o atendimento da BAA foi fechado para obras em julho/2023.
Destinação de Acervo bibliográfico	Destinação do material bibliográfico identificado por "Doações CNF (duplicatas)".
Produção audiovisual	20 vídeos editados 8 registros em vídeo em eventos e programas do CNFCP.
Radiotécnica	Montagem teste e desmontagem de equipamento audiovisual para os eventos realizados no CNFCP.
Inserções em base de dados	CDs 63 itens Faz - 6 itens DVD - 7 itens DL - 51 itens
Fotografia	Captura: 4.794 itens Revisão de metadados: 947 itens
Higienização de acervo	Montagem e acompanhamento de cronograma de higienização básica dos espaços de depósito de acervo. Acompanhamento da equipe de manutenção para higienização periódica nos espaços de guarda de acervo. Acompanhamento de trabalho de equipe de limpeza de dutos de sistema de ar-condicionado.
Fonte: CNFCP/DPI/Iphan Relatório de trabalho da BAA	

4.3.8.5 - Difusão

O Programa Educativo retomou as atividades com as visitas preparatórias e visitas de grupos. Também foram incorporadas outras atividades educativas: 4 oficinas com 2 artistas, 4 edições da atividade "visitas conversadas" junto à exposição de longa duração e 2 edições da ação "Roteiro de Arte Urbana". Para as oficinas e o Roteiro, como parte das comemorações de aniversário da Sala do Artista Popular, foram convidados artistas que já realizaram mostras na SAP: Willi de Carvalho, Airá O Crespo e Lena Martins. Destaca-se que algumas dessas atividades também se incorporaram como parte de eventos maiores como a Semana Nacional de Museus e a Primavera dos Museus. No gráfico abaixo é possível visualizar os números de participantes em cada uma das atividades citadas.

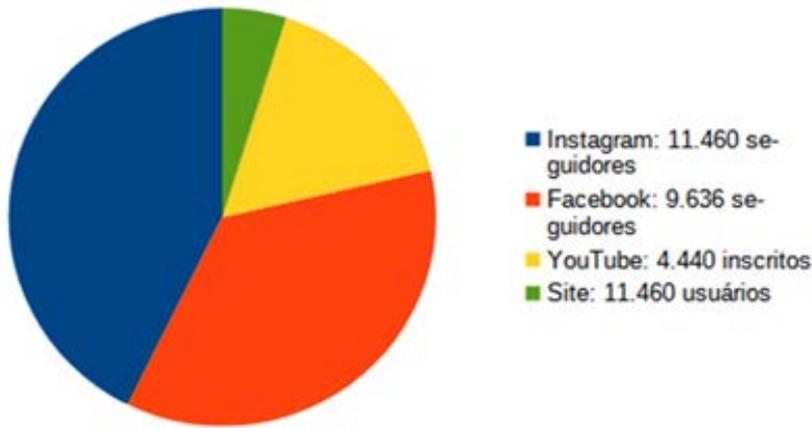
Gráfico AA – 4.3.8.5.1 Ações educativas e de formação de público, em 2023

Fonte: Registros de inscrições e presença

Destaca-se, também, a realização do evento "Celebrar o Agora", que marcou a abertura das comemorações pelos 65 anos do CNFCP e 40 anos da SAP, com o público estimado de 300 pessoas. Iniciado com o lançamento da exposição "Mundos Oníricos: família Antônio de Dedé", na parte da manhã, teve continuidade à tarde com apresentações culturais diversas no palco do Cordel Móvel, como o Jongo da Serrinha e o grupo feminino de forró Flor de Manacá.

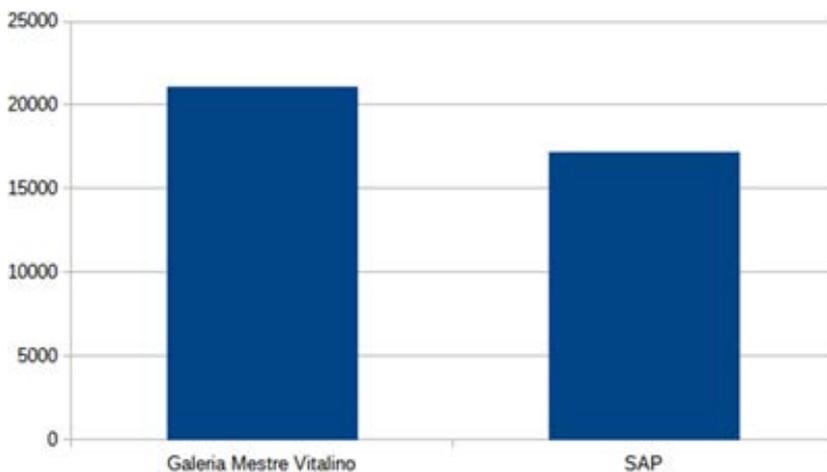
É possível visualizar nos dois gráficos a seguir o quantitativo de público virtual das Mídias Sociais e do público presencial do CNFCP, respectivamente.

Gráfico BB – 4.3.8.5.2 Público virtual, em 2023



Fonte: Mídias Sociais (dados extraídos em 14/12/2023)

Gráfico CC – 4.3.8.5.3 Público presencial das exposições, em 2023



Fonte: Livro de assinaturas (dados entre dezembro de 2022 a novembro de 2023)

4.3.8.6 - Docência, Participação em Bancas e Núcleos de Pesquisa

O corpo técnico da Divisão da Biblioteca/Arquivo em atividades de docência ministrou aula na Disciplina “Etnografia, arquivos sonoros e culturas populares”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), Rio de Janeiro/RJ; ministrou a Disciplina “Patrimônio e Diversidade Cultural” no Mestrado Profissional PEP/Iphan, Rio de Janeiro/RJ, e a Disciplina “Patrimônios Culturais: memória, museus e arquivos”, no CPDOC/FGV; PPGMUS/UNIRIO; BAA/CNFCP, Rio de Janeiro/RJ. Além de três aulas/visita técnicas para os alunos do curso de graduação em Museologia da Unirio, nos espaços do CNFCP; duas aulas técnicas sobre documentação de acervos para os alunos de graduação da museologia da Unirio, na Escola de Museologia; duas bancas de qualificação de mestrado do PPGMUS/UNIRIO; uma banca de conclusão de mestrado em antropologia UFAL; uma banca de conclusão de mestrado UFOPA; uma Banca de conclusão do Mestrado Profissional PEP/Iphan.

A participação em encontros, congressos e cursos foi a seguinte: Congresso Brasileiro de Cordel, na Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/RJ. Semana Nacional de Arquivo no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro/RJ. Oficina de fotografia para preservação de acervos no Nugep/Unirio, Rio de Janeiro/RJ; Seminário Oswaldo Cruz Digital: experiências em digitalização de arquivos na FIOCRUZ, Rio de Janeiro/RJ; Seminário do Comitê de Patrimônio Cultural da ABA no Museu da República, Rio de Janeiro/RJ; *The legal protection of Intangible Cultural Heritage. A Comparative Perspective – ICH 20 years, 20 Dialogues – Unesco/Unitelma Sapienza – University of Rome, online*; Seminário de Verão da Escola do Louvre, Paris, França; Noções Gerais de Direitos Autorais – ENAP – *Online*; Diálogos sobre as Políticas Públicas e o Mercado do Artesanato no Brasil – CRAB/SEBRAE, Rio de Janeiro/RJ; Memória em movimento: reflexões a partir da obra de mestre Adalton – CRAB/SEBRAE, Rio de Janeiro/RJ; Seminário As mulheres nas instituições de memória – Rede de Arquivos de Mulheres, *online*; Seminário: Reencontro de Pesquisas – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro/RJ; Seminário Arte popular em discussão: Centenário Jacques Van de Beuque – Museu do Pontal, Rio de Janeiro/RJ; Seminário Bancos de imagens – Iphan/IBICT, híbrido; Origens Brasileiras Artesanato – I Evento Internacional de Indicações Geográficas de Artesanato – CRAB/SEBRAE, Rio de Janeiro/RJ; e, Seminário Preservação digital: caminhos e possibilidade – Unirio, Rio de Janeiro/RJ.

O corpo técnico da Divisão do Museu participou dos seguintes eventos da área: Museus de Arte e cultura popular – discutindo trajetórias no Seminário Arte Popular em Discussão – Centenário Jaques Van de Beuque, no Museu Casa do Pontal; Mediação da

mesa temática Um novo capítulo para o patrimônio cultural baiano na Chapada Diamantina: dilemas, desafios e perspectivas para a preservação da região; apresentação na mesa temática: Patrimônio Cultural Imaterial – implementação de políticas públicas de fortalecimento ao campo das culturas populares e das referências culturais para os municípios do Seminário Rio de Contas: Cidade Mãe da Chapada Diamantina; rep na Conferência Temática de Culturas Populares e Tradicionais; Participação nas reuniões da Rede de Museologia Social do RJ, realizadas no Museu Vivo do São Bento, Museu da Favela e no Museu da Maré.

O corpo técnico da Divisão de Pesquisa participou como convidado, em mesas dos eventos: Conferência Livre Temática de Culturas Populares, Negras, Indígenas e Tradicionais do Estado de São Paulo/SP; Videoconferência internacional virtual sobre patrimônio cultural imaterial, Rio Grande do Sul/RS; Congresso Brasileiro de Folclore; Contribuição dos folcloristas no campo da educação fundamental às culturas de matrizes africanas” (Museu Da História e da Cultura Afro-Brasileira); O Pará na Sala do Artista Popular (Mercado das Indústrias Criativas do Brasil, Ministério da Cultura e Organização dos Estados Ibero-Americanos); I Congresso de Literatura de Cordel (Fundação Casa de Rui Barbosa, Secretaria de Formação, Livro e Leitura e Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Ministério da Cultura); 1º Feira De Arte Negra do Espaço Cultural Dida Bar e Restaurante; XI Seminário Nacional do Centro de Memória-Unicamp. Contribuiu com o projeto Doença e cura: representações e potencialidades no universo das culturas populares (NUGEP/UNIRIO e CNFCP). Acompanhou as reuniões da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro/RJ. Participou, ainda, das capacitações “Acompanhamento e Fiscalização dos projetos selecionados no Edital do PNPI e no Edital de Educação Patrimonial” e “Economia da Cultura e do Patrimônio Cultural” (Iphan). Compôs as comissões julgadoras dos editais e premiações: Comissão Estadual do Rio de Janeiro/RJ, do 36º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (Iphan); Comissão Estadual do Pará do 36º Rodrigo Melo Franco de Andrade (Iphan); Prêmio Culturas Populares e Tradicionais Mestre Lucinda - Premiação Cultura Viva Sérgio Mamberti (Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. Composição do Comissão de Avaliação da IN 25 sobre licenciamento ambiental - Grupo De Trabalho Povos Tradicionais e Quilombolas do Iphan. Composição do Comitê Permanente Para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana do Iphan.

O corpo técnico da Divisão da Difusão participou dos seguintes encontros da área: Encontro Nacional de Educação Patrimonial 2023, promovido pelo DECOF do Iphan o, em Brasília/DF, e da Reunião da comissão de seleção da última etapa do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

4.3.8.7 - Parcerias

Destacam-se as parcerias, a seguir:

- Estabelecimento do Termo de Parceria com a Associação de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro (ACA-MUFEC) para a realização das edições da Sala do Artista Popular (SAP) 2023/2024, assim como de projetos relacionados, como “Um Dedo de Prosa” e “Encontro de Artesãos”. O termo também prevê o suporte e a infraestrutura necessária para a gestão e a manutenção do Espaço Permanente de Comercialização da SAP.
- Estabelecimento do TED “Documentação de bens culturais populares e compartilhamento de saberes: uma proposta articulada para acervos”, com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), por meio do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e Documentação em Museus (Nugép), com base em ações de revisão/ampliação de inventário e catalogação do acervo institucional, uma proposta de minuta de diretrizes de documentação participativa, de modo a servir de modelo experimental no compartilhamento de saberes acadêmicos, técnicos e tradicionais.
- Ofereceu-se apoio, ao longo do ano, a uma série de atividades propostas por terceiros e realizadas na Sala Multimídia, que se avalia estar em conformidade com a missão e os valores do CNFCP: curso Etnografia, Arquivos Sonoros e Culturas Populares; Encontro de Salvaguarda da Capoeira; “O sertão é o mundo” (leituras dramatizadas da obra de Guimarães Rosa); exibição do documentário “Cores e contos de mares e morros”. Também foram realizados gravações de cenas para o curta-metragem “Elle” e um documentário sobre Cordel, ambos realizados por estudantes universitários, e gravação do quadro “Enredo e Samba”, apresentado por Milton Cunha no Jornal RJ TV.

Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais (DAEI)

Uma das novidades que o novo Regimento Interno no Iphan trouxe foi a remodelagem do Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais (DAIE), antigo Departamento de Planejamento e Obras (DPO). A mudança visa incorporar funções para articular, coordenar, monitorar e avaliar programas, projetos e ações especiais de forma articulada com outros órgãos e com as Superintendências do Iphan.



Coordenação de Projetos e Obras (COPRO)

O PAC Cidades Históricas, sob a Ação Orçamentária 5538, surgiu em 2013, para atender às cidades que possuem bens tombados pelo Iphan, com cerca de R\$ 1,62 bilhão distribuído nas 5 regiões do país, em 44 cidades históricas, de 20 estados brasileiros, destinado à restauração, conservação e requalificação urbana de edifícios e espaços públicos em 425 ações inicialmente selecionadas, tornadas públicas por meio da Portaria 383 de 20 de agosto de 2013. Coube ao Iphan a concepção dessa linha do programa que vem sendo executada em cooperação com diversos coexecutores, em especial estados, municípios, universidades e outras instituições federais.

No ano de 2023, o PAC Cidades Históricas entregou 1 obra no Estado de Minas Gerais/MG, 1 obra no Estado de São Paulo/SP, 1 Etapa de Obra no Estado de Pernambuco/PE e 1 Etapa de Obra no Estado do Rio Grande do Sul/RS. Também foram entregues 4 projetos no Estado de Minas Gerais/MG, 1 no Estado de Pernambuco/PE e 1 no Estado de Sergipe/SE. Atualmente (referência: 1º/01/2024), o Programa conta com 13 obras em execução, bem como com 21 projetos de arquitetura/restauração e de engenharia em desenvolvimento.

Coordenação de Planejamento e Controle (CPLAC)

Apoiado no Planejamento Estratégico do Iphan 2021-2024, esta coordenação apoia o DAEI nas atividades relacionadas com o Objetivo Estratégico 10 – “Ampliar o acesso aos benefícios da política de patrimônio”, no Indicador estratégico 16 – “Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais e realizar obras de intervenção em bens tombados nas cidades históricas”, tendo como Meta – “Entregar 15 obras todos os anos até 2024”.

4.3.9 - Ações de preservação do patrimônio das cidades históricas

Coordenação de Projetos e Obras (COPRO)

Cidades Históricas – Geral

O [PAC Cidades Históricas](#) visa melhorar a qualidade de vida e a infraestrutura cultural e turística destes locais para seus cidadãos e visitantes. As intervenções selecionadas contemplam: elaboração de projetos; obras de restauro ou reforma de imóveis, monumentos, ou outros elementos edificados que sejam públicos, ou de uso público, além do restauro de bens móveis e integrados; obras novas, vinculadas a bens que possuam valor de patrimônio, adequando a novos usos ou para ampliação de infraestrutura do objeto.

O ambicioso programa tem realizado vultosos investimentos para qualificar as cidades, apostando no seu potencial transformador, buscando a recuperação e a revitalização, a restauração dos monumentos protegidos, o desenvolvimento econômico e social, o suporte às cadeias produtivas locais e contribuindo com a promoção do patrimônio cultural. Entre os principais objetivos do programa, pode-se destacar:

- Ampliar a abrangência das ações e investimentos viabilizados pelos programas de requalificação urbana nas cidades históricas e garantir a continuidade do crescimento da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico do País;
- Fomentar instrumentos de recuperação de imóveis privados, investindo em edifícios e áreas públicas, considerando todos os seus usos, que dinamiza a vida nos centros históricos das cidades e eleva a autoestima da sociedade brasileira, integrando os cidadãos aos desafios da gestão do Patrimônio Cultural;
- Recuperação e a revitalização das cidades, a restauração de monumentos protegidos, o desenvolvimento econômico e social e dar suporte às cadeias produtivas locais, com a promoção do patrimônio cultural;
- Preservar a riqueza material e simbólica das nossas cidades, onde os instrumentos utilizados no departamento incentivam a melhoria de vida das comunidades, por meio de ações de restauro, revitalização e requalificação de edifícios, praças e outros espaços públicos de convivência, monumentos e obras de arte integradas ou não. São obras que, transversalmente às demais políticas públicas, como a educação e o turismo, oferecem suporte para as cadeias produtivas locais por meio da valorização e promoção do Patrimônio Cultural, aliados ao fortalecimento da autoestima das populações locais e de todos os brasileiros; e
- Desenvolver ações integradas para a promoção econômica do Patrimônio Cultural, em particular para a atividade turística, atraindo para as cidades novos investimentos e parceiros.



Coordenação de Planejamento e Controle (CPLAC)

De maneira geral, esta coordenação auxilia o DAEI na atuação de dois programas de execução de ações para a preservação do patrimônio cultural, a saber: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas e Obras do Iphan executadas com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD/MJSP).

Tendo em vista o planejamento construído, em 2023 foram entregues 7 obras, sendo 4 obras no âmbito do PAC Cidades Históricas, além de outras 3 obras no âmbito das obras executadas com recursos do FDD/MJSP. Observa-se que o número corresponde a menos de 50% da meta estabelecida no Objetivo Estratégico 10 do Planejamento Estratégico do Iphan 2021-2024. Isso justifica-se pelos cortes orçamentários realizados na Ação Orçamentária 5538, principal fonte de recursos do PAC Cidades históricas.

Quanto às iniciativas e medidas promovidas por esta coordenação na contribuição com departamento para o alcance do Objetivo Estratégico 10, destaca-se, além do acompanhamento dos contratos em execução pelas unidades descentralizadas, com promissários e demais entes federais, o trabalho perene na busca de celebração de novos termos compromisso, de celebração de termos aditivos e de análises técnicas de prestação de contas, a fim de averiguar a correta aplicação dos recursos públicos, desenvolvidos no âmbito local pelos proponentes (superintendências estaduais do Iphan, estados, municípios e outros entes federais).

4.3.9.1 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas

Coordenação de Planejamento e Controle (CPLAC)

No ano de 2023, o PAC Cidades Históricas entregou 4 obras nos estados de Minas Gerais/MG, Pernambuco/PE, Rio Grande do Sul/RS e São Paulo/SP. Atualmente, o Programa conta com 16 obras em execução. As ações do programa vêm acontecendo em 8 das 27 Unidades da Federação, contemplando os Estados do Ceará/CE, Maranhão/MA, Minas Gerais/MG, Pernambuco/PE, Rio de Janeiro/RJ, Rio Grande do Sul/RS, São Paulo/SP e Sergipe/SE.

Ressalta-se que, em termos de disponibilidade orçamentária, a Ação Orçamentária 5538 possuiu o montante de R\$ 34.801.409,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e um mil e quatrocentos e nove reais), disponíveis em 2023, conforme figura abaixo, os quais foram empenhados em sua integralidade, de acordo com o detalhamento na figura abaixo.



4.3.9.2 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Coordenação de Planejamento e Controle (CPLAC)

Criado pela [Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#), o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD/MJSP), teve sua estruturação definida pela [Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995](#). Regulamentado pelo [Decreto n.º 1.306, de 9 de novembro de 1994](#), o FDD é vinculado à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública e tem por missão a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. A defesa desses direitos é executada pela aprovação de projetos pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD). Os projetos selecionados pelo CFDD são classificados em 5 eixos temáticos, dos quais pode-se destacar o Eixo IV - Patrimônio cultural brasileiro, no qual os projetos do Iphan se enquadram.

Com relação às intervenções do Iphan, cabe destacar que essas vêm sendo executadas por meio de TED, firmados entre este Instituto (unidade descentralizada) e o FDD/MJSP (unidade descentralizadora), com recursos orçamentários provenientes da Ação Orçamentária 6067 – Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia.

Em 2023, foram entregues 3 obras do Iphan executadas com recursos do FDD/MJSP, contemplando os estados da Bahia/BA, Santa Catarina/SC. Ademais, atualmente, há outras 4 obras em execução, contemplando os estados da Bahia/ BA, Maranhão/MA,

Rio de Janeiro/RJ e Alagoas/AL. Foram pagos, ao todo, a quantia total de R\$ 18.158.032,87 (dezoito milhões, cento e cinquenta e oito mil, trinta e dois reais e oitenta e sete centavos), correspondentes a recursos advindos do FDD/MJSP nas obras do Iphan, ao longo do ano de 2023.

Com relação às intervenções que vêm sendo executadas com apoio do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, das 19 obras selecionadas no edital de 2019, 15 já foram entregues à sociedade, 4 ainda estão em execução, com os contratos em andamento, sendo que a obra de Restauração da Casa de Jorge de Lima - Acervo arqueológico da Serra da Barriga teve sua intervenção civil concluída, porém continua classificada como “em execução”, pois aguarda a execução dos equipamentos de expo grafia para sua entrega definitiva.

Com o objetivo de garantir a continuidade das intervenções, bem como os ajustes e as complementações que dotarão os edifícios de melhores condições de segurança e o uso para a sociedade, foram realizadas reuniões presenciais na sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e foram protocolados e atendidos os pedidos de aditivo de valor ao TED nº 13/2019, que tem como objeto as Obras de Conservação, Restauração e Modernização do Prédio da Sede da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, e ao TED nº 35/2019, que tem por objeto a Restauração da Casa de Jorge de Lima e implantação do acervo arqueológico da Serra da Barriga, em União dos Palmares/AL.

4.3.9.3 - As principais categorias das ações no exercício de 2023

Coordenação de Projetos e Obras (COPRO)

As principais categorias das ações são:

Gráfico DD – 4.3.9.3.1 Principais ações, por categoria, em 2023, em termos quantitativos



Fonte: COPRO/CGPE/DAEI

Coordenação de Planejamento e Controle (CPLAC)

No que diz respeito aos processos que tramitaram nesta unidade, foram tramitados um total de 189 documentos. Com destaque para os processos de “análise de intervenção em bem tombado e/ou área de entorno”, “autorização de intervenção em bem imóvel (isolado, conjunto ou área de entorno)” e “Descentralização de Recursos”, que juntos correspondem a quase 50% dos processos que tramitam nesta unidade.

Em relação às principais categorias das ações realizadas por esta coordenação, no exercício de 2023, cita-se:

- Celebração de novos Termos de Compromissos;
- Celebração de Termos Aditivos de prazos;
- Análise de Prestação de contas; e
- Realização de Educação patrimonial.

Celebração de novos Termos de Compromisso

Com o objetivo de atingir a meta do indicador estratégico 16 do Planejamento Estratégico do Iphan 2021-2024, no ano de 2023, foram celebrados 17 pactos instrumentais, sendo 15 Termos de Compromisso (TC), 1 Contrato Direto e 1 Termo de Execução Descentralizada (TED), conforme detalhado de maneira geral na figura abaixo.

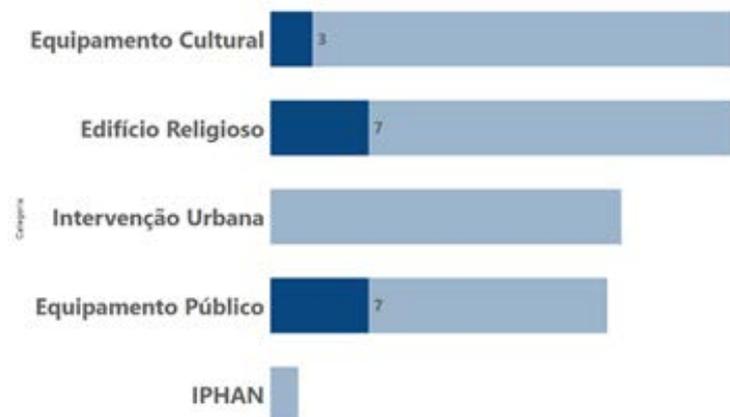
Figura 2 - Detalhamento Termos de Compromisso celebrados em 2023.



Fonte: DAEL, 2024.

De modo geral, as principais ações executadas, que tiveram celebração de instrumentos pactuados em 2023, referentes ao PAC Cidades históricas, vinculadas à Ação Orçamentária 5538, com a distribuição das ações por área de atuação, conforme planejado na gênese do Programa, divididas por suas respectivas categorias, podem ser representadas pelo gráfico a seguir.

Gráfico EE – 4.3.9.3.2 Detalhamento de ações pactuadas por categorias, em 2023, em termos quantitativos



Fonte: DAEL, 2024.

Em relação aos 15 Termos de Compromisso celebrados, 4 foram celebrados com o município de Diamantina, 3 com o município de Serro, 2 com o município de São Cristóvão, 2 com o município de Porto Alegre, 1 com o município de Sobral, 1 com o município de Mariana, 1 com o município de Olinda e 1 com o município de Recife. A Tabela 4.3.9.3.1, abaixo, apresenta o deta-

lhamento dos valores totais de cada ação, os valores empenhados em 2023 e o saldo que resta a empenhar em cada uma delas.

Tabela 4.3.9.3.1 Detalhamento dos valores dos Termos de Compromisso celebrados em 2023 (em R\$)

UF	Municípios	Proposta	Valor Total	Empenhado 2023	A Empenhar
CE	Sobral	Restauração da Igreja das Dores	R\$ 2.095.860,15	R\$ 628.758,05	R\$ 1.467.102,11
MG	Diamantina	Restauração do antigo Diamantina Tênis Club	R\$ 8.773.427,82	R\$ 2.116.206,26	R\$ 6.657.221,56
MG	Diamantina	Restauração do sobrado da Antiga Intendência (antiga prefeitura)	R\$ 3.584.717,56	R\$ 524.564,18	R\$ 3.060.153,38
MG	Diamantina	Restauração do Casarão do antigo Hotel Roberto - Secretaria de Educação	R\$ 2.609.273,16	R\$ 458.148,51	R\$ 2.151.124,65
MG	Diamantina	Restauração do Sobrado da Secretaria de Cultura	R\$ 2.677.567,94	R\$ 570.936,34	R\$ 2.106.631,60
MG	Mariana	Restauração da Igreja de Santana	R\$ 4.050.715,00	R\$ 544.328,59	R\$ 3.506.386,41
MG	Serro	Restauração da Igreja de Santa Rita	R\$ 5.325.960,04	R\$ 800.000,00	R\$ 4.525.960,04
MG	Serro	Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e seus elementos artísticos	R\$ 6.354.500,96	R\$ 785.012,93	R\$ 5.569.488,03
MG	Serro	Requalificação Arquitetônica do Clube Ivituruy	R\$ 4.459.704,19	R\$ 1.265.020,92	R\$ 3.194.683,27
PE	Olinda	Restauração do Mosteiro de São Bento e anexo I e II	R\$ 11.165.847,00	R\$ 1.318.238,85	R\$ 9.847.608,15
PE	Recife	Restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio - Bens Integrados	R\$ 3.200.452,00	R\$ 927.169,89	R\$ 2.273.282,11
RS	Porto Alegre	Restauração do Mercado Público Etapa 03	R\$ 10.571.557,00	R\$ 1.232.109,79	R\$ 9.339.447,21
RS	Porto Alegre	Restauração da antiga sede dos Correios	R\$ 8.111.923,00	R\$ 576.484,70	R\$ 7.535.438,30
SE	Sao Cristovao	Restauração do Sobrado do Balcão Corrido	R\$ 4.636.192,00	R\$ 415.903,87	R\$ 4.220.288,13
SE	Sao Cristovao	Restauração da Sede da Prefeitura Municipal	R\$ 1.880.805,00	R\$ 1.871.964,12	R\$ 8.840,88

Fonte: DAEL, Boletim de Projetos e Obras do DPO – Panorama 2023. Brasília, 26 de dezembro de 2023.

Celebração de Termos Aditivos de prazo

O Termo Aditivo de Prazo tem o objetivo de dilatar o tempo de execução de obra ou serviço, ou o prazo de entrega de um bem, alterando apenas a sua vigência sem alterar o valor pactuado. Nesse contexto, no ano de 2023, visando a concretização da restauração e conservação dos bens tombados pelo Iphan, foram celebrados termos aditivos de prazos em 37 ações do Programa PAC Cidades Históricas, conforme detalhamento na Tabela 4.3.9.3.2, abaixo.

Tabela 4.3.9.3.2 Detalhamento das ações com Termos aditivos de prazo em 2023 (em R\$)

Municípios	UF	Descrição da intervenção	Processo SEI (nº)	Valor do TC	Situação
Sobral	CE	Restauração do Museu Dom José	01496.000435/2019-19	R\$ 2.225.252,09	7º Aditivo
Diamantina	MG	Requalificação urbanística do Largo Dom João e Praça Sagrado Coração de Jesus	01514.000411/2019-96	R\$ 8.524.571,33	4º Aditivo



Municípios	UF	Descrição da intervenção	Processo SEI (nº)	Valor do TC	Situação
Recife	PE	Restauração da Igreja de São José do Ribamar e entorno (Projeto do edifício)	01498.002270/2016-49	R\$ 305.391,93	6º Aditivo
Recife	PE	Requalificação do Mercado São José	01498.002441/2014-78	R\$ 487.200,85	18º Aditivo
Recife	PE	Restauração do Conjunto do Carmo - entorno (projetos)	01498.002707/2014-82	R\$ 1.088.615,35	8º Aditivo
Vassouras	RJ	Restauração da antiga Casa do Barão de Vassouras (c. 1850) - Casa do Patrimônio e sede do Iphan	01429.000018/2016-19	R\$ 10.923.193,15	2º Aditivo
Congonhas	MG	Restauração e requalificação do edifício da Romaria	01514.000819/2014-53	R\$ 19.330.610,38	6º Aditivo
São Cristóvão	SE	Restauração do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão	01504.001288/2014-35	R\$ 1.422.413,59	9º Aditivo
Vassouras	RJ	Restauração dos sete chafarizes do Centro Histórico (1842 a 1872)	01500.000884/2014-38	R\$ 49.895,30	20º Aditivo
Fernando de Noronha	PE	Conservação e revitalização do Forte São Pedro do Boldró	01498.001430/2014-71	R\$ 242.212,31	21º Aditivo
Fernando de Noronha	PE	Conservação e revitalização do Forte Santo Antônio	01498.001431/2014-15	R\$ 242.212,31	21º Aditivo
Santo André	SP	Etapa 1 - Restauração de 93 imóveis - Vila Martin Smith.	01450.004630/2014-21	R\$ 31.168.434,61	4º Aditivo
Mariana	MG	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia - Câmara de Vereadores	01514.001193/2016-64	R\$ 2.585.237,53	2º Aditivo
Mariana	MG	Restauração da Igreja de Santana	01450.004578/2014-11	R\$ 40.162,50	11º Aditivo
Mariana	MG	Restauração da Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte	01450.004573/2014-81	R\$ 101.634,11	10º Aditivo
Mariana	MG	Restauração da Igreja Nossa Senhora das Mercês	01450.004581/2014-27	R\$ 79.274,83	12º Aditivo
Porto Alegre	RS	Restauração da antiga sede dos Correios - Memorial do Rio Grande do Sul e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	01512.002174/2014-11	R\$ 374.924,00	18º Aditivo
Fernando de Noronha	PE	Conservação e revitalização das ruínas e pátios seculares da Vila dos Remédios	01450.004473/2014-54	R\$ 649.205,74	20º Aditivo
Mariana	MG	Restauração da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte e do Centro Cultural do ICHS/UFOP	01450.004579/2014-58	R\$ 89.843,63	12º aditivo
Mariana	MG	Restauração da Igreja de São Caetano	01450.004574/2014-25	R\$ 113.551,67	12º Aditivo
Sobral	CE	Restauração do Teatro Apolo - implantação do Instituto de Urbanismo de Sobral	01496.001583/2013-57	R\$ 388.242,97	7º Aditivo
Corumbá	MS	Restauração do casarão do ILA - Instituto Luiz de Albuquerque	01401.001014/2015-85	R\$ 3.269.330,51	3º Aditivo
Sobral	CE	Restauração do Abrigo Sagrado Coração de Jesus	01496.000434/2019-66	R\$ 3.042.056,65	5º Aditivo
São Cristóvão	SE	Restauração da Igreja N. Sra. do Amparo	01504.001205/2015-99	R\$ 1.611.700,91	4º Aditivo
Mariana	MG	Restauração da Capela de N. S. Rainha dos Anjos/Arquiconfraria de São Francisco	01450.004577/2014-69	R\$ 94.348,65	13º Aditivo
Cuiabá	MT	Restauração da Igreja Senhor dos Passos	01450.004626/2014-63	R\$ 115.000,00	13º Aditivo
João Pessoa	PB	Restauração do antigo Conventinho - Casa das Artes	01408.000401/2014-53	R\$ 3.137.821,54	6º Aditivo
Congonhas	MG	Implantação do Parque da Romaria - 3ª Etapa	01514.001736/2019-96	R\$ 6.012.682,81	2º Aditivo

Municípios	UF	Descrição da intervenção	Processo SEI (nº)	Valor do TC	Situação
São Cristóvão	SE	Restauração do Convento São Francisco	01504.001287/2014-91	R\$ 1.572.546,43	9º Aditivo
Santo André	SP	Restauração da Antiga Sede da Associação Recreativa Lyra da Serra (Cine Lyra) - Cinema	01450.004654/2014-81	R\$ 1.383.169,05	4º Aditivo
Congonhas	MG	Restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos - Elementos artísticos	01514.003333/2015-58	R\$ 2.703.018,29	10º Aditivo
Congonhas	MG	Restauração da Igreja Matriz de Nossa Sra. da Conceição	01514.000598/2014-13	R\$ 1.611.026,14	13º Aditivo
Congonhas	MG	Restauração da Igreja do Rosário	01514.000684/2014-26	R\$ 1.085.668,99	12º Aditivo
Santo André	SP	Reconstrução de imóvel incendiado na região do Hospital Velho (R. Dr. Marun, 313)	01450.004632/2014-11	R\$ 451.946,05	6º Aditivo
João Pessoa	PB	Revitalização do Antigo Porto do Capim - Restauração da Antiga Alfândega - Museu da Cidade	01408.000524/2014-94	R\$ 1.063.042,70	9º Aditivo
João Pessoa	PB	Revitalização do Antigo Porto do Capim - Restauração da Antiga Fábrica de Gelo - Centro de Apoio a Eventos e Visitantes	01408.014200/2014-33	R\$ 524.561,84	8º Aditivo
Mariana	MG	Restauração da Casa Capitular - Museu de Arte Sacra PROJETO MUSEO-GRAFICO	01450.004412/2014-97	R\$ 475.659,49	13º Aditivo

Fonte: CPLAC, 2024.

Prestação de contas

A prestação de Contas é a demonstração de que os recursos públicos, que foram transferidos a uma entidade num determinado período, foram aplicados para o fim inicialmente pactuado no instrumento celebrado. Nesse cenário, ao todo, no ano de 2023, foram elaborados 9 Relatórios de Prestações de Contas por esta coordenação, com o objetivo de averiguar a correta aplicação dos recursos públicos transferidos do Orçamento Geral da União (OGU), no âmbito do PAC Cidades Históricas, de acordo com o detalhado na Tabela 4.3.9.3.3, abaixo.

Tabela 4.3.9.3.3 Detalhamento das ações que tiveram Prestação de Contas em 2023

Município	Descrição da intervenção	Processo SEI (nº)	Valor do TC	Valor do Contrato	Documento elaborado
Mariana/MG	Requalificação do Prédio da Antiga Prefeitura - Centro Cultural de Artesanato	01450.004410/2014-06	R\$ 479.188,46	R\$ 479.188,46	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
Mariana/MG	Restauração do Sobrado da Rua Direita, nº. 61/65 - Implantação do Museu	01450.004433/2014-11	R\$ 406.600,00	R\$ 406.600,00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
Mariana/MG	Restauração da Capela de Santo Antônio e requalificação do Largo	01450.004411/2014-42	R\$ 118.477,23	R\$ 117.842,23	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
Mariana/MG	Restauração da Igreja Nossa Senhora das Mercês	01450.004581/2014-27	R\$ 79.274,83	R\$ 78.441,50	PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL COMPLEMENTAR
Estado do Rio Grande do Sul/RS	Restauração e Adequação do Museu Júlio de Castilhos	01512.002176/2014-01	R\$ 230.375,22	R\$ 221.617,82	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
Recife/PE	Projeto de Requalificação do Mercado de São José	01498.002441/2014-78	R\$ 487.200,85	R\$ 440.291,28	PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL
Mariana/MG	Projeto de Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	01450.004570/2014-47	R\$ 102.275,90	R\$ 101.775,90	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL



Município	Descrição da intervenção	Processo SEI (nº)	Valor do TC	Valor do Contrato	Documento elaborado
Mariana/MG	Requalificação do Prédio da Antiga Prefeitura - Centro Cultural de Artesanato	01450.004410/2014-06	R\$ 479.188,46	R\$ 479.188,46	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
Sobral/CE	Contratação de obra para Restauração da Igreja Menino Deus	01496.000769/2016-31	R\$ 998.200,70	R\$ 908.178,99	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
Florianópolis-SC	Obra de Requalificação Urbana do Entorno da Ala Sul do Mercado Público Municipal	01510.002766/2013-64	R\$ 9.556.196,39	R\$ 9.556.196,39	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

Fonte: CPLAC, 2024.

4.3.9.4 - Situação Atual

Coordenação de Projetos e Obras (COPRO)

Situação Atual janeiro das Obras do Iphan – 2024 no âmbito da Coordenação de Projetos e Obras (COPRO).

Tabela 4.3.9.4 Situação Atual das obras do Iphan, em janeiro de 2024, em termos quantitativos

Situação Atual
118 obras finalizadas, acumulado desde o início do Programa
26 etapas de obras entregues*
13 obras físicas atualmente em execução
21 projetos atualmente em desenvolvimento

Fonte: CPLAC, 2024.

*A título de esclarecimento, ressalta-se que, em atenção às informações prestadas no último Relatório de Gestão, relativas à execução acumulada até janeiro/2023, o número de etapas de obras entregues diminuiu, o que ocorre à medida que todas as etapas de uma mesma obra são finalizadas, e então a contabilização da entrega passa a ser sobre a obra como um todo e desconsidera-se as entregas parciais de etapas.

Gráfico FF – 4.3.9.4 Situação atual dos empreendimentos relacionados à Ação Orçamentária 5538, em termos quantitativos



Fonte: COPRO/CGPE/DAEI

Coordenação de Planejamento e Controle (CPLAC)

Atualmente, dentro do Novo PAC, no âmbito da Ação Orçamentária 5538, existem 17 intervenções em processo de contratação, com um montante de R\$ 90.498.464,85 (noventa milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), dos quais R\$ 14.047.767,11 (quatorze milhões, quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e sete reais e onze centavos) foram empenhados em 2023, conforme o detalhado na Figura, abaixo.



Fonte: DAEI, 2024.

PAC Seleções

O Novo PAC é destacado como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento cultural, fortalecendo as raízes brasileiras por meio da restauração e valorização do patrimônio nacional. Com esse propósito, foi realizado chamamento público PAC Seleções com objetivo de selecionar propostas relacionadas a bens acautelados para a elaboração de projetos de arquitetura, engenharia e complementares visando sua proteção e promoção. O chamamento foi destinado à administração pública direta dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal, abrangendo bens acautelados pelo Iphan conforme as especificações do [Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937](#), da [Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961](#), da [Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000](#), da [Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007](#) e de normativos do Iphan. A ausência de projetos técnicos executivos imediatos para as intervenções em bens culturais acautelados motivou este chamamento. Projetos financiados pelo Novo PAC tornam-se fundamentais para garantir intervenções responsáveis e preservar a autenticidade dos bens culturais. A ênfase na elaboração de projetos de arquitetura e engenharia atende a demandas históricas e emergentes de preservação. O chamamento público recebeu 817 propostas de 377 proponentes espalhados por 361 municípios, conforme detalha a imagem abaixo.



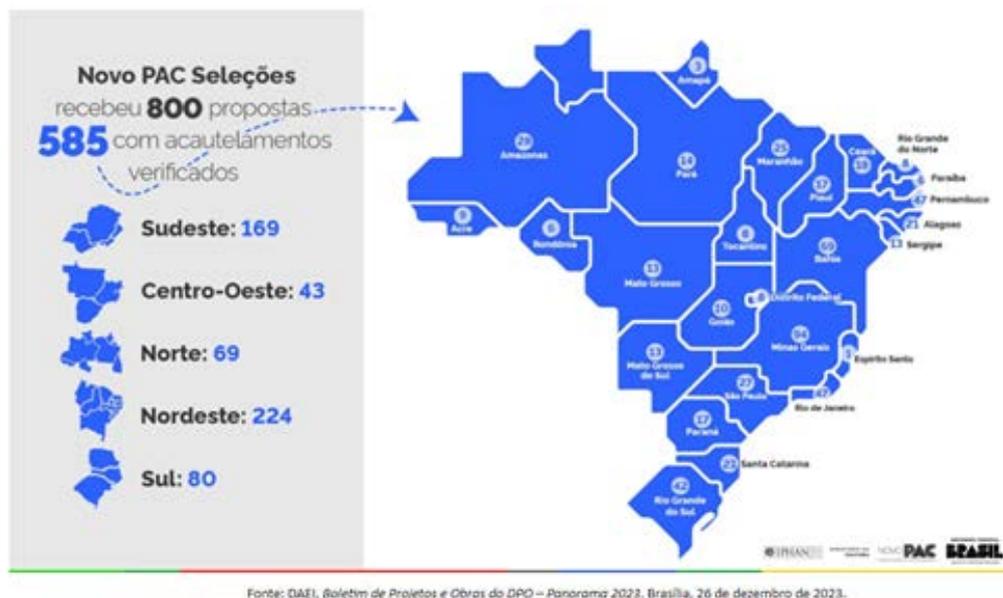
O chamamento, ao priorizar o patrimônio cultural brasileiro, reflete uma estratégia ampla de fortalecimento das infraestruturas culturais e turísticas, promovendo a vivência e a apropriação de espaços públicos para uma inclusão social efetiva e ampliação do acesso à cultura. A seleção contempla bens tombados, patrimônio arqueológico, bens registrados e bens valorados, abrangendo diferentes formas de acautelamento pelo Iphan. Os beneficiados incluem bens imóveis, móveis integrados, entorno dos bens imóveis e edificações de suporte às atividades voltadas aos bens registrados. Assim as 817 propostas recebidas foram analisadas para



verificação de enquadramento ou não nos quesitos estabelecidos: 232 propostas não se enquadravam nos quesitos, enquanto 585 estavam enquadradas, conforme pode ser verificado na imagem abaixo.



Das propostas enquadradas, mais da metade, 67,18%, concentraram-se nas regiões nordeste e sudeste, conforme detalhado na Figura, disposto a seguir.



4.3.9.5 - Instrumentos

Coordenação de Projetos e Obras (COPRO)

No âmbito do PAC Cidades Históricas, as ações são executadas por meio dos seguintes instrumentos:

- Contratos de Execução Direta firmados pelas Superintendências Estaduais;
- Termos de Compromisso firmados junto a outros entes integrantes das administrações públicas direta e indireta dos municípios e estados;
- Termos de Execução Descentralizada firmados junto a outros entes da esfera federal;
- Contratos firmados junto à Caixa Econômica Federal (CAIXA), como mandatária da União, para a operacionalização de Ações.

Tabela 4.3.9.5.1 Relação de Entregas em 2023, referentes ao - PAC-CH Ação Orçamentária 5538 (em R\$)

Entregas em 2023					
Programa	Ação	Local	Tipo	Valor de Investimento	Entrega
PAC-CH	Restauração dos Bens Integrados da Igreja de São Pedro dos Clérigos	Recife/PE	Etapa de obra	R\$ 4.745.122,40	10/03/2023
PAC-CH	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia - Câmara de Vereadores	Mariana/MG	Obra	R\$ 1.968.999,49	02/08/2023
PAC-CH	Restauração do Campo de Futebol - Serrano Atlético Clube (1903)	Santo André/SP	Obra	R\$ 3.927.760,26	22/07/2023
PAC-CH	Requalificação urbanística do entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo	São Miguel das Missões/RS	Etapa de Obra	R\$ 7.864.958,23	18/12/2023
PAC-CH	Restauração da Igreja das Dores	Sobral/CE	Projeto	R\$ 59.950,00	06/06/2023
PAC-CH	Restauração do antigo Diamantina Tênis Clube	Diamantina/MG	Projeto	R\$ 136.354,84	30/06/2023
PAC-CH	Restauração da Igreja de Santana	Mariana/MG	Projeto	R\$ 39.662,50	28/09/2023
PAC-CH	Restauração da Igreja de São Francisco	São João del-Rei/MG	Projeto	R\$ 171.291,03	01/06/2022
PAC-CH	Requalificação Arquitetônica do Clube Ivituruy - implantação do Centro Cultural de Serro e Centro Administrativo	Serro/MG	Projeto	R\$ 99.689,77	23/05/2023
PAC-CH	Requalificação do Mercado São José	Recife/PE	Projeto	R\$ 440.291,28	19/12/2023
PAC-CH	Restauração da antiga sede dos Correios - Memorial do Rio Grande do Sul e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	Porto Alegre/RS	Projeto	R\$ 374.924,00	28/11/2023
PAC-CH	Restauração da Sede da Prefeitura Municipal	São Cristóvão/SE	Projeto	R\$ 65.463,79	30/06/2023

Fonte: CPC/CGPP/DAEI

Observação: Como critério para considerar um projeto entregue, no caso dos projetos do PAC, foi considerada a emissão da nota técnica de aptidão do mesmo para receber recursos do programa. No caso de projetos do PAC que já foram concluídos e tiveram outras destinações, foram considerados outros documentos que demonstrassem sua conclusão, como termos de recebimento definitivo.

Tabela 4.3.9.5.2 Relação de obras em execução, de 2023, referentes ao - PAC-CH - Ação Orçamentária 5538 (em R\$)

Obras em execução - 2023			
Programa	Ação	Local	Valor de Investimento
PAC-CH	Restauração do Museu Dom José	CE	R\$ 2.035.905,39
PAC-CH	Restauração do Abrigo Sagrado Coração de Jesus	CE	R\$ 2.926.808,29
PAC-CH	Restauração do Teatro Apolo - implantação do Instituto de Urbanismo de Sobral	CE	R\$ 384.360,40
PAC-CH	Restauração do imóvel da R. 14 de Julho - Teatro Tablado - UFMA	MA	R\$ 3.216.198,18
PAC-CH	Restauração e requalificação do edifício da Romaria (Centro Cultural) e Teatro Dom Silvério Gomes Pimenta	MG	R\$ 19.254.510,16
PAC-CH	Implantação do Parque da Romaria - 3ª etapa	MG	R\$ 6.012.682,81
PAC-CH	Restauração do antigo Conventinho - Casa das Artes	PB	R\$ 2.892.897,40
PAC-CH	Restauração do Palácio Gustavo Capanema - Centro Lúcio Costa	RJ	R\$ 67.434.940,71
PAC-CH	Restauração da antiga Casa do Barão de Vassouras (c. 1850) - Casa do Patrimônio	RJ	R\$ 8.965.700,32

Obras em execução - 2023			
Programa	Ação	Local	Valor de Investimento
PAC-CH	Etapa final da obra do Antigo Grande Hotel	RS	R\$ 8.741.500,00
PAC-CH	Restauração da Igreja N. Sra. do Amparo	SE	R\$ 1.175.813,15
PAC-CH	Restauração da Antiga Sede da Associação Recreativa Lyra da Serra (Cine Lyra) - Cinema	SP	R\$ 1.383.169,05
PAC-CH	Reconstrução de imóvel incendiado na região do Hospital Velho (R. Dr. Marun, 313)	SP	R\$ 1.461.629,29

Fonte: CPC/CGPP/DAEI

Observação: As etapas de obras correspondentes às pinturas externas, esquadrias e imaginárias das Igrejas de Nossa Senhora da Conceição, Bom Jesus de Matozinhos e Rosário, todas em Congonhas/MG e a Obra de Restauo do Theatro Sete de abril, em Pelotas/RS, que constavam como em execução no último relatório. Entretanto, em que pesem estarem concluídas, ainda não foram inauguradas e oficialmente entregues às respectivas comunidades, motivo pelo qual não constam no quadro de entregas.

A obra de Restauração do Casarão do Instituto Luiz de Albuquerque (ILA), em Corumbá/MS, e a obra de Restauração do antigo Fórum - Casa do Barão do Ribeirão (1860), em Vassouras/RJ, constavam como em execução no último relatório, mas foram paralisadas, de modo que não constam no quadro atual.

Tabela 4.3.9.5.3 Relação de projetos em execução de 2023, referentes ao - PAC-CH - Ação Orçamentária 5538 (em R\$)

Obras em execução - 2023			
Programa	Ação	Local	Valor de Investimento
PAC-CH	Restauração e adaptação do Paleete da R. Formosa, 46 - Sec. Mun. de Turismo	MA	R\$ 181.081,61
PAC-CH	Restauração do Sobrado da R. Portugal, 303 - Secretaria do Estado da Cultura	MA	R\$ 105.426,74
PAC-CH	Restauração e Readaptação dos imóveis nº 135 da Rua de Nazaré	MA	R\$ 155.084,54
PAC-CH	Restauração da Igreja de Santo Antônio	MA	R\$ 166.136,93
PAC-CH	Restauração do Sobrado à Rua do Giz esquina com Rua 14 de Julho - Escola de Música da UEMA	MA	R\$ 136.962,04
PAC-CH	Restauração do sobrado da Praça Antônio Lobo - Casa do Estudante - UEMA	MA	R\$ 73.103,95
PAC-CH	Restauração da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte e do Centro Cultural do ICHS/UFOP	MG	R\$ 89.510,30
PAC-CH	Restauração da Igreja de São Caetano	MG	R\$ 113.385,00
PAC-CH	Restauração da Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte	MG	R\$ 100.967,44
PAC-CH	Restauração da Igreja Nossa Senhora das Mercês	MG	R\$ 78.441,50
PAC-CH	Restauração da Capela de N. S. Rainha dos Anjos/Arquiconfraria de São Francisco	MG	R\$ 93.848,65
PAC-CH	Restauração do Complexo Ferroviário - Etapas 2 e 3	MG	R\$ 668.382,74
PAC-CH	Revitalização da Feira Ver-o-Peso	PA	R\$ 564.876,44
PAC-CH	Conservação e revitalização das ruínas e pátios seculares da Vila dos Remédios	PE	R\$ 620.600,07
PAC-CH	Conservação e revitalização do Forte Santo Antônio	PE	R\$ 202.713,85
PAC-CH	Conservação e revitalização do Forte São Pedro do Boldró	PE	R\$ 202.713,85
PAC-CH	Restauração do Edifício da Igreja de São José do Ribamar (monumento)	PE	R\$ 275.925,67
PAC-CH	Restauração do Casarão do Museu Casa da Hera e anexos - Item 1: Elaboração de projetos executivos para ampliação, modernização, bem como a restauração do Museu Casa da Hera e seus anexos e Item 2: Projeto museográfico	RJ	R\$ 970.294,87

Obras em execução - 2023			
Programa	Ação	Local	Valor de Investimento
PAC-CH	Restauração dos sete chafarizes do Centro Histórico (1842 a 1872)	RJ	R\$ 49.500,00
PAC-CH	Requalificação da Pça. Cel. Pedro Osório e travessias acessíveis (Etapa final)	RS	R\$ 232.784,48
PAC-CH	Restauração do Complexo Ferroviário - projetos complementares e executivos	SE	R\$ 167.584,61
PAC-CH	Restauração dos prédios da Estação Ferroviária e Capelinha e requalificação urbanística de sua esplanada	SE	R\$ 117.310,07

Fonte: CPC/CGPP/DAEI.

Observação: Com a adoção dos critérios mencionados na observação abaixo da Tabela 4.3.9.5.1, foi verificado que alguns dos projetos que constavam como em execução no último relatório emitido já haviam sido concluídos em anos anteriores. São eles, o “Projeto para a implantação de estrutura de apoio náutico Trapiche/Pier para os fortes do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina”; o “Projeto de Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia de São Cristóvão/SE” e o “Projeto de Restauração do Sobrado do Balcão Corrido concluído” concluídos em 2020; o “Projeto de Restauração da Igreja do Senhor do Bonfim de São João Del-Rei”; o “Projeto de Restauração da Igreja de São Francisco de São João Del-Rei” e o “Projeto de Restauração da Igreja de São Francisco de Assis e da Casa do Conde de Assumar - Museu da Cidade de Mariana/MG”, concluídos em 2022.

4.3.10 - Ações relativas ao Licenciamento Ambiental

No ano de 2023 tramitaram cerca de 870 processos na Coordenação Nacional de Licenciamento (CNL), sobre a Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural, Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e demais processos afins.

Ao todo, foram consolidadas 4.046 Fichas de Caracterização de Atividade (FCAs) de empreendimentos, gerando:

- 1.735 Estudos de Avaliação de Impacto aos Bens Arqueológicos;
- 62 Relatórios de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Registrados; e
- 29 Relatórios de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados.

Foram coordenados 84 Termos de Ajustamento de Conduta, sendo 80 de processos estaduais e 4 de processos nacionais.

Ademais, de modo a compilar outras ações realizadas pela Coordenação-Geral em 2023, demonstra-se a Tabela 4.3.10, abaixo:

Tabela 4.3.10 Demais ações realizadas pela Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CNL), em 2023

Relatório de Atividades de Gestão (2023) da Coordenação Nacional de Licenciamento (CNL)
Aumento da articulação, diálogo e fortalecimento do órgão com visitas institucionais de apoio às Superintendências do Iphan nos Estados;
Ampliação da participação da sociedade, em consulta às comunidades indígenas do Xingu, no âmbito de processos de licenciamento ambiental (processo SEI nº 01450.003952/2023-44);
Participação na 9ª Reunião de Governança Geral do Território Indígena do Xingu (Processo SEI nº 01450.003952/2023-44);
Coordenação da Revisão da Instrução Normativa Iphan nº 1, de 25 de março de 2015 (Processo SEI nº 01450.002368/2023-71);
Promoção de diálogos internos sobre a avaliação de impacto e o licenciamento ambiental com servidores do Iphan, especialistas, Ministérios e público interessado;
Ampliação de ferramentas eficientes com o desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural (SAIP) - fase final do Módulo I;
Pactuação interna com a realização do Seminário: Encontro Nacional de Proteção ao Patrimônio Cultural no Licenciamento Ambiental (Processo SEI nº 01450.006533/2023-64);
Promoção das políticas públicas do Iphan com a participação da CNL no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e nos principais eventos da área do licenciamento ambiental no Brasil (Processo SEI nº 01450.001636/2023-38);
Promoção de ações para o fortalecimento institucional na proteção ao patrimônio cultural no Novo PAC - Programa de Aceleração do Crescimento; e
Acordos de Cooperação entre Iphan e órgãos ambientais municipais e estaduais para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, no âmbito do licenciamento ambiental.

Fonte: CNL/DAEI



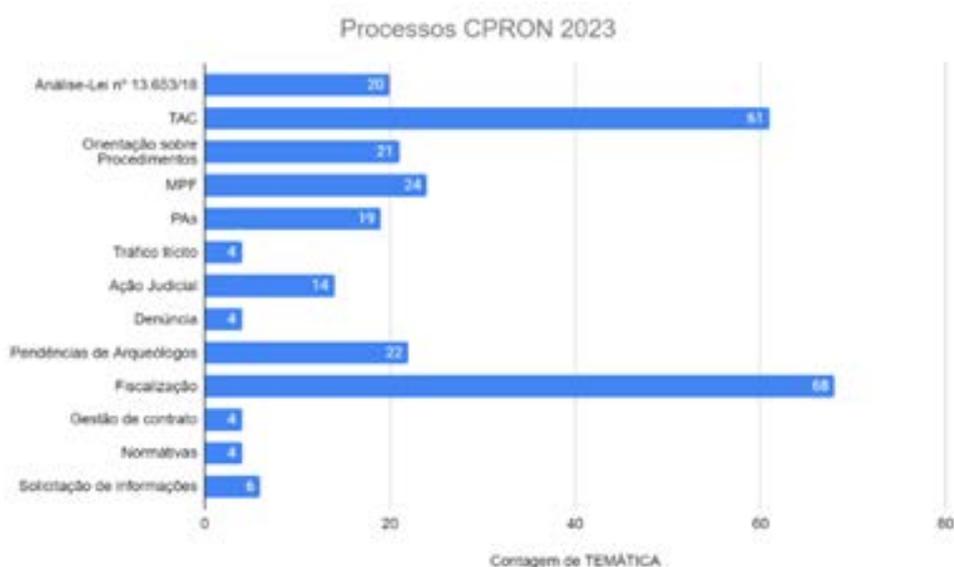
4.3.11 - Ações na área de Arqueologia

O Centro Nacional de Arqueologia (CNA) é unidade competente para elaborar políticas e estratégias para a preservação do Patrimônio Arqueológico Brasileiro em respeito à [Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961](#) e à [Constituição Federal Brasileira de 1988](#), por intermédio da modernização dos instrumentos normativos; da autorização das pesquisas arqueológicas em todo o território nacional; do cadastramento dos sítios arqueológicos e bens arqueológicos móveis; do gerenciamento de base de dados e da implementação de políticas e atividades direcionadas para conservação e socialização do patrimônio arqueológico. Atualmente, esta Unidade Especial está vinculada administrativamente ao Departamento de Ações Estratégicas e Intersectoriais (DAEI), desde a publicação da [Portaria Iphan nº 141, de 2023](#), a qual aprova o Regimento Interno deste Instituto e dá outras providências.

Atualmente, o CNA está estruturado em uma Direção, quatro Coordenadorias e um Serviço Técnico: Coordenação de Proteção e Normatização (CPRON), Coordenação de Identificação e Reconhecimento (COIR), Coordenação de Socialização e Conservação (COSOC), Coordenação de Articulação e Gerenciamento de Dados (COGED) e Serviço de Registro e Cadastro de Dados (SREC). Esta organização reflete os principais eixos norteadores da preservação: a identificação, interpretação, proteção, normatização, autorização, fiscalização, conservação, promoção e difusão dos bens arqueológicos.

Em 2023, este Centro recebeu 5.195 processos com diversas demandas relacionadas ao componente arqueológico e assuntos administrativos/gerais, abaixo pormenorizados: A Coordenação de Proteção e Normatização (CPRON/CNA) analisou 348 processos, sendo distribuídos, conforme demonstrado no Gráfico 4.3.11.1, abaixo:

Gráfico GG – 4.3.11.1 Quantidade de processos tramitados na CPRON, por matéria, em 2023



Fonte: CNA/DAEI

A COIR analisou cerca de 3.032 processos referentes a projetos e relatórios de pesquisas nos processos de identificação e reconhecimento de sítios arqueológicos. Em 2023 foram concedidas cerca de 2.338 Portarias autorizativas para a execução de pesquisas arqueológicas em território nacional, competência exclusiva desta Unidade Especial, em atenção à Lei nº 3.924/1961. Tais pedidos, por sua vez, devem ser realizados na forma de Projetos de Pesquisa que precisam atender aos critérios estabelecidos pela [Portaria SPHAN nº 7, de 1 de dezembro de 1988](#). Caso as pesquisas estejam relacionadas ao Licenciamento Ambiental, os critérios dispostos na [Instrução Normativa Iphan nº 1, de 25 de março de 2015](#), também devem ser observados. Assim, mais abaixo, segue o Gráfico 4.3.11.2 que identifica o quantitativo de Portarias expedidas em 2023, discriminadas por:

(a) Indicação de abrangência, relativa à circunscrição Nacional ou das Superintendências do Iphan nos Estados da Federação Brasileira. E, conforme demonstrado pelo gráfico, pode-se verificar que houve um aumento de 90% na emissão de Portarias de circunscrição Nacional no ano de 2023, em relação ao ano de 2022;

(b) Enquadramento/finalidade.

Gráfico HH – 4.3.11.2 Quantidade de Portarias de Pesquisas Arqueológicas Autorizadas pelo Iphan entre 2022 e 2023

Fonte: CNA/DAEI

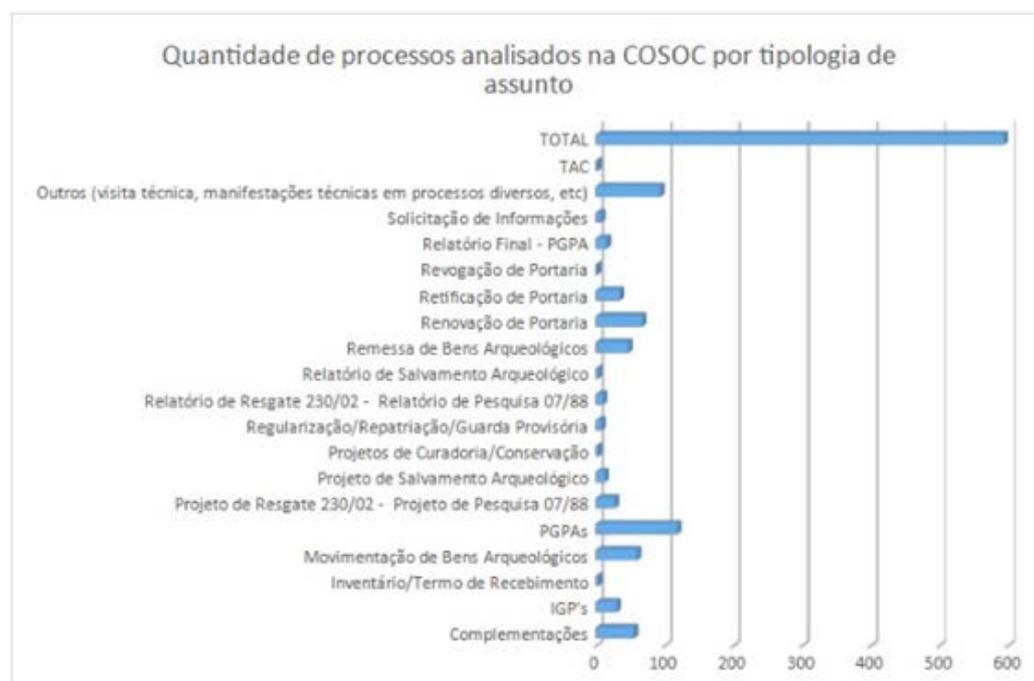
Gráfico II – 4.3.11.3 Quantidades de Portarias de Pesquisas Arqueológicas emitidas pelo Iphan - 2023 (Nacionais x Estaduais)

Fonte: CNA/DAEI

A COIR também atuou solidariamente dando apoio às unidades descentralizadas do Iphan nos estados de Minas Gerais/ MG e Piauí/PI, fornecendo assistência nas análises, fiscalizações e manifestações para o componente arqueológico, nos processos vinculados ao Licenciamento ambiental. Além disso, foram realizadas fiscalizações em sítios arqueológicos e empreendimento nos estados do Amapá/AP, Mato Grosso do Sul/MS e Piauí/PI. Em complementação, informa-se que representante da COIR participou junto ao CNL, DEPAM e Iphan/MT, de processo de consulta às comunidades indígenas do Xingu, no âmbito do processo de licenciamento ambiental SEI nº 01450.003952/2023-44.

A COSOC analisou 594 processos em 2023, sendo distribuídos conforme demonstrado no Gráfico 4.3.11.4, abaixo:

Gráfico JJ – 4.3.11.4 Quantidade de processos analisados na COSOC, por tipologias de assunto, em 2023



Fonte: CNA/DAEI

Por fim, o SREC recebeu e analisou 397 processos em 2023, sendo que desses, 373 correspondem a processos de cadastramento e recadastramento de sítios arqueológicos, enquanto os demais 24 processos correspondem a demandas variadas, em especial solicitação de informações via Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC). Outras demandas ainda, como o auxílio na gestão e evolução de sistemas e bases de dados do Iphan, em especial aquelas relacionadas ao Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), não entraram nessa conta.

Em 2023, o SREC cadastrou e homologou um total de 3.468 sítios arqueológicos no SICG, atual sistema que comporta o cadastro nacional de sítios arqueológicos, conforme estabelecido na [Portaria Iphan nº 375, de 19 de setembro de 2018](#). Esse montante corresponde, tanto a novos sítios identificados e reconhecidos em 2023, como também a sítios já conhecidos anteriormente e inseridos agora no SICG por meio das diversas ações de recadastramento levadas a cabo durante o corrente ano. O estado que mais registrou sítios foi São Paulo/SP (com um total de 708 sítios), seguido por Bahia/BA (com 522 sítios), e Paraná/PR (com 407).

Tabela 4.3.11 Quantidade de sítios arqueológicos cadastrados no SICG em 2023, por UF

Estados	UF	Quantidade de sítios cadastrados
Acre	AC	72
Alagoas	AL	131
Amapá	AP	6
Amazonas	AM	56
Bahia	BA	522
Ceará	CE	145
Distrito Federal	DF	1
Espírito Santo	ES	10
Goiás	GO	31
Maranhão	MA	12
Mato Grosso	MT	95
Mato Grosso do Sul	MS	10
Minas Gerais	MG	124
Pará	PA	52

Estados	UF	Quantidade de sítios cadastrados
Paraíba	PB	86
Paraná	PR	407
Pernambuco	PE	335
Piauí	PI	220
Rio de Janeiro	RJ	17
Rio Grande do Norte	RN	106
Rio Grande do Sul	RS	141
Rondônia	RO	21
Roraima	RR	6
Santa Catarina	SC	94
São Paulo	SP	708
Sergipe	SE	32
Tocantins	TO	28
Quantidade Total	-	3468

Fonte: CNL/DAEI

Ainda no tocante ao cadastramento de sítios arqueológicos, neste ano, a CPRON foi responsável pela Gestão de Contratos de Planos de Ação de Recadastramento de Sítios Arqueológicos nos Estados do Espírito Santo/ES, de Goiás/GO, do Mato Grosso/MT e do Amazonas/AM. Inicialmente, o investimento previsto totalizou o valor de R\$ 4.556.102,26 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e dois reais e vinte e seis centavos). Entretanto, finalizados os processos de licitação, os valores a empenhar totalizaram a quantia de R\$ 2.126.817,06 (dois milhões, cento e vinte e seis mil, oitocentos e dezessete reais e seis centavos).

Assim, em relação ao Indicador Estratégico 17 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021-2024) no âmbito do Iphan, resta pendente o recadastramento de 5.014 sítios arqueológicos para o atendimento do recadastramento de 100% dos sítios até 2024.

Em 2023, o SREC, em conjunto com a COSOC, integrou o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda (CNIGP) ao SICG. Com isso, as informações sobre as Instituições de Guarda e Pesquisa (IGPs) podem ser mais facilmente acessadas, tanto pelas(os) técnicas(os) e analistas do Iphan, quanto pelo público externo. Informações, tais como a condição de aptidão das IGPs, contatos e endereços, entre outras, podem agora ser mais facilmente acessadas e filtradas por meio dos campos disponíveis na nova tela do SICG de “Instituição de Guarda”.

Também vale ressaltar que a integração do CNIGP ao SICG permite a integração das informações sobre as IGPs às outras bases de dados e aos sistemas do Iphan (tal como o Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural (SAIP) e o Sistema de Fiscalização e Autorização (FISCALIS)), que agora podem acessar as informações diretamente dessa base de dados padronizada. A nova tela de “Instituição de Guarda” do SICG pode ser acessada por meio do caminho Auxiliar > Cadastro Básico > Instituição de Guarda, no portal do SICG (<https://sicg.iphan.gov.br/sicg/login>). Atualmente, o CNIGP conta com 205 instituições consideradas “Aptas” a receberem novos acervos arqueológicos, 51 instituições consideradas “Inaptas”, e 23 instituições consideradas “Aptas a receberem pequenos acervos”.

Gráfico KK – 4.3.11.5 Situação das Instituições de Guarda e Pesquisa cadastradas no CNIGP, em termos percentuais



Fonte: CNL/DAEI

Quanto ao orçamento relativo ao componente arqueológico, neste ano, este Instituto executou o valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), considerando ações executadas pela Área Central e Superintendências, conforme algumas abaixo listadas:

- Plano de Ação: Iphan/BA: Recadastramento de Sítios Arqueológicos de Naufrágios no Sul da Bahia – R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/PA: Identificação, inventário e elaboração de banco de dados dos acervos particulares de bens arqueológicos nos municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Tucuruí e Vigia, estado do Pará – R\$ 403.478,16 (quatrocentos e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos); UFPA;
- Plano de Ação: Iphan/MG: Cadastro e Recadastro de Sítios Arqueológicos localizados em Minas Gerais – R\$ 100.000,00 (cem mil reais) UFMG;
- Plano de Ação: Iphan/PI: Levantamento arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno para realização de cadastro/atualização de dados de sítios arqueológicos junto a Plataforma SICG/Iphan – R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); UNIVASF;
- Plano de Ação: Iphan/PR: Curadoria e análise de 739 objetos arqueológicos atualmente sob a guarda do Iphan/PR – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/PR: Projeto de diagnóstico e proposta de monitoramento para a conservação de bem arqueológico: canoa monóxila resgatada no sítio arqueológico de Cidade Real do Guairá – R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais) - (CPC, MUPA, CEPA, MAE, SAB, ABANT, entre outros), universidades (UFPR, UNIOESTE, UNILA);
- Plano de Ação: Iphan/RJ: Contratação de projeto de consolidação das ruínas do Sítio Arqueológico Vila Estrela - Magé/RJ. – R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/PI: Produção de 2 jogos educativos com o tema Patrimônio Arqueológico da Serra da Capivara: Jogo da Memória e Trilha – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/RS: Aquisição de caixas específicas para transporte de materiais arqueológicos. – R\$ 1.360,00 (um mil, trezentos e sessenta reais);
- Plano de Ação: Iphan/SE: Projeto e Execução de Serviços de Conservação em 13 sítios arqueológicos rupestres na região do Rio São Francisco/SE – R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/SE: Contratação de serviços de recadastramento de Sítios arqueológicos de Sergipe – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/TO: Serviços arqueológicos e urbano-paisagísticos nas Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Chapada da Natividade (Código Iphan/TO-1705102-BA-ST-00001) – R\$ 314.175,00 (trezentos e quatorze mil, cento e setenta e cinco reais);
- Plano de Ação: Iphan/TO: Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de conservação em seis sítios arqueológicos rupestres em Novo Acordo – TO – R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/TO: Contratação de empresa para realizar o recadastramento do Sítio Arqueológico Chapada dos Negros (TO-1702406-BA-ST-00022), em Arraias – TO – R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/TO: Complementação (aditivo) referente aos serviços de estabilização estrutural e consolidação do Sítio Arqueológico Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Chapada da Natividade/TO – R\$ 36.745,95 (trinta e seis mil, setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos);
- Plano de Ação: Iphan/AC: Programa de Educação Patrimonial no sítio arqueológico Jacó Sá – R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/AL: Escoramento estrutural e acessibilidade às ruínas do Lazareto, Praia do Francês, Marechal Deodoro/AL – R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);



- Plano de Ação: Iphan/AL: Projeto de sinalização e socialização de 18 sítios no complexo arqueológico Nova Esperança em Olho D'água do Casado/AL – R\$ 151.328,09 (cento e cinquenta e um mil, trezentos e vinte e oito reais e nove centavos);
- Plano de Ação: Iphan/AL: Projeto de sinalização e socialização do sítio arqueológico ruínas de São Bento em Maragogi/AL – R\$ 70.967,00 (setenta mil, novecentos e sessenta e sete reais);
- Plano de Ação: Iphan/CE: Adequação do acervo do Museu Comunitário Evaristo à Portaria Iphan nº 196/16, que dispõe sobre os critérios para aptidão de Instituição de Guarda e Pesquisa – R\$ 74.871,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais);
- Plano Ação: Iphan/BA: Conservação Interventiva de Sítios Arqueológicos de Arte Rupestre - R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/CE: Programa de educação patrimonial no Complexo de Sítios Arqueológicos 100000 da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Ibiapaba, CE – R\$ 94.890,00 (noventa e quatro mil, oitocentos e noventa reais);
- Plano de Ação: Iphan/DF: Coleção Patrimônio para Jovens – Arqueologia – R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/ES: Visitas guiadas de escolas de Serra, Vitória, Cariacica e Vila Velha ao Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado – R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais);
- Plano de Ação: Iphan/GO: Sinalização do sítio arqueológico Petróglypho de São Januário, Município de Jaraguá/GO (GO. Ni-54) – R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/GO: Diagnóstico para identificação e Sinalização de sítios arqueológicos no entorno do Petróglypho de Mara Rosa, Município de Mara Rosa/GO – R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- Plano de Ação: Iphan/GO: Exposição das pinturas e desenhos criados pelos visitantes da Mostra Goiás: 11 mil anos – R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e
- Plano de Ação: Iphan/PI: Proteção, conservação e socialização de 30 sítios arqueológicos localizados no Parque Nacional Serra da Capivara – R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

No tocante às ações em parceria com outras Unidades, este CNA participou de diversos Grupos de Trabalho e Comissões ao longo do ano de 2023, conforme detalhamento abaixo:

- Revisão e Aprimoramento da Instrução Normativa nº 1/2015, obtendo como resultado na primeira fase de viabilidade, um diagnóstico dos problemas afetos às especificidades do patrimônio arqueológico e elaborando propostas de soluções possíveis com vistas ao aperfeiçoamento deste dispositivo normativo. Importante se faz destacar que o CNA coordena 4 Comissões Temáticas, das 9 existentes. A saber: Comissão de Irregularidades e Responsabilização; Comissão de Caracterização e Enquadramento de empreendimentos; Comissão de Procedimento de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico; e Comissão de Gestão de Bens Arqueológicos.
- Confecção da Portaria de Tombamento de Quilombos (DEPAM/CGID);
- Avaliação de Projeto de Lei nº 1.868/21 - Fundo Nacional de Patrimônio Cultural (DAFE);
- Criação de Acordo de Cooperação Técnica para Fiscalização IBRAM/Iphan (DEPAM/CGAF);
- Elaboração de Diretrizes do Plano de Fiscalização 2024 (DEPAM/CGAF);
- Criação de material informativo para o Grupo de Trabalho Interdepartamental “Rotas dos Escravizados” (DEPAM);
- Grupo de Trabalho para o acompanhamento da atuação do Iphan, no âmbito da preparação da cidade de Belém/PA, para sediar a Conferência do Clima das Nações Unidas - COP 30;
- Diagnóstico de Gestão do Bens Móveis e Integrados;
- Grupo de Trabalho Patrimônio Cultural de Matriz Africana (PMAF);



- Ciclos de Oficinas e Debates virtuais (Encontro Nacional de Educação Patrimonial - Iphan);
- Grupo de Discussão organizado pelo GT de Acervos da SAB, o qual discute acervos não-institucionalizados/coleções particulares/museus comunitários;
- Aprimoramento e evolução do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (SAIP), do Iphan;
- Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul (CPC), integrando os seguintes GTs: Grupo de Trabalho dos Remanescentes das Fortificações da Bacia do Rio da Prata, Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Móveis; e
- Grupo de Trabalho para a institucionalização do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) deste Iphan, com representantes em comissões formadas em todas as fases do planejamento.

Este ano, o CNA também participou do acompanhamento e da organização das Reuniões da CPC do MERCOSUL, durante a presidência para o tempo do Brasil no segundo semestre de 2023.

No ano de 2023, o CNA também se fez representado na reinstalação do Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, bem arqueológico reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO; tendo participação ativa nas reuniões do referido Colegiado.

Quanto à realização e apoio desta Unidade na condução de eventos no presente ano, compete destacar os abaixo elencados:

- Fomento de Evento de Arqueologia Iphan/ES: IV Encontro Capixaba de Arqueologia (ENCA 2023);

Diárias para realização de encontro técnico e participação em evento comemorativo aos 40 anos do Reconhecimento das Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões/RS como Patrimônio Mundial;

- Realização do Encontro Nacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico no Iphan, evento que reuniu servidoras e servidores que atuam na área de arqueologia, com o intuito de se efetivar o alinhamento quanto ao planejamento das ações de arqueologia nesta autarquia;

- 11ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria – Considerado o maior prêmio da arqueologia brasileira, por reconhecer pesquisas acadêmicas que versem sobre a temática da preservação do patrimônio arqueológico. No ano de 2023, foram investidos a quantia de R\$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais), sendo R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) distribuídos entre os trabalhos vencedores nas cinco categorias que compõe o prêmio;

- Apoio na realização do IV Fórum do GT de Acervos Arqueológicos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), ocorrido por plataforma *on-line* desta autarquia em dezembro de 2023.



O CNA também foi convidado para integrar o grupo de especialistas que indicou os bens arqueológicos que compuseram a *Red List* brasileira; documento elaborado sob a coordenação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e lançado em fevereiro de 2023. As *Red Lists* não são listas de bens procurados, mas de tipologias de objetos protegidos por legislação federal e sob risco de tráfico ilícito, descritas e ilustradas com fotografias, para ajudar agentes fiscalizadores a terem repertório visual a

identificar possíveis movimentações ilegais. Portanto, tal publicação ajuda profissionais do universo das artes e do patrimônio cultural, assim como autoridades policiais ou mesmo cidadãos de todo o mundo a identificarem itens suscetíveis à comercialização ilegal. A publicação está disponível na internet em inglês e português.



No tocante a eventos de caráter nacional do ano de 2023, destaca-se, abaixo, alguns cuja representação desta Unidade foi convidada a participar como palestrante:

- I Simpósio Patrimônio Cultural Subaquático, no Museu Naval, no Rio de Janeiro/RJ e articulação e tratativas junto a Marinha para revisão da [Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986](#), e da [Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000](#);
- 10º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial, em Paraty/RJ;
- Cerimônia de abertura e integrante da mesa redonda “Licenciamento ambiental no Iphan: desafios e perspectivas na preservação e salvaguarda do patrimônio arqueológico e imaterial” no evento “Balaio do Patrimônio 2023”, promovido pelo Iphan/RN;
- Inauguração da obra de acessibilidade do complexo arqueológico do assentamento Nova Esperança, localizado no município de Olho D’Água do Casado/AL, bacia do Rio São Francisco;
- XVIII Semana de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ;
- Mesa solene de abertura do XXII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – Arqueologias Plurais, Políticas Patrimoniais e Desafios Contemporâneos - a partir da retomada do diálogo daquele Coletivo com o CNA;
- 14º encontro LASE-Líderes Ambientais no Setor de Energia, São Paulo/SP;
- Seminário “Sítio Arqueológico do Sahy: patrimônio nacional e da humanidade”, Sahy - Mangaratiba/RJ;
- Oficina para a definição do Equipamento Cultural do Sítio Patrimônio Mundial - Cais do Valongo, Rio de Janeiro/RJ;
- Evento em comemoração aos 40 Anos de reconhecimento como Patrimônio Mundial das Ruínas da Missão Jesuítica Guarani de São Miguel Arcanjo pela UNESCO, São Miguel das Missões/RS;
- Evento sobre Impacto das Mudanças Climáticas e resiliência à gestão de risco nos bens patrimoniais, parceria com ICOMOS, em meio virtual;
- III e IV Seminário Internacional sobre o processo de Candidatura da Chapada do Araripe ao Patrimônio Mundial: inclusão na Lista Indicativa brasileira, realizados em Nova Olinda/CE e Exú/PE.



No tocante a eventos de caráter internacional deste ano de 2023, destaca-se, abaixo, alguns, cuja participação desta Unidade foi indicada pelo Gabinete da Presidência deste Iphan:

- Lançamento da *Red List* Brasil e *workshop* com especialistas envolvidos no projeto e profissionais de organizações internacionais atuantes no combate ao tráfico ilícito de bens culturais, na cidade de São Paulo/SP;
- Seminário Latino-Americano sobre Arqueologia y Paleontología en la Gestión Pública 2023, organizado por el *Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio de Chile*, Santiago - Chile; e
- Oficina de construção de capacidade regional na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais e pela promoção museal”, organizado pela UNESCO em parceria com o Iphan e o IBRAM, realizado na Sala dos Arqueiros, no Paço Imperial, Rio de Janeiro/RJ.

Este Centro também se fez representado em ações de capacitação organizadas por outras Unidades desta autarquia, a partir do entendimento da necessidade de maior visibilidade para a área dentro da instituição; e considerando as interfaces entre as normativas relativas à preservação do Patrimônio arqueológico e as dos demais bens acautelados por este Iphan:

- Capacitação (18ª) nos procedimentos da [Portaria Iphan nº 187, de 11 de junho de 2010](#) – Fiscalização do Patrimônio Edificado/DEPAM;
- Capacitação (19ª) nos procedimentos da Portaria nº 187/2010 – Fiscalização do Patrimônio Edificado/DEPAM;
- Capacitação (3ª) nos procedimentos da [Portaria Iphan nº 80, de 7 de março de 2017](#) – Fiscalização de Comércio e Leilões de Obras de Arte e Antiguidades/DEPAM;
- 1º Encontro Técnico para Gestão da Preservação dos Bens Culturais Móveis e dos Elementos Integrados/DEPAM;
- Encontro Nacional de Educação Patrimonial/DECOF; e
- Encontro Nacional Proteção ao Patrimônio Cultural no Licenciamento Ambiental/CNL.

Neste ano, o CNA também integrou a Comissão de Mérito do Prêmio Rodrigo de Mello Franco Andrade, cujo mote foi “20 anos da [Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003](#): Educação, Democracia e Igualdade Racial”. Com inspiração na referida Lei nº 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, foram premiadas 15 ações de excelência no campo do Patrimônio Cultural brasileiro, realizadas entre os anos de 2019 e 2022, por meio de uma abordagem transversal de temas da educação, da democracia e da igualdade racial. A 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade recebeu um total de 374 inscrições, das quais 286 propostas foram habilitadas para a etapa estadual. Após reuniões das 27 Comissões Estaduais, 121 ações foram classificadas para a etapa nacional, cuja Comissão Técnica indicou, dentre essas, as 30 finalistas. Na última fase de avaliação do concurso, foram então selecionadas 15 ações vencedoras, contempladas com a premiação de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada.

Esta Unidade também participou da análise das 800 propostas do PAC Seleções apresentadas pelos interessados em elaborar projetos para viabilizar ações de preservação em bens culturais acautelados por esta autarquia; e cujas prioridades foram elencadas pelas Superintendências Estaduais deste Iphan. Esta Unidade também participou da banca de seleção das duzentas ações prioritárias, as quais posteriormente foram encaminhadas para avaliação da Diretoria Colegiada do Iphan, e conseguinte envio para

deliberação da Casa Civil/CGPAC. Das 800 propostas apresentadas, 593 se referem a bens tombados, 78 ao patrimônio arqueológico, 73 ao patrimônio imaterial e 56 ao patrimônio ferroviário, conforme imagem a seguir.



Por fim, compete chamar atenção para o fato de que o Diagnóstico da Arqueologia em conjunto com o “Relatório Final: encaminhamentos propostos no Encontro Nacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico - 2023”, constituir-se-ão norteadores para o planejamento desta Unidade para o ano de 2024 (cuja proposta será apresentada em momento oportuno, no início de 2024).

Novos tempos têm se apresentado no horizonte cultural, frente a uma gestão alinhada aos princípios constitucionais da democracia, das diversidades simbólicas, das representatividades étnico-raciais e de gêneros, assim como, das multivocalidades dos valores atribuídos aos bens culturais. E diante desses processos de (re)significações pelas sociedades contemporâneas das materialidades e das narrativas sobre o nosso passado em comum, deve-se buscar compreender as múltiplas interfaces do patrimônio cultural com os grupos formadores da sociedade brasileira - desde a sua condição de campo de disputas sociopolíticas até suas possibilidades como construções coletivas, nas quais devem ser observados e garantidos os modos de ser e de estar tradicionais e ancestrais. E é nesta perspectiva qualitativa que pretendemos avançar para o ano de 2024, almejando-se fortalecer a área do patrimônio arqueológico dentro da instituição; ao mesmo tempo que alavancar seu alcance para a sociedade brasileira, diversa e plural.

4.3.12 - Demais ações consideradas relevantes pelo Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais

Com o objetivo de aperfeiçoar as atividades estratégicas e técnicas realizadas pelo DAEI, ao longo de 2023, foram realizados o processo de contratação de empresa para a atualização de data-base de orçamentos defasados, a contratação de *software* orçamentário e a elaboração do Manual do Novo PAC.

Contratação de empresa para atualização de data-base

Com o objetivo de deixar apta planilhas orçamentárias com data-base defasadas, anteriormente aprovadas por este departamento ou próximas de aprovação técnica, foi elaborado termo de referência para a contratação de empresa para atualização de orçamentos, a fim de prestar serviços de atualização da data base de orçamentos de referência para a contratação de obras públicas de restauração de patrimônio material.

Contratação do Orçafásocio

Com o objetivo de otimizar as análises técnicas das peças técnicas de planilhas orçamentárias, no âmbito do PAC CH, foram realizados estudos para a contratação do *software* Orçafásocio que é uma plataforma que congrega ferramentas imprescindíveis para a execução e a análise de orçamentos independente de seu tamanho ou complexidade arquitetônica. Ele está integrado a diversas bases de custos públicas e privadas e permite o acesso a elas com uma única assinatura, otimizando recursos, ampliando a capacidade de análise e maximizando o tempo. Após essa análise foi elaborado o termo de referência para a contratação desse *software* específico para a análise e atualização de orçamentos.

Manual Novo PAC

Com o objetivo de cumprir com objetivo estratégico 10 do Plano Estratégico do Iphan 2021-2024, está sendo elaborado um novo Manual do PAC, de maneira integrada entre as coordenações e seus técnicos, para orientar as superintendências e os futuros compromissários sobre os procedimentos a serem adotados no âmbito do novo programa. Destacam-se as principais atividades que estão sendo desenvolvidos em direção a consecução desse instrumento:

- **Elaboração de novo Cronograma:** Foi elaborado um cronograma com marcos temporais importantes para o desenvolvimento do documento. Nele estão previstas reuniões e consultas com aulias participações de todos os integrantes do DAEI, além de outros departamentos e das Superintendências. A ideia é contar com a experiência de todos os envolvidos na condução do programa para, de maneira conjunta, criar 1 novo Manual ainda mais completo e que sirva efetivamente como um instrumento de gestão dos processos.
- **Educação Patrimonial:** são inserções obrigatórias de processos de educativos, com o foco nos patrimônios culturais, visando transmitir os conhecimentos e práticas desses patrimônios para compreender e preservar seus significados e suas referências que se relacionam com identidade cultural, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Atualmente, projetos-pilotos de Educação Patrimonial estão sendo elaborados e desenhados para experiências em alguns municípios, com vistas a expansão obrigatória em todo país, nos patrimônios culturais selecionado pelo novo PAC Cidades Históricas.
- **Gestão de Uso:** Confeção de modelo para o compromissário elaborar o Plano de Uso e a Manutenção do imóvel objeto do PAC Cidades Históricas. O Plano de Uso e a Manutenção do imóvel visa garantir a conservação, a segurança e a adequada utilização do imóvel após a conclusão da obra, já que a manutenção adequada e constante do bem tombado evita o acúmulo de problemas de conservação e suas consequências mais graves, como a deterioração gradativa do bem e a necessidade de se realizar intervenções maiores e mais dispendiosas. Da mesma maneira, a ocupação da edificação tombada, com uso adequado, além de facilitar sua conservação, possibilita a reintegração do bem à vida da comunidade.

Conclusão

Ante o exposto, verifica-se que esta coordenação buscou contribuir com o DAEI, no ano de 2023, com a celebração de novos Termos de Compromisso, no cumprimento da Meta do Indicador estratégico 16 do Objetivo Estratégico 10 estabelecido no Planejamento Estratégico do Iphan 2021-2024, bem como na busca pelo cumprimento das funções finalísticas do Instituto estabelecidas no Cadeia de Valor Integrada do Iphan.

Departamento de Planejamento e Administração (DPA)

4.3.13 - Programa de Gestão e Responsabilidades Compartilhadas

O Iphan elaborou, no início de 2023, um relatório espelhando a situação de algumas atividades desenvolvidas por suas Superintendências e Unidades Especiais: execução orçamentária, contratos de locação de mão de obra, administração patrimonial, gestão de pessoas e desempenho de algumas atividades finalísticas do Iphan, como Tombamento e Registro. Esse relatório inicial viabilizou o Programa de Gestão e Responsabilidades Compartilhadas (PGRC), instituído pela Portaria nº 97, de 17 de maio de 2023 (publicada no [BAE Boletim Administrativo Eletrônico do Iphan nº 1.777 Edição Extra de 17 de maio de 2023](#)).

O PGRC estabeleceu metas por meio de Acordos de Gestão e Responsabilidades Compartilhadas (AGRC), onde cada dirigente assumiu um conjunto de metas a serem atingidas. Ou seja, cada gestor de unidade assinou com o Presidente do Iphan um pacto de resultados a ser observado durante 2023.

Houve monitoramentos trimestrais. O primeiro monitoramento consistiu em uma autoavaliação das unidades. No segundo monitoramento, as metas foram verificadas em sistemas específicos, apuradas diretamente pelo Iphan Sede. No entanto, essa apuração não é possível para todas as metas, portanto o segundo monitoramento foi uma combinação de apuração pelo Iphan Sede e autoavaliação pelas unidades. No terceiro e último monitoramento de 2023, após constatar a robustez da apuração mediante checagem nos respectivos sistemas e áreas centrais responsáveis, optou-se por trabalhar apenas com as metas que podem ser apuradas diretamente pela área central. O resultado detalhado do terceiro monitoramento está resumido a seguir.

Metas e Resultados

Sobre a meta relacionada ao Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS): o SIADS é uma solução que possibilita aos órgãos da Administração Pública Federal um controle completo e efetivo de seus estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte. A meta era que o Iphan implantasse o SIADS em todas as suas unidades descentralizadas. Doze unidades conseguiram concluir a implantação; 3 realizaram parcialmente; e 16 não conseguiram realizar a meta em 2023.

Sobre a meta relacionada à Doação de Veículos: 26 unidades e superintendências se comprometeram com essa meta. 8 efetivamente doaram seus veículos: conseguiram realizar a meta; 15 chegaram na etapa de divulgar o veículo no portal de doações do governo; 3 estavam ainda nas etapas iniciais ao final de 2023.

Sobre a meta relacionada ao Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUNET), sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como uso especial quanto à sua destinação no âmbito da SPU: 23 superintendências e unidades especiais firmaram a meta de atualizar o valor dos imóveis do Iphan no SPIUNET: 17 concluíram, 5 concluíram parcialmente e apenas 1 não conseguiu realizar a meta.

Sobre a meta relacionada à execução dos Planos de Ação (PAs) O Iphan como um todo, na ação orçamentária 20ZH alcançou 100% de execução. O percentual de execução da ação 5538 e da ação 2000 foram 100% também, sem discrepância entre planejado e empenhado. Como resultado da apuração da meta, 11 unidades ficaram com execução abaixo de 25%; 14 unidades conseguiram empenhar entre 25% e 75% do que havia sido previamente planejado e aprovado no Sistema Integrado de Gestão do Iphan (SIG-Iphan); e 6 unidades conseguiram empenhar acima de 75%. No entanto, há várias maneiras de analisar esses resultados. Se analisamos pela quantidade de PAs, vemos que as superintendências com a maior quantidade de PAs aprovados foram RJ, PE, MG e BA. Se o critério for a quantidade de Valor Aprovado, as superintendências com maiores valores aprovados foram: PA, MG, RJ e BA. Já as superintendências/unidades especiais com os mais elevados valores empenhados são: SC, CNFCP, PA e BA. Podemos analisar ainda pela maior quantidade de planos de ação executados, é aí as superintendências/unidades especiais mais bem avaliadas seriam BA, SRBM, PR e CE. A única superintendência que aparece entre as 4 mais bem avaliadas independente do critério utilizado é a superintendência da Bahia.

Sobre a meta relacionada aos PAs decorrentes de emendas parlamentares impositivas: 4 superintendências não conseguiram empenhar o valor de emendas parlamentares impositivas. 2 Superintendências empenharam entre 25% e 75% do valor das emendas parlamentares impositivas. E 2 Superintendências (Pará e Espírito Santo) conseguiram cumprir a meta e empenhar quase a totalidade do valor de emendas parlamentares impositivas.

Sobre a meta relacionada aos Restos a Pagar: Apurada pelo Tesouro Gerencial, o critério foi estipulado do ponto de vista do Iphan como um todo, que precisa reduzir seus Restos a Pagar. A tendência natural é que ao longo do ano seguinte os Restos a Pagar do ano anterior diminuam, pois os pagamentos de contratos firmados no ano anterior e que passaram para o ano seguinte vão se concretizando e há legislação que define data para cancelamento de Restos a Pagar pendentes. Considerando isso, temos que 10 unidades não conseguiram reduzir nem 25% dos valores dos Restos a Pagar. No entanto, é interessante analisar cada uma das superintendências para avaliar o esforço de gestão que cada uma fez para reduzir seus Restos a Pagar. Uma unidade como por exemplo o Amapá que só tinha R\$ 12.000,00 (doze mil reais) de Restos a Pagar referentes ao ano anterior e conseguiu diminuir seus Restos a Pagar, consta como “meta realizada”; embora tenha tido muito menos trabalho do que uma unidade por exemplo como o Ceará, que conseguiu reduzir de R\$ 582.000,00 (quinhentos e oitenta e dois mil reais) para R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais) os Restos a Pagar de 2019; conseguiu reduzir de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) para R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) os Restos a Pagar de 2021, mas ainda assim não chegou no percentual de redução estipulado para ser considerada como meta “parcialmente realizada”: ficou classificado como “meta não realizada”.

Sobre a meta relacionada aos contratos continuados: Embora tenha havido um enorme esforço para encontrar alternativas e sensibilizar as unidades da necessidade de reduzir custos relacionados a contratos continuados (vigilância, aluguel, terceirizados etc.); infelizmente não houve avanço no que diz respeito a essa meta. Algumas unidades inclusive aumentaram seus custos com contratos continuados. Nenhuma unidade conseguiu reduzir os gastos com contratos continuados.

Sobre as Prestações de Contas em Atraso: Apurada no sistema Transfere.Gov, o critério atendia à área central que precisa reduzir as prestações de contas em atraso do Iphan como um todo. No entanto, para mensurar o esforço que cada unidade faz para melhorar a qualidade de sua gestão, seria preciso desenvolver um indicador que analisasse não apenas quantas prestações de contas em atraso cada unidade tem, mas sim em quanto esse problema foi reduzido em cada unidade. Para tanto, pode-se comparar a situação de maio com a situação de dezembro e analisar o quanto houve de redução. Embora no levantamento inicial feito houvesse 21 unidades com prestações de contas em atraso, apenas 19 unidades firmaram compromisso em reduzir as prestações de contas em atraso. As 19 unidades que firmaram essa meta foram: BA, ES, MG, MS, PA, RR, CE, MA, PE, PI, RN, RS, SC, SE, SP, AL, MT, PB e RJ. O Paraná não tinha nenhuma prestação de contas em atraso (hoje tem uma); Tocantins tinha 3 prestações de contas em atraso, mas não firmou essa meta; embora hoje esteja sem nenhuma prestação de contas em atraso. Distrito Federal



tinha 2 prestações de contas em atraso, mas não firmou essa meta; embora hoje tenha apenas uma prestação de contas em atraso. 5 Unidades conseguiram realizar a meta firmada: ES, MS, RR, RN e MT. A avaliação das unidades varia bastante conforme o critério utilizado. Se utilizamos o critério que foi estipulado no PGRC, as cinco unidades que conseguiram reduzir 100% são: ES, MT, MS, RN, RR. Se utilizarmos o critério da porcentagem da redução, as seis superintendências que conseguiram reduzir mais do que 50% foram: ES, MT, MS, RN, RR e MG, PA, MA e PE. Se utilizarmos o critério da quantidade de prestações de contas resolvidas, temos que as unidades que conseguiram resolver 5 prestações em atraso ou mais serão: MA, MT, PB, PE, MG. Apenas a Superintendência do Mato Grosso fica bem avaliada por qualquer um dos 3 critérios. No quadro geral, o Iphan tinha 128 prestações de contas em atraso em janeiro de 2023 e em dezembro de 2023 tem 66 prestações de contas em atraso. Houve uma redução de 48%, correspondente a 62 prestações de contas tendo sido resolvidas.

Lições Aprendidas

Como lições aprendidas desse primeiro ano do PGRC, temos:

- Há metas que as unidades se comprometem em sistemas distintos e com distintas áreas do Iphan Sede. É importante que os Acordos de Gestão de Responsabilidades Compartilhadas reúnam todas essas metas, como um Plano de Trabalho para o ano, consolidando todas as principais metas, as prioridades do Instituto, em um único Acordo de Gestão.
- A experiência com a autoavaliação não foi positiva no sentido de ter gerado distorções significativas. A experiência deste primeiro ano mostrou que é preciso apurar os resultados diretamente nos respectivos sistemas ou nas áreas centrais que respondem por cada tema.
- Caso a lógica da adesão se mantenha e haja unidades firmando 21 metas enquanto outras firmam apenas 9 metas (por exemplo), sugere-se que no segundo ano a classificação geral considere apenas metas comuns a todas as unidades.
- As metas variam enormemente em termos de complexidade, pode-se desenvolver uma ponderação de cada meta conforme sua complexidade, para evitar distorções na avaliação dos esforços empreendidos.
- No primeiro ano, a iniciativa foi inovadora, com excelente engajamento da alta direção. A publicação da portaria institucionalizando o Programa também foi essencial, pois permite sua continuidade e lhe dá força. A divulgação tempestiva dos monitoramentos mantém essa força e provê *feedback* útil às unidades.

4.4 - Gestão de Pessoas

À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas (COGEP), unidade vinculada ao Departamento de Planejamento e Administração (DPA), compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades de Gestão de Pessoas no âmbito do Iphan, em consonância com as diretrizes e normas emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A estrutura organizacional e as competências regimentais da COGEP estão dispostas no [Decreto nº 11.178, de 2022](#), alterado pelo [Decreto nº 11.807, de 2023](#), o qual aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissões e das Funções de Confiança do Iphan, e na [Portaria Iphan nº 141, de 2023](#), que aprovou o Regimento Interno do Iphan. Inúmeras legislações vinculam a atuação da COGEP, em matéria de pessoal civil estão a Constituição Federal de 1988; a [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#); o [Decreto nº 67.326, de 5 de outubro de 1970](#); [Portaria SGP/SEDGG/ME nº 11.265, de 2022](#); dentre outros normativos. De acordo com o art. 3º da Portaria nº 11.265/2022, o estudo, a formulação de diretrizes, a orientação normativa, a coordenação, a supervisão, o controle e a fiscalização específica de assuntos relativos ao pessoal civil do Poder Executivo no âmbito da Administração Pública federal direta, suas autarquias, inclusive as em regime especial, e fundações públicas, compete ao Órgão Central do SIPEC.

4.4.1 - Aspectos importantes relacionados ao quadro de servidores

Atualmente, um dos principais riscos relacionados ao quadro de pessoal no Iphan e que pode comprometer o cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos do Iphan é a escassez de pessoal.

Em dezembro de 2022, o Iphan contava com 901 servidores ocupantes de cargo efetivos, 90 servidores sem vínculo, 23 servidores cedidos ao Iphan, 29 servidores em exercício descentralizado, 23 empregados anistiados e 19 empregados da INFRAERO. Portanto, dispunha de uma força de trabalho contendo, no total, 1.085 servidores e empregados públicos.

Em dezembro de 2023, contava com 859 servidores ocupantes de cargo efetivos, 75 servidores sem vínculo, 58 servidores cedidos a outros órgãos, 28 servidores de outros órgãos cedidos ao Iphan, 28 servidores em exercício descentralizado, 22 empregados anistiados e nenhum empregado da INFRAERO. Portanto, dispunha de uma força de trabalho, total, contendo 1.068 servidores e empregados públicos.

Observa-se, principalmente em relação ao número de servidores ocupantes de cargo efetivo um decréscimo, entre 2022 e

2023 de 42 servidores, isso em virtude de diversos pedidos de vacância por posse em cargo acumulável, pedidos de exoneração e aposentadoria. Também é importante observar que os empregados da INFRAERO que estavam no Iphan, movimentados para compor a força de trabalho deste órgão, tiveram que retornar para o seu órgão de origem, tendo em vista a limitação orçamentária a qual o Iphan foi submetido no que diz respeito à verba para ressarcimento de cessão e movimentação.

O quantitativo de servidores apresentados acima estão distribuídos em 27 Superintendências, 37 Escritórios Técnicos, 2 Parques Históricos Nacionais e na Administração Central, em Brasília/DF, para atender toda a gama de atribuições constitucionais e legais do Instituto, dentre as quais: identificação, reconhecimento, salvaguarda e fiscalização do Patrimônio Cultural Nacional e Mundial; proteção dos Sítios Arqueológicos e Reservas Técnicas; preservação de acervos documentais e bibliográficos; identificação da diversidade linguística; gestão do Patrimônio; execução de projetos e obras de intervenção em bens e conjuntos tombados; aprovação, fiscalização e apuração de prestação de contas de Convênios e congêneres e de processos de Lei de Incentivo à Cultura; ações educativas; e definição da Política de Patrimônio Cultural no Brasil.

Importante frisar que, após a autorização de provimentos dos cargos objeto do concurso público, autorizado por meio da [Portaria MPDG nº 108, de 02 de maio de 2018](#), publicada no DOU de 3 de maio de 2018, e executado por meio do Edital Iphan nº 1, de 11 de junho de 2018, o qual resultou na autorização e no provimento de 411 cargos de nível superior e de nível médio, esta autarquia iniciou as nomeações em 30 de abril de 2019, o que resultou em um aumento circunstancial na força de trabalho. Necessário esclarecer que, apesar de o provimento de 411 cargos de nível superior e de nível médio, os ingressos foram incapazes de minimizar ou sanar a necessidade de pessoal, considerando que a evasão do quadro de pessoal, entre os anos de 2019 e 2022, foi o equivalente a aproximadamente 25% do quantitativo total de ingresso. Essa situação obrigou esta Autarquia a pleitear junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços públicos o provimento adicional dos candidatos aprovados e não convocados para os cargos efetivos objeto do concurso no percentual máximo permitido: 25%.

A autorização de provimento adicional foi concedida em 19 de julho de 2023 por meio da Portaria nº 3.327/2023. Foi autorizado o provimento de 102 cargos, sendo 26 de Analista I, 44 de Técnico I e 32 de Auxiliar Institucional I.

Do total de 102 nomeados, apenas 63 tomaram posse e entraram em exercício. As nomeações seguem até o prazo final de vigência do concurso, 24 de setembro de 2024, conforme a publicação da [Portaria nº 106, de 26 de junho de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 27 seguinte.

Neste cenário, mesmo com a autorização de provimento adicional, observa-se que a grande evasão dos servidores, em sua grande maioria justificada pela ausência de remuneração compatível com o nível de complexidade da atuação e ausência de um plano de carreira. Como pode ser visto, mesmo com o acréscimo de 102 novas nomeações, o número de cargos efetivos preenchidos decresceu.

Assim, a força de trabalho do Instituto mostra-se inadequada para o atendimento de sua missão institucional, o que vem implicando em sérias consequências quanto ao tempo de resposta aos processos de licenciamento e à geração de um passivo de projetos pendentes de análise e aprovação, com grave impacto sobre o andamento das obras, até mesmo sobre os seus custos e, ao final, com prejuízos para o desenvolvimento do país.

Estágio Probatório

Foram avaliados, no ano de 2023, 15 servidores na 1ª Fase, 12 servidores na 2ª fase e 20 servidores na 3ª Fase, totalizando 47 servidores avaliados. No ano de 2023, 41 servidores obtiveram estabilidade.

Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho

Em 2023, foi realizado o 13º Ciclo de Avaliação de Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC) e a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), e o 11º Ciclo da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos (GDACE) e Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE). O período de avaliação iniciou-se em 2 de janeiro de 2023, com o objetivo de cumprir os prazos estabelecidos pela [Portaria Iphan nº 50, de 30 de janeiro de 2012](#), e atender ao cronograma definido pelo Sistema SIAPE.

O Iphan alcançou o índice de 100% referente às metas institucionais da GDAC/ GDPGPE/GDACE/GDAIE do Ciclo de Avaliação constante na Portaria Iphan nº 64, de 23 de janeiro de 2023. Os resultados da Avaliação de Desempenho Individual dos servidores do Iphan relacionados ao período avaliativo de 1º de março de 2022 a 1º de março de 2023 foram publicados na Portaria de Pessoal Iphan nº 110 de 13 de março de 2023, publicado no [BAE do Iphan nº 1.761 – Edição Extra de 15 de março de 2023](#). Segue a tabela abaixo acerca da quantidade de servidores avaliados e respectivas notas recebidas em 2023:



Tabela 4.4.1.1 Avaliação de Servidores do Quadro do Iphan - Ativo Permanente, em 2023

Servidores do Quadro - Ativo Permanente	
	Quantidade de Servidores
Receberam 20 pontos	822
Receberam 19 pontos	14
Receberam 18 pontos	4
Receberam 17 pontos	9
Receberam 16 pontos	2
Receberam 13 pontos	1
Receberam 12 pontos	1
Total (Servidores Efetivos Avaliados)	853
Fonte: COGEP/DPA	

Qualidade de Vida no Trabalho

A qualidade de vida no trabalho é definida por meio de ações conjuntas que o Órgão cria com o objetivo de disseminar práticas de bem-estar físico, psicológico e social, ações de prevenção ao adoecimento ocupacional e condições favoráveis para o desenvolvimento das pessoas durante a realização do seu trabalho.

Em 2023 foram realizadas 9 atividades de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) pelo Iphan, destacando-se:

- Palestra em Psicologia Organizacional: “Relacionamento interpessoal frente a situações de conflito” ministrada pelo Psicólogo Michel Diniz Gomes da Fonseca, que abordou estratégias para lidar com conflitos no ambiente de trabalho, desenvolver habilidades de comunicação eficaz e estabelecer relações saudáveis e produtivas;
- Roda de conversa sobre “Poder da integração entre áreas e importância do trabalho em equipe”, voltada aos membros que compõem a equipe da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas do Iphan;
- Setembro Amarelo, saúde mental, fatores de risco e proteção;
- Comemoração ao Dia do Servidor Público, com show de talentos variados realizados pelos próprios servidores, apresentação do grupo teatral G7, com a peça: “Na teoria, a prática é outra”, sorteio de brindes e feira de exposições de produtos manuais, alimentos e galeria visual;
- Apresentação de bandas musicais com repertórios mistos (Trio à Brasileira e Bacurau);
- Palestra motivacional e de desenvolvimento pessoal com o tema: “Como conciliar carreira e maternidade sem culpa” ministrada pela palestrante Nelma de Mendonça;
- 11 Visitas *in loco*, atendendo 15 unidades, com vistas à análise e intervenção em questões relacionadas à Gestão de Pessoas, Qualidade de Vida no Trabalho e Clima Organizacional, no que diz respeito ao clima organizacional, relações interpessoais, liderança, tendo em vista o contexto atual das superintendências; e
- Palestra sobre Saúde Mental, com a Psicóloga Valéria Brito, que teve como foco a apresentação de estratégias de promoção de saúde mental em tempos de mudanças.

Processos Seletivos para Ocupação de Cargos em Comissão e/ou Funções Comissionadas

No exercício de 2023 foram publicados 46 editais no Boletim Administrativo Eletrônico (BAE) e no Portal de “Currículo e Oportunidades” do Sigepe, na plataforma do Sou Gov.br, referentes aos processos seletivos instaurados para concessão de gratificações, funções e cargos comissionados disponíveis nesta Autarquia Federal. Percebe-se um aumento de 31% em relação ao ano anterior, quando foram publicados 35 editais.

Os certames buscaram garantir isonomia aos candidatos na ocupação das vagas; valorizar os talentos dentro e fora da Instituição; profissionalizar a força de trabalho interna; aperfeiçoar o desempenho institucional; gerar mais transparência nos processos de nomeação/designação; e assegurar a legitimidade na escolha de novos gestores públicos.

Programa de Estágio

A contratação de estagiários tem respaldo na [Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008](#), e na [Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019](#), da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia. O Agente de Integração contratado por esta Autarquia Federal é a Agência de Estágios (AGIEL), responsável por intermediar o recrutamento, a pré-seleção, o encaminhamento e o acompanhamento de estudantes de nível médio e superior, candidatos a vagas de estágio no Iphan Sede e demais 27 Superintendências, Escritórios Técnicos e Unidades Especiais.

Em 16/11/2021 foi firmado o Contrato nº 10/2021 (UASG 343026 - Iphan), celebrado entre a AGIEL e o Iphan, no valor global anual estimado de R\$ 6.130,80 (seis mil, cento e trinta reais e oitenta centavos) para o quantitativo de 130 estagiários, ou seja, valor unitário (taxa de administração) de R\$ 3,93 por estudante. Neste valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

Por fim, informa-se que de janeiro a dezembro de 2023 este Instituto contratou 68 novos estagiários e o total gasto no Programa de Estágio desta Autarquia Federal no exercício de 2023 foi de R\$ 967.312,32 (novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e doze reais e trinta e dois centavos), incluindo-se bolsa de estágio, auxílio transporte e pagamento do Agente de Integração.

Força de Trabalho

Nas Tabela 4.4.1.2 e 4.4.1.3 abaixo é possível identificar a composição da força de trabalho do Iphan com base no exercício 2023. Este é o quadro geral para atender ao Iphan Sede, em Brasília/DF, e a todas as demais Superintendências e Unidades Especiais, que estão presentes nas 27 Unidades da Federação.

Nota-se que a força de trabalho do Instituto é composta majoritariamente por pessoas da própria Autarquia.

Tabela 4.4.1.2 Situação Funcional do Iphan – em 2023, em termos quantitativos e percentuais

Situação Funcional		
Ativo Permanente	859	80,43%
Cedido ao Iphan	28	2,62%
Sem vínculo	75	7,02%
Cedido a outro órgão	58	5,43%
Exerc. Descent. Carreira	28	2,62%
Exerc. 7 Art. 93, Lei 8.112/92	20	1,87%
Total	1068	100%

Fonte: COGEP/DPA

A distribuição da força de trabalho é formada pela maioria do gênero masculino, contudo não é possível ver uma diferença alta entre os gêneros.

Tabelas 4.4.1.3 Força de Trabalho do Iphan, em 2023, por gênero, em termos quantitativos e percentuais

Força de Trabalho		
Masculino	559	52,34%
Feminino	509	47,66%
Total	1068	100%

Fonte: COGEP/DPA

A seguir, pode-se observar a disposição dos ocupantes de cargos e funções com características de Direção e Assessoramento divididos por sexo. Cabe salientar que fazem parte desse conjunto de dados os Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE). Na Tabela 4.4.1.4 abaixo é possível observar que, apesar do número de mulheres ser superior ao de homens na composição do quadro de pessoal de servidores ativos, o número de homens ocupando posições de liderança ainda não é equitativo.

Tabelas 4.4.1.4 Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2023, por gênero, em termos quantitativos e percentuais

Cargos de Gestão X Gênero		
Masculino	149	44,35%
Feminino	187	55,65%
Total	336	100%

Fonte: COGEP/DPA

O governo federal publicou a [Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021](#), que simplificou a gestão de cargos e de funções de confiança na Administração Pública Federal, dispondo sobre a instituição dos CCE e das FCE; a autorização para o Poder Executivo transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações; e a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança. Posteriormente, foi publicado o [Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021](#), por meio do qual foi regulamentada a Lei nº 14.204/2021.

Os Cargos e Funções comissionados estão dispostos no [Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022](#), alterado pelo [Decreto nº 11.807, de 28 de novembro de 2023](#).

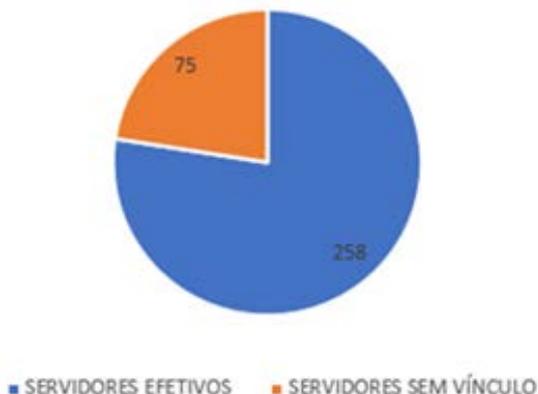
Pode-se observar na Tabela 4.4.1.5 abaixo, a disposição desses CCEs e dessas FCEs no âmbito do Iphan, sendo que o quantitativo de Cargos/Funções ocupados por servidores efetivos gira em torno de 66,49% e os Cargos ocupados por servidores sem vínculo é de 19,33%, restando 14,18% dos cargos vagos.

Tabelas 4.4.1.5 Demonstrativo de Ocupação de Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2023, em termos quantitativos e percentuais

Ocupação de Cargo/Função Comissionada Executiva							
	Código	Quantidade	Vagos	Ocupados por Servidores Efetivos	%	Ocupados por Servidores sem vínculo	%
CCE	1.05	14	1	1	7,14%	13	92,86%
	1.07	25	1	4	16,00%	20	80,00%
	1.10	36	0	10	27,78%	26	72,22%
	1.13	16	0	6	37,50%	10	62,50%
	1.14	1	0	-	-	1	100,00%
	1.15	5	1	3	60,00%	1	20,00%
	1.17	1	0	0	-	1	100,00%
	2.13	3	0	0	-	3	100,00%
FCE	1.04	3	2	1	33,33%	-	-
	1.05	38	16	22	57,89%	-	-
	1.07	46	7	39	84,78%	-	-
	1.09	3	0	3	100,00%	-	-
	1.10	56	5	51	91,07%	-	-
	1.13	21	2	19	90,48%	-	-
	2.01	108	20	88	81,48%	-	-
	2.02	11	1	10	90,91%	-	-
		1	0	1	100,00%	-	-
Totais		388	56	258	66,49%	75	19,33%

Fonte: COGEP/DPA

Ocupação de Cargos - Efetivo x Sem Vínculo



Fonte: COGEP/DPA

Aposentados, Pensionistas e Abono de Permanência

A Coordenação de Normas, Procedimentos Judiciais e Benefícios apresenta o quantitativo de aposentadorias concedidas, abonos de permanências concedidos, bem como o número de pensões civis por morte que foram concedidas, conforme disposto na Tabela 4.4.1.6, abaixo:

Tabela 4.4.1.6 Aposentadorias, pensões e abono de permanência no Iphan em 2023

Aposentadorias, Pensões e Abono de Permanência no Iphan em 2023		
Quantidade de servidores em abono permanência	104	44,35%
Quantidade de abonos permanência concedidos	10	55,65%
Quantidade de aposentadorias concedidas	18	100%
Quantidade de pensões concedidas	23	55,65%

Fonte: COGEP/DPA

Logo, percebe-se que há 104 servidores em condições reais de aposentadoria a qualquer momento, o que, se ocorrer, acarretará enorme prejuízo às entregas do Iphan para a sociedade. Em comparação ao ano de 2022, houve um aumento no número de abonos de permanência concedidos, sendo que em 2023 foram concedidos 10, e em 2022 foram concedidos 9. Na mesma linha de aumento no número de concessões, é possível identificar que as pensões civis por morte aumentaram exponencialmente, uma vez que em 2022 foram concedidas 11 e em 2023 foram concedidas 23. Houve uma baixa no número de aposentadorias concedidas no ano de 2023, em relação ao ano de 2022, sendo que em 2023 foram concedidas 18, e em 2022, foram concedidas 32.

4.4.2 - Ações de Capacitação/Desenvolvimento

Cumprir informar que 553 diferentes servidores foram capacitados em pelo menos uma das 21 capacitações registradas pelo Iphan, no ano de 2023, atendendo a várias necessidades levantadas pelos próprios servidores que são compatíveis com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), aprovado para o exercício de 2022. Houve a participação de mais de 800 servidores em eventos virtuais de desenvolvimento de pessoas, conforme exposto na Tabela 4.4.2, a seguir:

Tabela 4.4.2 Ações de Capacitação/Desenvolvimento – Exercício 2023

Ações de Capacitação/Desenvolvimento - Exercício 2023		
Capacitação/Evento	Solicitante	Nº de Participantes
LICITAR - Congresso Interestadual de Licitações e Contratos do Norte e Nordeste	Iphan/RN	2
XII Congresso CONSAD de Gestão Pública	COGEP	20
43ª edição do Congresso Nacional de Auditoria Interna (CONBRAI/2023)	AUDIN	1
Seminário Internacional de Verão de Museologia - Armazenamento em Museus: desafios contemporâneos	CNFCP	1
6º Simpósio Científico do ICOMOS-BRASIL: Patrimônio e Direitos Humanos	DECOF	3
Comemoração ao dia do Servidor Público	COGEP	3
18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PRE-GOIEIROS	CGLOG	66
18ª Turma do curso de Capacitação nos procedimentos da Portaria Iphan nº 187/2010	DEPAM	1
Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado - Fundaj.	DEPAM	58
Capacitação: Editais do PNPI e Educação Patrimonial	DPI	59
19ª Turma do curso de Capacitação nos procedimentos da Portaria Iphan nº 187/2010	DEPAM	50
Evento de capacitação dos servidores na nova plataforma do INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais nas dependências de auditório e laboratório da FCI/UnB e BCE/UnB.	DPI	43
Encontro Regional de Gestão e Contratações Públicas do Iphan 2023 - Edição Nordeste	CGLOG e COGEP-CODEP	30
3ª Turma Curso de Capacitação nos procedimentos da Portaria Iphan nº 80/2017	DEPAM	53
Encontro Nacional de Proteção ao Patrimônio Cultural no Licenciamento Ambiental	CNL	22
Comissão Nacional de Mérito - da 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade	DECOF	18
Curso Tesouro Gerencial	CGPLAN-COFIN	59
Encontro Nacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Iphan - ano 2023	CNA	48
Curso de Economia da Cultura e do Patrimônio Cultural	DECOF	16
Total de servidores		553
Fonte: COGEP/DPA		

Nesse cenário, destacam-se algumas temáticas transversais no âmbito das capacitações do Iphan: gestão, ética, mediação de conflitos, comunicação organizacional e gestão de pessoas.

4.4.3 - Afastamentos para cursar Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Em 2023, 11 servidores estiveram afastados para participar de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil e no exterior, em conformidade com os artigos 95 e 96-A da Lei nº 8.112/1990. Ressalta-se que 10 servidores foram afastados para participar de curso de pós-graduação em nível de Doutorado, 1 servidor foi afastado para participar de curso de pós-graduação em nível de Pós-doutorado.



4.4.4 - Licença para Capacitação

No ano de 2023 foi lançado edital para a previsão de 15 vagas por ciclo, após a inscrição e a análise da licença foram concedidas 30 licenças de até 3 meses, para participação em curso ou conjunto de cursos de capacitação profissional, em consonância com o artigo 87 da Lei nº 8.112/1990; o [Decreto nº 9.991 de 28 de agosto de 2019](#); a [Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1 de fevereiro de 2021](#); e a Portaria Iphan nº 44, de 07 de outubro de 2021, com a distribuição abaixo:

Tabela 4.4.4 Detalhamento de Licença Capacitação concedida pelo Iphan, durante o exercício de 2023

Licença Capacitação - Exercício 2023		
Ciclo do Edital	Período	Total de Servidores
1º período	1º de junho até 31 de agosto 2023	(11 onze) servidores
2º período	1º de agosto até 31 de outubro de 2023	11 (onze) servidores
3º período	1º de novembro até 31 de dezembro de 2023	8 (oito) servidores

Fonte: COGEP/DPA

4.4.5 - Gratificação por encargo de Curso ou Concurso

Em 2023, foram realizados 5 eventos de capacitações, cujo custeio dos instrutores foi realizado por meio de pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) e que os servidores selecionados para ministrar os conteúdos fazem parte do corpo funcional de servidores do Iphan, tendo como público-alvo os servidores lotados na Sede do Instituto, suas Superintendências, e Unidades Especiais. Cumpre evidenciar, que a dotação orçamentária foi realizada por recurso próprio, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, classificado por meio do Plano de Ação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; da Unidade Gestora: 343031/40401 COGEP/DPA/Iphan.

4.5.6 - Gastos com pessoal

A Divisão de Pagamento de Pessoal, da Coordenação de Administração de Pessoal e Pagamento, da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Pessoas, lista, a exemplo do estabelecido em anos anteriores, os seguintes processos rotineiros que perfazem o escopo geral das atividades da Divisão, quais sejam: aposentadorias do RPPS (aposentadoria de servidores efetivos), pensões PRRS, vencimentos e vantagens fixas. Outras despesas variáveis (que não contemplam uma rubrica de assunto ordinária): sentenças judiciais (ações judiciais que geram financeiro ao servidor/ aposentado/pensionista), Despesas de Exercícios Anteriores (parte financeira que o servidor tem direito a receber, contudo não recebeu durante o exercício de direito), pessoal requisitado (gasto com requisições advindas de órgãos ou instituições municipais, governamentais que exigem ressarcimento) e obrigações patronais (PSS e INSS parte do Órgão). Assim, seguem-se as despesas de pessoal efetivamente executadas/pagas. Na Tabela 4.5.6.1 abaixo, é possível ver o demonstrativo das despesas com pessoal e encargos sociais, em reais, no ano corrente de 2023. No que se refere às despesas com pessoal, em 2023 foram executados/pagos o montante de R\$ 208,1 milhões.

Tabela 4.5.6.1 Despesa com Pessoal e Encargos Sociais – Iphan 2023, em R\$

Demonstrativo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais - Iphan 2022	Ativos	Inativos	Pensionistas
Aposentadorias do RPPS	-	R\$ 72.498.031,26	-
Pensões do PRRS	-	-	R\$ 17.395.039,85
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 94.905.704,97	-	-
Outras Despesas Variáveis	R\$ 2.066.005,52	-	-
Sentenças Judiciais	R\$ 30.886,09	R\$ 84.730,32	-
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 95.088,95	R\$ 50.384,74	-
Pessoal requisitado	R\$ 2.870.125,08	-	-
Obrigações Patronais	R\$ 18.108.338,66	-	-
Total (em R\$)	R\$ 118.076.149,27	R\$ 72.633.146,32	R\$ 17.395.039,85
Total Geral, em reais (A + B + C)	R\$ 208.104.335,44		

Fonte: COGEP/DPA

Em relação à evolução dos gastos com pessoal, observa-se que nos anos de 2021, 2022 e 2023, houve um acréscimo importante nas despesas com pessoal, tendo como um dos motivos o ingresso de novos servidores do concurso público/2018, cujas nomeações ocorreram no decorrer de 2021 e durante 2022, e o provimento adicional de 2023. Dos que ingressaram em 2021, ocorreu o primeiro ciclo de avaliação de desempenho com percepção da parte individual da GDAC a partir de março/2022. Outra despesa que sofreu influência das nomeações foi o adicional de 1/3 constitucional decorrente do primeiro período aquisitivo das férias e gratificações natalinas. O número de aposentadoria se ampliou em 2022 comparado a 2021. Em contraponto, houve expressivo decréscimo de pagamento de despesas com exercícios anteriores e sutil queda de despesa com pessoal requisitado. Frisa-se que a previsão orçamentária idealizada no início de 2022 foi satisfatoriamente executada. Esta evolução pode ser observada na Tabela 4.5.6.2 e no Gráfico 4.5.6.1, abaixo, que detalham o montante gasto por ano, no período de 2019 a 2023 (últimos 5 anos).

Tabela 4.5.6.2 Histórico da Evolução dos Gastos com Pessoal, pelo Iphan (2018-2023), em R\$

Evolução dos Gastos com Pessoal				
2019	2020	2021	2022	2023
R\$ 187.032.626,28	R\$ 192.357.671,98	R\$ 203.948.715,18	R\$ 205.913.272,30	R\$ 208.104.335,44
Fonte: COGEP/DPA				

Gráfico MM – 4.5.6.1 Histórico da Evolução dos Gastos com pessoal, pelo Iphan – Valores empenhados, em R\$



Fonte: COGEP/DPA

Em relação ao ano de 2022, houve um acréscimo importante nas despesas com pessoal, tendo como um dos motivos o reajuste dos servidores públicos a partir de 1º de maio de 2023, bem como o ingresso de novos servidores do concurso público/2018, em decorrência da autorização para provimento do adicional de 25%.

4.5 - Gestão de Licitações e Contratos

Para atender às demandas administrativas de funcionamento do Iphan é necessária uma variedade de contratos administrativos em suas mais diversas áreas. Diante disto, ao longo do exercício de 2023, foram licitados, firmados e publicados vários contratos. Abaixo demonstra-se um resumo das contratações por modalidade, o detalhamento do funcionamento administrativo e principais contratações diretas, firmadas em 2023.

4.5.1 - Contratações 2023 Iphan

Na Tabela 4.5.1 abaixo, detalham-se as contratações, por modalidade do Iphan no ano de 2023.

Tabela 4.5.1 Contratações por modalidade do Iphan no ano de 2023, em termos quantitativos e percentuais

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Convite	1	83.503,79	0,06%
Dispensa	100	5.739.703,76	4,37%
Pregão	112	84.456.720,81	64,29%
Tomada de Preços	15	9.845.776,72	7,50%
Concorrência	58	28.242.838,85	21,50%
Inexigibilidade	23	2.991.965,47	2,28%
Total	309	131.360.509,40	100,00%

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA

4.5.2 - Contratações 2023 Iphan-Sede

Na Tabela 4.5.2 abaixo, detalham-se as contratações por modalidade do Iphan-Sede no ano de 2023.

Tabela 4.5.2 Contratações por modalidade do Iphan-Sede no ano de 2023, em termos quantitativos e percentuais

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Convite	0	-	0,00%
Dispensa	5	5.028.451,28	0,15%
Pregão	29	73.399.680,88	98,62%
Tomada de Preços	0	-	0,00%
Concorrência	0	-	0,00%
Inexigibilidade	3	915.493,92	1,23%
Total	37	74.429.079,60	100,00%

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA

4.5.3 - Contratações 2023 Iphan Superintendências

Na Tabela 4.5.3 abaixo, detalham-se as contratações por modalidade das Superintendências do Iphan no ano de 2023.

Tabela 4.5.3 Contratações por modalidade das Superintendências do Iphan no ano de 2023, em termos quantitativos e percentuais

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Convite	1	83.503,79	0,15%
Dispensa	95	5.625.798,96	9,88%
Pregão	83	11.057.039,93	19,42%
Tomada de Preços	15	9.845.776,72	17,29%
Concorrência	58	28.242.838,85	49,61%
Inexigibilidade	20	2.076.471,55	3,65%
Total	272	56.931.429,80	100,00%

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA

4.5.4 - Funcionamento administrativo - Detalhamento

Na Tabela 4.5.4 abaixo, detalham-se as principais contratações do ano de 2023, que tem objetivo de apoiar o funcionamento Administrativo do Iphan.

Tabela 4.5.4 Principais contratações que tem objetivo de apoiar o funcionamento administrativo do Iphan no ano de 2023, em termos quantitativos e percentuais

Tipo de Serviço	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Locação do imóvel, Água e Energia	4	301.451,70	0,23%
Apoio Técnico - Administrativo	7	53.855.112,23	41,00%
Limpeza	3	786.189,84	0,60%
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	36	4.482.376,69	3,41%
Motorista	5	433.464,66	0,33%
Transporte rodoviário de mudança	1	257.247,80	0,20%
Vigilância e Brigada	14	2.93.888,04	2,27%
Serviços ligados a proteção e promoção dos bens culturais	185	49.143.336,99	37,41%
Treinamento e capacitação	1	14.300,00	0,01%
Telecomunicações, Material de Consumo e Demais Serviços	53	19.103.141,45	14,54%
Total Geral	309	131.360.509,40	100,00%

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA

4.5.5 - Principais contratações diretas Iphan-Sede e Superintendências

Na Tabela 4.5.5 abaixo, são demonstradas as principais contratações diretas do ano de 2023 acima do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), classificadas em ordem decrescente de valor.

Tabela 4.5.5 Principais contratações diretas acima de quinhentos mil, durante do ano de 2023, em R\$

Unidade	Finalidade	Contratada	Objeto	Valor (R\$)
343026 - Iphan	Serviços	Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC)	Serviços contínuos de apoio administrativo para atender as necessidades no âmbito da sede do Iphan, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no termo de referência.	51.658.180,20
343026 - Iphan	Serviços	Alasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia Ltda	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de impressão corporativa gerenciada (managed print services) de abrangência nacional com alocação de equipamentos para impressão, cópia e digitalização de documentos; fornecimento contínuo de suprimentos e consumíveis de impressão (exceto papel); solução completa de gerenciamento de impressão e suporte técnico preventivo e corretivo on-site.	3.942.694,80
343026 - Iphan	Serviços	Simpres Comércio Locação e Serviços Ltda	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de subscrição de licenças de uso de softwares do tipo suite de escritório com direito de atualização e suporte.	3.712.856,40
343026 - Iphan	Informática (TIC)	Brasoftware Informática Ltda	Serviços comuns de impressão gráfica monocromática e policromática e acabamentos afins, com vistas à confecção de livros, livretos, manuais, cartilhas, agendas e demais materiais impressos para atender às necessidades do Iphan.	2.238.025,00
343026 - Iphan	Serviços	Produtiva Serviços Obras Manutenção e Locação de Mão de Obra Especializada Ltda	Aquisição de ativos de rede gerenciada para conexão cabeada e sem fio para todas as unidades do Iphan.	2.212.403,40

Unidade	Finalidade	Contratada	Objeto	Valor (R\$)
343026 - Iphan	Serviços	Produtiva Serviços Obras Manutenção e Locação de Mão de Obra Especializada Ltda	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de soluções de armazenamento de dados (storage), comutação de rede de armazenamento de dados (switch san) e comutação de rede de dados (switch ethernet), compreendendo a instalação, a configuração, além de suporte técnico e garantia de funcionamento por 60 meses, nas condições estabelecidas no termo de referência.	1.990.000,00
343026 - Iphan	Serviços	R7 Facilities - Manutenção e Serviços Ltda	Locação não residencial das salas 1.401, 1.402, 1.404 e 1.405, do centro empresarial cidade nova (Teleporto), localizado na Avenida Presidente Vargas nº 3.131 – Centro, Rio de Janeiro, RJ, de propriedade da locadora, regulada pela Lei nº 8.245/91 (“lei das locações”) e pela lei nº 8.666/93, sem preponderância uma sobre a outra.	1.709.055,48
343026 - Iphan	Compras	Positivo Tecnologia S.A.	Aquisição de estações de trabalho (desktops), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência, anexo do edital.	1.687.556,00
343026 - Iphan	Compras	Positivo Tecnologia S.A.	Serviços contínuos de vigilância e segurança patrimonial armada e desarmada, mediante o regime de execução indireta, com fornecimento de materiais, armamentos, munições e equipamentos, para atender as necessidades do Parque Histórico Nacional das Missões (PHNM-RS), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no termo de referência.	1.588.680,00
343026 - Iphan	Serviços	Santos e Veiga Consultoria, Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências	Serviços especiais de engenharia de serviços técnicos especializados de arquitetura, engenharia, restauração, estabilização e reforço estrutural para elaboração de projetos executivos que orientarão a posterior execução das obras de restauração na igreja e convento de São Francisco, situada no Largo do Cruzeiro de São Francisco, s/n - Pelourinho, Salvador/BA.	1.218.000,00
343026 - Iphan	Compras	Alctel Telecomunicações e Informática Ltda	Serviços de telefonia fixa comutada, visando atender às necessidades do Iphan/CLC.	1.199.268,76
343026 - Iphan	Serviços	Teixeira Impressão Digital e Soluções Gráficas Ltda	Serviços técnicos especializados de obra emergencial de estabilização do imóvel localizado na Rua da Palma (herculano parga) nº 549, Quadra 159, Centro, São Luís/MA, nas condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos.	1.031.658,45
343026 - Iphan	Informática (TIC)	Primetech Informática Ltda	Serviços contínuos de copeiragem e garçonaria, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	1.010.529,91
343035 - Iphan	Serviços de Engenharia	CCJ da Silva Ltda	Serviços continuados de prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de áreas, abandono de edifícios, prestação de primeiros-socorros para proteção à vida e ao desenvolvimento de política preventivista de segurança e combate a incêndio e pânico, por meio de bombeiros civis (brigadistas) com o emprego de materiais e equipamentos, necessários à prestação dos serviços nas áreas administradas da sede do Iphan, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência, anexo do edital do Pregão Eletrônico nº 12/2022.	957.745,44
343007 - Iphan	Obras	SCO Empreiteira Ltda	Serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra de apoio administrativo, cargo de assistente administrativo, por posto de trabalho, conforme condições, quantidades e exigência estabelecidas neste edital e seus anexos.	936.951,40
343007 - Iphan	Serviços de Engenharia	Acunha Sole-Engenharia Ltda	Serviços contínuos de vigilância e segurança patrimonial desarmada no prédio do Palácio Gustavo Capanema (PGC), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no termo de referência.	934.197,36
343007 - Iphan	Obras	Concrejato – Obras Especiais	Obra de restauração, conservação e modernização das instalações do Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro/RJ.	2.661.332,61
343007 - Iphan	Serviços de Engenharia	Domo Arquitetura Engenharia e Projetos Culturais Ltda	Contratação de empresa especializada em acondicionamento, manuseio, desinfestação e desinfecção anóxica e gestão integrada de pragas de acervos arquivísticos e bibliográficos.	850.000,00



Unidade	Finalidade	Contratada	Objeto	Valor (R\$)
343028 - CLC	Serviços	Oi S.A. - Em Recuperação Judicial	Aquisição de equipamentos móveis (notebooks), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência, anexo do edital.	843.009,00
343028 - CLC	Locação Imóveis	Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social Valia	Distribuição, pela contratada, da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse do(a) contratante.	829.737,92
343028 - CLC	Mão de Obra	MGS Clean Soluções e Serviços Ltda	Serviços técnicos especializados de arquitetura, engenharia e restauração para a elaboração de projetos para orientar as obras de restauração do convento e igreja de Santo Antônio, situado na praça Artur de Sales - São Francisco do Conde - BA.	826.989,68
343028 - CLC	A definir	Graal Engenharia & Suporte Empresarial Ltda	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra de apoio administrativo, cargo de assistente administrativo, por posto de trabalho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital e seus anexos.	819.560,16
343046 - CPGC	Serviços	Angel's Segurança e Vigilância - Em Recuperação Judicial Ltda	Serviços de engenharia para reforma da casa do patrimônio de Maceió/AL.	756.580,05
343003 - Iphan	Serviços	MJP Helal	Serviços técnicos especializados de engenharia para a consolidação e estabilização das ruínas conhecidas como antigo teatro São Pedro, localizadas na praça Josino Menezes, s/nº, no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras/SE.	666.107,62
343034 - Iphan	Serviços de Engenharia	Paulo Beltrão Projetos e Construções Ltda	Contratação de empresa especializada para a execução de obras emergenciais no Terreiro Tumba Junsara, em Salvador/BA.	633.600,00
343042 - Iphan	Locação Imóveis	Kadri Empreendimentos Ltda	Contratação de empresa para a retomada da execução de serviço de restauração e ampliação da sede do Iphan em Campo Grande/MS.	628.950,00
343006 - Iphan	Serviços	Stephan Schafer Conservação e Restauração Unipessoal Ltda	Locação de imóvel situado no endereço avenida historiador Rubens de Mendonça, Nº 2300, 12º Andar, Bairro Bosque da Saúde, no Município de Cuiabá/MT, Objeto da Matrícula Nº 90.547, do 6º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cuiabá/MT, para abrigar as instalações do Iphan/MT.	628.200,00
343012 - Iphan	Serviços	Portal Sul Vigilância S/S Ltda	Serviços de cadastramento de sítios arqueológicos no estado de São Paulo, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no termo de referência, anexo do edital.	600.000,00
343008 - Iphan	Obras	RC Restauração e Construção EIRELI	Serviços contínuos terceirizado de limpeza, conservação e higienização predial, com o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, para atendimento das necessidades da sede da Superintendência do Iphan/TO em Palmas/TO e escritório técnico do Iphan em Natividade/TO.	516.000,00
343009 - Iphan	Mão de Obra	Gomes e Andrade Manutenção e Reparação de Aparelhos Ele	Prestação de serviços de apoio administrativo e auxiliares, assistente de escritório, copeiragem, recepcionista e técnico em manutenção junto a sede da superintendência do Iphan em São Paulo.	513.598,13
343043 - Iphan	Serviços	ABC Serviços Gerais Ltda	Contratação de serviços de cadastramento de 558 sítios arqueológicos no estado de Goiás/GO.	500.007,06

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA

Registram-se que as informações detalhadas acima contêm a totalização dos valores das contratações realizadas em 2023 no âmbito do Iphan.

As contratações diretas dizem respeito, principalmente, às pequenas aquisições de materiais por Dispensa Eletrônica, assim como serviços pontuais que estejam dentro dos limites permitidos em Lei.

Existem as contratações diretas realizadas no escopo dos incisos III e seguintes do art. 24 da [Lei 8.666, de 21 de junho de 1993](#), bem como o inciso VIII do art. 75 da [Lei 14.133, de 1 de abril de 2021](#), conforme o caso, mas destacam-se as contratações emergenciais amparadas no inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93, relacionadas principalmente às medidas emergenciais protetivas aos bens acautelados pelo Iphan, que estejam em risco de desmoronamento. Estas dispensas emergenciais são realizadas principalmente pelas Unidades Descentralizadas, às quais compete acompanhar os bens protegidos pelo Iphan nos Estados e no Distrito Federal.



Há casos pontuais de inexigibilidades de licitação para as situações em que comprovadamente há inviabilidade de competição, dentro das hipóteses do artigo 25 da Lei 8.666/93 e do art. 75 da [Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021](#). As Unidades Descentralizadas do Iphan nos Estados e no Distrito Federal fazem maior uso de contratações diretas, sobretudo amparadas nos incisos I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93 e nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, especialmente as pequenas Unidades Gestoras, em razão dos valores pequenos das contratações.

Esses dados foram extraídos e podem ser consultados no portal compras do governo federal: [Transparência Compras.gov.br](https://transparencia.compras.gov.br) - [Contratos](#).

4.5.6 - Informações relativas às transferências voluntárias de recursos

Durante o Exercício de 2023 houve a publicação de importantes Editais no escopo de transferências voluntárias, a saber: Edital PNPI, Edital Educação Patrimonial, Banda de Pífanos (no âmbito da Sede), dentre outros destacados oriundos das unidades descentralizadas. Além destes, outro importante indutor de realização de política pública foi a edição dos Canteiros Modelos viabilizados por meio dos TEDs. O somatório desses instrumentos disponibilizou o montante de R\$ 107.043.157,79 (cento e sete milhões, quarenta e três mil, cento e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) para a realização dos respectivos projetos consignados.

As informações acerca da celebração e propostas aprovadas dos Termos de Colaboração, Convênios e TED constam na Tabela 4.5.6.1, apresentada abaixo:

Tabela 4.5.6.1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos no exercício de 2023, pelo Iphan

Convênio	Quantidade	Valor Global
Propostas Aprovadas	3	R\$ 655.280,00
Celebrados	1	R\$ 80.000,00
TEDs	Quantidade	Valor Global
Propostas Aprovadas	49	R\$ 83.100.000,00
Celebrados	49	R\$ 83.100.000,00
Termos de Colaboração	Quantidade	Valor Global
Propostas Aprovadas	62	R\$ 25.803.037,25
Celebrados	14	R\$ 7.320.000,00

Fonte: CGLOG/DPA, painéis gerenciais Transfere.Gov.

Em relação às informações de Prestação de Contas, a Tabela 4.5.6.2, disposta abaixo, apresentam os dados consolidados, por tipo de instrumento:

Tabela 4.5.6.2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pelo Iphan na modalidade de convênio, e termo de cooperação, em 2023

Convênio	Quantidade	Valor Global
Propostas Aprovadas	3	R\$ 655.280,00
Celebrados	1	R\$ 80.000,00
TEDs	Quantidade	Valor Global
Propostas Aprovadas	49	R\$ 83.100.000,00
Celebrados	49	R\$ 83.100.000,00
Termos de Colaboração	Quantidade	Valor Global
Propostas Aprovadas	62	R\$ 25.803.037,25
Celebrados	14	R\$ 7.320.000,00

Fonte: CGLOG/DPA, painéis gerenciais Transfere.Gov.

Além dessas informações, vale destacar as ações estruturantes realizadas no exercício de 2023 com o foco no saneamento do passivo de prestação de contas. Tais ações deverão refletir seus resultados de forma mais concreta ao longo do presente exercício de 2024.

Existe atualmente no Iphan um passivo total de 57 instrumentos, que somam o montante de R\$ 69.240.039,10 (sessenta e nove milhões, duzentos e quarenta mil, trinta e nove reais e dez centavos). Desses 57 instrumentos, 15 são elegíveis para a prestação de contas na modalidade informatizada. Esses 15 instrumentos somam a quantia total de R\$ 14.327.284,23 (quatorze milhões, trezentos e vinte e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos).

O exercício de 2023 foi marcado pelo viés em direção à otimização da gestão dos processos, demandas e objetivos do Iphan, promovendo, inclusive, a aproximação das áreas finalísticas e administrativas e das superintendências em relação à sua sede e vice-versa. Este movimento foi fundamentado pela pactuação do Contrato de Gestão 2023 e dentre suas diversas ações para o atingimento de metas e objetivos. Também foi estruturada uma Força Tarefa composta por servidores de áreas estratégicas desta Autarquia com o objetivo de compartilhar experiências e promover trocas positivas que resultaram em um fluxo virtuoso por todo o Iphan.

A Coordenação de Convênios e Prestação de Contas participou ativamente deste processo com o objetivo de aperfeiçoamento e orientação quanto ao atendimento às várias demandas da área administrativa e técnica das unidades descentralizadas, de forma a auxiliar os servidores no serviço de tratamento do passivo de prestação de contas e outros temas relacionados às Transferências Voluntárias da União. Nesse viés, e visitou as Superintendências nos estados da Bahia/BA, Paraíba/PB, Minas Gerais/MG, Rio de Janeiro/RJ, Pará/PA e Sergipe/SE, entre os meses de maio a agosto de 2023.

Vale relatar, que o resultado dessas ações desencadeou na conclusão da elaboração de pareceres de cumprimento do objeto por parte do corpo técnico (os quais estavam sobrestados sem justificativas), para posterior envio e consolidação dos procedimentos pela área administrativa. Além disso, foi possível promover a mitigação e a resolução de conflitos por meio de agendas realizadas junto aos Convenientes (entidades que receberam recursos repassados pela superintendência para a execução dos respectivos objetos) para o saneamento de dúvidas pontuais, esclarecimentos complementares e firmação de compromisso para a conclusão das pendências.

Um fator muito importante dessas ações foi a promoção de integração entre as diversas áreas das unidades, principalmente a aproximação entre as áreas técnicas e administrativas de cada superintendência visitada, fomentando o espírito de cooperação e engajamento nos objetivos do órgão. A ação proposta pôde estabelecer um pilar de sensibilização da sede em relação às necessidades das unidades e a melhoria na comunicação entre as diversas áreas envolvidas nos projetos realizados e objetivos propostos.

Outras ações relativas às Transferências Voluntárias da União foram o Encontro de Administração e Logística junto às Superintendências, Atividades de Formação/Capacitação Técnica para Servidores(as) e atuação junto à rede de Parcerias do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

4.6 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura

No âmbito do Iphan, a função do controle patrimonial abrange as atividades de recepção, registro, controle, utilização, guarda, conservação e desfazimento dos bens permanentes da instituição, no que diz respeito aos bens móveis. As atividades de controle patrimonial compreendem, mas não se limitam, à exclusão, movimentação e alienação de um bem do acervo patrimonial da instituição, de acordo com a legislação vigente.

Tabela 4.6 Dados dos imóveis locados sob responsabilidade do Iphan, em 2023

Unidade	Valor Empenhado (R\$)
PA	355.163,00
MA	89.368,48
RJ	38.196,00
CLC	2.580.467,16
RO	34.400,00
AC	109.758,36
AP	166.436,16
MT	36.640,00
TO	137.410,70
TOTAL	3.547.839,86

Fonte: CGPLAN/DPA

4.7 - Gestão da Tecnologia da Informação

4.7.1 - Modelo de governança de TIC e conformidade legal

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do Iphan, sob a supervisão do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COGESTI), estabelece as iniciativas, as diretrizes e as prioridades no que se refere à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), estando em conformidade com os planos e estratégias de governança governamental.

Essas diretrizes estão contidas nos instrumentos e normas que guiam a atuação e o modelo das áreas de TIC no âmbito da administração pública federal, conforme listadas abaixo:

- [Plano Diretor de TI \(PDTIC\) para o biênio 2023-2024](#);
- [Plano de Transformação Digital \(PTD\) para o período 2022-2023](#);
- Estratégia de Governo Digital, [Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020](#), para o período 2020 a 2022, prorrogado para 2023 pelo [Decreto nº 11.260, de 22 de novembro de 2022](#);
- Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, [Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018](#);
- Planejamento Estratégico do Iphan [Portaria Iphan nº 23, de 17 de maio de 2021](#);
- Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal [Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#); e
- Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) [Portaria SGD/MGI nº 852, de 28 de março de 2023](#).

Inspirados pela Cultura Ágil, disseminada pela Secretaria de Governo Digital (SGD), a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) tem atuado continuamente na adoção de práticas que aderem aos valores e princípios ágeis, proporcionando valor de forma constante e aumentando a capacidade de adaptação às mudanças.

Por fim, o modelo tem como base os seguintes princípios:

- Cobrir a organização ponta a ponta (abordagem Holística);
- Prover valor às partes interessadas;
- Adaptabilidade às mudanças;
- Busca pela Eficiência na aplicação de recursos; e
- Prover Publicidade e Transparência das ações de TIC.

4.7.2 - Montante de Recursos aplicados em TIC

Na Tabela 4.7.2, adiante, é possível constatar os contratos administrativos firmados no ano de 2023, resultantes de planejamentos de contratações providos pela CGTI, com o objetivo de satisfazer as necessidades do Iphan.

Tabela 4.7.2 Contratos firmados em 2023, pelo Iphan, na área de TIC

OBJETO	ELEMENTO DA DESPESA	VALOR DO CONTRATO (R\$)
Subscrição de Licença de Escritório Office 365	Custeio	R\$ 3.712.856,40
Suporte Técnico do Storage Unity 300 e NX3230	Custeio	R\$ 49.939,92
Aquisição de Desktops	Capital	R\$ 2.859.682,00
Aquisição de Notebooks	Capital	R\$ 843.009,00
Aquisição de Switches e Wifi	Capital	R\$ 2.212.403,40
Aquisição de Solução de Armazenamento e Rede SAN	Capital	R\$ 1.460.000,00



OBJETO	ELEMENTO DA DESPESA	VALOR DO CONTRATO (R\$)
	Custeio	R\$ 530.000,00
Subscrição de Software Adobe	Custeio	R\$ 446.400,00
Aquisição de Switches Core	Capital	R\$ 259.600,00
TOTAL		R\$ 12.373.890,72

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 dos processos SEI geridos pela CGTI)

4.7.3 - Contratações mais relevantes de recursos de TIC

Os contratos administrativos com maior volume em termos financeiro atualmente em vigor estão direcionados para a sustentação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e o suporte ao usuário de TIC, além da manutenção e desenvolvimento de *softwares* para a área finalística. Estes estão enumerados nas Tabelas 4.7.3.1 e 4.7.3.2:

Tabela 4.7.3.1 Contratos mais relevantes de serviços, na área de TIC, firmados pelo Iphan

CONTRATO (nº/ano)	OBJETO	VALOR ANUAL DO CONTRATO (R\$)
30/2019	Sustentação de infraestrutura e apoio ao usuário de TI	R\$ 3.742.458,00
4/2019	Sustentação e desenvolvimento de software	R\$ 2.043.391,57
11/2021	Licença de software Microsoft para Datacenter	R\$ 1.488.833,44
12/2020	Serviço de rede de dados corporativa	R\$ 4.468.232,00
10/2022	Serviços de Impressão Corporativa	R\$ 788.538,96
4/2021	Licença de software de escritório Office 365	R\$ 1.237.618,80
TOTAL		R\$ 13.769.072,77

Fonte: Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 dos processos SEI geridos pela CGTI)

Tabela 4.7.3.2 Contratos mais relevantes de aquisição de bens, na área de TIC, firmado pelo Iphan

CONTRATO (nº/ano)	OBJETO	VALOR ANUAL DO CONTRATO (R\$)
17/2022	Aquisição de Desktops	R\$ 1.172.126,00
20/2023	Aquisição de Desktops	R\$ 1.687.556,00
21/2023	Aquisição de Notebooks	R\$ 843.009,00
24/2023	Aquisição de Switches e Access Points	R\$ 2.212.403,40
34/2023	Aquisição de Switches Core para Datacenter	R\$ 259.600,00
35/2023	Aquisição de Storage e Switch SAN	R\$ 1.990.000,00
10/2023	Subscrição de Softwares Adobe	R\$ 446.400,00
TOTAL		R\$ 8.611.094,40

Fonte: Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 dos processos SEI geridos pela CGTI)

4.7.4 - Principais iniciativas (projetos) e resultados na área de TIC por cadeia de valor

As principais iniciativas e resultados relacionados à Projetos de TIC estão apresentados na Tabela 4.7.4.1, a seguir:

Tabela 4.7.4.1 Macroprocessos Gerenciais: Planos e Programas anuais e Plurianuais do Iphan (iniciativa)

ID (nº)	INICIATIVA	RESULTADO
1	Adquirir Switches e Access Points.	Aprimorar dispositivos de rede de dados de todas as unidades do Iphan.
2	Adquirir 4 Switches Core para Datacenter.	Renovar e aprimorar dispositivos de redes do Datacenter do Iphan.
3	Adquirir de 1 Storage e 2 Switch SAN.	Renovar, ampliar e aprimorar a capacidade de armazenamento de dados no Datacenter do Iphan.
4	Contratar Subscrição de Softwares Suíte Adobe.	Disponibilizar software de edição de imagens e vídeos modernos e atualizados para o departamento de comunicação social do Iphan.
5	Adquirir Desktops e Notebooks.	Disponibilizar estações de trabalho mais modernas e dimensionadas para o trabalho laboral dos servidores do Iphan.
6	Contratar Suporte para Ativos do Datacenter.	Dispor de Suporte Técnico para 2 Storages do Iphan.
7	Dispor de Licenciamento de Suíte de Escritório para todos os servidores do Iphan.	Contratação de solução de licenciamento online e on-premise de suíte office para os colaboradores do Iphan.
8	Contratação do novo Serviço de Fábrica de Software.	Melhoria e aprimoramento nos processos de desenvolvimento e sustentação de software, adotando tecnologias disruptivas (IA, Machine Learning, Realidade Aumentada). O Projeto encontra-se em fase final de recursos e substituirá o atual contrato que se encontra vigente até fevereiro/2024.

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 de Controles Internos da CGTI)

Em relação às principais iniciativas de Governança, apresentam-se as informações pertinentes na Tabela 4.7.4.2, a seguir:

Tabela 4.7.4.2 Macroprocessos Gerenciais: Planos e Programas Anuais e Plurianuais do Iphan (iniciativas de governança)

ID (nº)	INICIATIVAS DE GOVERNANÇA	RESULTADO
1	Apoio direto às contratações e gestão de contratos de TIC.	Situação estável dos contratos atuais.
2	Aprovação e acompanhamento da execução dos Planos de Governança.	Aprovação e acompanhamento da execução do PDTIC 2023-2024.
3	Suporte às áreas gestoras para execução do Plano de Transformação de Digital (PTD).	Abertura de novas frentes de trabalho nos eixos 1 (Transformação Digital), 3 (Interoperabilidade de Serviços) e 4 (Segurança e Privacidade de Dados).
4	Realização de Reunião do COSEG.	Encaminhamentos relativos à segurança crítica.

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 de Controles Internos da CGTI)

4.7.5 - Principais iniciativas (sistemas) e resultados na área de TIC por cadeia de valor

Apresentam-se nas Tabelas 4.7.5.1 e 4.7.5.2, abaixo, os sistemas de informação priorizados no ano de 2023, pelo Iphan, seus resultados e valores investidos:

Tabela 4.7.5.1 Macroprocessos Gerenciais: Planos e Programas Anuais e Plurianuais do Iphan (sistemas priorizados no ano de 2023)

ID (nº)	SISTEMAS	INICIATIVAS	RESULTADO	VALOR INVESTIDO (R\$)
1	Sistema de Fiscalização e Autorização de Intervenções em Bens Culturais (FISCALIS)	Desenvolvimento de novas funcionalidades e melhoria das existentes, em especial do Auto de infração de Atividade - Comércio de Obra de Arte e Leilão - Pesquisa Auto de Infração.	Aderência à Portaria nº 80/2017.	R\$ 74.591,50
		Aprimoramento da Aplicação.	Melhoria de performance de Funcionalidades.	
2	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)	Desenvolvimento de Novas Funcionalidades: alterações nos campos de cadastro de bens a fim de garantir a integridade das informações. Integração com APIs do Conecta Gov.	Aderência aos Regramentos que o Iphan se encontra submetido e melhoria na usabilidade do sistema.	R\$ 126.124,10
3	Cadastro de Negociantes de Antiguidades e Obras de Arte (CNART)	Desenvolvimento de Novas Funcionalidades: integração de dados com o FISCALIS e melhoria de usabilidade das telas do sistema.	Aderência aos Regramentos que o Iphan se encontra submetido e melhoria na usabilidade do sistema.	R\$ 7.179,45
4	Sistema de Gerenciamento de Inscrições para o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (INSCRIÇÕES)	Aprimoramento de Funcionalidades: melhorias no formulário de Inscrição e nos relatórios gerenciais e performance de visualização de anexos.	Aderência aos Regramentos que o Iphan se encontra submetido e melhoria na usabilidade do sistema.	R\$ 63.367,72
5	Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP)	Implantação da consulta pública e início da revisão do fluxo da Sede.	Aderência aos regramentos que o Iphan se encontra submetido e melhoria na usabilidade do sistema.	R\$ 102.109,50
6	Dados de Bens de Bens Culturais Procurados NOVO BCP)	Desenvolvimento do Novo Sistema de Bens Culturais Procurados.	Possibilitar o desenvolvimento de funcionalidades previstas no regramento que o Iphan é submetido e maior interação com cidadão.	R\$ 49.457,17
TOTAL				R\$ 422.829,44
Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 de Controles Internos da CGTI)				

Tabela 4.7.5.2 Principais Iniciativas de Internalização de Sistemas

ID (nº)	SISTEMAS	INICIATIVAS	RESULTADO	VALOR INVESTIDO (R\$)
1	Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)	Internalização do Sistema do Inventário Nacional de Referências Culturais. Sistema desenvolvido pelo IBICT.	Garantia de sua disponibilidade segurança de acesso e <i>backup</i> .	Sem custos diretos. Sistema desenvolvido pelo IBCT em <i>Wordpress</i>
2	BIBLIOTECA DIGITAL	Implantação com o apoio da área gestora		
3	PERGAMUM	Atualização da Versão do Sistema PERGAMUM de Gestão de Bibliotecas.	Aprimoramento da Arquitetura para a utilização de micro serviços em <i>containers</i> .	Sem custos diretos de TI. Sistema gerido pelo CDP/DAFE
Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 de Controles Internos da CGTI)				



4.7.6 - Transformação Digital de Serviços Públicos/Novos sistemas previstos no Plano de Transformação Digital

A seguir, nas Tabelas 4.7.6.1, 4.7.6.2, 4.7.6.3 e 4.7.6.4 abaixo, estão expostos os status de monitoramento do Plano de Transformação Digital (PTD), de acordo com cada eixo.

Tabela 4.7.6.1 Eixo 1 Transformação Digital, em termos quantitativos

AÇÕES	PUBLICADA	EM TRANSFORMAÇÃO	SUSPensa	NÃO INICIADA	INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO GOV.BR
Eixo 1	26	7	4	9	11

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 de Controles Internos da CGTI)

Tabela 4.7.6.2 Eixo 2 Unificação de Canais Digitais, em termos quantitativos

AÇÕES	PUBLICADA	EM TRANSFORMAÇÃO	SUSPensa	NÃO INICIADA
Eixo 2	1	2	0	0

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 de Controles Internos da CGTI)

Tabela 4.7.6.3 Eixo 3 Interoperabilidade de Sistemas, em termos quantitativos

AÇÕES
Pactuação com o Programa Conecta gov.br, Eixo 3- interoperabilidade do Plano Digital do órgão, com planejamento das integrações.
Acesso a dados do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) já autorizado.
Acesso a base de dados do Sistema de Emissão de Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional (CND) deferido.

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 de Controles Internos da CGTI)

Tabela 4.7.6.4 Eixo 4 Segurança da Informação, em termos quantitativos

AÇÕES	RESPONSÁVEL	PREVISTOS	NÃO INICIADA	EM IMPLANTAÇÃO	CONCLUÍDO
PLANO DE PRIVACIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PPSI)					
Controles de Segurança	CGTI / COSEG	24	0	13	11
Controle Geral	Auditoria Interna	1	0	0	1
Controles de Privacidade	Encarregado de Proteção de Dados (DPO)	16	0	15	1

Fonte: CGTI/DPA (dados extraídos em 19/01/2024 de Controles Internos da CGTI)

4.7.7 - Segurança da Informação

Indivíduos adequadamente treinados e capacitados, processos efetivamente implantados e constantemente aperfeiçoados, e tecnologia apropriada ao contexto são elementos fundamentais para garantir a segurança da informação de uma organização.

Nesta perspectiva, o Iphan deu início à implementação de 41 controles, conforme definido no Plano de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI). A adoção desse plano está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Governo Digital, pela Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação e pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), sendo que os controles priorizados abrangem desde a definição de papéis e responsáveis, passando pelo aprimoramento de processos, até a implantação de ferramentas de controle.

4.8 - Sustentabilidade Ambiental

A gestão ambiental reflete-se em seus processos de contratação e aquisição de bens e insumos logísticos, através da adoção de critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações dos serviços e bens de sua competência, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos.

4.8.1 - Aspectos sobre a gestão ambiental

Na Tabela 4.8.1 abaixo, estão elencados séries de ações pontuais que o Instituto executa nas atividades rotineiras de manutenção e conservação predial:

Tabela 4.8.1 Avaliação de aspectos concernentes à gestão ambiental e sustentabilidade do Iphan, em 2023

ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL		AVALIAÇÃO	
		SIM	NÃO
1	A unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 10.936/2022?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012?		X
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 10, de 12 novembro de 2012?	Não se aplica.	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG nº 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG nº 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG nº 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
Ações Realizadas Pelo Iphan			
1	Consumo de papel A4 - Configuração das impressoras para padrão de impressão frente e verso; - Planejamento de compra de material que utilizem árvore de reflorestamento.	X	X
2	Eficiência energética - Instalação de interruptores nos ambientes; - Substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas econômicas; - Instalação de sensor de presença nas escadas de emergência; - Configuração das impressoras instaladas em modo de economia de energia; - Grupo gerador (em análise de custos).	X X X X	X Iluminação auto-matizada
3	Eficiência em consumo de água - Vasos sanitários com duas fases; - Substituição das torneiras manuais por torneiras com fechamento automático nos banheiros.	X X	
4	Coleta Seletiva de Resíduos - Instalação de coletores específicos para resíduos recicláveis; - Levantamento de bens/materiais inservíveis.	X X	
5	Qualidade de vida no trabalho – COREL/COGEP - Avaliação periódica e permanente dos ambientes e condições físicas do trabalho; - Realização de ações anuais de prevenção em saúde; - Implantação de ações que valorizem e estimulem os servidores.	X X X	
6	Serviços de limpeza e conservação - Revisão das especificações técnicas e do escopo dos contratos de terceirização de serviços de limpeza e conservação.	X	
7	Comunicação interna - Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre: - Uso consciente de papel; - Uso consciente de copos descartáveis; - Coleta seletiva de resíduos; - Consumo consciente de água; e - Consumo consciente de energia elétrica.	X X X X X	

Fonte: COREL/CGLOG/DPA



4.8.2 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Iphan em seus processos de contratações e aquisições adota os critérios de sustentabilidade em atendimento à [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010](#) e ao [Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012](#), que regulamentou o *caput* do art.3º, da Lei nº 8.666/93, bem como à Lei nº 14.133/2021, que apresenta no seu art. quinto, vários princípios dentre eles, princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e, posteriormente no seu art. 11, e a legislação e normas ambientais. Essas legislações preveem que as Contratadas deverão atender a todos os critérios de sustentabilidade ambiental na prestação de serviços e no fornecimento de materiais. Além disso, as contratadas nas prestações de serviços e no fornecimento de materiais adotam nas práticas diárias as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução da poluição, tais como:

- Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;
- Treinamento e capacitação periódica dos empregados em boas práticas de redução de desperdício e poluição;
- Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços; e
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades exercidas.

5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

5.1 - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Pela [Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023](#), o Iphan foi contemplado inicialmente com a dotação de R\$ 473.428.925,00 (quatrocentos e setenta e três milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais), dos quais R\$ 202.645.568,00 (duzentos e dois milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e oito reais), foram para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 10.743.438,00 (dez milhões, setecentos e quarenta e três mil e quatrocentos e trinta e oito reais), para Benefícios Obrigatórios e Assistenciais, e R\$ 260.039.919,00 (duzentos e sessenta milhões, trinta e nove mil e novecentos e dezenove reais), para despesas discricionárias. Após suas recomposições e alterações, a dotação atualizada total ficou no valor total de R\$ 469.793.253,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, setecentos e noventa e três mil e duzentos e cinquenta e três reais), a qual será discriminada nas Tabelas elencadas adiante.

Tabela 5.1.1 Dotação Inicial x Atual do Iphan, referente ao exercício de 2023, em R\$

Resultado Primário Lei	Programa Governo		Unidade Orçamentária		54206	42204	
					Iphan	Iphan	
			Ação Governo		9	13	
					DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	
0	FINANCEIRO	0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	16.473.106,00	16.473.106,00
				TOTAL		16.473.106,00	16.473.106,00
				TOTAL		16.473.106,00	16.473.106,00
1	PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	0181	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	87.457.877,00	93.900.684,00
				2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	2.297.694,00	2.474.613,00
				20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	98.714.585,00	101.679.684,00
				212B	BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	8.432.744,00	8.897.870,00
				TOTAL		196.902.900,00	206.952.851,00
		0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0056	BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI Nº 12.618, DE 2012		
				TOTAL		13.000,00	13.000,00
		TOTAL		TOTAL		196.915.900,00	206.965.851,00

Resultado Primário Lei	Programa Governo		Unidade Orçamentária		54206	42204
			Ação Governo		Iphan	Iphan
					9	13
					DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
2	0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	95.543.699,00	95.500.299,00
			216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PUB	396.000,00	396.000,00
			4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	217.000,00	235.982,00
			TOTAL		96.156.699,00	96.132.281,00
	5025	CULTURA	20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	101.953.649,00	91.242.785,00
			211F	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	3.866.823,00	3.866.823,00
			5538	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBA	34.801.409,00	34.801.409,00
			TOTAL		140.621.881,00	129.911.017,00
	TOTAL				236.778.580,00	226.043.298,00
	6	5025	CULTURA	20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	12.101.339,00
TOTAL				12.101.339,00	9.790.957,00	
TOTAL					12.101.339,00	9.790.957,00

Resultado Primário Lei	Programa Governo		Unidade Orçamentária		54206	42204	
			Ação Governo		Iphan	Iphan	
					9	13	
					DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	
7	DESPESA DISCRICIONÁRIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA	5025	CULTURA	20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	11.150.000,00	10.150.000,00
				TOTAL		11.150.000,00	10.150.000,00
				TOTAL		11.150.000,00	10.150.000,00
8	DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DECORRENTE DE EMENDA SF, CD E COMISSÃO MISTA CN	5025	CULTURA	20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	10.000,00	10.000,00
				TOTAL		10.000,00	10.000,00
				TOTAL		10.000,00	10.000,00
TOTAL					473.428.925,00	469.793.253,00	

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

LEGENDA:	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Pessoal, e Encargos Sociais	202.645.568,00	212.413.515,00
Benefícios Obrigatórios e Assistenciais	10.743.438,00	11.385.483,00
Despesas Discricionárias	260.039.919,00	245.994.255,00
TOTAL	473.428.925,00	469.793.253,00

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Além dos créditos originariamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, supracitada, acrescenta-se o montante de R\$ 8.551.078,13 (oito milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, setenta e oito reais e treze centavos), relativo a recursos recebidos mediante repasses de outras Unidades Orçamentárias (UOs), conforme demonstrado na Tabela 5.1.2, disposta a seguir:

Tabela 5.1.2 Destaques efetuados ao Iphan, em 2023 (em R\$)

UG EXECUTORA		403101
		INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		17
		DESTAQUE RECEBIDO
26292	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	3.919,35
30905	FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	7.268.177,88
39252	DEPTO.NAC.DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	463.000,00
42101	MINISTÉRIO DA CULTURA	300.000,00
42902	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	515.980,90
Total		8.551.078,13

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Cumprе salientar que, por constituírem orçamentos de outros órgãos e entidades, o detalhamento financeiro-orçamentário dos valores informados no parágrafo anterior será realizado nas prestações de contas anuais de seus respectivos responsáveis.

Ressalta-se que os valores constantes da LOA (dotação atual), somados aos créditos recebidos por meio dos destaques acima descritos, perfazem o montante de R\$ 478.344.331,13 (quatrocentos e setenta e oito milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e treze centavos).

No que concerne à execução do orçamento próprio autorizado em Lei, no exercício de 2023 foi empenhado o total de R\$ 459.374.662,89 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e dois mil e oitenta e nove centavos), liquidado o montante de R\$ 352.149.034,27 (trezentos e cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e nove mil, trinta e quatro reais e vinte e sete centavos), e pagas as despesas no valor de R\$ 327.111.531,26 (trezentos e vinte e sete milhões, cento e onze mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos), conforme demonstrado na Tabela 5.1.3, exposta adiante.

Tabela 5.1.3 Despesa empenhada, liquidada e paga, em 2023, pelo Iphan (em R\$)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		29 DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	31 DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	34 DESPESAS PA- GAS (CONTRO- LE EMPENHO)
42204	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL	459.374.662,89	352.149.034,27	327.111.531,26
TOTAL		459.374.662,89	352.149.034,27	327.111.531,26

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

5.1.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesas

Os recursos ora mencionados foram direcionados ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção administrativa institucional e atividades finalísticas.

Outrossim, a fim de demonstrar um panorama mais sintetizado em relação aos gastos do Instituto, foi elaborado relatório acerca da execução orçamentária, classificada por grupo de natureza de despesa e elemento de despesa.

Tabela 5.1.1.1 Despesas do Iphan, por grupo e elemento de despesas, em 2023 (em R\$)

Grupo Despesa		Ano Lançamento		2023		
				29 DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EM- PENHO)	31 DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EM- PENHO)	34 DESPESAS PA- GAS (CONTROLE EMPENHO)
		Elemento Despesa				
4	INVESTIMENTOS	39	OUTROS SERVI- ÇOS DE TERCEI- ROS PJ - OP.INT. ORC.	463.000,00		
4	INVESTIMENTOS	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMA- CAO E COMUNI- CAÇÃO - PJ	1.360.101,73	316.608,21	316.608,21
4	INVESTIMENTOS	41	CONTRIBUI- ÇÕES	19.482.590,50	7.334.286,23	7.334.286,23
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTA- LAÇÕES	21.206.638,16	4.020.531,75	3.984.334,57
4	INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.155.031,29	717.993,43	717.993,43
4	INVESTIMENTOS	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.923.472,62	3.923.472,62	3.923.472,62
4	INVESTIMENTOS	Total		52.590.834,30	16.312.892,24	16.276.695,06
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	08	OUTROS BENER. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	596.121,25	596.121,25	573.181,40
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIÁRIAS - PES- SOAL CIVIL	2.416.358,60	2.416.358,60	2.411.223,81
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18	AUXÍLIO FI- NANCEIRO A ESTUDANTES	743.016,73	499.841,90	499.841,90
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.506.002,62	891.043,51	870.418,57
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	488.800,00	479.000,00	479.000,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.461.761,01	3.869.533,93	2.958.552,89
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35	SERVICOS DE CONSULTORIA	20.232,35	11.682,35	11.682,35
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVI- ÇOS DE TERCEI- ROS - PESSOA FISICA	1.919.484,63	1.844.666,32	1.752.045,49
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	61.879.550,26	48.051.787,82	47.224.775,37



Grupo Despesa		Ano Lançamento		2023		
				29 DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EM- PENHO)	31 DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EM- PENHO)	34 DESPESAS PA- GAS (CONTROLE EMPENHO)
		Elemento Despesa				
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	47.216.407,72	15.595.198,53	15.062.985,51
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	11.609.457,97	5.088.749,16	4.739.655,33
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41	CONTRIBUICOES	19.018.293,24	3.330.882,56	3.012.815,16
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46	AUXÍLIO-ALIMENTACAO	7.048.648,86	7.048.648,86	6.378.059,96
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	126.574,10	109.208,18	105.456,27
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	981.418,11	981.418,11	876.339,95
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	91	SENTENCAS JUDICIAIS	134.796,78		
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	415.261,61	415.261,61	415.261,61
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.110.529,70	2.521.008,70	2.358.296,70
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	Total		163.692.715,54	93.750.411,39	89.729.592,27
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	76.161.783,42	76.161.783,42	70.154.620,44
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	03	PENSOES	16.619.385,42	16.619.385,42	15.314.734,33
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	07	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	32.502,76	32.502,76	29.061,39
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	91.282.067,94	91.282.067,94	83.342.897,47
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	13	OBRIGACOES PATRONAIS	18.080.057,81	18.080.057,81	17.786.799,32
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.177.864,02	2.177.864,02	2.041.624,21
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	91	SENTENCAS JUDICIAIS	115.616,41	115.616,41	104.950,86

Grupo Despesa	Ano Lançamento		2023			
	Elemento Despesa		29 DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EM- PENHO)	31 DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EM- PENHO)	34 DESPESAS PA- GAS (CONTROLE EMPENHO)	
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	159.888,20	159.888,20	159.888,20
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	94	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	78.257,80	78.257,80	78.257,80
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	3.125.724,35	3.125.724,35	3.125.724,35
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	Total		207.833.148,13	207.833.148,13	192.138.558,37
TOTAL				459.374.662,89	317.896.451,76	298.144.845,70

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Cumpre destacar que, no exercício financeiro de 2023, o Instituto obteve êxito em empenhar aproximadamente 100% das 4 principais ações orçamentárias discricionárias, são elas:

- 5538 - Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas: 100%;
- 20ZH (RP2) - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro: 98%;
- 2000 - Administração da Unidade: 100%; e
- 211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais: 100%.

Tabela 5.1.1.2 Valores e Porcentagem de despesas empenhadas relacionadas às Ações Discricionárias, em 2023, pelo Iphan (em R\$)

Programa Governo	Unidade Orçamentária	42204		% Empenhado	
		Resultado Primário Lei	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL		
			2		
			PRIMARIO DISCRICIONARIO		
Ação Governo	13	23			
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			
0032	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	95.500.299,00	95.479.624,07	100%
		216H AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA	396.000,00	115.377,11	29%
		4572 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	235.982,00	223.272,46	95%
		Total	96.132.281,00	95.818.273,64	100%

Programa Governo	Unidade Orçamentária	42204		% Empenhado	
		INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL			
		2			
		PRIMARIO DISCRICIONARIO			
Resultado Primário Lei	Ação Governo	13	23		
		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
5025	CULTURA	20ZH PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	91.242.785,00	89.381.871,22	98%
		211F FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	3.866.823,00	3.866.823,00	100%
		5538 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBADOS	34.801.409,00	34.801.409,00	100%
		Total	129.911.017,00	128.050.103,22	99%
Total		226.043.298,00	223.868.376,86	99%	

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Gráfico NN – 5.1.1.1 Execução de Custeio do Iphan, em 2023 – Dotação Atualizada versus Despesas Empenhadas, pelo Iphan (em R\$), por Ação Orçamentária



Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

É relevante destacar que foi destinado a esta autarquia, em 2023, o montante de R\$ 19.950.957,00 (dezenove milhões, novecentos e cinquenta mil e novecentos e cinquenta e sete reais) – Dotação Atual – relativos a Emendas Parlamentares. Deste valor, foram empenhados o montante de R\$ 16.568.383,90 (dezesseis milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa centavos), o que representa aproximadamente 83% do montante destinado ao órgão no Resultado Primário 6.

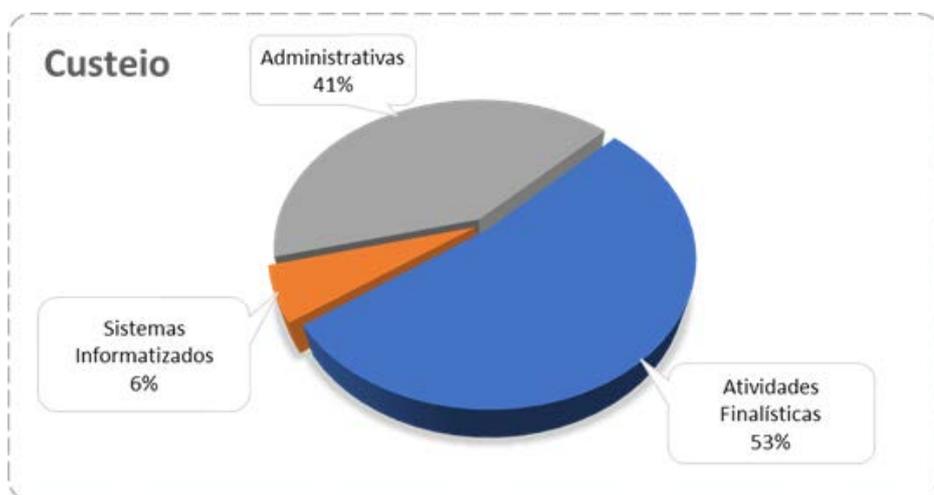


Tabela 5.1.1.3 Valores relacionados a Emendas Parlamentares destinadas ao Iphan, em 2023 (em R\$)

Resultado Primário Lei		6		7		8
		DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL		DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA		DESP.DISC. DECORRENTE DE EMENDA SF, CD E COMISSAO MISTA CN
Unidade Orçamentária		13	23	13	23	13
		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DOTACAO ATUALIZADA
42204	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	9.790.957,00	7.473.383,90	10.150.000,00	9.095.000,00	10.000,00
TOTAL		9.790.957,00	7.473.383,90	10.150.000,00	9.095.000,00	10.000,00

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Gráfico OO – 5.1.1.2 Execução de Custeio do Iphan, em 2023 (em %)



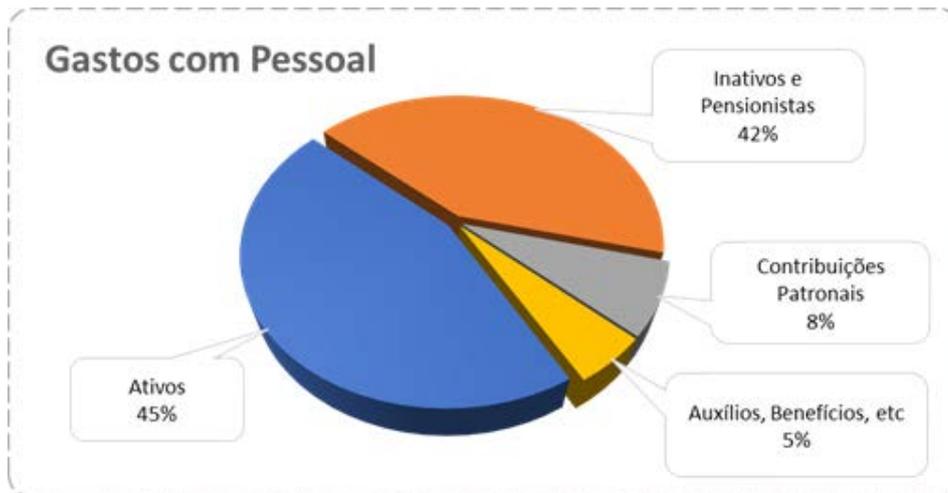
Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Tabela 5.1.1.4 Detalhamento de Gastos com Pessoal, pelo Iphan em 2023 (em R\$ e em %)

Gastos com Pessoal	Valor (R\$)	%
Ativos	98.085.496,35	45%
Inativos e Pensionistas	92.916.286,90	42%
Contribuições Patronais	16.831.364,88	8%
Auxílios, Benefícios etc.	11.104.754,00	5%
Outras Despesas	218.937.902,13	100%

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Gráfico PP – 5.1.1.3 Detalhamento de Gastos com Pessoal, pelo Iphan, em 2023 (em %)



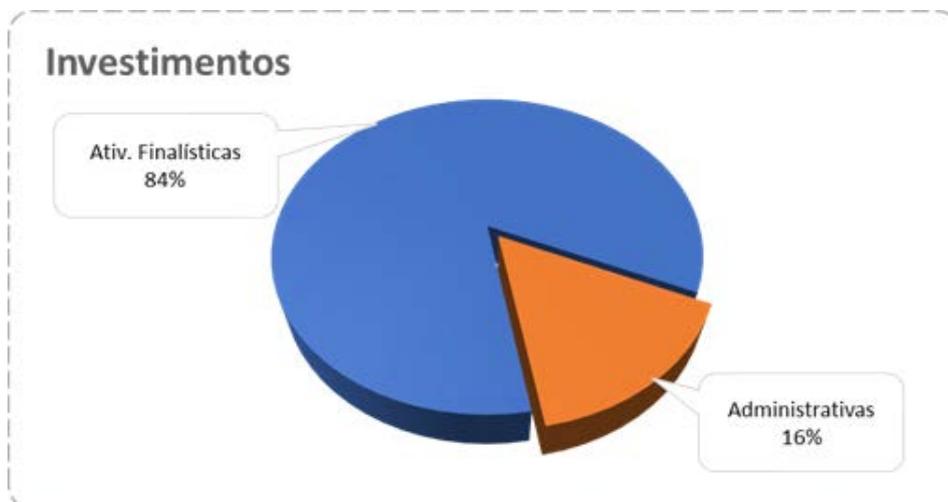
Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Tabela 5.1.1.5 Detalhamento de Investimentos pelo Iphan, em 2023 (em R\$ e em %)

Investimentos	Valor (R\$)	%
Ativ. Finalísticas	38.020.591,90	84%
Administrativas	7.033.412,00	16%

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Gráfico QQ – 5.1.1.4 Detalhamento de Investimentos, em 2023 (em %)



Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

Tabela 5.1.1.6 Detalhamento dos Atendimentos Finalísticos pelo Iphan, em 2023 (em R\$)

Ação Governo		Unidade Orçamentária		42204		
		Mês Lançamento		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL DEZ/2023		
		Natureza Despesa		23	25	28
				DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	333041	CONTRIBUIÇÕES	263.000,00	263.000,00	263.000,00
		334041	CONTRIBUIÇÕES	183.044,87	-	-
		334092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	-	-
		335041	CONTRIBUIÇÕES	17.232.248,37	2.027.882,56	1.709.815,16
		338041	CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
		339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL		2.273.466,77	2.268.557,94
		339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.094.162,73	605.941,90	605.941,90
		339020	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	926.119,94	433.071,04	433.071,04
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	154.859,96	93.843,24	93.843,24
		339031	PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	488.800,00	479.000,00	479.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.581.982,43	3.054.839,16	2.586.615,29
		339035	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	20.232,35	11.682,35	11.682,35
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	484.171,48	428.371,48	418.587,00
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	562.650,00	331.824,84	323.281,00
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	73.479.508,97	40.981.348,46	35.272.280,27

Ação Governo		Unidade Orçamentária		42204		
		Mês Lançamento		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL		
				DEZ/2023		
Natureza Despesa		23	25	28		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS		
20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	75.070,77	27.908,04	27.908,04
		339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.543,95	-	-
		339048	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	133.140,00	-	-
		339091	SENTENÇAS JUDICIAIS	134.796,78	-	-
		339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	121.557,07	121.557,07	121.557,07
		339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.024,51	2.024,51	2.024,51
		339147	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.690,00	7.930,00	4.920,00
		444041	CONTRIBUIÇÕES	205.176,74	205.176,74	205.176,74
		445041	CONTRIBUIÇÕES	-	-	-
		445051	OBRAS E INSTALAÇÕES	300.000,00	-	-
		445052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.682,53	-	-
		449040	SERVICIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	184.397,55	-	-
		449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	989.016,51	442.260,71	440.175,74
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	470.988,42	228.428,61	168.385,30
		449092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.921,15	48.921,15	48.921,15
		TOTAL		105.950.255,12	53.568.478,63	46.984.743,74
		5538	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBADOS	443041	CONTRIBUIÇÕES	3.348.848,49
444041	CONTRIBUIÇÕES			14.928.565,27	7.129.109,49	7.129.109,49
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES			12.649.443,77	1.280.801,30	1.261.134,40
449092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			3.874.551,47	3.874.551,47	3.874.551,47
TOTAL				34.801.409,00	12.284.462,26	12.264.795,36
TOTAL		140.751.664,12	65.852.940,89	59.249.539,10		

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA



Tabela 5.1.1.7 Detalhamento do Funcionamento das Unidades do Iphan, em 2023 (em R\$)

Ação Governo		Unidade Orçamentária		42204		
		Mês Lançamento		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL DEZ/2023		
		Natureza Despesa		23	25	28
				DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	339014	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	163.995,75	163.995,75	163.769,79
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.429.944,57	837.812,89	817.187,95
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	840.524,02	774.372,59	346.590,36
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.424.225,48	1.397.741,67	1.319.942,34
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	59.516.330,05	46.036.810,89	45.284.229,61
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.432.696,08	8.393.658,32	8.340.162,12
		339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	11.526.283,07	5.054.452,49	4.705.539,66
		339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	96.234,95	86.696,03	86.554,12
		339049	AUXÍLIO-TRANSPORTE	0,00	0,00	
		339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	272.922,07	272.922,07	272.922,07
		339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	523.100,90	523.100,90	523.082,50
		339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INTRA)	207.434,48	48.454,99	48.454,99
		339147	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.520,65	12.520,65	11.920,65
		449020	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	10.000,00	10.000,00	10.000,00
		449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.175.704,18	316.608,21	316.608,21
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.847.707,82	580.587,93	580.587,93
				Total	95.479.624,07	64.509.735,38
211F	FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	339030	MATERIAL DE CONSUMO	9.088,31	2.885,96	2.885,96
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.754.330,74	3.079.247,11	3.004.185,98
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	92.195,27	70.035,96	70.035,96
		339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	8.104,13	6.388,63	6.207,63
		339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.104,55	2.061,50	2.061,50
				TOTAL	3.866.823,00	3.160.619,16
TOTAL			99.346.447,07	67.670.354,54	65.912.929,33	

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA



Cumpre enfatizar que o detalhamento de todos os dados aqui apresentados, bem como outros detalhes relativos ao tema orçamentário e financeiro, pode ser obtido nos seguintes sítios eletrônicos:

- Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br/>);
- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Acesso Público (<https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico>);
- Siga Brasil (<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>).

5.1.2 - Informações Contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas conforme os dispositivos previstos na [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), no [Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967](#), no [Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986](#), na [Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001](#) e na [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

As demonstrações contábeis englobam ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os Manuais do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Os demonstrativos apresentados foram desenvolvidos a partir de dados e informações extraídas das contas contábeis existentes no SIAFI do Governo Federal, uma vez que o Iphan integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Coordenação de Contabilidade (CCONT) é composta por 4 servidores que atualmente são responsáveis pela análise e pelo acompanhamento dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de 38 unidades gestoras executoras desta Entidade.

A seguir, apresentam-se os documentos externos a este relatório de gestão apresentados pela CCONT referente ao exercício de 2023, os quais podem ser acessados por meio dos *links* dispostos a seguir:

- [Balanço Patrimonial 2023](#);
- [Balanço Financeiro 2023](#);
- [Balanço Orçamentário 2023](#);
- [Demonstração das Variações Patrimoniais 2023](#);
- [Demonstração dos Fluxos de Caixa 2023](#); e
- [Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2023](#).
- [Declaração do Contador\(a\) 2023](#);
- [Relatório de Inconsistências Contábeis 2023](#);
- [Rol de Responsáveis 2023](#);
- [Nota Explicativa Iphan – 4º trimestre de 2023](#).



Este livro foi composto com as famílias das fontes Minion Pro
e Bernina Sans.



MINISTÉRIO DA
CULTURA





MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO